



# SEPE

SEMINÁRIO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO,  
ENSINO E EXTENSÃO

UNUCSEH – UEG – NELSON DE ABREU JÚNIOR

## 60 anos da nossa história: da Facea a UEG

ANAIS 2022 – ISSN: 2447-9357

**21 a 25/11  
de 2022**

UnU – Anápolis – CSEH  
Nelson de Abreu Júnior

[www.sepe.unucseh.ueg.br](http://www.sepe.unucseh.ueg.br)

**Câmpus  
Central**

UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior



**Universidade  
Estadual de Goiás**



**SEPE**  
SEMINÁRIO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO,  
ENSINO E EXTENSÃO  
UNUCSEH

Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e  
Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus  
Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior



Universidade  
Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

## **ANAIS - VIII SEPE**

Seminário de Pesquisa, Pós graduação, Ensino e  
Extensão da Unucseh – Nelson de Abreu Júnior

Volume 08, número 01, 2022

Anápolis, Dezembro de 2022

Ficha catalográfica

S471a

Seminário de Pesquisa, Pós-graduação, Ensino e  
Extensão (2022 : Anápolis,GO)

Anais [recurso eletrônico] / Seminário de Pesquisa,  
Pós-graduação, Ensino e Extensão : 60 anos da nossa  
história : da Facea a UEG, 21 a 25 de novembro .  
Anápolis(GO),2022.  
v.8, n.1

Modo de acesso:

<https://www.anais.ueg.br/index.php/sepe>

ISSN : 2447-9357

1.Educação superior – Pesquisa - Eventos. 2.Ensino  
superior – História – Anápolis(GO) - Eventos . 3. Faculdade  
de Ciências Econômicas a Universidade Estadual de Goiás -  
História - Seminários. 4. SEPE - Anais – UEG/UnUCSEH.  
I.Universidade Estadual de Goiás. Unidade Universitária de  
Anápolis - Ciências Socioeconômicas e Humanas - Nelson  
de Abreu Júnior. II.Título.

CDU: 378:001.8(817.3)(042.3)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus  
Bibliotecária/UEG/UnUCSEH  
CRB1/2385



## APRESENTAÇÃO

Nos dias **21 a 25 de novembro de 2022**, a Unidade Universitária de Anápolis - Ciências Socioeconômicas e Humanas realizou o VIII SEPE - Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão, cuja importância para a comunidade acadêmica pode ser vista pelo número de resumos e artigos publicados nos **Anais do SEPE** e no número de apresentações realizadas nas edições anteriores. O SEPE, nos moldes atuais, é fruto de um trabalho coletivo que vem se desenvolvendo desde 2005, inicialmente como Jornada de Iniciação Científica, e se configura como uma prática consolidada desta Unidade Universitária, na medida em que vem sendo realizado sem interrupções e como fruto da incorporação de eventos realizados pelos cursos de graduação presentes no Campus. Essa evolução metodológica do SEPE trouxe ainda mais relevância para a socialização das pesquisas, das ações de extensão e das atividades de ensino que são desenvolvidas no Campus. Este ano, além de um evento acadêmico, o SEPE também será um momento de comemoração dos 60 anos da unidade. Uma história que merece ser celebrada.

## COMISSÃO ORGANIZADORA

**Tathiana Rodrigues Salgado** - Assessora Pedagógica UnUCSEH

**Késia Rodrigues dos Santos** - Coordenadora Geral UnUCSEH

**Ana Emília Soares Ribeiro** - Coordenador Setorial do Curso de Administração

**Flávia Flavia Maria de Assis Paula** - Coordenadora Setorial do Curso de Geografia

**Glauber Lopes Xavier** - Coordenador Setorial do Curso de Ciências Econômicas

**Julia Bueno De Moraes Silva** - Coordenadora Setorial do Curso de História

**Rodrigo Elias Resende** - Coordenador Setorial do Curso de Ciências Contábeis

**Sirlene Antônia Rodrigues Costa** - Coordenadora Setorial do Curso de Letras

**Virgínia Maria Pereira Melo** - Coordenadora Setorial do Curso de Pedagogia

**Simone de Laet Segantine** - Técnica Administrativa

**Aurilene Borges da Silva** - Técnica Administrativa

**Aparecida Nigri** - Assistente Administrativa

**Einstein Augusto da Silva** - Técnico Administrativo

## PROGRAMAÇÃO GERAL

### 21 DE NOVEMBRO (SEGUNDA-FEIRA)

**08h:30m as 11h:00m** - Conferencia de abertura: *60 anos da nossa história*

**Local:** Auditório do SESI

**14h:00m as 18h:00m** - Atividade TECCER

**14h:00m as 18h:00m** - Minicurso e Oficina

Titulo	Local	CH	Vagas
<b>Como fazer uma boa pesquisa acadêmica?</b> Pedro Almeida Costa	Sala 101 Bloco 2	4 horas	30
<b>Oficina: Análise de Investimentos</b> Auto de Paula Rodrigues Neto	Sala 201 Bloco 2	4 horas	30

**19h:00m** - Roda de conversa: O curso de Pedagogia na história da Unuceh – Nelson de Abreu Junior  
Hall do Auditório UEG

**19h:00m as 22h:00m** - Apresentações orais

Local	Coordenador	Trabalho
Sala 101 Bloco 2	Glauber Xavier Adriana Pereira	As RPPNS de Pirenópolis nos seus aspectos econômicos <i>Wladimir Resende da Silva</i>
		Um estudo sobre aplicação do método de valoração contingente Em Parques <i>Wennder Jonas Dos Reis Souza e Joana D'arc Bardella Castro</i>
		As mudanças institucionais do saneamento básico no Brasil: do Planasa ao Marco Regulatório de 2020 <i>Adriana Pereira de Souza</i>
		A importância do parque estadual da Serra de Caldas novas como unidade de conservação <i>Auto de Paula Rodrigues Neto e Joana D'arc Bardella Castro</i>
		Efeitos da variação cambial e políticas de crédito no processo de desenvolvimento econômico do setor agropecuário do Brasil no período de 2010 a 2019. <i>Hellen Rayane Ferreira Galvão e Vitória Ferreira da Silva</i>
Sala 201 Bloco 2	Joana D'arc Bardella Castro	A Teoria das Expectativas na Visão da Teoria Quantitativa da Moeda <i>Ana Beatriz A. Carneiro e Adriana Pereira de Sousa</i>
		Geopolítica da imigração venezuelana: as políticas neoliberais e a política de interiorização <i>Max Henrik Marquesan e Glauber Lopes Xavier</i>

Sala 205 Bloco 2	Ana Emília	Produção de nióbio no Brasil e no mundo, sua relação com a quantidade assimilada pelas indústrias manufatureiras e suas aplicações práticas e tecnológicas. <i>Miguel Gonçalves Cardoso Neto</i>
		Geração Pix e a inclusão financeira no Brasil <i>Paula Estefany Batista Ribeiro</i>
		A evolução do déficit público em Goiás do período de 2017 a 2021 <i>Fabiany Alves de Oliveira</i>
Sala 206 Bloco 2	Jean Isidio e Rodrigo Elias	O uso das estatísticas criminais ambientais e a participação social <i>Rodrigo Victor de Oliveira</i>
		A História Da Viticultura Em Goiás <i>Dayane Gonçalves Rodrigues de Oliveira</i> <i>Mario Cezar Gomes Castro</i>
		O método dos custos de reposição e seus artigos relevantes no brasil entre 2000 e 2022 <i>Alexandre Marques e Sousa</i>

**22 de novembro (terça-feira)**

08h:00m as 10h:30m e 14h:00m as 18h:00m - Mini Cursos

Título	Local	CH	Vagas
<b>O papel dos periódicos jornalísticos na construção do conhecimento Histórico</b> (08h:00 as 12h:00m) Moisés de Oliveira Melo	Sala 101 Bloco 1	4 horas	30
<b>Literatura brasileira e psicanálise: diálogos em tempos sombrios</b> (08h:00 as 12h:00m) Ewerton de Freitas Ignácio	Sala 102 Bloco 1	4 horas	30
<b>Análise Gráfica de Ações da Bolsa de Valores Brasileira</b> (manhã e tarde) Auto de Paula Rodrigues Neto	Sala 103 Bloco 1	8 horas	20

08h:00m as 11h:00m - Apresentações orais

	Coordenadores	Trabalho
Sala 101 Bloco 02	Elson Marcolino	Letramento digital durante a pandemia: desafios e possibilidades nas práticas de letramento digital de docentes da rede pública municipal de ensino de Anápolis  <i>Elson Marcolino da Silva</i>
		Construções iniciais sobre reflexões do letramento digital no contexto da pandemia: o caso das práticas de letramento digital de discentes do curso de Pedagogia de uma universidade pública de Goiás.  <i>Elson Marcolino da Silva</i>
		Políticas públicas educacionais e a escolarização de estudantes surdos em uma escola municipal de Anápolis - go  <i>Cleonice Bicudo da Rocha Ferreira</i>
		Implementação da Política Nacional de Alfabetização e a (des) valorização do professor alfabetizador  <i>Keilla Karinna Gomes Filgueira</i>
Sala 201 Bloco 02	Virginia Maria	Programa nacional do livro didático como política educacional  <i>Geovanna Gonçalves de Sousa</i>
		Orientação vocacional: a importância da orientação vocacional para o adolescente na escolha da carreira acadêmica.  <i>Robson Luís de Araújo</i>
		Latinidades e educação libertária: proposições para o ensino de geografia no projeto “nós propomos! Goiás”  <i>Rafaela de Paula Oliveira</i>
Sala 205 Bloco 02	Loçandra Borges e Marcelo Mello	Ceres: de um projeto de integração nacional, a uma cidade segregada  <i>Leandro Borges Teixeira</i>
		A tragédia do Césio-137 e a Formação do Grafite Nas Ruas de Goiânia.  <i>Joao Gabriel Ferré de Souza</i>
		Um Retrato de Goiás/Tocantins na Literatura de Eli Brasileira  <i>Maria de Fatima oliveira</i>
Sala 206 Bloco 02	Sirlene e Jenniffer Gonçalves	Irmão da Noite: encontros da Literatura com a História em Eli Brasileira  <i>Brunno Soares da Cruz Barbosa e Maria de Fátima Oliveira</i>
		Iniciação à docência: emoções, desafios e (re)construções de identidade profissional de professores/as de línguas  <i>Eloisa Terezinha Teles Curado e Viviane Pires Viana Silvestre</i>



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Junior



Universidade Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

Sala 207 Bloco 2	Sandra Rodart Poliene Bicalho	A institucionalização das mostras de teatro em Anápolis: um olhar a partir dos periódicos jornalísticos  <i>Moisés de Oliveira Melo</i>
		A Ressignificação da vida através da morte: Etnoterapia no luto durante os rituais fúnebres entre os Boe Bororo  <i>Thais Aparecida B. dos Santos e Poliene S. dos Santos Bicalho</i>
		Um projeto sistematizado: o “esquecimento” do povo indígena iny-karajá na consciência goiana durante a ditadura civil-militar (1964-1985)  <i>Maria Eduarda Oliveira</i>
		Ruínas de Igrejas: As Representações Estéticas E Culturais No Cerrado Goiano  <i>Mayara Monteiro Guimarães e Eliézer Cardoso de Oliveira</i>

**19h:00m** - Solenidade de comemoração dos 60 anos da unidade

**Local:** Câmara Municipal de Anápolis

### 23 de novembro de 2022 (quarta-feira)

**08h:00m as 12h:00m** - Programação dos Colegiados / Aulas

**19h:00m as 22h:30m** - Programação dos Colegiados / Aulas

### 24 de novembro de 2022 (quinta-feira)

**08h:00m as 12h:00m** - Programação dos Colegiados / Aulas

**19h:00m as 22h:30m** - Programação dos Colegiados / Aulas

### 25 de novembro de 2022 (sexta-feira)

**08h:00m as 12h:00m** - Programação dos Colegiados / Aulas

**19h:00m as 22h:00m** - Conferencia de Encerramento

**Local:** Auditório SENAI

**Perspectivas políticas para o Brasil pós eleições**

**Conferencista:** David Maciel

**Mediador:** Marcelo Moreira

<b>Sumário</b>	<b>Página</b>
<b>Apresentação</b> .....	05
<b>Comissão organizadora</b> .....	05
<b>Programação</b> .....	06
<b>Trabalho apresentados</b> .....	10
As RPPNS de Pirenópolis nos seus aspectos econômicos <i>Wladimir Resende da Silva</i>	13
Um estudo sobre aplicação do método de valoração contingente Em Parques <i>Wennder Jonas Dos Reis Souza e Joana D'arc Bardella Castro</i>	20
As mudanças institucionais do saneamento básico no Brasil: do Planasa ao Marco Regulatório de 2020 <i>Adriana Pereira de Souza</i>	33
A importância do parque estadual da Serra de Caldas novas como unidade de conservação <i>Auto de Paula Rodrigues Neto e Joana D'arc Bardella Castro</i>	38
Efeitos da variação cambial e políticas de crédito no processo de desenvolvimento econômico do setor agropecuário do Brasil no período de 2010 a 2019. <i>Hellen Rayane Ferreira Galvão e Vitória Ferreira da Silva</i>	43
A Teoria das Expectativas na Visão da Teoria Quantitativa da Moeda <i>Ana Beatriz A. Carneiro e Adriana Pereira de Sousa</i>	58
Geopolítica da imigração venezuelana: as políticas neoliberais e a política de interiorização <i>Max Henrik Marquesan e Glauber Lopes Xavier</i>	63
Produção de nióbio no Brasil e no mundo, sua relação com a quantidade assimilada pelas indústrias manufatureiras e suas aplicações práticas e tecnológicas. <i>Miguel Gonçalves Cardoso Neto</i>	73
Geração Pix e a inclusão financeira no Brasil <i>Paula Estefany Batista Ribeiro</i>	79
A evolução do déficit público em Goiás do período de 2017 a 2021 <i>Fabiany Alves de Oliveira</i>	84
O uso das estatísticas criminais ambientais e a participação social <i>Rodrigo Victor de Oliveira</i>	89
A História Da Viticultura Em Goiás <i>Dayane Gonçalves Rodrigues de Oliveira</i> <i>Mario Cezar Gomes Castro</i>	95
O método dos custos de reposição e seus artigos relevantes no brasil entre 2000 e 2022 <i>Alexandre Marques e Sousa</i>	101

Letramento digital durante a pandemia: desafios e possibilidades nas práticas de letramento digital de docentes da rede pública municipal de ensino de Anápolis <i>Elson Marcolino da Silva</i>	106
Construções iniciais sobre reflexões do letramento digital no contexto da pandemia: o caso das práticas de letramento digital de discentes do curso de Pedagogia de uma universidade pública de Goiás. <i>Elson Marcolino da Silva</i>	120
Políticas públicas educacionais e a escolarização de estudantes surdos em uma escola municipal de Anápolis - go <i>Cleonice Bicudo da Rocha Ferreira</i>	133
Implementação da Política Nacional de Alfabetização e a (des) valorização do professor alfabetizador <i>Keilla Karinna Gomes Filgueira</i>	139
Programa nacional do livro didático como política educacional <i>Geovanna Gonçalves de Sousa</i>	151
Latinidades e educação libertária: proposições para o ensino de geografia no projeto “nós propomos! Goiás” <i>Rafaela de Paula Oliveira</i>	158
Ceres: de um projeto de integração nacional, a uma cidade segregada <i>Leandro Borges Teixeira</i>	160
A tragédia do Césio-137 e a Formação do Grafite Nas Ruas de Goiânia. <i>Joao Gabriel Ferré de Souza</i>	172
Um Retrato de Goiás/Tocantins na Literatura de Eli Brasiense <i>Maria de Fatima Oliveira</i>	177
Irmão da Noite: encontros da Literatura com a História em Eli Brasiense <i>Brunno Soares da Cruz Barbosa e Maria de Fátima Oliveira</i>	187
Iniciação à docência: emoções, desafios e (re)construções de identidade profissional de professores/as de línguas <i>Eloisa Terezinha Teles Curado e Viviane Pires Viana Silvestre</i>	196
A institucionalização das mostras de teatro em Anápolis: um olhar a partir dos periódicos jornalísticos <i>Moisés de Oliveira Melo</i>	205
A Ressignificação da vida através da morte: Etnoterapia no luto durante os rituais fúnebres entre os Boe Bororo <i>Thais Aparecida B. dos Santos e Poliene S. dos Santos Bicalho</i>	217



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus  
Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior



Universidade  
Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

Um projeto sistematizado: o “esquecimento” do povo indígena iny-karajá na  
consciência goiana durante a ditadura civil-militar (1964-1985) 222

*Maria Eduarda Oliveira*

Ruínas de Igrejas: As Representações Estéticas E Culturais No Cerrado Goiano 228

*Mayara Monteiro Guimarães e Eliézer Cardoso de Oliveira*

## AS RPPNS DE PIRENÓPOLIS NOS SEUS ASPECTOS ECONÔMICOS

**Wladimir Resende Da Silva**

*Aluno pesquisador de Iniciação Científica- BIC/UEG do Curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Estadual de Goiás– Campus de Ciência Socioeconômicas  
e Humanas.*

**Prof. Dra. Joana D'arc Bardella Castro**

*Orientadora, Docente na Universidade Estadual do Estado de Goiás - Campus de  
Ciências Socioeconômicas e Humanas – Ciências Econômicas.*

13

### INTRODUÇÃO

A cidade de Pirenópolis está localizada no estado de Goiás, com origem datada do ano de 1727, transformando-se de pequeno arraial à um acampamento de garimpeiros e, posteriormente, em centro urbano desenvolvido em torno da Igreja Matriz. Até os dias atuais, conserva as feições e a arquitetura original, por ocasião do tombamento pelo [Instituto do Patrimônio Histórico Nacional](#) – IPHAN em 1988.

Tendo em vista as atividades econômicas predominantes de turismo, artesanato, agropecuária e mineração, o município de Pirenópolis é o que tem mais Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) - áreas de preservação da natureza em propriedades privadas baseadas em ato volitivo do proprietário, que contribuem com a preservação do meio ambiente sem prejuízo ao direito de propriedade (INEA, 2018).

Observando as 16 RPPNs existentes no município, o objeto dessa pesquisa são as de Magia do Cerrado, Cantinho do Rio e Pau Terra – integrantes do projeto Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus, e Santuário De Vida Silvestre Vagafogo, Santuário De Gabriel, Flor Das Águas, utilizando-se de pesquisa exploratória e bibliográfica para abordar o resultado das entrevistas com os proprietários das RPPNs do município, bem como os aspectos técnicos e econômicos relacionados ao tema.

### RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN)

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) são áreas de preservação da natureza em propriedades privadas baseadas em ato volitivo do proprietário, que contribuem com a preservação do meio ambiente sem prejuízo ao direito de propriedade (INEA, 2018).

A Lei nº 9.985/2000 define RPPN como “uma área privada, gravada com perpetuidade, com objetivo de conservar a diversidade biológica”, registrada mediante assinatura do termo de compromisso perante órgão ambiental, permitida a utilização para fins de pesquisa científica, além de visitação com objetivos recreativos, educacionais e turísticos (BRASIL, 2000).

Ainda, a RPPN é classificada como Unidade de Conservação, enquadrando-se no grupo de Unidade de Uso Sustentável, que possibilita a “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (BRASIL, 2000).

Tendo em vista a relevância das RPPNs para o meio ambiente, os diplomas legais estimulam a participação privada na preservação ambiental através da RPPN, na qual os proprietários podem transformar suas terras nesse tipo de reserva, desde que preservem seus recursos e, em compensação, a lei lhes garante uma série de benefícios “como a isenção do imposto territorial rural e a possibilidade de financiamentos e apoios para a preservação” (LIMA & FRANCO, 2014).

Importante destacar que o plano de manejo (PM), conforme previsão no artigo XVII da Lei [Nº 9.985/2000](#), consiste em documento técnico com disposições acerca do zoneamento e das normas para uso da área e manejo dos recursos naturais, baseado nos objetivos gerais da unidade de conservação. Outro documento essencial é o Cadastro Ambiental Rural – CAR – um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais (BRASIL, 2021).

## Considerações acerca das RPPNs DE PIRENÓPOLIS

As RPPNs Magia do Cerrado, Cantinho do Rio, Pau Terra, Santuário De Vida Silvestre Vagafogo, Santuário De Gabriel e Flor Das Águas situam-se em região de zona rural de Pirenópolis – GO e estão em conformidade com a Lei Nº 9.985/2000, que prevê a obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural – CAR, para propriedades rurais.

Apenas uma das reservas entrevistadas aderiu ao plano de manejo total, tendo outras duas optado pelo simplificado, possível para unidades com área menor ou igual a 150ha, e que ainda estão em elaboração, e as demais ainda não possuem nenhum plano ou este não foi informado, como mostra a tabela 1 (BRASIL, 2001).

**Tabela 1** – CAR e plano de manejo

	Pau Terra	Cantinho do Rio	Magia do Cerrado	Vagafogo	Flor das Águas	Santuário de Gabriel
<b>Fez o CAR?</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-
<b>Plano de manejo</b>	Simplificado*	Simplificado*	Não possui	Total	Sim	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor (2021).

Em relação à preservação da flora original, apenas a RPPN Pau Terra relata ter apresentado áreas degradadas com necessidade de reflorestamento, tendo as demais participantes conseguido manter a vegetação original livre de degradação. Todas as entrevistadas negam a venda ou cessão de terras para recomposição de cota de reserva ambiental para outras reservas.

**Tabela 2** – Vendas de parte da reserva e reflorestamento

	Pau Terra	Cantinho do Rio	Magia do Cerrado	Vagafogo	Flor das Águas	Santuário de Gabriel
<b>Venda de partes da reserva p/ utilização como cota</b>	Não	Não	Não	Não	-	-
<b>Teve que reflorestar por ter áreas degradadas?</b>	Sim, uma vez	Não	Não	Não	-	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor (2021).

No geral, as participantes executam atividades econômicas independentes para geração de renda e, como mostra a tabela 3, não recebem auxílio financeiro da

prefeitura local, que desde 2019, está elegível para receber recursos extras do Estado de Goiás referente ao ICMS Ecológico, que é um dispositivo tributário criado para transferir maiores percentuais do total arrecadado com a circulação de bens, mercadorias e serviços a municípios que atendem certos critérios de caráter ambiental (GOVERNO DE GOIÁS, 2019).

**Tabela 3 – ICMS ecológico e vendas de plantas**

	<b>Pau Terra</b>	<b>Cantinho do Rio</b>	<b>Magia do Cerrado</b>	<b>Vagafogo</b>	<b>Flor das Águas</b>	<b>Santuário de Gabriel</b>
<b>Recebe fundos do ICMS ecológico?</b>	Não	Não	Não	Não	-	-
<b>Vende plantas de algum viveiro na propriedade?</b>	Não	Não	Não	Não	-	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor (2021).

A tabela 4 mostra que a maioria dos gestores entrevistados relata não ter recebido capacitação formal para gerência das reservas, porém, majoritariamente, integram associações de proprietários de RPPN e já participaram de encontros sobre o assunto.

**Tabela 4 – Capacitação e associação de proprietários de RPPN**

	<b>Pau Terra</b>	<b>Cantinho do Rio</b>	<b>Magia do Cerrado</b>	<b>Vagafogo</b>	<b>Flor das Águas</b>	<b>Santuário de Gabriel</b>
<b>Recebeu capacitação em algum momento?</b>	Sim	Não	Não	Não	Sim*	-
<b>Já participou de algum encontro de RPPN?</b>	Sim	Sim	Não	Sim	-	-
<b>Pertence a alguma associação de proprietários de RPPN?</b>	Sim	Sim	Não	Sim	-	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor (2021).



Quando o assunto é a aquisição de bens e serviços de manutenção ou ampliação das atividades produtivas, todos os que responderam ao questionário afirmaram adquiri-los diretamente em Pirenópolis.

## CONCLUSÃO

A região de Pirenópolis é, de fato, abençoada com belas paisagens e encontra-se inserida em meio à natureza, e ações humanas no sentido de preservar essa herança natural são fundamentais para a manutenção da vida silvestre. Todos os entrevistados afirmam ter criado as RPPNs com o intuito de preservação do ambiente, e enxergam o tema com devida importância, tendo de forma unânime a preocupação de preparar futuros gestores, majoritariamente na própria família, para seguir o trabalho pelas próximas gerações, além de estarem satisfeitos com a evolução dos esforços empreendidos até o momento.

Cabe ainda destacar a importância das associações de donos de RPPN e Organizações não Governamentais como o Instituto Cerrados no auxílio prestado à criação de novas reservas e ações de preservação promovidos, como o Projeto Mosaico de Proteção da Serra dos Pirineus, além do potencial de capacitação e informações que essas entidades têm de prestar aos proprietários, visto que, como observado na amostra, não é comum a busca por capacitação antes ou mesmo durante o exercício da gestão.

Economicamente, a principal forma observada de rentabilizar a propriedade é através o turismo e hotelaria, onde a hospedagem proporciona ao visitante um contato direto com a natureza seja pra descanso, ao contemplar e se unir com a calma da natureza, seja para se aventurar em trilhas e cachoeiras e outras atividades de ecoturismo, aproximando a população do meio ambiente e trazendo à tona a necessidade de preservação e contribuindo de maneira sustentável com o projeto dos proprietários, que dispõe de poucos instrumentos e nenhum apoio orçamentário governamental para cuidar de um bem que pertence a todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Instrução normativa IBAMA nº 3, de 4 de maio de 2001.** Ajusta procedimentos relativos ao Manejo Florestal Sustentável da vegetação nativa e suas formações sucessoras. Disponível em: [http://www.mp.gov.br/nat\\_sucroalcooleiro/Documentos/legislacao/Geral/florestas/fl06.pdf](http://www.mp.gov.br/nat_sucroalcooleiro/Documentos/legislacao/Geral/florestas/fl06.pdf). Acesso em: 25 jun. 2021.

ESPAÇO azul na serra dos pirineus. **Blog Espaço Azul nos Pirineus**, 2016. Disponível em: <http://espacoazulnospireneus.blogspot.com/2016/01/o-espaco-azul-e-um-local-encantado.html?m=1>. Acesso em 21 Jun. 2021.

FUNATURA. Fundação Pró-Natureza. **RPPN Flor das Águas é aberta ao público.** Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.funatura.org.br/index.php/noticias/58-rppn-flor-das-aguas-e-aberta-ao-publico>. Acesso em 01 jul. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOVERNO DE GOIÁS. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). **Divulgada lista dos 156 municípios que vão receber ICMS Ecológico.** Disponível em: <https://www.goias.gov.br/index.php/servico/33-meio-ambiente/119587-divulgada-lista-dos-156-munic%C3%ADpios-que-receber%C3%A3o-icms-ecol%C3%B3gico>. Acesso em 30 jun. 2021.

GOVERNO DE GOIÁS. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). **ICMS ecológico.** Disponível em: [https://www.meioambiente.go.gov.br/meio-ambiente-e-recursos-h%C3%ADricos/icms-ecol%C3%B3gico.html](https://www.meioambiente.go.gov.br/meio-ambiente-e-recursos-h%C3%ADdricos/icms-ecol%C3%B3gico.html). Acesso em 30 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 25 jun. 2021.

INSTITUTO CERRADOS. **Projeto Mosaico de Proteção da Serra dos Pirineus**, 2020. Disponível em: <https://www.cerrados.org/reservas>. Acesso em 25 jun. 2021.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE RJ - INEA. **Programa Estadual de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs: 10 anos de apoio à conservação da biodiversidade / Instituto Estadual do Ambiente; organização: Roberta Guagliardi.** – Rio de Janeiro, 2018.



MIRALLES, Maria Teresa. A RPPN Santuário de Gabriel. Blog Portal de Gabriel. Disponível em: <https://portaldegabriel.com.br/a-rppn-santuario-de-gabriel/>. Acesso em 01 jul. 2021.

PREFEITURA DE PIRENÓPOLIS (GO). **História**. Disponível em: <https://www.pirenopolis.com.br/historia>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SOUZA, José Luciano de; CÔRTE, Dione Angélica de A.; FERREIRA, Lourdes M. **Perguntas e respostas sobre reserva particular do patrimônio natural**. Brasília: ICMBio, 2012. 75 p., il.

## As mudanças institucionais do saneamento básico no Brasil: do Planasa ao Marco Regulatório de 2020

Profa. Dra. Adriana Pereira de Sousa<sup>1</sup>

### Resumo

A implantação do Planasa, passando pela aprovação da Lei nº 11.445 em 2007, até a aprovação da Lei nº 14.026 de 2020, são mudanças institucionais que vem alterando a estrutura de governança do saneamento brasileiro nos últimos 50 anos, contudo a universalização dos serviços ainda está longe de ser alcançada. O objetivo foi compreender como essas mudanças têm influenciado o desenvolvimento do saneamento básico do país. Constatou-se que o setor por ter características muito específicas é complexo, e necessita da participação do poder público para a implantação de suas ações visto que por sua natureza configura-se como uma política pública de cunho econômico e social, e que, as mudanças institucionais apresentadas pelo primeiro e pelo segundo marco regulatório encontraram no setor uma forte resistência à mudança, pela própria formação e desenvolvimento do saneamento básico brasileiro adaptado ao sistema do Planasa e também pelas incertezas geradas pelas mudanças propostas, que não trouxeram a confiança necessária para que as mudanças sejam implementadas em sua totalidade. O que dificulta a expansão e a universalização dos serviços.

**Palavras-chave:** Saneamento; Mudanças; Legislação

### Introdução

O presente estudo tem como objeto de pesquisa as mudanças institucionais do saneamento básico brasileiro do período que vai de 1970 com a implantação do Planasa, passando pela aprovação da Lei nº 11.445 em 2007, até a aprovação da Lei nº 14.026 de 2020.

A motivação para a realização desse estudo é a dificuldade de universalização do saneamento básico no Brasil que até a atualidade ainda está longe de atender toda a população. E essas mudanças institucionais apresentam o discurso da universalização, porém na prática não avançam de forma significativa na expansão dos serviços.

O objetivo é compreender como essas mudanças têm influenciado o desenvolvimento do saneamento básico do país.

---

<sup>1</sup> Economista (UEG); Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ); Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UFT); Docente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

## Referencial teórico – a nova economia institucional

O referencial teórico de análise é a nova economia institucional com foco nas mudanças institucionais e resistência à mudança.

21

## Mudanças institucionais e resistência à mudança

Assim, para Sousa (2021), as instituições são dinâmicas e que por serem dinâmicas estão propensas à mudanças, mas que apesar de estarem sujeitas à situações de mudanças apresentam algumas características de resistência à esse movimento.

Partindo da concepção de dependência da trajetória de que a existência de momentos críticos é de crucial importância para que ocorram processos de mudança e de formação institucional pode-se inferir que o saneamento básico tem passado por seus momentos críticos e portanto, as mudanças institucionais tem surgido de alguma forma no setor.

Assimilando o argumento de Thelen (1999) de que as instituições continuam a evoluir em reação às mudanças das condições do ambiente, mas em caminhos que são limitado pela experiências passada, é possível admitir que as mudanças institucionais podem estar ligadas às duas percepções.

Para Conceição (2002), as instituições mudam e, mesmo através de mudanças graduais, podem pressionar o sistema por meio de explosões, conflitos e crises, levando a mudanças de atitudes e ações. O autor ainda ressalta que, em qualquer sistema social, há uma permanente tensão entre ruptura e regularidade, que exige uma constante reavaliação de comportamentos rotinizados e decisões voláteis de outros agentes. Ou seja, a mudança é uma constante no processo de persistência e evolução das instituições.

Entretanto, Streeck e Thelen (2005), seguindo a linha da literatura do bem-estar social, afirmam que as estruturas teóricas mais influentes enfatizam a continuidade, em vez da mudança. E, sendo assim, a resistência à mudança está sempre presente na sociedade.



Para Zaltman e Ducan (1977), resistência à mudança é qualquer conduta que objetiva manter o *status quo* em oposição às forças que tentam modificá-lo; sendo assim existe uma tendência de resistência à mudança, conforme aponta Williamson (1985).

Hernandez e Caldas (2001) afirmam que a resistência à mudança pode se dar de forma passiva e/ou ativa, sendo que, quando a resistência tem uma natureza ativa o indivíduo tentará, de todas as formas possíveis, evitar que mudanças ocorram, podendo adotar diferentes comportamentos como: protesto, sabotagem ou enfrentamento. Já quando a natureza da resistência é passiva, o comportamento pode ser de simplesmente ignorar as mudanças ou agir como se nada tivesse acontecido. Esse parece ser o caminho escolhido pelo saneamento, a resistência passiva, conforme se analisa o desenvolvimento do setor identifica-se essa resistência, contudo ela nunca foi de forma aberta ou por meio do embate direto.

## O Plano Nacional de Saneamento Básico - Planasa

O Saneamento básico brasileiro, enquanto política pública, tem sua base inicial na instituição do Plano Nacional de Saneamento (Planasa) no início da década de 1970. Naquele período, o país iniciou as ações na busca pela expansão do saneamento com recursos provenientes, em sua grande parte, do Banco Nacional da Habitação (BNH) que era o financiador tanto da expansão da habitação quanto do saneamento básico. Cabe ressaltar que até então o saneamento era composto apenas pelos serviços de água e esgoto.

Durante a década de 1970 houve uma expansão considerável do atendimento do saneamento no país, com especial expansão dos serviços de distribuição de água tratada e algum avanço nos serviços de esgotamento sanitário.

O Planasa não foi uma política implementada por meio da aprovação de uma lei específica, foi um programa de governo direcionado à expansão do saneamento básico no Brasil; seus pontos mais relevantes foram a criação das 27 Companhias Estaduais de Saneamento (Cesb's), o financiamento das obras via BNH e a centralização das decisões no âmbito dos estados.



Dessa forma, o saneamento era centralizado nos governos estaduais, no qual os executores eram as companhias estaduais, e o principal financiador era a União. Para operacionalizar esse sistema, o patrimônio referente às obras, instalações e serviços de saneamento até então pertencentes aos municípios, foram transferidos para as Cesb's.

Cada companhia de saneamento atuava no seu estado de origem, ofertando os serviços de água e esgotamento sanitário por meio da assinatura de um contrato de concessão, com cada município, que repassava ao estado o direito de prestar os serviços de saneamento e receber uma remuneração por meio da tarifa paga pela população pelos serviços prestados pela companhia.

A principal justificativa para a centralização do saneamento nas mãos das Cesb's era a necessidade de grandes vultos de investimento e a necessidade de uma economia de escala capaz de remunerar suficientemente o prestador, garantindo a liquidez do setor. Aliado a isso, outra justificativa, talvez a mais relevante era a necessidade da aplicação do chamado subsídio cruzado<sup>2</sup>.

O subsídio cruzado é talvez o mais importante instrumento de gestão do setor de saneamento básico no Brasil; isso ocorre devido ao fato de grande parte dos municípios brasileiros não apresentarem viabilidade econômica para os serviços de saneamento. Essa não viabilidade econômica ocorre em grande parte pela dificuldade de se pagar uma tarifa elevada, especialmente devido ao baixo nível de renda da população desses municípios e à necessidade de grandes vultos de investimento, o que torna o saneamento um serviço caro.

Dessa forma o subsídio cruzado permite que municípios que não apresentam viabilidade econômica possam receber investimentos por meios dos recursos captado dos municípios viáveis do ponto de vista econômico.

Considerando que o saneamento básico é de essencial importância para a manutenção das condições de higiene e saúde de qualquer população, então, este é um serviço que não tem um fim em si mesmo; ele afeta a vida das pessoas e da sociedade

<sup>2</sup> Subsídio cruzado é a gestão de recursos exercida no setor de saneamento básico em que ao centralizar as receitas de um dado grupo de municípios a renda excedente recebida dos municípios superavitários é utilizada na realização de investimentos nos municípios deficitários.



como um todo em diversos aspectos. A falta de saneamento prejudica a saúde, o bem estar e as mínimas condições para uma vida saudável.

Do ponto de vista econômico, a ausência de saneamento, ao afetar negativamente a vida das pessoas, dificulta a manutenção destas em seus postos de trabalho e atrapalha a produção como um todo, além de onerar os gastos com a saúde pública e com a seguridade social. Por esta ótica, o saneamento é, portanto, prioritariamente uma política pública de ordem social e econômica.

Daí o programa nacional de saneamento instituído na década de 1970 ter sido implementado sem muita resistência por parte da sociedade. A implantação do Planasa e das Cesb's trouxe resultados bastante satisfatórios, elevando os níveis de atendimento com água e esgoto em todas as regiões do país e, automaticamente melhorando as condições de vida e saúde da população, melhorando também a infraestrutura geral do país.

Contudo, em meados da década de 1980, em momento de grave crise econômica e especificamente com a extinção do BNH em 1986, ocorreu o esgotamento do financiamento para o setor. A partir de então não havia recursos para a realização de novos investimentos e expansão do saneamento.

Como a estrutura das Cesb's já estava instalada e em funcionamento nos estados, o modelo do Planasa continuou funcionando, mesmo sem o incremento de recursos. As companhias mantinham a estrutura instalada e a prestação dos serviços por meio do recebimento da tarifa, que passou a ser a principal, senão única fonte de recurso do saneamento.

### **Primeiro marco regulatório do saneamento básico brasileiro – Lei nº 11.445/2007**

Essa situação prevaleceu até o início da década de 2000, quando após muitas discussões e busca por mudanças no setor com o objetivo de expandir os índices de atendimento por meio da universalização dos serviços e também buscando atrair investimentos foi promulgada a Lei nº 11.445/2007, primeiro marco regulatório do saneamento no país.



A aprovação dessa Lei alterou a estrutura do saneamento brasileiro de uma forma bastante pontual. A primeira alteração foi a inclusão de dois outros serviços no conceito geral de saneamento que além de conter o tratamento e distribuição de água e o esgotamento sanitário, incluiu também os manejo e disposição dos resíduos sólidos e a drenagem urbana e o manejo das águas pluviais.

Outra alteração muito relevante foi o estabelecimento da exigência de elaboração do plano municipal de saneamento pelos municípios. Note que até aquele momento quem tomava todas as decisões de planejamento e realização de investimentos do saneamento eram os Estados por meio das Cesb's.

A Lei nº 11.445/2007 descentralizou a tomada de decisão do saneamento, tirando essa tarefa dos estados e passando para os municípios, houve aí uma alteração do modelo de planejamento e atuação no setor, visto que os municípios passaram para o centro do processo decisório. Essa foi uma mudança institucional bastante relevante para o setor. Esse ponto reforçou a titularidade municipal dos serviços de saneamento.

A titularidade era algo não muito definido no saneamento, em nenhum documento estava escrito que o município era o titular dos serviços, e, mesmo o marco regulatório não deixou isso explícito no texto, mas ao colocar o município como protagonista do planejamento, contratação e execução dos serviços de saneamento, ela deixou bem claro que a titularidade é municipal. Reforçando o exposto da Constituição Federal de 1988 de que os serviços de interesse local são de titularidade municipal.

A Lei 11.445/2007 instituiu também a figura do contrato de programa, que, diferente do contrato de concessão existente naquele período, exigia o estabelecimento de metas e prazos contratuais para a realização dos investimentos necessários à universalização dos serviços de saneamento básico. Assim, o contrato de programa era um instrumento mais robusto com regras claras e prazos definidos de como o saneamento deveria ser implementado e desenvolvido a partir da sua assinatura.

Houve, a partir de 2007, uma expansão dos investimentos no setor, com recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Garantia do Trabalhador e Seguridade (FGTS), aplicados principalmente por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) implementado pelo governo federal no período de



2007 a 2014. Nesse período houve uma ampliação das obras e expansão dos serviços, elevando os índices de atendimento do saneamento no país.

Contudo, mesmo com a expansão dos recursos e ampliação das obras e dos índices de atendimento, a universalização ainda estava longe de ser alcançada. A Lei nº 11.445/2007, por mais que tenha alterado e melhorado os sistemas de gestão e controle do saneamento, apresentou muitos entraves e sua implementação foi morosa, o que não possibilitou a universalização do saneamento no prazo previsto.

Muito dessa morosidade da implantação da Lei nº 11.445/2007 está ligado à resistência do setor à mudança imposta pela lei. A descentralização do planejamento e da tomada de decisões do setor não foi assimilada de imediato pelos atores do saneamento.

O Planasa estava tão arraigado à rotina e ao funcionamento do setor que, as mudanças estabelecidas pelo marco regulatório, não tiveram efeito imediato; aliás, o processo de assimilação e início das ações foi bastante lento na maior parte do país, causando uma insatisfação devido ao fraco avanço das mudanças propostas e a consequente não universalização dos serviços.

Porém, mesmo não tendo alcançado os índices pretendidos, os investimentos desse período proporcionaram uma expansão do atendimento e incremento das obras, tanto as relativas ao abastecimento de água, quanto as referentes ao esgotamento sanitário.

Esse cenário, favoreceu o surgimento de novas rodadas de discussões acerca do setor de saneamento; sobretudo o surgimento de interesse acentuado de investidores da iniciativa privada, utilizando o argumento da necessidade de universalização do saneamento e a escassez de recursos públicos para a realização de investimentos.

A partir dessas discussões houve então o entendimento de que era necessário alterar novamente a estrutura do setor de forma a favorecer a participação do setor privado como fonte de recursos para o alcance da universalização.

## O novo marco regulatório do saneamento - Lei 14.2026



Após discussões acirradas em 2018 e 2019, foi aprovada em 2020 a Lei nº 14.026/2020 (o novo marco regulatório do saneamento). Essa Lei, trás algumas alterações pontuais, como a substituição dos contratos de programa por novos contratos de concessão, porém esses agora devem manter as metas e os prazos para a universalização; trouxe também a definição do prazo para a universalização até o ano de 2033; e a necessidade da criação de blocos de municípios para a prestação regionalizada dos serviços de saneamento.

Esse ponto, referente à prestação regionalizada, usa como argumento a necessidade do subsídio cruzado e a existência de uma economia de escala na prestação dos serviços, isso realizado dentro do contexto dos blocos de municípios; o objetivo aqui é garantir a viabilidade econômica dos serviços de saneamento e dar uma certa garantia ao setor privado de que haverá um retorno positivo dos investimentos.

É importante ressaltar que a lei coloca como condição para o acesso aos recursos federais a formalização e participação dos municípios de uma estrutura regionalizada de saneamento básico.

Os municípios que não se enquadrarem nessa regionalização, ou seja, ficarem isolados, não poderão ter acesso aos recursos de fontes federais para a realização dos investimentos necessários à universalização.

Como prestação regionalizada entende-se a formação de blocos de municípios que deverão planejar em conjunto suas ações de saneamento, criando uma instância gestora do bloco, com representantes de cada município, elaborar um plano regional de saneamento, considerando também as especificidades locais de cada município e da região com um todo.

Essa prestação regionalizada poderá ser formalizada por meio da criação de microrregiões de saneamento básico, regiões metropolitanas de saneamento básico ou aglomerados urbanos, essas estruturas tem como base legal o estatuto da metrópole no qual esse tipo de regionalização deve ser criado pelos estados por meio da aprovação de uma lei complementar e em caso de compartilharem as infraestruturas, as estruturas administrativas e/ou operacionais os serviços deixarão de representar interesse local e

passarão a ser de interesse regional. Nesse modelo farão parte e compartilharão a titularidade o Estado e os municípios pertencentes ao bloco.

Outro modelo de regionalização que pode ser criado são as unidades regionais de saneamento básico; nesse caso, o responsável pela criação do bloco também é o Estado, por meio da aprovação de uma lei ordinária e os municípios preservam o conceito de interesse local, com o compartilhamento da gestão administrativa e financeira que será exercida pela instância gestora do bloco.

Caso os estados não definam os blocos regionais, a União criará a seu critério, os blocos de referência. Outro modelo possível é a formalização de consórcios pelos municípios. Nesse caso, os municípios farão por sua conta a formalização e o regimento do bloco, sem a participação do Estado.

Municípios que não aderirem a nenhum bloco, não poderão pleitear recursos oriundos de fundos federais ou geridos pela União com a finalidade de financiar o saneamento básico. Essa condição obriga os municípios a se enquadrarem em algum bloco, sob a penalidade de não terem recursos para a universalização caso fiquem de fora dessas estruturas.

Esse modelo recentraliza as decisões do saneamento, mudando novamente de uma estrutura descentralizada que havia sido instituída pela Lei nº 11.445/2007 para uma nova centralização imposta pela Lei nº 14.026/2020. A diferença agora está na pressão para o afastamento do setor público e entrada ampla do setor privado no saneamento.

## Conclusão

O Saneamento básico como qualquer outro setor de infraestrutura, exige grandes volumes de investimento; o espaço de tempo entre a elaboração de projeto, a captação de recursos, a execução das obras e a entrada em funcionamento dos sistemas, compromete o desenvolvimento e expansão do setor. Além disso, há uma escassez de projetos para a execução e implantação das obras necessárias à universalização; as obras são de longo prazo, levando muito tempo para entrar em funcionamento.



Além disso, completando o quadro desfavorável, o saneamento depende de outros fatores além recursos financeiros, como por exemplo: projetos, mão-de-obra qualificada, conhecimento técnico adquirido na execução e operação do setor; a liberação de áreas para a execução das obras (regularização fundiária, por exemplo); licenciamento ambiental e acesso aos recursos naturais, em especial à água, para que o setor funcione de forma satisfatória e adequada.

O setor por si só já apresenta entraves que mesmo com disponibilidade de recursos sua expansão é lenta. Considerando a extensão territorial, as diferenças ambientais e regionais do Brasil, o saneamento é ainda mais complexo.

Nesse contexto, já há de se prever que a mudança institucional estabelecida pela Lei nº 14.026/2022 dificilmente encontrará terreno fértil para sua implementação. Há a resistência natural à mudança, em especial pela história de atuação do setor público de forma maciça desde a década de 1970, com a implantação do Planasa, o que gera insegurança para uma abertura efetiva ao setor privado.

Há também o fato de que o recente fortalecimento da titularidade municipal, no momento em que os municípios estavam se adaptando ao processo de assumir efetivamente o planejamento e as decisões do saneamento em âmbito local, passa, agora, por um processo de enfraquecimento dessa titularidade, pela imposição da regionalização.

Aliado isso, o prazo previsto para a universalização é muito curto, visto que de 2020 (ano de aprovação da Lei) até 2033 (ano limite da universalização) são apenas 13 anos e mesmo que o volume financeiro necessário para a realização dos investimentos seja alcançado, a efetiva realização desses investimentos não se dará em sua completude, nesse caso, devido às especificidades do setor; conforme foi dito anteriormente o saneamento é complexo por natureza e isso demanda mais do que recursos financeiros. Assim, o prazo previsto pelo novo marco regulatório é insuficiente para o alcance da universalização dos sistemas.

A análise é de que a nova lei, ao alterar a estrutura de governança e o arranjo institucional do saneamento, não trás o que previa trazer que era segurança para o setor; ao contrário, amplia o campo de incertezas, dificultando a atuação tanto do setor

público, quando do setor privado e isso, não favorece o desenvolvimento e a universalização.

Já se passaram dois anos desde a aprovação da Lei nº 14.026/2020 e, o setor ainda não se ajustou às novas mudanças e também não tem avançado na ampliação dos índices de atendimento. Isso por si, já indica que o prazo previsto não será cumprido e que o saneamento apenas passa por alterações bruscas que não contribuem à ampliação do atendimento à população.

As mudanças institucionais impostas não foram assimiladas e levarão tempo para serem postas em prática. A abertura para o setor privado não gerou a segurança necessária para a efetiva atuação deste e o setor público está sendo colocado à prova nessa etapa. A insegurança gera custos de transação e atrasos na implantação dos sistemas.

Sendo assim, as mudanças institucionais ocorridas no saneamento até o momento, sendo elas a aprovação da Lei nº 11.445/2007 e a Lei nº 14.026/2020, não alcançaram os objetivos pretendidos.

Sendo que a primeira (Lei nº 11.445/2007) não foi completamente implementada e após 13 anos da sua aprovação não alcançou nem o básico que seria os planos municipais de saneamento elaborados, visto que grande parte dos municípios não conseguiram cumprir essa etapa, e portanto a universalização não foi possível.

A segunda (14.026/2020), ainda em fase de discussão, também não apresentou avanços significativos, visto que os estados ainda não conseguiram formalizar a regionalização e os municípios ainda não estabeleceram o organismo de gestão associada. Ou seja, já se passaram dois anos de sua aprovação e a parte administrativa ainda não está definida. Nessas condições já é possível prever que a universalização não virá no prazo previsto que é 2033. Sendo assim, o saneamento ainda mantém como características: a lentidão das ações e a morosidade das decisões; o que caracteriza uma certa imaturidade no setor. Isso representa resistência à mudança e insegurança institucional. Esses dois fatores dificultam o avanço e o desenvolvimento do saneamento, em detrimento da melhoria das condições de vida da população.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020). Diário Oficial da União de 08/01/2007, retificado em 11/01/2007.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Diário Oficial da União de 16/07/2020. Ed. 135, seção 1, página 1.

CONCEIÇÃO. O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./dez. 2002.

POWELL, W. W.; DIMMAGIO, P. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago, 1991.

THELEN, Kathleen. Historical Institutionalism in Comparative Politics. *Annual Review of Political Science*, p. 369-404, 1999.

SOUSA, Adriana P. Instituições e estratégias de desenvolvimento: breve abordagem das teorias institucionais. Goiânia, Kelps, 2021.

STREECK, W.; THELEN, K. *Beyond continuity: institutional change in advanced political economies*. Oxford: University press, 2005.

ZALTMAN, G.; DUNCAN, R. *Strategies for planned change*. New York: Wiley & Sons, 1977.



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior



Universidade Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

WILLIAMSON, Oliver. *The economic institutions of capitalism*. Nova York: The Free Press, 1985.

HERNANDEZ, J. M. C.; CALDAS, M. P. Resistência à mudança: uma revisão crítica. RAE. Abr/Jun. Vol. 41. n. 2. p. 31-45. São Paulo 2001.

## UM ESTUDO SOBRE APLICAÇÃO DO MÉTODO DE VALORAÇÃO CONTINGENTE EM PARQUES

**WENNDER JONAS DOS REIS SOUZA**  
Discente no curso de Ciências Econômicas,  
Universidade Estadual de Goiás.

**JOANA D'ARC BARDELLA CASTRO**  
Docente do curso de Ciências Econômicas,  
Universidade Estadual de Goiás,  
Professora orientadora.

33

### INTRODUÇÃO

As visualidades urbanas podem ser estudadas em várias áreas do conhecimento e sendo um tema complexo, pode ser analisado sob diversos aspectos: socioeconômicos, tipologias, edificações, etc. Por se tratar de um estudo econômico ambiental, o tema precisa receber maior atenção da comunidade e ser devidamente explorado.

O Método de Valoração Contingente (MVC) busca avaliar um preço monetário para aqueles bens e serviços que não possuem um mercado preciso. A valoração ambiental tem se tornado motivo de inquietude de pesquisadores e demonstra o nível de relevância que os ativos possuem para a sociedade através de um valor respectivo.

A valoração é composta por diversos métodos de aplicação distintos para localizar a disposição a pagar da população da região estudada, por exemplo, temos a preços hedônicos onde a os fatores ambientais está influenciando, custo de viagens é qual o valor da população paga para usufruir do bem ambiental por um determinado tempo, entre outros. Neste caso, será usado o método de valoração contingente que irá buscar por meio de entrevistas com a população suas preferências pessoais das quais serão observadas para a busca da disposição a pagar e manter um benefício no local.

Nesse contexto, o trabalho tem como objetivo mostrar como o estudo do tema pode ser aplicado na área da ambiental a fim de que se determine um valor que se tra-



duza os elementos do ativo, valorizando a região e criando um sentimento de identificação entre a população e a área estudada.

## METODOLOGIA

O método utilizado será o método dedutivo. Esse método parte-se de uma verdade geral já estabelecida para demonstrar a legitimidade do fato, possibilitando chegar a resultados de verdade absoluta, em virtude de sua lógica (MICHEL, 2015). Este método pode se afirmar que a margem de erro é quase nula sendo que as premissas não devem extrapolar as premissas (OLIVEIRA, 2018). Logo, no método dedutivo, irá buscar confirmar a hipótese.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Método de Valoração Contingente (MVC) corresponde à obtenção dos valores dos bens públicos ou daqueles que não apresentam sinais de mercado, onde não são aplicados métodos tradicionais baseados em análise de demanda. A partir da construção do mercado hipotético, no processo de entrevista pessoal, o indivíduo declara que está disposto a pagar (DAP) ou aceitar (DAA) para melhorar ou ajustar o consumo de um bem ou serviço ambiental (BELLUZZO JR., 1999).

O MVC faz a utilização de considerações estatísticas para obter os valores individuais de uso e não uso outorgado a um espaço natural. Faz a representação hipotética um mercado, orientando devidamente o indivíduo sobre os atributos do que está sendo avaliado e indagando-o sobre sua disposição a pagar (DAP) para preservar, ou a disposição a receber (DAR) para aceitar uma modificação (SILVA, 2003).

A DAP direta, pode oferecer dados relevantes para a estimação econômica de valores e não uso, por intermédio de aplicação de questionários a população no qual atribuem valores a área apontada. A estimativa da DAP é o valor total do recurso para o cidadão, demonstrando não somente o valor de uso, mas também o valor de existência (MOTTA, 1997).



Considera-se, quando criar-se um mercado hipotético, que a população não necessariamente necessita obter conhecimentos ou utilização do local no qual está inserida o ambiente estudado. Portanto, é viável alcançar as preferências particulares de cada um sobre a área (ORTIZ, 2003).

Os condicionantes relacionados ao valor ou valoração de termos relacionados a questões de recursos naturais e impactos ambientais das atividades humanas. No sentido aqui apresentado, associar valor ou avaliar o meio ambiente e os recursos naturais significa obter valor econômico ou monetário. A valoração monetária é a expressão mais comum desse valor, pois não se pode ignorar que a maioria das decisões em nossa sociedade se baseia no valor monetário.

A expressão valor de um bem ou serviço ambiental é percebida como um aspecto monetária das melhorias derivadas de sua prestação, no ponto de vista individual de cada pessoa. Tais benefícios podem surgir do uso direto e passivo de tais bens e serviços. O valor do uso direto das amenidades é medido pelo valor em uso; o valor do uso passivo é medido pelo valor da opção e valor de existência (PEARCE & TURNER, 1990). Portanto, o valor econômico total dos bens e serviços ambientais consiste em três tipos diferentes de valor.

Os métodos diretos apresentados por Seroa da Motta (1998), são divididos por duas partes, onde afere as preferências dos indivíduos criando situações hipotéticas e o segundo aferindo as preferências individuais no qual mede em situações reais de mercados. Quando não é possível a observação indiretamente, como é o caso do estudo, aplica-se então a construção de mercados hipotéticos e perguntar diretamente a disposição a pagar.

## CONCLUSÃO

A utilização do Método de Valoração Contingente possibilita aferir quanto os usuários de parques estão dispostos a pagar para a manutenção e conservação. Observa-se que a compreensão sobre o tema ainda é bastante limitada em relação a consolidar



um valor monetário para a proteção do bem ambiental, em contrapartida, são cientes da necessidade de se ter preservação do local.

Essa abordagem, ao mesmo tempo que agrega valor e cria efetivamente ativos ambientais, não responde se a degradação dos ativos ambientais diminuirá ou aumentará, mas requer monitoramento contínuo. De qualquer forma, é concebível que os recursos arrecadados possam ser destinados a programas voltados à proteção dos ativos ambientais de modo que as valorizações se tornem uma ferramenta eficaz para reduzir a degradação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas Nelson de Abreu Junior.

## REFERÊNCIAS

- BELLUZZO JR., W. Avaliação contingente para valoração de projetos de conservação e melhoria dos recursos hídricos. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v.29, n.1, p.113-136, 1999.
- CAVALCANTI, C. (org.) Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MAIA, 2002
- MOTTA, R. S. Manual para valoração econômica de recursos ambientais. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997.
- MAIA, A.G. Valoração de recursos ambientais. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, São Paulo, 2002.



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior



Universidade Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

Marconi, M. D., & Lakatos, E. M. A. (2017). Fundamentos da metodologia científica. 8 ed. São Paulo: Atlas

ORTIZ, R. A. Valoração econômica ambiental, In: MAY, P; LUSTOSA, M.C.; VIANA, V.

Economia do meio ambiente. Rio de Janeiro, 2003, p. 81-99.

VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos - uma abordagem moderna. Rio de Janeiro, Campus, 1993.

TRIVIÑOS, Augusto. Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa

qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 7 Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018

## A Importância do Parques Estadual da Serra de Caldas Novas como Unidade de Conservação

Auto de Paula Rodrigues Neto<sup>3</sup>  
Joana D'arc Bardella Castro<sup>4</sup>

### Introdução

Os parques são áreas verdes destinadas ao lazer, entretenimento e à recreação dos indivíduos que residem em sua proximidade, também são preservação dos recursos ambientais naturais, que são extensas áreas localizadas fora dos limites urbanos que visam a preservação da fauna e da flora (LOBODA; ANGELIS, 2005).

O PESCAN foi criado em 25 de setembro de 1970 pelo governo do estado de Goiás por meio da Lei Estadual nº 7.282/70, na qual a lei determina como apontado por Albuquerque (1998, p.116) que “a sua área compreende não só o topo, mas também suas fraldas e encostas, sendo toda a área considerada de preservação permanente e proibida a sua alienação ou exploração no topo ou em parte”, na qual visa proteger uma das regiões mais belas do estado e de maior ocorrência de águas termais do Brasil.

**Figura 1 - Parque Estadual da Serra de Caldas Novas - PESCaN**



FONTE: SEMAD, 2022.

<sup>3</sup> Graduando do Curso de ... E-mail: aluno@ueg.br.

<sup>4</sup> Orientador deste trabalho. Docente do Curso de ... Doutor em ... pela Universidade .... E-mail: docente@ueg.br.



O estudo tem como objetivo destacar o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas como uma importante Unidade de Conservação para o Cerrado Goiano. Sendo os municípios de Caldas Novas e Rio Quente destaques internacionais pelos belos *resorts* beneficiados pelas águas termais da região, sendo assim, quais seriam os destaques do PESCaN?

## Materiais e Métodos

Gil (1988) apresenta como caráter exploratório quando se objetiva proporcionar maior esclarecimento com relação ao objeto de estudo e discussão quanto aos estudos levantados. Ainda Gil (1988, p. 45), defende que as pesquisas exploratórias têm como objetivo:

[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. [...] Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: a) levantamento bibliográfico; [...] c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (Selltiz et al., 1967, p.63).

Os documentos para pesquisa bibliográfica se deram através da mídia eletrônica, no portal Capes, SciELO, Web Of Science, anais de congressos e periódicos de revistas científicas. Os dados secundários foram coletados em pesquisas nas plataformas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Sustentável do Estado de Goiás (SEMAD).

## Resultados e Discussão

Ribeiro e Walter (1998), caracterizam o bioma como diferentes fitofisionomias, com formação campestres: Campo Limpo, Campo Sujo e Campo Rupestre; formação savânica: Vereda, Palmeiral, Parque do Cerrado e Cerrado sentido Restrito; e florestais: Cerradão, Mata Seca, Mata de Galeria e Mata Ciliar.



**Tabela 1.** Unidades de Conservação administrada pelo Estado de Goiás.

Esfera Administrativa	UCs		
	GPI	GUS	Total
Estadual	13	10	23

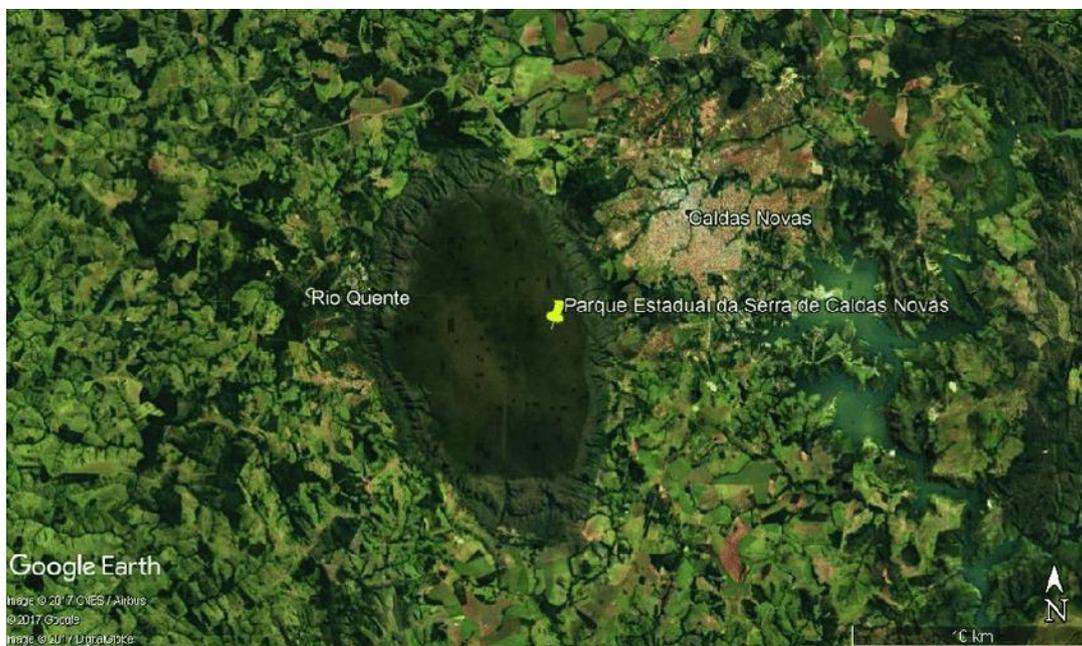
Fonte: Do Autor.

Em Goiás, o primeiro parque a ser criado foi justamente o objeto de estudo dessa pesquisa, o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN). Atualmente, o estado de Goiás, possui um total de 54 Unidades de Conservação (UC), sendo 27 parques, compostos por 2 parques nacionais, 9 parques estaduais e 16 parques municipais, como cita Mendes (2007, p.21).

Silva e Toschi (2016, p.227), apresentam em sua pesquisa sobre o PESCaN que de acordo com a SEMARH/GO (2014, p.2), o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN) é uma unidade de conservação (UC) com 12.315,36 hectares, como também é uma Área de Proteção Ambiental (APA), localizada entre os municípios de Caldas Novas e Rio Quente. Ainda afirmam no mesmo documento que a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH/GO) é a gestora do parque e que recebe em torno de 25 mil visitantes por ano, se tornando a unidade de conservação mais visitada do Estado de Goiás (SEMARH/GO, 2014, p.1).



**Figura 5.** Localização Geográfica do PESCaN entre Caldas Novas e Rio Quente.



FONTE: Google Earth, 2012.

A Serra de Caldas Novas, que leva o nome do parque é privilegiada pela sua localização, ficando entre Goiânia (177 km) e Brasília (320 km), posição que favorece para a visitação de turistas.

Dos parques estaduais, o PESCaN é o que se destaca em estrutura física para atender as expectativas dos visitantes e turistas, ofertando alojamento para aqueles que desejam passar mais de um dia no parque buscando aproveitar o luar; possui auditório para palestras e eventos educativos e têm um memorial com animais originais do Cerrado (PAULINO, 2015).

### Considerações finais

Com inúmeras características apresentadas do PESCaN, bem como as suas particularidades, o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas se destaca pelo o seu recente plano de manejo totalmente atualizado e concluído; sua localização privilegiada em todas as esferas sediada no centro do país; seus aspectos físicos e biológicos lhe diferencia de outros parques e atrai pesquisadores e cientistas; suas atividades turísticas

são decorrentes dos turistas que vem com interesse nas atividades econômicas das cidades vizinhas e mesmo assim tem seu destaque, contribuindo economicamente contribui para a economia local para pequenas famílias na região, se destacando como principal parque estadual de Goiás por diversos fatores.

## Referências

EARTH, Google. 2022. Disponível em: < <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>>. Acesso em: 24 de outubro de 2022.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1988.

LOBODA, C. R. ANGELIS, B. L. D., 2011. de. Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, usos e funções. **Ambiência**, Guarapuava, v. 1, n.1, jan./jul. 2005, p. 125-139. Disponível em: < [ÁREAS VERDES PÚBLICAS URBANAS: CONCEITOS, USOS E FUNÇÕES | Loboda | AMBIÊNCIA \(unicentro.br\)](#)> . Acesso em: 09 de junho de 2011.

MENDES, Paula Cândida Barbosa Turismo e Meio Ambiente no Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – GO (PESCAN). 2007. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007.

PAULINO, B, G. Análise Temporal da Ocorrência de Incidência Florestais no Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN), Goiás.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, N. M.; ALMEIDA, S. P. (Ed.). Cerrado: Ambiente e Flora, Brasília, p. 87-166, 1998.

SEMAD. Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. [Goiás]. SEMAD, 02 out. 2022. Disponível em: <<https://www.meioambiente.go.gov.br/meio-ambiente-e-recursos-h%C3%ADdricos/parques-e-unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o.html#:~:text=Goi%C3%A1s%20possui%202023%20unidades%20de,%C3%A1rea%20de%20relevante%20interesse%20ecol%C3%B3gico>>. Acesso em: 14 out. 2022.

**EFEITOS DA VARIAÇÃO CAMBIAL E POLÍTICAS DE CRÉDITO NO  
PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO SETOR  
AGROPECUÁRIO DO BRASIL NO PERÍODO DE 2010 A 2019.**

**THE EFFECTS OF EXCHANGE VARIATION AND CREDIT POLICIES  
ON THE ECONOMIC DEVELOPMENT PROCESS OF THE AGRICULTURAL  
SECTOR IN BRAZIL FROM 2010 TO 2019.**

43

**HELLEN RAYANE FERREIRA GALVÃO  
VITÓRIA FERREIRA DA SILVA**

**Resumo:** O setor agropecuário possui um importante papel na geração de receitas para o Brasil, além de suas outras atribuições, como o fornecimento alimentício e o suporte ofertado para as demais atividades. A atividade agropecuária é uma das principais fontes geradoras de divisas, portanto, a variação cambial de determinado período é um fator determinante para a tomada de decisões. Uma economia que valoriza as exportações cria um cenário favorável para o segmento agropecuário, e para gerar incentivos e até mesmo fortalecer o ramo, são criadas políticas de crédito que beneficiem a produção. Portanto, entender o comportamento das variáveis e o contexto econômico em que se encaixam é essencial para que se possa garantir a lucratividade e ainda, se prevenir contra os riscos econômicos.

**Palavra-chave:** Agropecuária, atividade, cambial.

**Abstract:** The agricultural sector plays an important role in generating income for Brazil, in addition to its other attributions, such as the additional supply and support offered for the activities. Agriculture is one of the main sources of divisions, therefore, the activity is a fixed-period exchange rate factor for decision-making. An economy that values exports as a favorable environment for the agricultural sector, and to generate incentives and even increase the sector, credit policies are created that benefit



production. Therefore, understanding the behavior of the variables and the economic in which they fit is essential to ensure profitability and still be able to prevent risks.

## INTRODUÇÃO

A agropecuária detém um importante papel no cenário econômico brasileiro, sendo responsável por toda a base do desenvolvimento ao longo da história, assim como a sua trajetória e inserção no mercado.

O resultado que as atividades voltadas para o cultivo e a pecuária apresentam na economia possuem uma atuação essencial na geração de receitas do país, além de se colocar como uma atividade indispensável para o abastecimento alimentício da sociedade, também oferece suporte para a manutenção dos demais setores, gera empregos e cria divisas de extrema importância para a expansão do capital estrangeiro. Logo, se colocando como umas das principais atividades condicionantes do cenário econômico do Brasil, suas variações causam impactos tanto em indicadores sociais quanto nos de produção e lucratividade.

Analisar e compreender suas particularidades, assim como entender o modo com que as tendências econômicas de taxa de câmbio e as fontes de financiamento da produção atuam sobre o setor são estudos imprescindível para o embasamento de políticas e planejamentos que se adequem e beneficiem o cenário atual, afinal, vários outros segmentos dependem do agronegócio.

O estudo realizado busca analisar as políticas macroeconômicas e setoriais do Brasil a fim de compreender os seus reflexos no setor agropecuário, possibilitando um embasamento teórico para a tomada de decisões e elaboração de planos de ação que beneficiem e possibilitem a uma gestão da atividade agrícola e pecuária em determinado contexto econômico.

## METODOLOGIA



O presente trabalho foi elaborado através de pesquisa bibliográfica e estatística descritiva referente à dados disponíveis sobre o PIB do agronegócio, a variação cambial, balança comercial e políticas de crédito rural no período de 2010 a 2019, no Brasil, analisando a forma com que a agropecuária se comporta diante das tendências econômicas. Os dados utilizados nesse estudo foram obtidos através do IPEADATA, CEPEA, BNDES e demais artigos e livros que tratem sobre o assunto.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Por trás das ondulações na curva de desempenho da agropecuária existem variáveis que afetam o seu dinamismo, desenvolvendo uma espécie de “efeito em cadeia”, onde a oscilação de uma gera reflexos em outra. No caso da agropecuária, a variação cambial se coloca como uma dessas vertentes.

Segundo Bacha (2018, p. 66) a desvalorização cambial ocorre quando se utiliza uma quantidade maior do real em troca do dólar, já na valorização, para efetuar a troca se usa uma quantidade menor de reais em troca do dólar. Bacha, (2018, p. 72) também aponta os impactos da variação do câmbio no setor agropecuário. A valorização tem um resultado negativo, pois irá estimular as importações, gerando um cenário de transferência da renda para outros setores, diminuindo a receita e o preço dos produtos tanto no mercado externo quanto no interno. Já uma desvalorização vai apresentar resultados positivos, estimulando as exportações, principal mercado comprador do setor agropecuário.

Gremaud, Júnior e Vasconcellos (2017, p. 361) define a economia brasileira como “agroexportadora”, um modelo dependente quase que exclusivamente das suas exportações, isso porque, desde o início, a principal atividade do país estava associada aos poucos commodities produzidos em território nacional. No período da República Velha, predominava o ciclo do café e o bom desempenho econômico do país dependia da demanda internacional pelo produto. Isso tornava o mercado interno vulnerável as oscilações econômicas estrangeiras, pois o preço era ditado pelas suas necessidades.

A valorização ou desvalorização da moeda nacional frente a estrangeira pode tanto causar a expansão do setor, através da maximização dos lucros como também ocasionar o efeito contrário, que é o caso da valorização da moeda nacional que gera um efeito de transferência da renda para a indústria. Essa última situação foi a condição em que se encontrava a economia brasileira durante a “Grande depressão” a partir de 1930. O mercado mundial sofria as consequências de uma crise avassaladora, e o Brasil se encontrava em uma condição de muita oferta, para pouca demanda causando um detrimento das exportações frente as importações e, portanto, se caracterizando como o deslocamento do centro dinâmico. (Gremaud, Júnior e Vasconcellos; 2017, p. 380)

No artigo produzido por Paula e Meyer (2009) é realizado uma análise da política de câmbio utilizada e como isso impactou no saldo da balança comercial. De acordo com o estudo, a execução do plano de metas juntamente com a apreciação da taxa de câmbio foram um dos principais fatores para a diminuição das exportações e a alavancagem das importações no período de 1994 a 1998.

O estudo de RAMOS e JÚNIOR (2010) descreve a política de crédito como um mecanismo de concessão de financiamento a agropecuária com uma taxa menor que a oferecida no mercado, buscando apoiar o setor. O governo através de planejamentos desenvolveu o crédito rural, adotando medidas com objetivo de modernizar e expandir as fronteiras agrícolas através da oferta de crédito e taxas de juros subsidiadas.

Os agricultores enfrentam, mais do que os empreendedores de outros setores, dificuldades especiais para capitalizar-se com recursos próprios e, por isso, dependem da disponibilidade de crédito, em quantidade e condições adequadas, para financiar os investimentos e a produção corrente. (BUAINAIN et al., 2007, p. 7)

Os produtores rurais utilizam os recursos concedidos pelas instituições financeiras nessa linha de crédito de diversas maneiras na sua propriedade. Podem investir em novos equipamentos e animais ou custear matéria prima para o cultivo. Podem ainda utilizar esses recursos para comercializar e industrializar a produção. (Banco Central do Brasil, 2021)

Ele pode ser dividido em crédito de custeio, investimento, comercialização e de industrialização. O crédito de custeio se relaciona à necessidade de capital de giro para

as atividades agrícolas (para compra de sementes, adubo, defensivos, plantio e colheita, por exemplo). O crédito de investimento refere-se às recusas necessários para a construção de instalações e compra de equipamentos necessários à produção agropecuária (como tutores, colheitadeiras, silos, por exemplo). E o crédito de comercialização está relacionado à política de preços mínimos. (BACHA, 2018, p. 84)

Política de Garantia de Preços Mínimos é uma importante ferramenta para diminuir oscilações na renda dos produtores rurais e assegurar uma remuneração mínima, atuando como balizadora da oferta de alimentos, incentivando ou desestimulando a produção e garantindo a regularidade do abastecimento nacional. (MAPA, 2021)

Schedenfeldt, et al. (2021) apresenta em seu trabalho alguns exemplos de importantes instrumentos privados de financiamento da agropecuária. Sendo:

A CPR (Cédula do Produtor Rural) é um título que representa uma promessa de entrega futura de um produto agropecuário, funcionando como um facilitador na produção e comercialização rural. Foi criada pela Lei nº 8.929 de 1994, e é um título cambial, negociável no mercado e que permite ao produtor rural, ou às suas cooperativas, a comercialização antecipada da produção. (2021, p. 73)

A LCA (Letras de Crédito do Agronegócio) é um investimento de renda fixa que após ser adquirido já consta um rendimento pré-estabelecido. Foi desenvolvido para dar lastro ao crédito agropecuário e tem como objetivo captar recursos financeiros destinados a empréstimos para o setor agropecuário. É um título de emissão exclusiva de instituições financeiras, públicas ou privadas, e serve para garantir operações de empréstimos bancários – os produtores emitem títulos financeiros que são resgatados no pagamento da dívida. (2021, p. 77)

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando estruturas econômicas de períodos mais recentes no Brasil, pode-se compreender, a partir dos efeitos expostos acima do saldo da balança comercial no mercado, como o comportamento das políticas macroeconômicas estabelecem



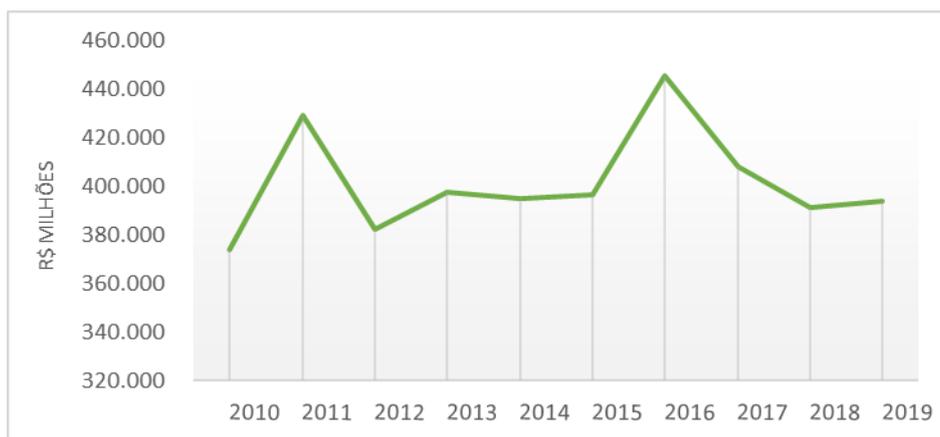
processos, ora a favor, ora contra a prosperidade de determinado setor. Após o processo de industrialização do Brasil, a relação oferta x demanda não estava mais ligada apenas a exportação de commodities, mas também ao mercado industrial que se formou. O ponto dessa observação é: o desempenho apresentado por outros segmentos, como o industrial, também deve ser levado em consideração, pois, em uma conjuntura em que a indústria tenha uma demanda maior por insumos estrangeiros, elevando as importações e diminuindo a quantidade de divisas no mercado nacional e consequentemente valorizando a moeda nacional, o setor agropecuário acaba por não se beneficiar, perdendo força no mercado.

Tabela 1 - PIBcf da agropecuária - Brasil - 2010 a 2019

Ano	R\$ Milhões
2010	373.807,04
2011	429.422,57
2012	382.315,59
2013	397.510,99
2014	395.081,16
2015	396.703,97
2016	445.781,38
2017	408.454,27
2018	391.419,03
2019	394.048,41

Fonte: CEPEA (2022). Elaboração própria.

Gráfico 1 - PIBcf agropecuária - Brasil - 2010 a 2019

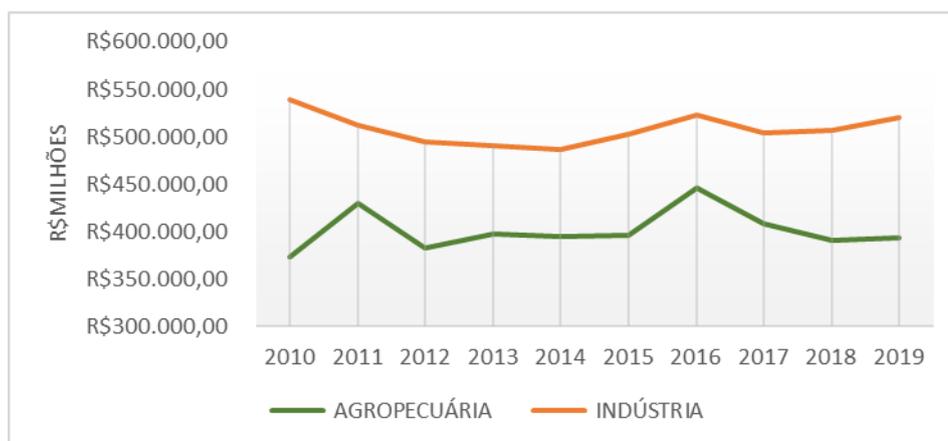


Fonte: CEPEA (2022). Elaboração própria.



As imagens acima apresentam a variação do PIB a custo de fatores da agropecuária no período de 2010 a 2019, mensurando a participação do setor no total do produto interno bruto do país. Nesse corte temporal, observa-se que houve períodos de queda, recessão e até mesmo estabilidade. Destaca-se os máximos da curva em 2011 e 2016, onde ostenta um crescimento da sua produtividade.

Gráfico 2 - PIBcf agropecuária e indústria - 2010 a 2019



Fonte: CEPEA (2022). Elaboração própria.

No gráfico 2 foi adicionado o PIBcf do setor industrial junto ao da agropecuária. Com essa comparação é possível identificar as tendências da curva dos dois segmentos. De 2010 a 2014 a indústria enfrentou um longo período de recessão, já a agropecuária oscilou entre altos e baixos. Em 2017 vemos a ocorrência contrária, enquanto a agropecuária estava em processo de queda, a indústria se encontrava em ascensão.

Tabela 2 - Saldo da balança comercial - Brasil - 2010 a 2019

Ano	R\$ Milhões
2010	167,40
2011	193,62
2012	142,42
2013	160,65
2014	187,12
2015	286,29
2016	260,98
2017	173,95
2018	202,29
2019	175,57



Fonte: Ipeadata (2022). Elaboração própria.

Gráfico 3 - Saldo da balança comercial - Brasil - 2010 a 2019



Fonte: Ipeadata (2022). Elaboração própria.

O saldo da balança comercial se dá através da diferença entre exportações e importações, podendo ser superavitária que é quando as exportações se sobressaem sobre as importações, ou deficitária, onde ocorre o inverso. A balança comercial brasileira se mantém superavitária, então, a partir disso, é possível seguir com a visualização dos períodos de aumento ou diminuição das exportações de 2010 a 2019, como ilustra o gráfico 3. De 2010 até 2015, foram registradas baixas na balança apenas de 2011 para 2012, nos outros anos, a tendência foi de elevações progressivas e, de volta ao no gráfico 1, nota-se a semelhança da curva da agropecuária com o saldo da balança nesse período. Quando as exportações aumentaram no intervalo 2010-11, a produção agropecuária também aumentou, assim como em 2012, com o declínio das duas variáveis.

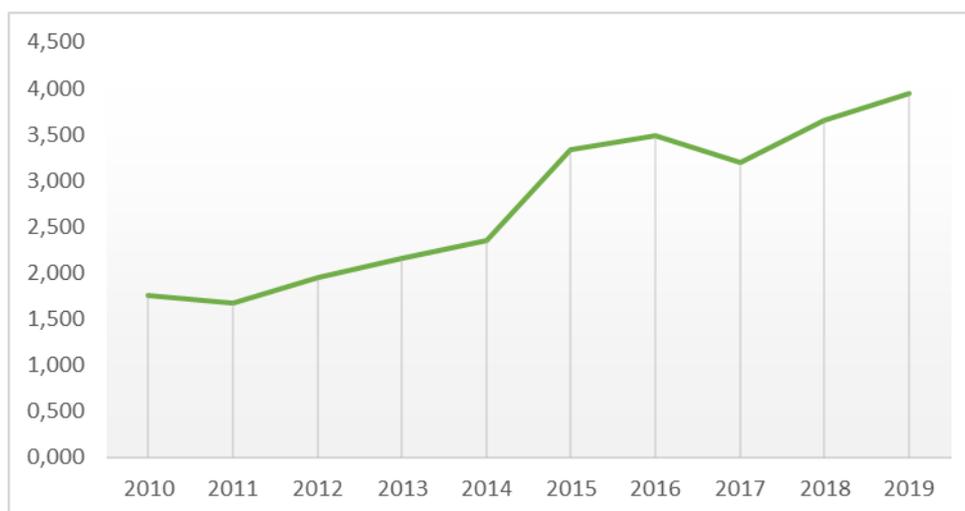
Tabela 3 - Taxa de câmbio - Brasil - 2010 a 2019

Ano	R\$ / US\$
2010	1,760
2011	1,675
2012	1,955
2013	2,158
2014	2,353
2015	3,332
2016	3,490

2017	3,192
2018	3,654
2019	3,945

Fonte: Ipeadata (2022). Elaboração própria.

Gráfico 4 - Taxa de câmbio - Brasil - 2010 a 2019



Fonte: Ipeadata (2022). Elaboração própria.

A tabela 3 demonstra a relação de valor do real para o dólar. Em 2010 eram necessários R\$1,76 para adquirir US\$1,00 e em 2019, esse valor mais que dobrou. Esses dados mostram como a moeda nacional se desvalorizou ao longo dos anos. E a representação do gráfico 4 possibilita a visualização dessa condição, a moeda internacional foi, ao longo dos anos, ficando cada vez mais cara, ou seja, a cada ano, uma maior quantidade de reais era necessário para adquirir um dólar. A tendência da curva retratada no gráfico 4 é de um cenário de desvalorização da moeda nacional. Apenas no período de 2010 para 2011 e de 2016 para 2017 é que ocorrem leves picos de diminuição do valor do dólar frente ao real.

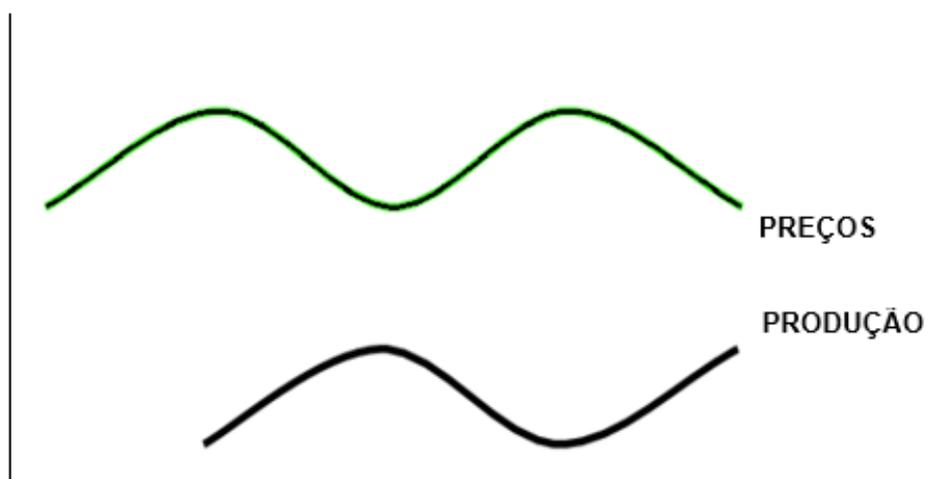
Nos dados analisados percebe-se que, nem sempre, as variáveis macroeconômicas se interligam da forma esperada. Isso ocorre porque, em cada período, se vivenciava uma situação temporal distinta que afeta o comportamento de toda a cadeia econômica, portanto, deve-se considerar o direcionamento político, o cenário internacional, as razões sociais entre outros fatores. Em momentos de crise, algumas atitudes por parte do Estado são tomadas para que possa garantir e assegurar os



preços, a produção e a renda da agropecuária, através de mecanismos de políticas setoriais. O crédito rural se enquadra como uma dessas medidas, ele tem o objetivo de custear os insumos, máquinas e equipamentos necessários, viabilizando a produção e fomentando o ramo.

O setor agropecuário tem algumas especificidades que dificultam a concessão de crédito em algumas instituições financeiras, com isso o governo através de políticas de crédito intervém para facilitar e apoiar o desenvolvimento do setor.

Gráfico 5 - Preços e Produção - Política de preços mínimos



Fonte: Bacha (2018)

O Gráfico 5 apresenta a forma com que a produção e os preços se comportam. Com o aumento da produção o preço dos produtos diminui e quando a produção diminui o preço aumenta. Analisando essas flutuações e a forma com que as curvas traçam percursos inversos, foi criada a política de preços mínimos.

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) foi fundado em 1952 com o objetivo de estimular o desenvolvimento do país através de financiamentos de longo prazo, com taxas acessíveis. (BNDES, 2022)

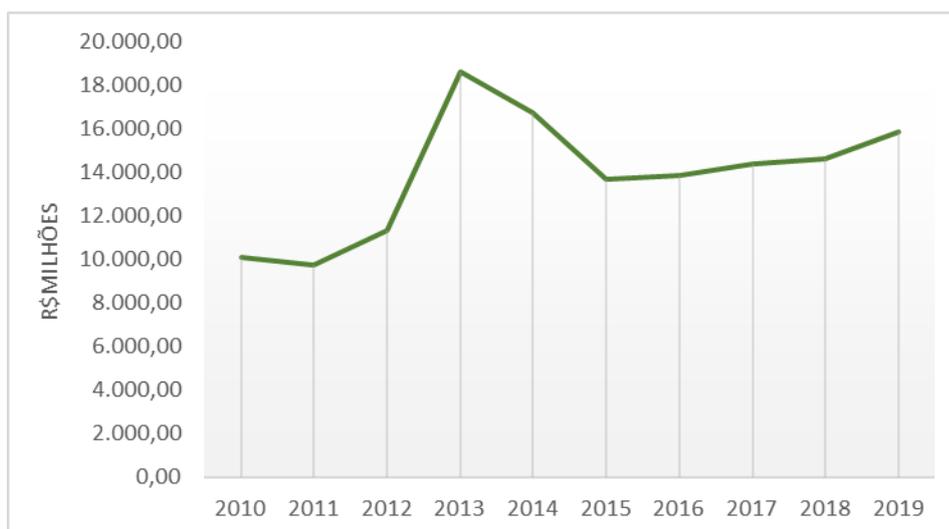


Tabela 4 - Desembolsos BNDES - Agropecuária - Brasil - 2010 a 2019

Ano	R\$Milhões
2010	10.126,00
2011	9.759,00
2012	11.362,00
2013	18.662,00
2014	16.775,00
2015	13.710,00
2016	13.898,00
2017	14.375,00
2018	14.660,00
2019	15.870,00

Fonte: BNDES (2022). Elaboração própria.

Gráfico 6 - Desembolsos BNDES - Agropecuária - Brasil - 2010 a 2019



Fonte: BNDES (2022). Elaboração própria.

Os dados da tabela 4 apresentam a quantidade em milhões de desembolsos realizados BNDES, e abaixo, a sua representação gráfica. À primeira visão, o ponto mais significativo ocorreu em 2013, com mais de R\$18MM liberados para o setor, uma variação de 64,2% em relação ao ano anterior. Também é interessante ressaltar a tendência de alta na liberação de financiamentos que ocorreu a partir de 2015, mantendo seu crescimento constante até 2019. Nesse mesmo período, houve uma queda nas

exportações e no valor do PIBcf da agropecuária, isso afirma a recessão econômica que o país sofria na época.

A Lei Kandir, criada em 1996 para regulamentar a aplicação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços (ICMS), tem como objetivo reduzir a carga de tributos para exportação, para tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional.

A Lei Complementar nº 87, desonerou as exportações de semielaborados e dos produtos primários da cobrança do ICMS, eliminando a cumulatividade, ao prever a constituição de créditos relativos à compra de bens de capital, ao consumo de bens de uso e de energia elétrica. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008, p. 206)

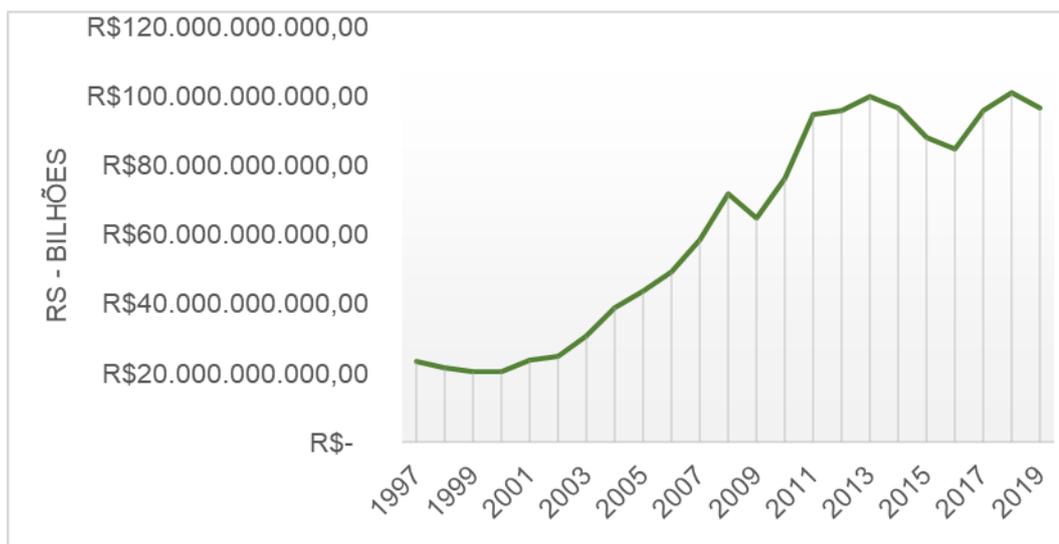
A crescente e expressiva exportação brasileira no setor do agronegócio, possivelmente está associada a existência da lei n 87/96, que beneficia as operações e produções destinadas à exportação. (SOCCOLOSKI, 2016, p. 4)

*Tabela 5 - Exportações - Brasil - 1997 - 2019*

Ano	R\$ Bilhões
1997	23.343.712.330,00
1998	21.524.762.386,00
1999	20.470.203.868,00
2000	20.576.663.042,00
2001	23.828.265.867,00
2002	24.811.600.651,00
2003	30.608.307.516,00
2004	38.922.873.225,00
2005	43.585.849.062,00
2006	49.416.495.515,00
2007	58.358.334.415,00
2008	71.747.138.356,00
2009	64.741.172.917,00
2010	76.395.921.327,00
2011	94.916.713.269,00
2012	95.748.843.123,00
2013	99.932.843.060,00
2014	96.659.151.803,00
2015	88.168.172.194,00
2016	84.937.406.367,00
2017	96.014.250.614,00
2018	101.168.287.537,00

2019 96.850.662.428,00  
Fonte: AGROSTAT (2022). Elaboração própria.

Gráfico 7 - Exportações - Brasil - 1997 - 2019



Fonte: AGROSTAT (2022). Elaboração própria.

A tabela 5 expressa os valores em Bilhões das exportações anuais a partir do ano de 1997 até o ano de 2019. Na representação do gráfico 6 é possível observar que a partir do ano de 1997 as exportações cresceram consideravelmente, passando de R\$ 23 Bilhões para R\$ 101 Bilhões em duas décadas, isso, após entrar em vigor a Lei n° 87.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agropecuária, como os demais setores da economia, está sujeita as tendências de mercado e seus impactos. A análise das políticas macroeconômicas e setoriais nesse caso são imprescindíveis, pois através delas será possível identificar as causalidades e efeitos por traz do cenário vivenciado em determinado período. De 2010 a 2019 a agropecuária experimentou altos e baixos, e nem sempre, as variáveis que explicam essas oscilações são explícitas.

De modo geral, através do diagnóstico dos dados coletados, constata-se que um cenário promissor à agropecuária é um com desvalorização da moeda nacional



interligado a um mercado favorável às exportações, mas que, nem sempre, essas variáveis são as responsáveis pela conjuntura experimentada. O reflexo de outros setores da economia assim como a condição política e econômica externa também desempenham um grande papel. E são em momento de incerteza, como observa-se no período 2015-2017, quando as variáveis não oferecem o resultado previsto, que entram em vigor os planos de ações desenvolvidos com o intuito de frear os impactos.

As políticas de crédito são ferramentas econômicas que atuam em conjunto com as políticas macroeconômicas, pois, através dessa integração de fatores, é possível prever e entender o mercado agropecuário oferecendo uma boa gestão dos riscos, diminuindo as perdas e mantendo o agronegócio forte no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGROSTAT. Disponível em <https://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em: 15/08/2022.

BACHA, Carlos J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Alínea, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL; **Finanças Públicas**. Repositório em Ipeadata, Distrito Federal, 2008. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/manualfinpublpBC.pdf>. Acesso em: 15/08/2022.

BUAINAIN, et al. **Alternativas de financiamento agropecuário: experiências no Brasil e na América Latina**. Repositório em IICA, 2007. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/19391/BVE3111900008678p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15/08/2022.

CEPEA. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 17/07/2022.

Gremaud, et al. **Economia brasileira contemporânea**. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

Ipeadata. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 25/07/2022.



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior



Universidade  
Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

MAPA; **Política de preços mínimos**. Repositório em Gov., 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/mapa-do-leite/temas-estruturantes/precos-e-contratos/politica-de-garantia-de-precos-minimos-pgpm>. Acesso em: 15/08/2022.

Meyer, Tiago R.; Paula, Luiz F. **Taxa de câmbio, exportação e balança comercial no Brasil: Uma análise do período 1999-2006**. Análise Econômica, Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/9708>. Acesso em: 16/08/2022.

RAMOS, Simone Y.; JUNIOR, Geralda B. M.; **Evolução da Política de crédito Rural Brasileira**. Repositório em Embrapa, Distrito Federal, 2010. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/>. Acesso em: 28/06/2022.

SOCCOLOSKI, Vanessa; **Os impactos econômicos da Lei Kandir no corede produção – RS**. Repositório em IPF, Passo Fundo, 2016. Disponível em: <http://repositorio.upf.br/handle/riupf/969>. Acesso em: 19/08/2022.



## A Teoria das Expectativas na Visão da Teoria Quantitativa da Moeda

Ana Beatriz A. Carneiro

Prof. Dra. Adriana Pereira de Sousa

58

### 1. INTRODUÇÃO

Desde Hume, discute-se o efeito de uma mudança da quantidade de moeda sobre os preços, o emprego e a produção de bens. Para ele, a produção de bens e serviços assim como o nível de emprego se alteram, contudo, com o decorrer do tempo, todo o efeito da alteração do estoque da moeda é repassado para os preços. (HUME, 1752)

A Teoria Quantitativa da Moeda de Irving Fisher foi essencial para o surgimento da escola do monetarismo. Teoria que enfatiza o papel da política monetária para a estabilidade macroeconômica de uma economia de mercado através de instrumentos como alteração na oferta de moeda e de outros meios de pagamento. (FISHER, 1982)

A economia, de um modo geral, falando tanto internamente como em seu âmbito global, é influenciada em vários aspectos pela formação das expectativas dos agentes através do comportamento dos mercados. Nesse contexto, a teoria de Fisher, passou por uma série evolutiva de sua aplicação dentro de uma estrutura de tempo das taxas de juros, passando pelas expectativas de longo e curto prazo atuando respectivamente sobre investimento agregado e decisões de estoque, expectativas adaptativas dentro dos grandes modelos econométricos de análise do mercado, até chegar ao conceito das expectativas racionais, otimizando todas as informações disponíveis.

As expectativas atuam em praticamente todas as áreas da atividade econômica, abrindo várias portas para a aplicação de sua teoria no sistema financeiro, estudo da moeda, e atividades bancárias. O argumento diferencial no tratamento das expectativas segundo Keynes será o “tempo”, as expectativas de curto e de longo prazo. As decisões econômicas são tomadas e sem

que decorra certo espaço de tempo não serão produzidas variações no nível de emprego. (KEYNES, 1983)

O estudo tem como objetivo revisar a Teoria das Expectativas na Visão da Teoria Quantitativa da Moeda.

## 2. MÉTODO

Em relação a tipologia do estudo, será utilizado a pesquisa qualitativa. O estudo também é feito a partir de pesquisas bibliográficas, feitas a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

O método utilizado é o método dedutivo. De acordo com Gil (2011, p. 9) “O método dedutivo parte de princípios reconhecidos como os verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica”.

## 3. RESULTADO E DISCUSSÕES

Surgida na década de 1920 com Irving Fisher, as expectativas emergiram para o campo prático amparadas pela abordagem da teoria quantitativa da moeda (TQM). A teoria quantitativa da moeda, em sua abordagem Clássica, aposta na neutralidade da moeda afirmando que o nível dos preços é proporcional ao estoque monetário, e que as taxas de juros não têm nenhum efeito sobre a demanda por moeda. Os estudos da TQM buscavam a ligação entre a oferta de moeda (M) e a quantidade total de despesas com bens e serviços produzidos na economia P (nível de preços) x Y (produto agregado). Na sequência aparece um importante conceito que será determinante nas conclusões da TQM, a Velocidade (V), que surge da relação entre M e P. A partir da relação entre as variáveis acima surgiu a equação de troca

$$MxV = PxY,$$

onde a quantidade de moeda multiplicada pelo número de vezes que essa moeda é gasta em um determinado ano deve ser igual a renda nominal. Nesse ponto, segundo Fisher, as instituições desempenhariam papel importante na influência sobre o modo como as pessoas irão realizar suas compras; se elas usarem cartão de crédito a velocidade irá aumentar pelo fato de exigirem menor quantidade de dinheiro; se as pessoas utilizarem dinheiro ao invés de outras formas de pagamento a velocidade irá diminuir por que para o mesmo nível de renda nominal será usado maior quantidade de dinheiro. (MISHKIN, 1997)

A teoria de demanda por moeda desenvolvida por Keynes recebe o nome de teoria da preferência da liquidez, onde Keynes mostrou-se muito competente na determinação de três motivos que estimulam o indivíduo a reter moedas, são eles:

- Motivo transacional, é a parte da renda destinada as transações cotidianas, sendo esta proporcional a renda.

- Motivo precaucional, está ligado ao acontecimento inesperado em que os indivíduos precavidos não suportam a ideia de serem atingidos inesperadamente.

- Motivo especulativo, esse motivo é o transmissor de efeitos do ponto de vista das taxas de juros, ele é afetado pelo comportamento das variáveis monetárias, a taxa de juros irá oscilar quando ocorre mudança na oferta de moeda e alteração das expectativas dos agentes. (MISHKIN, 1997)

Os dois primeiros motivos afetam a demanda por moeda influenciando o nível de renda e nível de produção. A ação dos três motivos em conjunto determinará a equação da demanda por moeda, Sendo

$$Md / P = (f) i, Y$$

Md = demanda por moeda; P = nível dos preços; i = taxa de juros; Y = produto agregado; Agora Keynes diferencia a equação de demanda por moeda sugerida por Fisher,



afirmando que os juros influenciam a demanda por moeda. Keynes apresenta sua equação onde a demanda por saldos reais de moeda é inversamente relacionada a taxa de juros  $i$ , e após acrescentarmos a teoria da velocidade percebe-se que Keynes não considera a velocidade constante. Fazendo uma leitura da fórmula, observamos que uma elevação nas taxas de juros estimula as pessoas a deterem saldos reais de moeda mais baixos a um dado nível de renda, então a taxa de velocidade de circulação da moeda sofre os reflexos das variações da taxa de juros, determinando a sua condição de variável não constante. (KEYNES, 1983).

#### 4. CONCLUSÃO

Tendo em vista os aspectos observados, conclui-se que a mudança na quantidade de moeda não acontece de modo uniforme na economia, devido a existência de efeitos transitórios nos preços, emprego e a quantidade de bens em circulação. O modo pelo qual isso acontece é que a taxa de juros se movimenta, mas não incorpora toda a mudança ocorrida nos preços devido a um aumento do estoque de moeda.

#### 5. AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual de Goiás pela oportunidade

#### 6. REFERÊNCIAS

Fisher, I. **The theory of interest**. New York: The Macmillan Co., 1930. Uma análise crítica da teoria quantitativa da moeda 13 Economia & Tecnologia - Ano 07, Vol. 25 - Abril/Junho de 2011  
Fisher, I. **The purchasing power of money**. New York: The Macmillan Co., 1911.

Keynes, J. M. **The theory of employment, interest and money**. London: Palgrave Macmillan, 1936.  
Lucas, R. E. J



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus  
Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior



Universidade  
Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

Ben S. Bernanke & Frederic S. Mishkin, 1997. "**Inflation Targeting: A New Framework for Monetary Policy?**" Journal of Economic Perspectives, American Economic Association, vol. 11(2), pages 97-116.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

Hume, D. Of interest. In: Miller, E. F. (Ed.). **Essays, moral, political and literary**. Indianapolis: Liberty Classics, 1952.

## Geopolítica da imigração venezuelana: as políticas neoliberais e a política de interiorização

Max Henrik Markezan Silva<sup>5</sup>  
Glauber Lopes Xavier<sup>6</sup>

**Resumo:** A questão venezuelana recente é marcada por inúmeras contradições e elementos que englobam a dimensão política, econômica e territorial. A partir da reunião desses elementos, constitui-se a complexidade da crise socioeconômica que atingiu a Venezuela nos últimos anos, podendo, portanto, ser visualizada por meio de diferentes óticas de análise. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar a geopolítica que envolve a imigração venezuelana para o Brasil, apontando as políticas neoliberais como fatores determinantes para a crise, e compreender as estratégias de interiorização empreendidas pelo Governo brasileiro, e, com isso, analisar a situação do imigrante venezuelano em Goiás em face à necropolítica e à estrutura da sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Migração Venezuelana, geopolítica, necropolítica, biopolítica.

### Introdução

A Geopolítica da América Latina se caracteriza pela conexão de fatores oriundos de diferentes dimensões da sociedade, proporcionando aspectos singulares em um panorama global, fruto das relações internacionais, e profundamente marcado por uma dependência econômica, que se evidencia e se desdobra por uma complexa problemática social. Herança do colonialismo, fruto de um “progresso” tardio, resultado de uma desigual estrutura internacional, consequências da modernização, enfim, uma série de fatores dão origem à atual conjuntura política dos países latino-americanos, na qual poucas coisas podem ser afirmadas com clareza, sendo uma delas, é que, de fato, há uma profunda dependência de capital estrangeiro, gerada pelas políticas neoliberais.

Não somente a Geopolítica, como a História da América Latina se configura a partir da convergência de complexos fatores e eventos, e, apesar de ocorrer em um mesmo panorama, ou seja, no contexto de expansão e domínio capitalista pelo mundo, é uma história amplamente diversificada. Sendo assim, a análise de determinados fatores deve considerar as singularidades manifestadas por cada lugar, em determinado período.

<sup>5</sup>Mestrando do Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado. E-mail: maxmarkezan@hotmail.com.

<sup>6</sup>Orientador deste trabalho. Docente do PPG/TECCER/UEG. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás E-mail: glauber.xavier@ueg.br.

Como um todo, diversos elementos em comum aos países latino-americanos são visualizados na linha temporal, como os processos de colonização, independências, revoluções, ditaduras, que, apesar de suas particularidades regionais, seguem um mesmo fluxo e buscam as mesmas finalidades, no que tange às relações econômicas internacionais, e que, portanto, determinam as relações sociais.

Dessa forma, cada país, a partir de sua herança cultural, conserva em sua estrutura econômica, mesmo após transformações radicais, elementos do período colonial, construídos historicamente a partir da relação com os elementos físicos e naturais do espaço, que ainda hoje são o centro da economia da maior parte dessas nações. Assim, recursos naturais, sobretudo reservas minerais, são os elementos-chave da economia latino-americana, como se pode observar no Brasil, com a exportação de soja, e na Venezuela com a renda petrolífera. Estes recursos, por sua vez, necessários à estruturação das sociedades pautadas nas relações comerciais, irão determinar as relações sociais e relações de produção, pautadas essencialmente nos interesses do capital e de sua reprodução.

De acordo com Martins (2019), o capitalismo, simultaneamente, dissolve as relações sociais que bloqueiam ou dificultam essa reprodução, incorporando as relações que não podem ser substituídas, sendo recriadas enquanto momento do processo de reprodução, ou seja, uma forma social carregada de novas determinações e prerrogativas, pautadas em atender os interesses do capitalismo. Além das determinações econômicas inseridas pelo capital, bem como os elementos históricos que recaem como um fardo sobre o presente vivido, as relações territoriais são delineadas a partir dessa conjuntura, tendo forte impacto sobre a população.

Nesse contexto, desde os primórdios da exploração capitalista com a formação das sociedades coloniais, até os dias atuais, a relação desse modelo econômico, baseado em um discurso legitimador de progresso de modernização, a relação das populações nativas e dos trabalhadores em geral com essa estrutura, se deram no sentido de assegurar sua dominação e reprodução em uma ampla escala. Essa dominação, como será discutido nesse artigo, se inserindo em uma complexa teia geopolítica, será analisada a partir de dois pontos: das relações econômicas de produção, ou seja, relação

de classes, a partir do pensamento marxista, e a partir da necropolítica, dialogando o conceito de Achille Mbembe com a biopolítica de Michel Foucault.

Esses dois panoramas analíticos servirão, de um lado, para compreender as relações de dominação do sistema capitalista em seu contexto neoliberal, e de outro para visualizar os discursos de poder e as políticas que determinam e condicionam a vida dos indivíduos pertencentes à sociedade. Como objeto de análise foi selecionado o contexto socioeconômico recente da Venezuela, que provocou um intenso processo migratório de refugiados venezuelanos para outros países da América.

Busca-se, no presente texto, refletir acerca da posição da Venezuela na Geopolítica latino-americana, e traçar a estrutura das políticas estatais, oriundos do plano internacional e do plano local do país, a partir dos conceitos de necropolítica e biopolítica, para então compreender a situação dos imigrantes venezuelanos que vieram para o Brasil, mais especificamente para Goiás, no intuito de visualizar as diferentes determinantes que recaem a esses indivíduos, dentro do mesmo sistema, porém em um contexto de dominação distinto da realidade de seu país. Trata-se de um desdobramento de pesquisa de mestrado, que se encontra em andamento.

## Desenvolvimento

Como resultado de um processo de expansão do capitalismo em escala mundial, a estrutura econômica dos países periféricos, desde a colonização, vivencia uma ampla desigualdade e profundas contradições socioeconômicas. Mesmo com o fim da economia colonial, a constante busca por uma economia autônoma não encontrou espaço na atual divisão internacional do trabalho, que condiciona esses países a ocuparem os postos de países de exportação.

Galeano (2019) aponta que o interesse colonial nos recursos naturais dos países periféricos se mantém, porém com novas prerrogativas e ferramentas, a partir de um gradual processo de consolidação do capitalismo na América Latina. Esse interesse caracteriza a estrutura geopolítica desses países, sobretudo daqueles detentores de



grande riqueza natural, como o Brasil e sua riqueza vegetal e mineral, e a Venezuela, sobretudo com sua enorme reserva de petróleo.

Pensar a geopolítica do território latino-americano é pensar uma série de fatores que não se restringem aos aspectos físicos e geográficos. Olhando do ponto de vista espacial, a América Latina possui certas particularidades se comparada a outras regiões. Em primeiro lugar, a divisão da América em Anglo-saxônica e Latina é uma divisão cultural, diferindo, portanto, de América do Sul, que obedece a critérios geográficos. Sendo assim, a América Latina é mais abrangente que a América do Sul, constituída de basicamente todos os países do continente americano, exceto Canadá e Estados Unidos.

Ocupando uma grande parcela da América, os países latino americanos possuem, a leste, proximidade com a África pelo Oceano Atlântico, conexão por terra com a América do Norte, e é isolada pelo Oceano Pacífico, o que leva a configuração de determinados pontos geopolíticos e estratégicos, baseado nessa relação territorial. A Venezuela, nesse cenário, vai ser dotada também de certas particularidades, que dizem respeito às determinações físicas e naturais do território, que são amplamente aproveitadas pelos interesses neoliberais.

O centro econômico da Venezuela está localizado em sua costa caribenha, na região chamada Planalto da Costa, uma pequena região do território, mas que concentra grande parte da população venezuelana (QUINTERO, 2012). Próximo a essa região litorânea, tem-se o Lago Maracaibo, onde concentra-se maior parte do petróleo venezuelano. Se observarmos a posição geográfica do país, bem como os aspectos físicos de seu território e da América do Sul, percebe-se que a Venezuela está isolada do restante do sul do continente pela Floresta Amazônica. Além disso, o território é projetado em direção à América do Norte, pela conexão feita pelo Mar do Caribe. Assim, se pensarmos do ponto de vista geográfico, esse pode ser um fator que justifique a proximidade da economia venezuelana da economia dos Estados Unidos, porém é uma questão ainda mais complexa, necessitando de outros pontos de observação para compreensão.

Um dos fatores determinantes para a estrutura econômica dependente da Venezuela em relação à capital estadunidense, é todo o contexto histórico e político,



sobretudo do século XX, que atravessou o país, proporcionando suas atuais características. É um processo profundamente dependente de ações e investimentos externos, que ocorreu não somente na Venezuela, como em outros países latino-americanos (GALEANO, 2019). Como aponta Galeano (2019) um discurso recorrente e legitimador de um controle estrangeiro nessas economias, é o de que não existem recursos para explorar a enorme riqueza natural do país, sobretudo de materiais como o petróleo. A partir desse discurso, é repleto de riquezas naturais, inexploradas por carências tecnológicas, esses países abrem suas portas para a colonização estrangeira, legitimada pela necessidade de progresso e desenvolvimento econômico.

Além da dimensão física e territorial, contando com todo o potencial econômico gerado pelas riquezas naturais, pode-se olhar a geopolítica da Venezuela a partir de outros aspectos, como, por exemplo, da mestiçagem. Ora, a crise que atingiu a Venezuela nos últimos anos, provocou um intenso processo migratório de sua população, convertida em refugiados em outros países da América. Tendo em vista que os países latino-americanos foram construídos pelo sistema colonial, que tinha como base o trabalho escravo, elementos racistas se fizeram presentes na construção da identidade nacional desses países, deixando cicatrizes evidenciadas na estrutura da sociedade, que, de forma contraditória, se formou a partir da miscigenação entre diferentes povos e culturas.

Sendo assim, como pensar a imigração venezuelana, e o contato desses imigrantes com indivíduos distintos, a partir de um panorama cultural, mas que se aproximam em diversos aspectos históricos e econômicos? Mesmo com essas proximidades, nem sempre são visíveis os aspectos convergentes entre sociedades distintas, gerando toda uma relação de distância, de estranheza em relação ao outro. Dessa forma, o imigrante venezuelano em território brasileiro, passa por um choque cultural, apesar de adentrar uma sociedade estruturalmente similar. Além disso, é importante destacar os discursos e o imaginário coletivo que é construído acerca desses indivíduos, que muitas vezes podem influenciar na recepção dos refugiados.

Diversos discursos ligados à política se tornaram frequentes na sociedade brasileira. Devido aos aspectos ligados ao socialismo, na Venezuela, apesar de



profundas contradições quanto às doutrinas econômicas empreendidas no país, diversos brasileiros olham para a crise econômica de forma equivocada e discriminatória, o que dificulta a inserção desses indivíduos ao mercado de trabalho. Ora, apesar de estar em um estágio totalmente distinto, existem inúmeras semelhanças quanto aos problemas sociais existentes no Brasil e na Venezuela, sendo assim, o imigrante foge de uma crise econômica caótica, adentrando um país com sérios problemas estruturais e com milhões de indivíduos desempregados.

Quando os venezuelanos passaram a adentrar em massa o Brasil, o estado de Roraima se viu sobrecarregado com um enorme contingente populacional. Em meio a essa sobrecarga, o governo brasileiro adotou uma série de medidas para aliviar o sistema público do estado, sendo a principal delas a política de interiorização, que objetiva a desconcentração desses imigrantes de Roraima, e sua dispersão pelo território brasileiro, possibilitando que estes encontrem trabalho, moradia e acesso a serviços básicos. Assim criou-se um Plano de Ação Regional, pensando de forma estratégica soluções para integrar o imigrante à sociedade brasileira.

De acordo com Carneiro (2019), esse Plano de Ação Regional estabelece um apoio técnico e logístico à política de interiorização, auxiliando os refugiados venezuelanos, em situação de vulnerabilidade, a encontrar melhores condições de vida em outras cidades e estados brasileiros, sem sobrecarregar nenhuma região. A partir disso, algumas notícias veiculadas na mídia nacional, sobretudo por meio de ferramentas governamentais e pela OMI (Organização Mundial do Imigrante), ressaltam o sucesso da política de integração dos venezuelanos. Todavia, apesar desse sucesso, ainda é recorrente observar nos sinaleiros das grandes cidades brasileiras, inclusive de cidades goianas, como Goiânia e Anápolis, um grande número de imigrantes pedindo ajuda ou trabalho. Sendo assim, questiona-se, até que ponto é eficaz a política de interiorização?

Além das dificuldades socioeconômicas que grande parte dos imigrantes venezuelanos no BRasil enfrentam, eles ainda tem que lidar com barreiras como a xenofobia, o racismo, a discriminação, entre outros fatores que impedem sua inserção na sociedade brasileira. Há toda uma política higienista na relação dos imigrantes com a

sociedade brasileira, o que nos leva a observar relações de poder, que transcende a soberania popular ao passo em que oprime interesses sociais, no intuito de conservar a ordem social. Foucault (2010) analisa essas questões a partir da biopolítica, enquanto elementos a serviço de um poder, que objetiva o controle da própria espécie, que se dá por meio do corpo do indivíduo.

Ora, devemos lembrar que no capitalismo, praticamente tudo se torna sujeito às relações econômicas, podendo ser comercializado. A terra, o dinheiro e o próprio trabalho humano se tornam então mercadorias, elementos de troca, necessários à circulação de bens e reprodução da vida material (MARX, 2010). Assim, abre-se espaço para a exploração do corpo do indivíduo, em que o Estado terá controle a partir de formas de dominação e sujeição da sociedade capitalista. Assim, a biopolítica para Foucault surge enquanto uma forma de dominação específica a partir do século XIX, passando por um contexto histórico profundamente marcado pelo racismo como um dos principais elementos dessa dominação.

A partir disso, a política estatal assume um controle sobre a vida individual, uma espécie de “deixar viver, fazer morrer”, ou seja, não mais o poder de tirar a vida, mas de controlá-la como bem entender. Isso ocorre com o surgimento da sociedade industrial, e organização das relações sociais a partir das relações econômicas de exploração. Assim, não existirá somente o poder geral do Estado sobre os indivíduos, mas também poderes específicos, do patrão sobre o empregado, pois, como observa Marx (2010), o patrão, burguês, é detentor de capital e da propriedade privada dos meios de produção, e, portanto, possui total controle sobre o trabalho do empregado, que, desprovido de tais atribuições burguesas, não tem escolha senão vender essa força de trabalho.

Assim, a partir do entendimento de Foucault (2010), a soberania que se instala na sociedade industrial, passa a controlar os mecanismos que proporcionam e asseguram a vida, ou seja, os sistemas de transporte, de segurança, saneamento básico, passando a “fazer viver e deixar morrer” determinados grupos. Sendo portanto o trabalho uma mercadoria, os trabalhadores, assim como as máquinas, necessitam de reparos, de manutenção. Assim, os cuidados básicos com a população são estratégias de reprodução da vida social, que é o poder de manutenção da vida, que é excludente e limitado. Por

isso existem grupos que não possuem acesso à moradia, ao saneamento básico, estando, portanto, sujeitos às determinações políticas, que por sua vez prezam pela higienização social.

Para Foucault (2010), essa estrutura que condiciona a higienização social, perpassa por diversos mecanismos de poder e de dominação, que na perspectiva do autor, passam sempre pelo racismo. Assim, para o filósofo o poder do Estado se manifesta enquanto uma tecnologia de sustentação e prolongamento da vida, baseado essencialmente no racismo, elemento indissociável do Estado, presente desde a construção do Estado moderno, e que permite até os dias atuais a manifestação dos mecanismos de morte. São estes mecanismos que recaíram sobre a população venezuelana. Percebe-se que, apesar de uma crise nacional, atingiu em massa a classe trabalhadora, o grupo sobre o qual deflagrou-se essa política da morte.

Assim, a crise venezuelana, bem como a conjuntura socioeconômica dos imigrantes no Brasil podem ser visualizados sob a ótica da biopolítica de Foucault (2010), e mais precisamente ainda pelo viés da necropolítica de Achille Mbembe (2020). Esse conceito, que dialoga com biopolítica, com o pensamento marxista, e com outras correntes filosóficas, para Mbembe (2020), parte da herança colonial, que deixou uma experiência de morte total a certos grupos sociais. Com a mudança para o neoliberalismo, os mecanismos de poder são transformados, gerando uma grande camada social de excedentes, excluídos, que não foram incorporados no capitalismo. Para Marx (2010), este é o necessário exército de reserva do capitalismo. Para Mbembe (2020), são os grupos selecionados para a experiência de morte total.

Ora, com a visão de Mbembe sobre a gestão política do controle da vida, o conceito de biopolítica de Foucault se expande, sendo agora um “fazer viver, deixar morrer”. O exercício da morte como gestão política, ou seja, produzir a morte, se torna o ponto central da necropolítica. Esse tipo de política, como afirmado acima, recai sobre os trabalhadores venezuelanos a partir de um duplo direcionamento: a repulsão e a atração. Os fatores de repulsão são aqueles culminados com a crise que atingiu a Venezuela nos últimos anos, enquanto os fatores de atração, que englobam aspectos



geográficos, culturais e econômicos, são aqueles que trouxeram parte desses imigrantes para o Brasil, e mais especificamente, para o Cerrado goiano.

Sendo assim, e sendo este texto uma reflexão teórica, como pensar a geopolítica do imigrante venezuelano no contexto socioeconômico vivenciado em Goiás? Como compreender sua integração na sociedade goiana, tendo como base as determinantes discutidas, a partir de sua visão acerca dessa realidade? São questões de extrema importância para a compreensão da realidade neoliberal vivenciada atualmente, mas que encontrarão respostas somente trazendo o olhar do imigrante para o centro da pesquisa. Dessa forma, são necessárias pesquisas que tragam os venezuelanos e seus relatos e perspectivas da crise venezuelana, para compreender mais a fundo essa realidade, e o impacto da necropolítica para esse grupo social.

### Considerações finais

Uma série de fatores incidem sobre a situação dos refugiados venezuelanos no Brasil, levando a uma acentuada complexidade para a análise desse processo histórico. Observou-se que, desde questões históricas e culturais, as determinantes políticas e econômicas são elementos cruciais que condicionam a vida do imigrante, a partir de uma relação de poder e dominação, que podem ser visualizados em esferas particulares e também na gestão política. Vale lembrar que uma das características do neoliberalismo é o fato de que, o próprio trabalhador é o sujeito de sua exploração, sendo ao mesmo tempo seu explorador.

Isso é bastante visível em determinadas profissões, normalmente ligadas às inovações tecnológicas, como motoristas de aplicativos como Uber e 99, e entregadores de aplicativos como Ifood e Ubereats. Estes, que não possuem vínculos empregatícios formais, ganham de forma proporcional às horas trabalhadas, levando a uma auto exploração de sua própria força de trabalho. Sem qualquer segurança em seu emprego, são profissionais quase excedentes do mercado de trabalho regular.

Além desses trabalhos, são comuns sobretudo à população imigrante e aos indivíduos mais desfavorecidos da sociedade, a formação de subempregos, recorrentes

nas grandes avenidas e semáforos dos centros da cidade. Estes grupos são vítimas das políticas neoliberais, dessa política social de higienização, da biopolítica e necropolítica. Por isso, no que se refere à questão venezuelana, ressalta-se novamente a necessidade de pesquisas que busquem identificar esses grupos de indivíduos e sua situação socioeconômica, no intuito de compreender o papel geopolítico do estado de Goiás frente a essa crise e à política de interiorização.

## Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A geopolítica da mestiçagem. São Paulo, **Novos Estudos CEBRAP**, n. 11, p. 49-63, jan. 1985.

CARNEIRO, Luíza de Macedo Soares Vieira, A interiorização dos Refugiados Venezuelanos no Brasil. **Caderno de Relações Internacionais/ PUC-RIO**, vol. 2, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM Pocket, 2019

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. - 2ª ed. - São Paulo: Contexto, 2019.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**. - 27ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica – Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

QUINTERO, Gerardo J. Siso. La población de Venezuela: evolución, crecimiento y distribución geográfica. **Revista Terra**. Vol. XXVIII, Nº 43, 2012.

## **Produção de nióbio no Brasil e no mundo, sua relação com a quantidade assimilada pelas indústrias manufatureiras e suas aplicações práticas e tecnológicas.**

Autor: Miguel Gonçalves Cardoso Neto<sup>7</sup>

Autor: Joana D'Arc Bardella Castro<sup>8</sup>

### **Introdução**

Há no Brasil e no mundo um grande frenesi pelo Nióbio (Nb) nos últimos anos, com suas reservas e capacidades de extração e produção. Oficialmente reconhecido como um elemento químico em 1949, só ficou claro em 1965 que o nióbio era o mesmo Colúmbio descoberto por Hatchett. A ocorrência de nióbio na natureza está associada aos pegmatitos, sob a forma de columbita-tantalita, ou associada a carbonitatos de maciços alcalinos, constituindo-se o pirocloro. O Brasil detém as maiores reservas conhecidas de nióbio (88%) de pirocloro sendo que este mineral é responsável por 94,5% da oferta de nióbio no mundo.

O perfil de consumo de nióbio destina-se basicamente à produção de ligas de ferro-nióbio. Sendo assim, a indústria siderúrgica é a principal demandante deste metal. É o quarto elemento mais exportados pelo Brasil e é utilizado principalmente na produção de ligas para uso em gasodutos, turbinas a ar, e outras aplicações. Com uma vasta gama de aplicações, é o quarto elemento mais exportado pelo Brasil, 6,1% (Agência Nacional de Mineração 2019) do total das exportações de minério e suas aplicações de sub-manufatura são na siderurgia para o Brasil, e manufatura na construção civil e indústrias tecnológicas como aeroespaciais, automobilística e energia.

O nióbio foi oficialmente reconhecido como um elemento químico em 1949 e foi descoberto em 1801 pelo químico inglês Charles Hatchett que deu a ele o nome de Colúmbio. Os estudos de Heinrich Rose, também químico, permitiram concluir que havia outro elemento associado ao tântalo e que foi chamado de nióbio. Somente em 1865 ficou claro que nióbio era o mesmo colúmbio descoberto por Hatchett. É considerado hoje um metal estratégico por suas propriedades de resistência quando submetido a alta temperatura e a corrosão e pelo fato de que a adição de 200 a 1000 gramas do metal a uma tonelada de ferro serem suficientes para mudar

7 Graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás, e-mail: miguelgcn.ueg@gmail.com

8 Orientador deste trabalho: Docente do Curso de Ciências Econômicas, doutora em Economia pela Universidade de Brasília, UnB, Brasil.



as propriedades do aço radicalmente para melhor, tornando-o mais leve e mais eficiente do ponto de vista energético. Outra vantagem é sua elevada temperatura de fusão (2468 °C), que lhe faculta ser utilizado em ligas empregadas em aplicações de alta temperatura. Igualmente significativo é o fato de o nióbio desenvolver propriedades supercondutoras quando submetido a temperaturas inferiores a 264 °C. Os teores variam em média de 0,23% a 2,34% de Nb<sub>2</sub>O<sub>5</sub> contido nos montantes de mineração. As reservas de pirocloro encontram-se inseridas em corpos de carbonatito, e as de columbita-tantalita encontram-se em pegmatitos associados em granitos rapakivi.

### **Objetivo**

Fazer um levantamento dos dados atuais no Brasil sobre o nióbio, suas condições de mercado interno para extração e processamento, potencial uso no mercado tanto para o consumo interno quanto para exportações e suas condições de aplicabilidade no setor de manufatura.

### **Método**

O método de pesquisa é bibliográfica, quantitativa e explicativa. Os locais de pesquisa foram a Agência Nacional de Mineração, Google Acadêmico, o site da Wikipédia e o site Brazilian Journals.

### **Resultados e Discussões**

O detentor das principais reservas minerais no mundo é o Brasil (98,2%) seguido por Canadá e Austrália e a produção mundial é dominada também pelo Brasil que é ofertado na liga de ferro-nióbio. As empresas brasileiras possuem capacidades instaladas para a mineração e metalurgia suficientes para o atendimento aos atuais níveis da demanda mundial. Atualmente três empresas brasileiras respondem pela totalidade da produção mineral: a CBMM em Araxá/MG, a Mineração Catalão Goiás em Catalão/GO, e a Mineração Taboca em Presidente Figueiredo/AM e a soma de suas produções podem ser observadas na tabela 1.



**Tabela 1: Produção bruta de nióbio no Brasil em milhões de toneladas.**

2016	2017	2018	2019	2020	2021
17.741	23.575	28.141	24.630	27.014	23.032

Fonte: ANM. Agência Nacional de Mineração. Anuário Mineral Brasileiro Principais Substâncias Metálicas

75

Acredita-se que materiais à base de nióbio podem ser obtidos para aplicações de maior valor agregado e em áreas igualmente estratégicas. Existem pesquisas em andamento para obtenção de medicamentos ativos e seletivos, materiais para maximizar o uso de energia renovável, e novos materiais nanoestruturados para melhorar o desempenho de diferentes componentes também estão em andamento e prometem uma revolução para os próximos anos. Houve uma demanda da liga de nióbio de ordem de 85 mil ton em 2010 e uma demanda projetada de 188 mil ton para 2030, o que corresponde a 140 mil ton e 308 mil ton respectivamente da produção concentrado de nióbio.

Suas principais aplicações são:

Na forma de liga com o ferro, já que aumenta a resistência do aço, mantendo sua maleabilidade característica: 1) Indústria automotiva; 2) Aços estruturais; 3) Indústria de dutos de transporte; 4) Aços inoxidáveis.

Superligas: 1) Para uma resistência a temperaturas elevadas ideais para a fabricação de turbinas de produção de energia ou de aviões; 2) Sistemas de purificação do ar em módulos espaciais.

Ímas supercondutores: 1) Equipamentos de ressonância magnética de geração de imagens para diagnósticos médicos; 2) Detectar radiação eletromagnética usa-se microbolômetros à base de nitrito de nióbio em função de sua alta sustentabilidade de semiconductor.

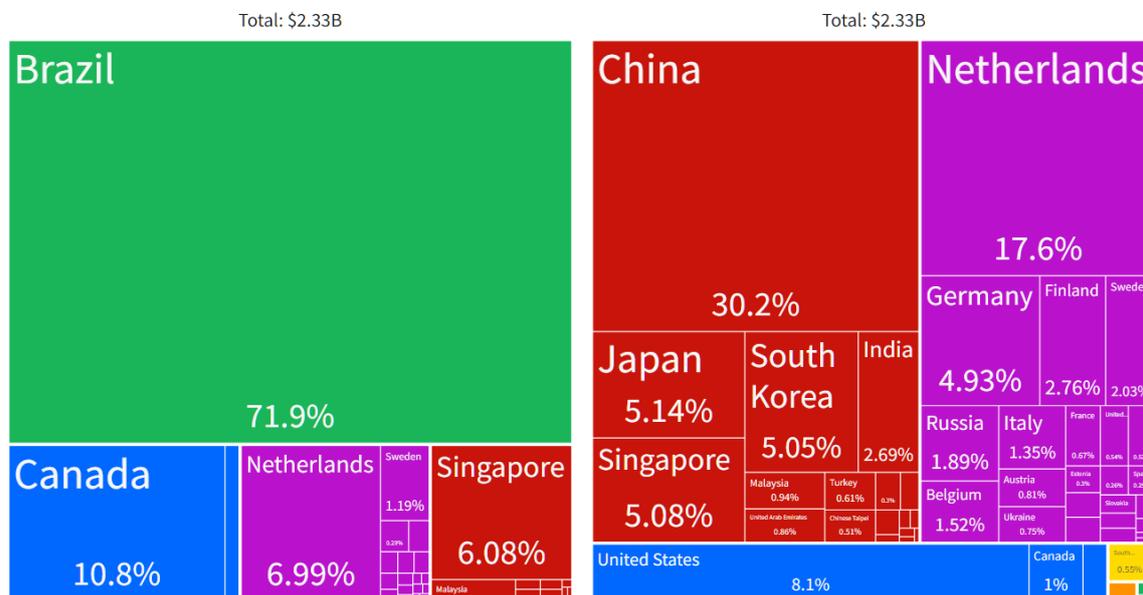
O nióbio ocupa hoje o quarto lugar em exportações na categoria minérios, estima-se que para cada 1 ton de minério extraído da mina são produzidos apenas 15 kg de ferronióbio. Diante destes dados se analisa que, com um alto custo de extração e um elevado custo de aplicação em manufatura, pelas tecnologias envolvidas, o elevado nível técnico somados aos financiamentos para que este ocorra, o uso do nióbio acaba se tornando inviável quando aquele que o consome não tem tecnologia para aproveitá-lo, também considerando que ele é um produto facilmente substituído por outros elementos mais baratos para se criar uma liga semelhante.

O interesse do Brasil é interinamente nulo quando se trata de utilizar internamente um produto com valor agregado através da manufatura de um minério cujo custo elevado de extração e conhecimentos tecnológicos o Brasil ainda não tem, salvo por empresas estrangeiras que trazem sua tecnologia apenas para extrair explorando nosso solo com valor de minério barato e enviando para a matriz estrangeira o produto refinado. Somente através de investimentos do governo direcionando investimentos para tecnologia nesta área, é que novas mineradoras (ou nacionais já existentes) poderá ter um produto com certo valor agregado aumentando a rentabilidade desta extração e barateando seu custo de produção pela venda de um produto semimanufaturado.

Com a falta de informações a partir do ano de 2015, resumido apenas à quantidade minerada e valor exportado, somados a uma intensa divulgação publicitária e política/publicitária do Governo Federal sobre o nióbio, podemos conjecturar o interesse deste em manter um certo sigilo deste minério pois, com o estudo das ligas metálicas que são possíveis produzir e que seus substitutos por mais que se aproximem das propriedades técnicas, podemos concluir que existe uma certa restrição à divulgações de dados no mercado ou os que são divulgados saem muito vagos e imprecisos. Por exemplo, produzindo uma liga com apenas 1 kg de nióbio em 1 ton de ferro, resulta em uma liga tão resistente que se fabrica esta estrutura com cerca de 50% menos ferro, e aplicando este exemplo na indústria automobilística, que seria uma das maiores consumidoras destas ligas metálicas, poderia reduzir o consumo de ferro, reduzindo o peso dos carros, reduzindo o consumo de combustível que poderia resultar em uma redução no preço final dos automóveis. Do ponto de vista de eficiência é perfeito, pois reduz todos os insumos de estrutura e envolvidos na produção, reduzindo inclusive as emissões de gases poluentes. Exatamente nesta simples análise demonstra que existe toda uma especulação sobre o nióbio e que também não tem interesse algum em reduzir venda de commodities de ferro, de petróleo ou qualquer outro insumo que diminua o valor das receitas do país, mesmo a custo de nosso desenvolvimento tecnológico.

Em 2020 o Brasil exportou 71,9% de todo o nióbio consumido no mundo, seguido por 10,8% pelo Canadá, 6,88% pela Inglaterra. Os maiores importadores de nióbio do Brasil neste mesmo ano foi a China com 35,1%, Inglaterra com 20,2%, Estados Unidos com 7,96%, Singapura com 7,06% e outros menores como mostrado na figura 1. Nestes números podemos analisar a importância do Brasil no quadro global e sua estratégica posição como o maior fornecedor de nióbio no mundo.

**Figura 1:** Exportadores (à esquerda) e Importadores (à direita) de Ferro-nióbio (2020)



Dados retirados do site com referência ao ano de 2020 e valores em bilhões de dólares:  
<https://oec.world/en/profile/hs/ferro-niobium>

Não existe commodities de nióbio, e cada venda/compra é tratada diretamente com o vendedor/comprador com seus próprios termos de contrato e valores praticados. Estima-se que os países estejam estocando o nióbio devido o atual preço de mercado do nióbio em relação com o preço do que possa vir a ser praticado no futuro. A grande oferta atual e sua baixa demanda por exigir de quem compra, possuir a capacidade tecnológica de aplicabilidade, e isto demonstra um enorme potencial contrastando com nosso antigo problema de falta de tecnologia para já enviar pelo menos ligas metálicas fundidas e prontas para uso, agregando um alto valor de mercado já no produto semimanufaturado.

## Conclusão

Caímos em um antigo problema de falta de tecnologia na produção que gera valor agregado e principalmente por vender produtos não faturados para o exterior e consumo deste mesmo insumo, porém agora manufaturado e de elevado valor agregado.

Apenas com políticas de investimento para o desenvolvimento Industrial poderia reverter esta atual condição de fornecedor de insumos “in natura” ou processados para, pelo menos fornecer algo semimanufaturado, como uma liga para moldagem ou montagem de estruturas na construção civil, ligas de chapas para a já desenvolvida indústria aeronáutica

brasileira como o ITA e a Embraer por exemplo, dutos de alta resistência a stress e uma taxa superior a flexibilidade na indústria petrolífera. Políticas de desenvolvimento industrial se mostram eficazes em países que se propõem a se desenvolverem tecnologicamente, somando Políticas de Desenvolvimento com Universidades e pesquisas de novos materiais e aplicações e estudos de mercado tanto nacional quanto internacional, direcionando a ação otimista pelo fato do Brasil possuir 98,2% das reservas que possui e chegar ao ponto de determinar o preço do nióbio no mercado.

## BIBLIOGRAFIA

ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO: principais substâncias metálicas / Agência Nacional de Mineração; coordenação técnica de Marina Dalla Costa. - Brasília: ANM, entre 2016 e 2021.

SEER H. J. & MORAES L. C., NIÓBIO. RMMG, Recursos Minerais de Minas Gerais. [Belo Horizonte, MG] Disponível em: <http://recursomineralmg.codemge.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Niobio.pdf> Acessado em: 22 ago 2022.

DA SILVA, R. F.; NASCIMENTO, M. Nióbio: metalurgia extrativa, industrialização e perspectivas / Niobium: extractive metallurgy, industrialization and perspectives. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 8, n. 6, p. 46078–46090, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n5-227. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/49337>. Acesso em: 22 ago 2022.

NIÓBIO. Em: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. [São Francisco, CA: Fundação Wikimedia], 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Nióbio>. Acesso em: 22 ago 2022.

OECD. Observatory of Economic Complexity. [Hidalgo, CA]. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/hs/ferro-niobium>. Acesso em: 22 ago 2022

## GERAÇÃO PIX E A INCLUSÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Paula Estefany Batista Ribeiro

Prof. Dra. Karine Obalhe Piorski

79

### 1. INTRODUÇÃO

Para a economia brasileira, Andrighetti (2021) evidencia que o PIX foi a principal evolução tecnológica que ocorreu nas últimas décadas e promoveu um impacto significativo na maneira de se vender e comprar no Brasil. Perante isso, esse trabalho tem o objetivo a discutir a importância do PIX para inclusão financeira no Brasil.

Para Schumpeter (1997) o impulso fundamental que inicia e mantém o funcionamento da economia capitalista vem através de inovações. Portanto, observa-se que suas ideias ainda permanecem bastante atuais, sobretudo neste momento de intenso avanço tecnológico. A inovação tecnológica conceituada por Schumpeter, além de ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento e crescimento econômico, ainda pode impulsionar a concorrência entre pequenas e grandes empresas, e podem também trazer parcerias.

Schumpeter (1997) entende que os ciclos econômicos ocorrem em decorrência das inovações tecnológicas, o boom termina e a depressão começa após a passagem do tempo, que deve transcorrer antes que os produtos dos novos empreendimentos possam aparecer no mercado, e um novo boom se sucede à depressão, quando o processo de reabsorção das inovações estiver terminado

A implantação do PIX como nova forma de realizar pagamentos, Paixão, Aguiar e Ragazzo (2021) entendem que o Banco Central fez com que toda a economia brasileira tivesse que adaptar seus processos para poder receber através dessa nova modalidade. Por ser tratar de uma forma de pagamento instantâneo, o PIX passou a ser uma das principais ferramentas utilizadas pela população, ganhando popularidade



rapidamente e impactando diretamente a forma do brasileiro pagar e receber valores. (PINTO, 2022).

## 2. MÉTODO

A tipologia de pesquisa da discussão a ser feita, será a pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa se expressa através do desenvolvimento de fatos a partir de ideias ou opiniões. Segundo os autores Pope e Mays (2005), esse tipo de pesquisa junta as experiências vividas com as interpretações dos fenômenos sociais, para os autores a pesquisa qualitativa está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.) em termos de sentidos que as pessoas lhes dão, em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa.

O método utilizado é o explicativo. Segundo Gil (2007) esse tipo de pesquisa visa a identificação de fatores que irão contribuir ou determinar os acontecimentos de determinados fenômenos, sendo assim, permite o aprofundamento no entendimento das realidades estudadas. Diante disso, a pesquisa explicativa tem como objetivo aprofundar o conhecimento de realidade, buscando o porquê das coisas, seu processo e seus fatores determinantes, resumindo, suas causas.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conceitualmente, o PIX é compreendido como uma transferência instantânea, em que os cidadãos podem transferir valores de forma prática sem possuir restrições de dia e horário de compensação, como ocorre com o TED e o DOC. (PAIXÃO; AGUIAR; RAGAZZO, 2021). Para a economia brasileira, a implantação do PIX gera mais uma forma de realização de transações, possuindo a capacidade de, inclusive, substituir formas de pagamento como os boletos bancários. (PAIXÃO; AGUIAR; RAGAZZO, 2021)



Além disso, Zanini (2022) evidencia que o PIX também pode conseguir reduzir drasticamente a quantidade de transações que são realizadas por meio de cartão de dinheiro em espécie, alterando a forma de aquisição do consumidor brasileiro.

A simplificação gera elos entre o cidadão e o Estado e principalmente a transformação nos indivíduos, na sociedade e no mercado (Matosso & Rossi, 2017). Deste modo, é possível perceber que graças a modernização, populações afastadas ou com menor poder aquisitivo poderá efetuar as relações de compra e venda com maior facilidade, além disso, a movimentação do comércio deve aumentar em todas as localidades e em especial nos locais mais distantes onde a falta de dinheiro em espécie é recorrente. Com a diminuição dos gastos com a produção e transporte de dinheiro em espécie por parte do governo federal, a tendência é que a longo prazo, esses recursos possam ser redistribuídos para outras áreas necessitadas.

#### 4. CONCLUSÃO

O PIX demonstrou ser fundamental na promoção do acesso aos serviços financeiros mais básicos, principalmente pagamentos e transferências, figurando como um importante início de bancarização para aqueles até então excluídos do sistema. Trata-se de uma ferramenta de inclusão social para todas as camadas da população brasileira (BANCO CENTRAL, 2021). Segundo Zucarelli (2022), o PIX traz profundos benefícios ao comércio eletrônico, forma de comércio que ocorre nas plataformas virtuais, pois, as pessoas que não conseguiam comprar devido ao fato de estarem fora do sistema financeiro seja com cartões ou contas em bancos, conseguem via PIX pagar suas compras online.

Neste sentido, além de incluir todos de alguma forma no sistema financeiro nacional, o PIX causou um impacto nos pequenos negócios, que deixam de sofrer com as taxas praticadas pelos bancos comerciais em atuação no mercado, além de poder receber de imediato do seu cliente pelos serviços e produtos comercializados. Os clientes dos pequenos negócios também passam a ser beneficiados com o novo meio de



pagamento, pela rapidez, menor custo, maior praticidade e simplicidade, além da possibilidade de integração com outros serviços já disponíveis nos smartphones dos consumidores.

Com o novo método de pagamento, as instituições financeiras não terão mais motivos para cobrar as exorbitantes taxas de serviços que se referem as antigas modalidades de transferência, TED e DOC e com isso, a tendência é que o PIX traga a inclusão de todos no mercado financeiro. Haja vista a dimensão do território brasileiro e as desigualdades que ele carrega, a utilização do novo meio de pagamento possibilitará para a população que mora em áreas mais afastadas dos grandes centros a possibilidade de diminuir ou praticamente erradicar as viagens para idas ao banco, já que não precisarão do dinheiro em espécie e não pagarão altas taxas na utilização das transferências, que agora acontecem de forma instantânea.

## 5. AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Estadual de Goiás pela oportunidade.

## 6. REFERENCIAS

ANDRIGHETTI, Caroline Lovison. **Inovações no mercado financeiro brasileiro: os bancos tradicionais e o surgimento das fintechs**. 2021. Disponível em:

<https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/9514/TCC%20Caroline%20Lovison%20Andrighetti.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 set 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC). (2021). **Relatório de Economia Bancária de 2020**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/REB2020-2021v10.pdf> (bcb.gov.br). Acesso em: 03 set 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATOSSO, J. & Rossi, P.(2017). **O crédito ainda pode favorecer o crescimento?** Disponível em: <https://cartacapital.org.br>. Acesso em: 10 set 2022.



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior



Universidade Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

PAIXÃO, Ricardo Fernandes; AGUIAR, João Benício; RAGAZZO, Carlos. **O regulador inovador: Banco Central e a agenda de incentivo à inovação**. São Paulo: Instituto ProPague, 2021.

PINTO, Elton Fernando Leijoto. **Segmentação de micro, pequenas e médias empresas no setor bancário brasileiro**. 2022. Disponível em:

<https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/10779>. Acesso em: 10 set 2022.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005. 13 p.

RAMIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. 24. ed. São Paulo: Saraiva 2019.

SCHUMPETER, J. **The Theory of Economic Development**. Harvard University Press, Cambridge Massachusetts, 1934.

ZANINI, Elaine de Oliveira. **Estratégia de enfrentamento da pandemia Covid-19, utilizando ferramentas digitais – uma pesquisa-ação, realizada na feira do teatro de Cascavel - PR**. 2022. 145 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2022.



## A EVOLUÇÃO DO DÉFICIT PÚBLICO EM GOIÁS DO PERÍODO DE 2017-2021.

Fabiany Alves de Oliveira  
Prof. Dr. Mário César Gomes

### Introdução

De acordo com Leite (2000), mesmo que o dispêndio seja a variável estratégica da política fiscal, é habitual que a repercussão dessa política na economia seja medida em termos de saldo orçamentário do setor público correspondente à diferença entre as receitas e as despesas do governo. Desse modo, caso o nível do dispêndio se mantenha constante, o nível da renda nacional, criando déficits ou superávits conforme com o nível da renda nacional que predomina no decorrer do ano fiscal.

O nível de renda nacional que separa a região dos déficits da região, dos superávits é o nível de renda que promove o orçamento equilibrado. Devido à dependência da tributação em relação à renda, qualquer orçamento pode ter seu equilíbrio projetado para determinado nível de renda ou produto nacional. A maioria dos economistas aconselha que o nível de equilíbrio orçamentário seja o nível de produto potencial ou de pleno emprego, quando a taxa de desemprego desce a seu nível natural, pois, nesse caso, o comportamento do saldo orçamentário, ao longo do ciclo econômico, produzirá variações compensatórias na demanda agregada, reduzindo-a, nas fases de aquecimento, e aumentando-a quando existe capacidade ociosa (SOBRINHO; OLÍMPIO E MONOLESC, 2005).

Para a análise dessa questão foram analisados a receita líquida arrecadada e a dívida consolidada líquida no período estudado. Em que as receitas públicas se constituem no montante de recursos recolhidos pelo Tesouro Nacional que são incorporados ao patrimônio do Estado. Tais receitas tem a finalidade de custear as despesas públicas e possíveis necessidades de investimentos públicos (ENAP, 2017).

Segundo o Art. 29 da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), dívida pública consolidada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Constituem Dívida



Consolidada, a Dívida Mobiliária, Dívida Contratual, Precatórios Posteriores a 05/05/2000 e Outras Dívidas.

Com base nessas informações é observado que o déficit público traz consequências para a economia do Estado como também impacta na vida dos goianos, na qual geram efeitos negativos para o desenvolvimento do Estado de Goiás. O objetivo da pesquisa é de observar a evolução do déficit público em Goiás no período de 2017-2021.

## MÉTODO

O estudo é uma pesquisa qualitativa, com método dedutivo no qual é tratado como um estudo que parte do geral para um conteúdo específico, onde foram usadas para a coleta de dados e informações. O estudo também é classificado como uma pesquisa exploratória e bibliográfica no Estado de Goiás, pois é atribuído em análises em artigos científicos, livros, endereços eletrônicos das respectivas páginas do Estado de Goiás, na qual foi verificado os aspectos e impactos dos déficits públicos na economia de Goiás.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Déficit Público em Goiás

O Déficit Público é quando gasta mais do que se arrecada, desse modo o País ou Estado tem o objetivo de ter um controle rígido com os gastos para que não tenha o déficit público pois através dele que surge o endividamento. E também é observado que é difícil um País ou Estado ter uma poupança, e quando se tem é pequena, desse modo ao longo tempo com uma capacidade pequena, acaba se endividando pois é preciso um elevado nível de investimento do Estado conforme a sua necessidade (NESI, 2010).

De acordo com balanço orçamentário são conferidas em um determinado momento as receitas e despesas previstas com as realizadas. Diante dessa comparação é possível constatar se há um déficit, superávit ou um equilíbrio orçamentário no período.

**Tabela 01. Resultado Orçamentário - Goiás - 2017- 2021**

Ano	Receita	Despesa Empenhada
2021	34.846.222.047,14	34.039.050.500,63
2020	29.463.900.886,26	29.463.900.886,26
2019	29.997.116.873,80	29.997.116.873,80
2018	25.806.670.577,75	25.806.670.577,75
2017	24.248.380.342,33	24.248.380.342,33

**Fonte:** Secretaria da Economia – Goiás (2022)

É observado que na tabela 01 o período de 2017 a 2020 há um equilíbrio orçamentário, pois, a arrecadação da receita foi igual a despesa empenhada, e no ano de 2021 resultado foi superavitário em R\$ 807,172 milhões, em que o número foi positivo e maior que a dos anos anteriores, resultando em uma saúde financeira melhor. O indicador da Receita mostra que a receita aumentou de R\$ 24,248 bilhões em 2017 para R\$ 34,846 bilhões em 2021, em termos reais, representa um aumento de R\$ 10,597 bilhões no saldo total.

**Tabela 02. Receita Corrente Líquida X Dívida Consolidada Líquida - Goiás - 2017- 2021**

Ano	Receita Corrente Líquida	Dívida Consolidada Líquida
2017	21.033.874.951,29	19.357.283.260,05
2018	21.298.254.079,91	19.634.872.554,19
2019	24.538.621.316,63	19.245.475.967,33
2020	26.323.342.281,46	19.062.051.830,87
2021	31.545.320.020,20	14.467.794.173,01

**Fonte:** Secretaria da Economia – Goiás (2022)

O período estudado na tabela 02 mostra que o equilíbrio orçamentário garantiu uma redução no endividamento. O indicador Dívida Consolidada Líquida mostra que a dívida estadual se reduziu de R\$ 19,357 bilhões em 2017 para R\$ 14,468 bilhões em 2021, em termos reais, representa uma redução de R\$ 4,89 bilhões no saldo total.

As atividades do período em estudo foram feitas dívidas e empréstimos do Estado com a União em que quebra todo o planejamento governamental que foi construído nos anos passados pois, a população não obteve nenhum ganho em seu biênio 1999/2000, mas teve uma redução significativa entre a dívida consolidada e receita arrecadada e também adequou o Estado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na qual é uma norma de responsabilidade de gestão fiscal que controlam os desvios e riscos do orçamento do Estado e assim trouxe uma



economia estável, após foi implementado ações inovadoras que ajudaram a população e o Estado como a Bolsa Universitária, Renda Cidadã e o Salário Escola, Banco do Povo, Infraestrutura e Hospitais que foram construídos entre outros, mas após o Estado entrou em dívidas e dificuldades econômicas, pois o Estado entrou em recessões em 2013 com um aumento de gastos públicos e anos após déficit fiscal (GOIÁS, 2020).

Em 2020 foi enfrentado o Covid-19 com grandes dificuldades na economia para não ficar em desequilíbrio, em 2021 foi assinado a adesão de Goiás ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) com o objetivo de refinanciar os débitos com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Economia para que traga os ajustes de contas para a correção de receitas e despesas para encontrar o equilíbrio econômico do Estado de Goiás (GOIÁS, 2020).

## CONCLUSÃO

Este estudo teve por objetivo compreender a evolução do déficit público em Goiás no período de 2017-2021 acerca de apresentar como está o desenvolvimento do Estado de Goiás, desse modo o estudo mostrou que o Estado de Goiás está evoluindo de forma positiva, na qual está arrecadando um número maior de receitas e reduzindo suas dívidas, resultando em equilíbrio nas contas, e após em 2021 trouxe um resultado superavitário.

Goiás com o reequilíbrio fiscal e o crescimento da receita propiciam o alcance de uma boa situação econômico-financeira do setor público estadual de Goiás, com isso resulta num investimento para o bem-estar da população, pois o Estado implementou ações inovadoras que estão relacionadas a educação, saúde e segurança. E assim elas promovem um desenvolvimento econômico para o Estado de Goiás.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual de Goiás - UEG pela oportunidade.

## REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Marcus. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada**, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR n. 101, de 04 de maio de 2000. Dispositivos Constitucionais Pertinentes. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. BRASÍLIA, p. 9-12, maio. 2000. Disponível em: Acesso em: 18 ago. 2022.

ECONOMIA, Secretaria de Estado da. **RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: balanço orçamentário. Goiás: Estado de Goiás, 2017-2021. Disponível em: [http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/images/4BIM2022/ANEXO\\_1\\_-\\_BALAN%C3%87O\\_OR%C3%87AMENT%C3%81RIO.pdf](http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/images/4BIM2022/ANEXO_1_-_BALAN%C3%87O_OR%C3%87AMENT%C3%81RIO.pdf). Acesso em: 21 out. 2022.

ENAP. **Introdução ao Orçamento Público**: módulo 2 receita e despesa públicas. Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3168/1/Modulo%20%20-%20Receita%20e%20Despesa%20Publicas.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

GOIÁS. **Estado institui Plano de Contingenciamento de Gastos para o Enfrentamento da Pandemia de Covid-19**. Goiás. 2020. Disponível em: <https://www.goias.gov.br/index.php/servico/97-pandemia/121273-estado-institui-plano-decontingenciamento-de-gastos-para-o-enfrentamento-da-pandemia->. Acesso em: 02 jun. 2022.

GOBBATO, Marcio; CASTILHO, Mara Lucy. **Inflação e Déficit Público no Brasil PósReal – Uma aplicação do Teste de Causalidade de Granger**. Paraná: Revista Faz Ciência - Unioeste, 2006. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/343/257>. Acesso em: 17 jul. 2022.

LEITE, J. A. A. **Macroeconomia - Teoria, Modelos e Instrumentos de Política Econômica**. São Paulo. Atlas. 2000.

MONOLESC, Friedhilde Maria Kustner; OLÍMPIO, Joaquim de O.; MONTEIRO SOBRINHO, Mauro. **O Déficit Público**. São Paulo. 2006. Disponível em: [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2006/inic/inic/06/INIC000012ok.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/inic/06/INIC000012ok.pdf). Acesso em: 17 jul. 2022.

NESI, Nazareno. **Finanças Públicas**. Florianópolis: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. 2010.

NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa**: Características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisa em administração. v. 1. n. 3. 1996.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Orçamento Público**. Disponível em:

[https://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-](https://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico#:~:text=Or%C3%A7amento%20p%C3%BAblico%20%C3%A9%20o%20instrumento,de%20melhoria%2C%20entre%20outros)

[publico#:~:text=Or%C3%A7amento%20p%C3%BAblico%20%C3%A9%20o%20instrumento,de%20melhoria%2C%20entre%20outros](https://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico#:~:text=Or%C3%A7amento%20p%C3%BAblico%20%C3%A9%20o%20instrumento,de%20melhoria%2C%20entre%20outros). Acesso em: 28 Jun 2022.

## O uso das estatísticas criminais ambientais e a participação social

**Rodrigo Victor de Oliveira**<sup>9</sup>  
Universidade Estadual de Goiás  
Rdg87victor@hotmail.com

**Joana D'arc Bardella Castro**<sup>10</sup>  
Universidade Estadual de Goiás  
joanabardellacastro@gmail.com

89

### Considerações iniciais.

O Brasil é um país de enorme biodiversidade, logo, espera-se que a máquina estatal seja utilizada para divulgar e ampliar a compreensão sobre a importância do patrimônio biológico nacional. O país já conta com um arcabouço jurídico que tanto permitem o suporte legal à conservação/preservação, como ferramentas informacionais que contribuem para a participação social neste processo. Ferreira (2007) expõe que a produção do espaço se realiza na tensão entre os agentes sociais, logo, é necessário que os movimentos sociais se tornem instrumentos de transformação. Conforme Corrêa (2012), existem cinco tipos de agentes: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos excluídos.

Na perspectiva de Lanchotti e Diz (2016), o direito ao acesso à informação possui basicamente três funções distintas, porém complementares: a primeira, corresponde ao âmbito individual, na satisfação do interesse sobre uma informação independentemente de suas razões. A segunda, possui dimensão objetiva, pois permitem certa influência no modo de funcionamento da Administração Pública, além de implicar na melhoria da transparência e da eficácia. E por fim, o direito ao acesso à informação

<sup>9</sup> Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades, pelo programa de Pós-graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2202886423129791>

<sup>10</sup> Doutora em Economia, pela Universidade de Brasília. Professora do programa de Pós-graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8583382182237707>

permite a aquisição de conhecimento pelo indivíduo, que poderá ser utilizado na defesa de seus direitos ou interesses.

Logo, considerando a transparência como algo a ser observado pelo Estado, sempre que possível, e a da participação popular na esfera ambiental como basilar, o presente trabalho analisa os aspectos relativos à publicidade de estatísticas criminais, no âmbito do Estado de Goiás, e sua importância na introdução de informações oficiais na preservação e/ou conservação do meio ambiente local.

## **Materiais e métodos**

Foi utilizado, como objeto de estudo, para compreensão do direito à informação ambiental e participação social, levantamento bibliográfico sobre o tema e pesquisa qualitativa nos relatórios emitidos pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Goiás, via Gerência do Observatório, no período de 2018 a 2021 - em virtude da transparência ativa informatizada. Em seguida, de forma complementar, foram utilizados os relatórios disponibilizados no sitio eletrônico da Controladoria Geral do Estado (CGE).

## **Resultados e Discussões**

Atualmente, conforme Portaria nº1904/2014/SSPJ, a Secretária de Estado da Segurança Pública do Estado de Goiás (SSPGO), possui em sua estrutura administrativa a Gerência do Observatório - o setor responsável pela análise criminal, padronização e publicação de dados estatísticos, obtidos por meio do Registro de Atendimento Integrado (RAI), atinentes a pasta. Do sitio eletrônico do Observatório, percebemos que a transparência ativa quanto aos índices de criminalidade estaduais está restrita a: crimes violentos letais intencionais (CVLI), homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte; roubo diversos; feminicídio; estupro; ameaça; lesão corporal; crimes contra a honra; apreensão de drogas e armas; abordagens policiais; ocorrências de trânsito; e, morte por intervenção de agentes de segurança.

Dessa realidade, a carência informacional acerca dos crimes ambientais decorre de prioridades distintas ou do comodismo estatal por não ser questionado sobre o tema? Assim, utilizando das ferramentas disponíveis ao cidadão, foi realizado o Pedido de

Acesso à Informação (LAI) nº2022.0729.152759-47, encaminhado a Gerência do Observatório. O foco desse pedido fundamenta-se em: 1- A opacidade dos dados, decorre de algum ato normativo estadual? 2- Quantos pedidos foram gerados entre 01/01/2018 a 26/04/22, envolvendo crimes ambientais? O intuito estava em entender a realidade concreta dos fatos, sob a perspectiva da solicitação ou do silêncio do cidadão. Em resposta, a Gerência pontuou que a opacidade da publicação das estatísticas decorre da “*carência de servidores*”, ainda que, a “*publicação precede de auditoria manual das informações coletadas no Sistema RAI*”, conseqüentemente, em razão da insuficiência de servidores, apenas os crimes tidos prioritários são analisados e publicados.

Ainda no viés da participação social, analisou-se os Relatórios de Atividades emitidos pela Ouvidoria Setorial, setor responsável por concentrar os Pedidos de acesso à Informação, no âmbito da SSPGo. Disponibilizados desde 2006, os relatórios apresentam apenas informações de caráter geral das comunicações recebidas, detalhadas somente em: natureza geral (comunicação, denúncia, elogios, reclamações, solicitações, sugestões, informações e pedidos de acesso à informação), forma (anônima, identificada e sigilosa) e origem (jornal, ofício, e-mail, pessoal telefone, site e carta).

No entanto, em 2021, a Controladoria Geral do Estado estabeleceu alguns indicadores, para avaliar o índice de maturidade das ouvidorias. Proveniente dessa nova realidade, o Relatório de Atividades da Ouvidoria, para o ano de 2021, passou a dispor de uma série de dados e informações, inclusive categorizando por assunto os pedidos de acesso à informação. Ao todo, foram protocoladas 3357 manifestações gerais na Ouvidoria Setorial sendo apenas um Pedido de Acesso à informação, tipificado pelo relatório como “Meio ambiente”, o que representa menos 1% do total.

Outrossim, em âmbito cível o sitio eletrônico da Controladoria Geral do Estado (CGE), em parceria com o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudo Socioeconômicos (IMB), disponibiliza um painel estatístico interativo de vários órgãos do Poder Executivo Estadual. Deste painel, para o lapso temporal de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, temos o total de 31.209 manifestações. Utilizando o filtro de assunto “Meio Ambiente”, para todos os órgãos disponíveis, obtivemos um



total de 869 manifestações protocoladas (dos tipos Comunicação, Denúncia, LAI, Reclamação, Solicitação e Sugestão), representando cerca de 3% do total.

Depreendemos dos dados que, a participação popular nos assuntos envolvendo Meio ambiente ainda é tímida. Em 2021, na realidade da SSPGO para um total 3357 manifestações, apenas uma envolvia o assunto; enquanto no Poder Executivo, das 31.209 apenas 869 foram classificadas com assunto Meio ambiente, correspondendo acerca de 0,3% no âmbito criminal e 3% no cível, respectivamente.

O senso comum costuma associar órgãos de segurança pública apenas a ações de repressivas e investigativas, bem como, que as informações delas decorrentes como de uso individual. Conforme pontua Azevedo (2012), o interesse não está no uso pontual das estatísticas criminais, isto é, como dados isolados, mas na forma como elas podem ser incorporadas ao próprio planejamento e conseqüente redução de ações danosas.

A criação da consciência ambiental, e efetiva preservação/conservação, perpassa o contexto de tutela coletiva entre sociedade e poder público. Rocha (2021) salienta que, o poder público deve se atentar para a relevância da informação na manutenção da proteção ambiental. E a coletividade, em sentido inverso, no entendimento acerca da dimensão e relevância da informação na compreensão das condições ambientais existentes e, forma de prospecção para danos ambientais futuros.

“Ao se deparar com a informação e compreender o real significado da questão ambiental, o ser humano é resgatado de sua condição de alienação e passividade” (MILARÉ, 2011,p.232). Neste cenário, o cidadão conquista a sua cidadania e pode exercê-la ativamente envolvendo-se nas decisões que hão de decidir o seu futuro, e de outras gerações. Rocha et al (2019) salientam, ainda que, sem informação não é possível perceber as condições ambientais existentes, logo, a atuação do Estado fica limitada às políticas públicas ambientais contra danos, além de restringir o interesse dos indivíduos sobre a sua atuação e como devem pautar suas condutas de modo correto.

### **Considerações finais.**

A divulgação de informações, em especial estatísticas criminais ambientais, está fundamentada em três pilares – percepção, leis e disponibilidade. Não basta o banco de dados da administração pública ser confiável, robusto e disponível; sua divulgação, ou

não, deve estar amparada na legislação. Esses dois pontos já constituem parte da realidade goiana. Todavia, a percepção do valor e da utilidade da informação, para o entendimento e a construção da realidade ainda é falho. A população não tem conhecimento do direito que lhe assiste de acesso real às informações relativas ao meio ambiente, tão pouco é estimulada a romper a barreira da ignorância.

O cerrado goiano é um rico bioma, protegê-lo constitui tarefa obrigatória. Em um estado marcado pelo autoritarismo e destruição ambiental, a lei constitui ferramenta importantíssima como instrumento de divulgação e participação cidadã. Mas percebemos que a carência de uma agenda voltada para a construção da percepção da relevância informacional ainda é uma realidade.

Os avanços na transparência e participação popular são sem dúvidas uma força motriz a efetiva proteção ambiental. Por um lado, considerando os resultados preliminares da pesquisa, ainda há muito a ser explorado pelos cidadão e órgãos governamentais. Por outro, a informatização do banco de dados da segurança pública goiana mostra-se iminente realidade que favoreça a participação e o uso social da informação produzida.

## Referencial Teórico

ANDRADE, Murilo Oliveira. **A água nos documentos internacionais**. VI Seminário Internacional de Direitos Humanos e Democracia. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br>. Acesso em: 29 jun. 2022.

AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de. **Uso das estatísticas criminais e planejamento das atividades policiais: um estudo sobre a percepção dos profissionais de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas, 2012.

CORREA, Roberto Lobato. **Sobre Agentes sociais, escala de produção do espaço: um texto para discussão**. A Produção do espaço urbano: agentes e Processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

FERREIRA, Álvaro et al. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 11, n. 245, 2007.



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus  
Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior



Universidade  
Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

LANCHOTTI, Andressa de Oliveira; DIZ, Jamile Bargamashine Mata. Direito de acesso à informação ambiental: da formalidade à efetividade dos direitos de acesso. **Revista de Direito e Sustentabilidade**. Curitiba; v. 2; n. 2; p. 130-148; Jul/Dez. 2016

MILLARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: A gestão Ambiental em foco**. Ed. Revista dos Tribunais. 7º Edição, 2011.

ROCHA, I. A.; CONDURÚ, M. T. .; FLORES, M. do S. A. .; ROCHA, G. de M. . O princípio da informação no cadastro ambiental rural e o planejamento de políticas públicas. **P2P E INOVAÇÃO**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 101–117, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5576>. Acesso em: 12 ago. 2022.



## A HISTÓRIA DA VITICULTURA EM GOIÁS

Dayanna Gonçalves Rodrigues de Oliveira

Prof.: Dr. Mário César Gomes de Castro

### Introdução

Viticultura é a ciência que estuda a produção da uva. No Brasil essa produção era de maior concentração nas regiões sul, porém, essa atividade tem adquirido bastante despontamento em outras regiões, pois apresenta características distintas nos frutos de uma região para outra, tendo divergências no ciclo de produção, variedade do produto, época de colheita também na destinação do produto no mercado. É o caso da região centro-oeste, incluindo o estado de Goiás, o qual será tratado nesse estudo.

No estado de Goiás a viticultura se apresentou como uma inovação, pois era considerada uma produção ideal para regiões mais frias. Goiás é uma região de clima tropical, com madrugadas frias e dias quentes, tendo pouquíssimas chances de ocorrência de geadas, o que acontece periodicamente nas regiões sul. Esse é um dos fatores que faz de algumas de nossas uvas ter uma grande diferença: o teor de açúcar, elevando a qualidade do produto no processo de produção de vinhos e sucos.

Esse cultivo chegou em Goiás por volta de 1997, mas propriamente na cidade de Itaberaí. Depois outros produtores se interessaram pelo cultivo e iniciaram essa atividade em meados de 2000 e 2001 nas cidades de Santa Helena de Goiás, Paraúna e Hidrolândia. Logicamente todos esperançosos na inovação e na alta probabilidade de produção. Ela se tornou uma importante fonte de geração de renda nas regiões produtoras de uvas, principalmente para os pequenos produtores, os da agricultura familiar. Assim, a viticultura contribui com a geração de empregos, renda e sustentabilidade.

A escolha do tema desse estudo se deu por se tratar de uma situação pouco estudada e apresentada, do empreendedorismo local e apesar do Estado de Goiás dispor de uma pequena participação no cenário nacional, ele apresenta um setor industrial de produção de vinhos, sucos e áreas de cultivo de uva em expansão, devido ao clima favorável, produção na entre safra e o



solo arenoso com boa drenagem, fatores que auxiliam a atividade de viticultura. Desta forma, o estudo se propõe a contribuir para um maior entendimento da viticultura em Goiás.

Por se tratar de um cenário relativamente novo, há muitos desafios encontrados pelos produtores, a decisão do cultivo das uvas e seus derivados em Goiás é uma ação inovadora do empreendedorismo. Desse modo surge a problemática de como é o histórico da viticultura em Goiás?

Teve-se por objetivo apresentar a história da viticultura em Goiás. De modo a embasar o estudo foi utilizado a teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento, de Albert Hirschman de 1958 e os dados históricos das viticulturas, pelos órgãos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Viticultores e enólogos das viticulturas em Goiás.

## Método

O estudo teve como recorte espacial as viticulturas localizadas no estado de Goiás, quanto ao tipo de estudo é considerada como exploratória e se configura como qualitativo, sendo o método dedutivo, considerada como pesquisa bibliográfica, pois foi utilizado trabalhos já publicados como livros, dissertações, artigos científicos, para trazer o fundamento teórico, foi consultado sites como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. A partir desses dados, foi possível apresentar a história desse cultivo em Goiás.

## Resultados E Discussões

### *Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-Regional do Crescimento, Albert Hirschman*

O objetivo do estudo elaborado por Hirschman (1958) é analisar o processo de desenvolvimento econômico e como o mesmo pode ser transmitido de uma região (ou país) para outra. Hirschman discute como o crescimento é transmitido de uma região (ou país) para outra, evidenciando que, dada sua irregularidade, o processo de desenvolvimento implica inevitavelmente em diferenças nos níveis de crescimento regionais e internacionais. O desenvolvimento de uma localidade gera pressões e tensões em direção às localidades subsequentes, o que resulta em áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas (sejam países, regiões, estados, etc.).



Para Hirschman é fundamental que os investimentos sejam concentrados no ponto de crescimento inicial durante determinado período, o que auxilia a consolidação do crescimento econômico. A teoria do desenvolvimento regional sempre tratou da questão das trocas inter-regionais, uma vez que estas constituem um dos fundamentos da especialização local. Segundo Hirschman a questão crucial para o desenvolvimento é dada pela capacidade de investir (the ability to invest), que depende dos setores mais modernos da economia e do empreendedorismo local.

Maillat (2002) A capacidade de inovação de um território está vinculada à natureza criativa de seus habitantes enquanto agentes capazes de transformar seus recursos humanos, ambientais, culturais ou artísticos em produtos de atração e de comercialização. Completando Coelho (2000) descreve que o desenvolvimento econômico local é resultado da construção de um ambiente produtivo inovador, no qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e de integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais, de tal modo que as oportunidades locais se ampliam, gerando trabalho e renda, bem como, atraindo novos negócios.

### *A Viticultura em Goiás*

A palavra viticultura tem sua origem do latim, que significa cultivo de vinhas. Segundo Giovannini (2014, p.2) “Viticultura é, portanto, a ciência que estuda a produção da uva que pode ser destinada para o consumo in natura, a elaboração de vinhos e seus derivados e a produção de passas.”

As viticulturas goianas apresentam variedades no manejo do cultivo de uvas e na produção dos seus derivados. O cultivo no estado, apesar de ser uma atividade considerada recente de empreendedorismo local, apresenta expansão em áreas plantadas.

O estado de Goiás possui um clima seco e uma amplitude térmica que favorece o cultivo das uvas, que amadurecem até o ponto ideal para a produção de vinhos e sucos, com um ciclo de maturação completa. Por ser uma região seca a irrigação dos parreirais é feita pela aplicação de tecnologia de ponta importada de Israel. Noites frias e dias com temperaturas altas proporcionam duas safras anuais.



Em Goiás, a cultura começou com o coronel José Antônio Pires Gonçalves na cidade de Planaltina de Goiás que após ter sucesso com a produção de cachaça e rum, multipremiado Barão do Cerrado, contrata o Enólogo Marcos Vian, no qual cultivou 5 mil pés de mudas vindas da França sendo elas Syrah, Pinot Noir, Sauvignon Blanc e Cabernet Sauvignon, criou um sistema sem a utilização de portas enxerto e sem defensivos químicos agrícolas para que as vinhas fossem mais naturais possíveis, porém, problemas pessoais fizeram com que o coronel abandonasse os projetos e mudasse para o Rio de Janeiro e as poucas garrafas produzidas ficaram perdidas pelo tempo.

Em meados de 1997 a família Razia que se instalou em Itaberaí começou o seu cultivo das uvas e no mesmo ano e Marcelo de Souza com intuito de disseminar a cultura montou grupos de vinhos para degustação e buscou aprofundar no assunto. Investiu na compra de um terreno em um vale próximo à cidade de Cocalzinho denominado Pireneus Vinhos e Vinhedos, em 2005 foi feito o primeiro plantio.

Posteriormente, entre 2000 e 2001 produtores foram atraídos pela possibilidade de produtividade e pelo interesse no mercado se instalaram nos municípios de Hidrolândia com a família Salvador Kodawara, e em Santa Helena de Goiás com as famílias de Henrique Michelotte e Alberto Muraro e Paraúna com o Sebastião Ferro.

As principais iniciativas do cultivo da uva estão nos municípios de Santa Helena de Goiás, Paraúna, Itaberaí e Cocalzinho de Goiás. Segundo Panorama Setorial Embrapa (2010, p. 84)

Os projetos implantados nestes municípios têm como base o cultivo de uvas americanas e híbridas, com foco na produção de vinho de mesa e suco de uva. Entretanto, embora não sendo o principal foco, parte da produção tem sido destinada ao mercado regional para o consumo in natura.

Os principais municípios produtores em Goiás são Santa Helena de Goiás, Paraúna e Itaberaí, que se destacam devido as indústrias processadoras de uvas. Em alguns municípios a produção ainda estão iniciando, mas também estão envolvidos com a atividade no estado, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística os municípios são Anápolis, Goiânia, Aragoiânia, Cocalzinho de Goiás, Formosa, Pirenópolis, Vale do Rio dos Bois, Paraúna e São João da Paraúna. Assim se inicia o ciclo da viticultura, os produtores são impulsionados pelos incentivos de crescimento e pela possibilidade de produção.



## Conclusão

O crescente número de apreciadores do cultivo da uva tem motivado os pequenos produtores a apostar e investir nesse cultivo. Por se tratar de um cenário relativamente novo na região, há muitos desafios encontrados pelos produtores, principalmente o da mão de obra especializada.

Conforme descrita na teoria de Albert Hirschman de transição de regiões, a questão crucial para o desenvolvimento é dada pela capacidade de investir. O cultivo de uvas é uma ação inovadora do empreendedorismo, visto que o cultivo de uvas e de seus derivados, são comuns de regiões frias do Brasil que foi transmitido da região sul já desenvolvido o seu cultivo, para a região de Goiás, como uma forma de desenvolvimento econômico local sendo o resultado do ambiente produtivo inovador.

A viticultura está cada vez mais expressiva no estado de Goiás, o histórico apresentado demonstra um aumento de novos produtores, comprovando que vários produtores estão identificando a cultura como uma oportunidade de investimento, gerando trabalho e renda, bem como, atraindo novos negócios. É indiscutível que as regiões que estão se adequando a essa nova possibilidade de produção gerem benefícios, seja eles econômicos, culturais e sociais.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual de Goiás pela oportunidade.

## REFERÊNCIAS

CAMARGO, U. A. **Árvore do Conhecimento Uva para Processamento**. Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Disponível em: <[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/uva\\_para\\_processamento/arvore/CONT000g5f8cou802wx5ok0bb4szwyx060i6.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/uva_para_processamento/arvore/CONT000g5f8cou802wx5ok0bb4szwyx060i6.html)>. Acesso em: 17 Junho 2022.

COELHO, Franklin Dias. **Consórcios Regionais de Desenvolvimento: os mercados regionais no estado do rio de janeiro**. Santiago, Chile, 2000.

EMBRAPA UVA E VINHO. **Programa de melhoramento genético uvas do Brasil**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/uva-e-vinho/programa-uvas-do-brasil>>. Acesso em: 11 Junho 2022

GIOVANNINI, E. **Manual de Viticultura**. Porto Alegre: Bookman Companhia, 2014.

HERIBERTO A.; Soelma M. S; Angelotti F. A. **Sistema de Produção** - cultivo da videira. Embrapa, 2010. Disponível em: <[http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/sistema\\_producao/spuva/clima.html](http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/sistema_producao/spuva/clima.html)>. Acesso em: 16 Junho 2022.

HIRSCHMAN, A. **The Strategy of Economic Development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 17 Junho 2022.

MAILLAT, D. **Globalização, Meio Inovador e Sistemas Territoriais de Produção**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 4, março. 2002.

PROTAS, J. F. D. S.; CAMARGO, U. A. **Viticultura Brasileira: panorama setorial de 2010**. Brasília, DF: SEBRAE ; Bento Gonçalves : IBRAVIN : Embrapa, 2011.

PROTAS, J. F. D. S.; CAMARGO, U. A.; MELLO, L. M. R. **Viticultura Brasileira: regiões tradicionais e pólos emergentes**. Embrapa Uva e Vinho, Belo Horizonte, 2006.

REISCH, B. J.; PRATT, C. Grapes. In: JANICK, J.; MOORE, J. N. **Fruit Breeding: vine and small fruits**. 2º ed. New York: John Willey, 1996. v. 2, p. 297-369.

## O MÉTODO DOS CUSTOS DE REPOSIÇÃO E SEUS ARTIGOS REVELANTES NO BRASIL ENTRE 2000 E 2022.

Alexandre Marques e Sousa<sup>11</sup>

Joana D'Arc Bardella Castro<sup>12</sup>

101

### Introdução

Esse estudo é sobre valoração ambiental de uma área degradada pelo Método dos Custos de Reposição. Ele tem por objetivo identificar artigos relevantes que demonstrem a aplicação do método no Brasil, procura ver se o método dos Custos de Reposição é o mais apropriado para se valorar a propriedade degradadas pela ação humana e apresentar a teoria do método.

Áreas degradadas pela ação humana são um problema recorrente, muitas vezes deixando de ter um custo-benefício de exploração econômica após ser explorada até exaustão. Essas áreas costumam necessitar de intervenção humana para se recuperarem a um estado semelhante ao seu estado virgem. Semelhante, pois uma vez degradada é impossível recuperar uma área ao estado igual ao que existia antes da ação humana, mas é possível alcançar um resultado que se torne um ecossistema saudável e autossustentável.

Para tanto um investimento financeiro se faz necessário. Porém antes de se realizar esse investimento a uma estimativa de quanto se é necessário para fazer essa recuperação é conveniente para se fazer planos e projetos. Para tanto existe o Método dos Custos de Reposição. É um método que busca calcular (RIBEIRO 2009), com base nos custos necessários para fazer a reposição dos recursos naturais, o quanto vai custar em moeda corrente essa recuperação.

<sup>11</sup> Graduando do Curso de Ciências Econômicas E-mail: alexandre.marques.sousa@gmail.com

<sup>12</sup> Orientador deste trabalho. Docente do Curso de Ciências Econômicas Doutora em Economia pela Universidade de Brasília E-mail: joanabardella@brturbo.com.br



Artigos usando o método são frequentemente públicos nas plataformas científicas, mostrando sua relevância para a valoração ambiental e para a economia ambiental como um todo. O uso do método tem sua utilidade prática para quando se for planejar e ver a viabilidade a recuperação de uma área e no âmbito jurídico para o cálculo de reparações ambientais mais racionais, que reflitam de forma mais realística o dano causado ao meio ambiente.

## MÉTODO DE PESQUISA

Esta é uma pesquisa bibliográfica, qualitativa para dados bibliográficos. Os resultados são apresentados de maneira descritiva. Esse estudo tem como local mídia eletrônicas de pesquisa de artigos, as plataformas do portal Capes, SciELO, Google Acadêmico e Researchgate. As palavras de busca são Valoração Ambiental, Método dos Custos de Reposição e Valoração por Custos de Reposição.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

O Método por Custo de Reposição baseia-se no cálculo de quanto é necessário para repor a capacidade do meio ambiente de se reproduzir, ou seja, de se perpetuar de maneira autônoma sem intervenção humana, de forma a retomar o sítio a forma anterior a ter sido degradado. Utilizado como medida do dano causado após o prejuízo.

São os custos de se realizar essa reposição, a preço de mercado, pelo menos em parte. Os valores podem ser subestimados, pois muitas vezes não é possível recuperar o dano por completo, por falta de, entre outros fatores, tecnologia, recursos ou extinção de espécies. Nem todas as características do meio ambiente poderão ser repostas.

Nesse método os passos a serem utilizados são:

- Caracterização da área de estudo: analisar a área, para poder se analisar sua história, como ela era antes da degradação.
- Identificação dos Elementos a Serem Valorizados: deve-se identificar todos os elementos do local que foram degradados e quais devem ser recuperados.

- Levantamento de preços de mercado: obtenção de dados dos valores, a preço de mercado, dos custos de restauração do local.
- Cálculo: usar os valores dos custos, com os elementos a serem recuperados para se calcular o valor ambiental de recuperação da área.

Uma vez que esses passos tenham sido seguidos se faz a valorização e obtém-se o valor do bem ambiental analisado.

Foram encontrados os artigos dos autores mostrados na Tabela 1 para a identificação.

**Tabela 1: Trabalhos estudados**

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>
NOGUEIRA, J. M.; MEDEIROS, M. A. A. de; ARRUDA, F.S.T. de.	Valoração econômica do meio ambiente: ciência ou empirismo.	2000
MARQUES, J. F.; PEREIRA, L. C.	Valoração econômica dos efeitos da erosão: estudo de caso em bacias hidrográficas.	2004
RODRIGUES, W.	Valoração econômica dos impactos ambientais de tecnologias de plantio em região de Cerrados.	2005
ALÍPAZ, S. M. F.	Quantificação e valoração econômica dos serviços ambientais redutores de sedimentação na bacia do Ribeirão Pipiripau	2010
PUGLIESI, A. C. V., et al.	Valoração econômica do efeito da erosão em sistemas de manejo do solo empregando o método custo de reposição.	2011
VERGARA, F. E.; DE SOUSA, R. A. M.; DA SILVA ANDRADE, R.	Aplicação do método do custo de reposição (mcr) para valoração do meio ambiente: o caso do Parque Cesamar, Palmas–TO.	2014

PEREIRA, L. C.; TÔSTO, S. G.; CARVALHO, J. P.	Erosão do solo e valorização de serviços ambientais.	2015
PEREIRA, L. C.; TOSTO, S. G.; ROMEIRO, A. R.	Uso das terras: perdas de solo por erosão e valoração econômica.	2019
<b>Elaboração: SOUSA (2022)</b>		

### Considerações finais

O Método dos Custos de Reposição é um método de valoração que é útil para ser usado quando se precisa saber qual é o custo para uma restauração de uma área para um estado semelhante ao pré degradação. Ele possui utilidade para estimar esse custo de maneira mais próxima a realidade e evitar erros na hora de aplicar na prática essa recuperação.

### Referências

- ALÍPAZ, Suzana Maria Fernandes. Quantificação e valoração econômica dos serviços ambientais redutores de sedimentação na bacia do Ribeirão Pípiripau. 2010.
- CASTRO, Joana D'arc Bardella Castro, NOGUEIRA, Jorge Madeira. Valoração econômica Ambiental- Métodos da Função Produção: Teorias e estudos de caso. Curitiba:CRV, 2019.
- MARQUES, J. F.; PEREIRA, L. C. Valoração econômica dos efeitos da erosão: estudo de caso em bacias hidrográficas. **Embrapa Meio Ambiente-Documents (INFOTECA-E)**, 2004.
- MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F. Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional. Relatório Final. Brasília: UNEP-WCMC, 2011. 120 p.
- MOTTA, R. S. Manual para valoração econômica de recursos ambientais. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997.

NOGUEIRA, Jorge Madeira; MEDEIROS, MAA de; ARRUDA, FST de. Valoração econômica do meio ambiente: ciência ou empiricismo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 17, n. 2, p. 81-115, 2000.

PEREIRA, L. C.; TÔSTO, S. G.; CARVALHO, J. P. Erosão do solo e valoração de serviços ambientais. **Embrapa Meio Ambiente-Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2015.

PEREIRA, Lauro Charlet; TOSTO, S. G.; ROMEIRO, A. R. Uso das terras: perdas de solo por erosão e valoração econômica. **Embrapa Meio Ambiente-Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2019.

PUGLIESI, Adriane Cristine Vasconcelos, et al. "Valoração econômica do efeito da erosão em sistemas de manejo do solo empregando o método custo de reposição." *Bragantia* 70 (2011): 113-121.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas / Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al.). -. 3. ed - 14. reimpr – São Paulo Atlas, 2012.

RIBEIRO, Gregório Dias. Valoração ambiental: síntese dos Principais métodos. 2009.

Rodrigues, Waldecy. "Valoração econômica dos impactos ambientais de tecnologias de plantio em região de Cerrados." *Revista de Economia e Sociologia Rural* 43.1 (2005): 135-153.

VERGARA, Fernán Enrique; DE SOUSA, Ricardo Azevedo Mamedio; DA SILVA ANDRADE, Rui. Aplicação do método do custo de reposição (mcr) para valoração do meio ambiente: o caso do Parque Cesamar, Palmas–TO. *Revista Monografias Ambientais*, v. 13, n. 5, p. 4063-4076, 2014.

## Letramento digital durante a pandemia: desafios e possibilidades nas práticas de letramento digital de docentes da rede pública municipal de ensino de Anápolis

Elson M. da Silva<sup>13</sup>

**Resumo:** Trata-se de um estudo qualitativo em que se procurou analisar as práticas de letramento digital de 148 professores/professoras da rede municipal pública de ensino de Anápolis nos níveis Educação Infantil, Ensino Fundamental, anos iniciais, e Educação de Jovens e Adultos. Metodologicamente, realizou-se estudos bibliográficos e análise de respostas dos sujeitos da pesquisa, obtidas por meio de um formulário eletrônico. Os dados foram submetidos à análise por meio de pressupostos teóricos da Análise de Conteúdo o que possibilitou a criação de cinco categorias de análise.

**Palavras-chave:** Digital, letramentos, educação, pandemia.

### Introdução

O contexto marcado pela pandemia da Covid-19 parece ser favorável para a ampliação dos debates sobre as práticas de letramento digital desenvolvidas por meio das aulas remotas emergenciais. Isso porque a hegemonia das TDIC na educação escolar nesse contexto pandêmico é praticamente inquestionável. Assim é que, o presente artigo, constitui-se de reflexões surgidas durante a realização de uma investigação na qual se procurou identificar, analisar e refletir sobre as práticas de letramento digital de professores da rede pública de ensino de Anápolis, desenvolvidas durante a pandemia da Covid-19, nas quais ministravam aulas remotas por meio das tecnologias digitais da informação e comunicação – TDIC.

As reflexões apresentadas, aqui, envolvem estudos teóricos e análise das respostas, obtidas por meio de um formulário eletrônico semiestruturado, de cento e quarenta e oito professores da rede municipal pública de ensino de Anápolis – Goiás. Os dados foram analisados à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Conteúdo, o que possibilitou a criação de cinco categorias de análise que serão apresentadas no decorrer deste trabalho. Os sujeitos do estudo são, assim, caracterizados: 93% são do gênero feminino, pouco mais de 80% têm até quarenta e cinco anos de idade e a maior parte, cerca de 76%, possuem até vinte anos de experiência no magistério da Educação Básica como professores. Em relação aos níveis

<sup>13</sup> Docente da UEG – UnU de Anápolis CSEH Nelson de Abreu Júnior. E-mail: elsonmarcolino@gmail.com



em que lecionam, 50,7% atuam na Educação Infantil (creches e pré-escolar), 45,3% no Ensino Fundamental e 4 % atuam na Educação de Jovens e Adultos.

O artigo está organizado em três momentos. No primeiro, denominado “Letramento Digital e Práticas de Letramento no Contexto Escolar”, refletimos sobre os conceitos de letramento digital e alguns apontamentos teóricos sobre esse fenômeno na organização do trabalho pedagógico escolar. No segundo momento, apresentamos reflexões a partir da análise à qual o *corpus* da investigação foi submetido por meio da metodologia Análise de Conteúdo.

## LETRAMENTO DIGITAL E PRÁTICAS DE LETRAMENTO DIGITAL NO CONTEXTO ESCOLAR

No contexto atual do campo da educação escolar brasileira, marcado pela pandemia da Covid-19, muitas escolas tiveram que incluir no currículo a realização de aulas “*on-line*”, uma vez que em todo o território nacional as aulas presenciais estão suspensas por orientações mundiais e nacionais. Nesse sentido, essa modalidade de ensino surge como a alternativa mais “viável”, principalmente para que os alunos possam continuar aprendendo, bem como para manter o vínculo afetivo e legal entre alunos e escola.

A ideia de aula “*on-line*” está intrinsecamente ligada à noção de práticas de letramento digital. De acordo com Kenski (2011), com o surgimento das tecnologias da informação e comunicação, vai se configurando um novo tipo de linguagem, denominada de linguagem digital, considerada, após a oralidade e a escrita, a “terceira linguagem”. Essa terceira linguagem surge e se desenvolve em articulação com as tecnologias eletrônicas de informação e comunicação. Entre as múltiplas TICs, a linguagem digital se expressa também por meio dos computadores e da *internet*. As práticas sociais, decorrentes dos usos que as pessoas fazem da linguagem digital, mediada pelo computador e *internet*, é o que Soares (2008) e Coscarelli & Ribeiro (2010) denominam de práticas de letramento digital.

Para Soares (2008), o termo letramento é entendido como uma condição que caracteriza as pessoas que se apropriam das novas tecnologias digitais e, com isso,

exercem práticas de letramento na “tela” do computador. Coscarelli & Ribeiro (2010, p. 9), entendem o conceito de letramento mediado pelas “telemáticas” como “[...] a ampliação do leque de possibilidades de contato com a leitura e a escrita também em ambiente digital”. Tanto Soares (2008), quanto Coscarelli & Ribeiro (2010) entendem que as práticas de letramento digital surgem e se desenvolvem em decorrência dos usos e da presença das mídias digitais na sociedade contemporânea, incluindo o computador e a *internet*. Com a introdução mais maciça das aulas “*on-line*” no currículo escolar em função da pandemia de Covid-19, muitas são as possibilidades de desenvolvimento de práticas de letramento digital de professores e alunos por meio dos aparatos tecnológicos digitais. Eles podem, por exemplo, participar de encontros em tempo “real” por meio de *WhatsApp*, *Google Meet*, *Zoom* para discutirem e encaminharem atividades do currículo escolar. Entretanto, mesmo com tantas e variadas possibilidades de o letramento digital ser desenvolvido durante a realização de aulas “*on-line*” em contexto escolar, é importante que alguns aspectos fundamentais sejam levados em consideração nesse processo.

Para Ramal (2012), a primeira questão que se coloca quando se pensa na introdução das tecnologias digitais na área da educação escolar é, inevitavelmente, a questão pedagógica. Nesse sentido, entende-se ser de fundamental importância compreender quais são os pressupostos teórico-pedagógicos que orientam as práticas educativas escolares de letramento mediadas também pelos aparatos tecnológicos digitais. No campo especificamente pedagógico-escolar, as práticas de letramento digital estão subsidiadas em pressupostos pedagógicos que podem assumir tanto uma versão reprodutivista, quanto uma versão possibilitadora da transformação social.

Silva (2010) apresenta algumas reflexões acerca das práticas de letramento digital a partir de duas perspectivas: a perspectiva instrucionista e a perspectiva dialógica de letramento digital. Segundo o autor, a perspectiva instrucionista do letramento digital enfatiza a instrução, entendida apenas como treinamento no âmbito escolar. Nessa perspectiva, o sujeito é condicionado a pensar de uma determinada forma, desprovida de visão crítica e emancipadora do contexto que o cerca.

Ainda nessa perspectiva de letramento digital, as mídias digitais teriam como função condicionar o comportamento do aluno de acordo com os interesses do mercado de trabalho, ora para fazer dele mão de obra barata e qualificada às indústrias, ora para exercer o papel de mero consumidor na “sociedade do conhecimento”. O aluno, considerado um ser passivo no processo de formação, é testado periodicamente por meio de atividades e provas objetivas *on-line* e o que se espera dele é a memorização dos conteúdos. As práticas de letramento digital são consideradas como produtos das pressões do ambiente digital que geram, assim, um conjunto de comportamentos que são medidos, previstos e controlados. Ao professor, cabe desenvolver a função de simplesmente repassar os “conteúdos” com predominância dos aspectos técnicos em detrimento dos aspectos políticos, por meio da utilização de mídia digital, diga-se de passagem, através da *internet*.

A perspectiva instrucionista de letramento digital defende, ainda, a ideia de que o letramento digital é considerado uma ferramenta neutra que pode ser aplicada de forma homogênea, com resultados igualmente homogêneos em todos os ambientes digitais. O autor levanta outras características da perspectiva instrucionista de letramento digital, como por exemplo: a) o pressuposto de que letramento digital é um atributo pessoal, “algo” que está relacionado à simples posse individual das tecnologias mentais complementares de ler e escrever na *internet*; b) a ideia de que um indivíduo, para ser considerado letrado digitalmente, ou estar em processo inicial de letramento digital, necessita ter, no mínimo, adquirido a habilidade de ler e escrever.

Como alternativa à perspectiva instrucionista de letramento digital, Silva (2010) apresenta a perspectiva dialógica de letramento digital. Nessa perspectiva, as mídias digitais são utilizadas como ferramentas pedagógicas em sala de aula dentro de uma visão crítica e emancipatória de educação, cuja função não se resume a “[...] atender os interesses específicos do mercado de trabalho (sistema produtivo), mas, também, para formar um sujeito emancipador para o mundo de trabalho” (SILVA, 2010, p. 89-90).

Na perspectiva dialógica de letramento digital, o conhecimento é resultado e construído por meio da interação sujeito-objeto-sujeito com predominância dos aspectos histórico-culturais. O professor age como um “problematizador” das informações



disponibilizadas aos sujeitos na/pela mídia digital, envolvendo confronto e contradições entre os pontos de vista, visando à sua superação. As mídias digitais, no contexto dessa perspectiva de letramento digital, não são consideradas como ferramentas neutras no processo de formação educacional do sujeito, pois estão permeadas de conotações ideológicas e só podem ser verdadeiramente compreendidas à luz de uma análise histórica.

Na perspectiva dialógica de letramento digital, diferentemente da perspectiva instrucionista de letramento digital, “[...] todas as práticas de letramento digital são aspectos não apenas da esfera cultural, como estão, também, relacionadas às estruturas de poder em uma sociedade” (SILVA, 2010, p. 90).

## **PRÁTICAS DE LETRAMENTO DIGITAL DOS DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

Apresentamos, nesta parte do artigo, reflexões a partir da apresentação de cinco categorias de análise: a) acesso às TDIC durante as aulas remotas no contexto da pandemia para a promoção do letramento digital; b) TDIC mais usadas durante as aulas remotas no contexto da pandemia para o desenvolvimento de práticas de letramento digital; c) formação para o desenvolvimento de práticas de letramento digital nas aulas remotas emergenciais no contexto da pandemia; d) maiores dificuldades enfrentadas pelos/as professores/as nas práticas de letramento digital durante às aulas remotas emergenciais na pandemia; e) principais possibilidades nas práticas de letramento digital docentes durante às aulas remotas emergenciais no contexto da pandemia de Covid-19.

### **Acesso às TDIC durante as aulas remotas no contexto da pandemia para a promoção do letramento digital**

A criação desta categoria tinha como objetivo analisar se na visão dos próprios professores investigados as suas práticas de letramento digital tinham, ou não, sido ampliadas durante as aulas remotas emergenciais no contexto da pandemia.



Os dados mostraram que quase 99% dos professores disseram que desde o início das aulas remotas emergenciais as suas práticas de letramento digital foram ampliadas. Esse dado, mas não somente ele, pode ser considerado relevante para discussões iniciais sobre a promoção do letramento digital nas escolas na medida em que aponta um número significativo de professores que afirmam terem suas práticas de letramento digital ampliadas no contexto da pandemia.

Sem desconsiderar as potencialidades dos usos das TDIC para o campo da educação escolar, principalmente neste atual contexto marcado pela pandemia da Covid-19, pois na ausência delas ocorreria o total abandono dos alunos, é importante atentar, também, para as influências e interesses mercadológicos que incentivam a massificação das TDIC.

Freitas (2021) alerta que a exaltação dos grandes conglomerados financeiros com a introdução das tecnologias digitais nas escolas precisa ser impedida, pois na busca para a manutenção e ampliação das taxas de lucro, esses conglomerados adentram e mercantilizam as relações sociais entre professores e alunos que, “conectados” por meio de várias plataformas digitais na escola e em casa, promovem o faturamento deles com a aquisição de planos de telefonia, planos de internet, equipamentos, energia elétrica, entre outras. Assim, pais, professores e alunos precisam se mobilizar nesse sentido.

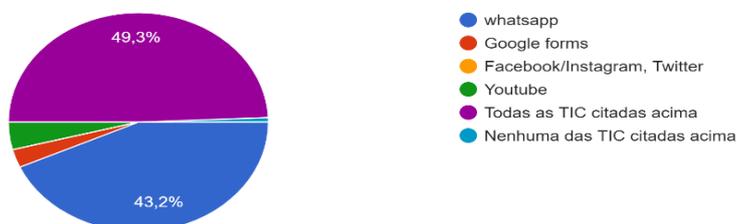
### **TDIC mais usadas durante as aulas remotas no contexto da pandemia para o desenvolvimento de práticas de letramento digital**

A criação desta categoria de análise nos levou a um entendimento inicial de que há forte indício de que realmente as práticas de letramento digital dos professores estão sendo ampliadas no contexto da pandemia, uma vez que mais de 99% dos professores disseram fazer usos de sites de redes sociais durante as aulas remotas emergenciais no contexto da pandemia.



Qual "TIC" você usa para as suas aulas remotas?

148 respostas



Há muitos anos, a internet já vinha sendo considerada como uma grande aliada na promoção do letramento digital em várias esferas da sociedade, possibilitando, entre outras ações, desenvolver práticas de letramento digital em *home office*, promover educação à distância, comprar e vender produtos, criar e manter relações afetivas, usufruir de lazer e cultura. Nesse contexto, essas ações já ocorriam principalmente nos grandes sites de redes sociais. Entretanto, foi no isolamento social, provocado pelo surgimento da Covid-19, que se potencializaram essas ações na tentativa de manutenção de determinadas rotinas no contexto da pandemia.

No campo da educação escolar, presenciamos neste contexto da pandemia de Covid-19 a hegemonia das tecnologias digitais da informação e comunicação, pois no “antigo normal”, as TDIC eram concebidas apenas como mais uma “ferramenta” pedagógica no processo de ensino e aprendizagem na maioria das escolas. Hegemonia, aqui, está sendo tomada na acepção gramsciana em que é considerada como um tipo de dominação ideológica consentida por uma classe social sobre seus pares, e quanto mais intensificada mais sólida fica a hegemonia e, com isso, há menos necessidade do uso de violência explícita.

Ainda que contribuamos para o enriquecimento dos já fortunados proprietários dos maiores sites de redes sociais do mundo, entre eles *Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp, Youtube*, e que os debates sobre os usos das TDIC na educação escolar sejam polêmicos, a questão é que as plataformas digitais, entre elas as redes sociais digitais, podem ser grandes aliadas no processo de ensino durante as aulas remotas emergenciais desde que a formação e a prática do professor estejam assentadas em paradigmas teóricos crítico-emancipadores em que “pensa-se a mídia –



educação com uma ferramenta pedagógica para desenvolver a consciência e a autonomia críticas do sujeito”. (RIVOLTELLA, 2015, p. 22).

Entretanto, as TDIC jamais devem ser consideradas “substitutas” das aulas presenciais, sobretudo quando se tratam de escolas públicas, as quais os alunos das camadas sociais menos favorecidas economicamente veem como a única oportunidade do atendimento de determinadas demandas específicas, como: interação direta e física entre sujeitos, o atendimento aos portadores de necessidades educativas e a garantia da alimentação diária às crianças e adolescentes que, na maioria das vezes, veem nessas instituições sua única possibilidade de realização.

### **Formação para o desenvolvimento de práticas de letramento digital nas aulas remotas emergenciais no contexto da pandemia**

Na medida em que inferimos que os professores entendiam que as suas práticas de letramento digital foram ampliadas e, com isso, passaram a desenvolvê-las em várias plataformas digitais, a criação desta categoria nos possibilitou analisar quais eram os “espaços” de formação que foram possíveis deles participarem na área da TDIC durante o período em que ministravam aulas remotas emergenciais no contexto da pandemia.

Os dados mostram que 45,9% dos professores disseram que “foram buscando por iniciativa própria” informações na internet para “dominar” as tecnologias digitais da informação e comunicação e planejar as aulas remotas emergenciais no contexto da pandemia. Enquanto que 6,8% dos professores disseram que participaram de cursos específicos nas áreas da TDIC, também “buscando por conta própria” esse tipo de formação docente. Ademais, 40,5% dos professores disseram ter “buscado por ajuda de colegas de trabalho e familiares”, e apenas 6,8% dos professores disseram ter “participado de cursos de capacitação na área das TDIC oferecidos pela secretaria de educação”.

A criação desta categoria de análise nos possibilita refletir sobre pelo menos dois aspectos em relação à formação dos professores no contexto da pandemia da Covid-19. O primeiro aspecto diz respeito à questão do quão é importante a

capacidade de “colaboração” no processo de formação continuada dos professores, ainda que esse termo carregue nas últimas décadas o viés ideológico da nova base produtiva.

Para Mercado (2017), é importante que a formação continuada do professor se desenvolva a partir de projetos colaborativos interdisciplinares, cujo apoio pode ser obtido através da “rede” em que ocorrem interações entre os professores buscando compartilhar informações e experiências por meios das TDIC. E, nesse sentido, sendo então o professor um colaborador. Kenski (2011) entende que as ações docentes mediadas pelas TDIC são ações partilhadas que não dependem de um único professor, mas das interações que forem possíveis para a realização do ensino.

Por outro lado, é importante também que se observe criticamente a quem, de fato, interessa esse tipo de formação docente que envolve determinadas capacidades e competências. Para Santos (2004), a “nova” base produtiva-capitalista vem demandando à educação e à educação escolar capacidades socioemocionais, tais como: colaboração, capacidade de trabalhar em equipe, propor soluções para problemas que possam surgir de forma inesperada, criatividade, saber tomar iniciativa, etc. Essas e outras capacidades socioemocionais estão sendo introduzidas nas escolas desde a década 1990 por meio de políticas e práticas educacionais neoliberais. Elas têm como pano de fundo as pedagogias do “aprender a aprender” que “mostra assim seu verdadeiro núcleo fundamental: trata-se de um lema que sintetiza uma concepção educacional voltada para a formação da capacidade adaptativa dos indivíduos” (DUARTE, 2001, p. 32).

O segundo aspecto, que chama atenção nesta categoria, diz respeito à desobrigação, direta e indireta, por parte dos órgãos federais, estaduais e municipais em relação ao investimento na capacitação continuada dos professores, especialmente no que diz respeito a área das TDIC, área extremamente fundamental neste contexto do isolamento causado pela Covid-19, em que os artefatos tecnológicos digitais são considerados imprescindíveis para a realização das aulas remotas emergenciais. Nesse sentido, concordamos com Kenski (2011) quando afirma que: “Não é possível impor aos professores a continuidade da autoformação, sem lhes dar a renumeração, o tempo



e as tecnologias necessárias para a sua realização”, bem como a oferta de cursos de aperfeiçoamento e atualização (p. 106).

### **Maiores dificuldades enfrentadas pelos/as professores/as nas práticas de letramento digital durante às aulas remotas emergenciais na pandemia**

Na medida em que os sujeitos da pesquisa faziam usos das TDIC durante às suas aulas remotas no contexto da pandemia, identificamos e analisamos também quais eram os principais desafios que enfrentavam nesse processo. Os dados apontaram que, para os sujeitos estudados, os principais desafios que enfrentaram durante as suas aulas remotas no contexto da pandemia foram: “problema de conexão da internet” (58%); “alunos, pais de alunos e professores que tinham dificuldade em manusear as TDIC” (37%); e quase 5% disseram ter dificuldade de “adaptação” às aulas remotas emergenciais.

Para Schneider (2020), o principal desafio enfrentado no cenário educacional no momento mais crítico da pandemia de Covid-19 foi a substituição das aulas presenciais pelas aulas remotas emergenciais de forma tão inesperada. E os professores que ainda não sabiam, por exemplo, utilizar determinadas tecnologias digitais precisaram aprender “à força” para reinventarem suas práticas pedagógicas online na pandemia. Outro desafio, apontado pelo autor, foi a questão da evasão dos estudantes das aulas quando elas passaram a ser remotas. Para minimizar os transtornos causados pela pandemia e a falta de interesse dos estudantes, foram necessárias ferramentas que possibilitassem a interatividade, que fizessem com que os estudantes se sentissem acolhidos próximos e autônomos para aprender.

Para Germano (2020), existe também, aqui, uma preocupação constante com a forma como o aluno vivenciou o momento durante o contexto mais grave da pandemia de Covid-19, em como essa situação afetou psicologicamente o estudante e de que modo os professores poderiam ajudar os discentes a superarem o momento e continuarem focados nos estudos. Para os professores, outro desafio foi sentir falta do contato presencial com seus alunos, pois a cultura escolar é baseada em aulas



presenciais e essa nova forma adotada pela escola para minimizar as perdas educacionais ainda está em processo de assimilação pela comunidade escolar.

### **Principais possibilidades nas práticas de letramento digital docentes durante às aulas remotas emergenciais no contexto da pandemia de Covid-19.**

A elaboração desta categoria nos possibilitou refletir sobre as principais possibilidades, segundo os professores estudados, em relação às suas aulas remotas emergenciais no contexto da pandemia de Covid-19. A análise do *corpus* da pesquisa nos possibilitou identificar as seguintes possibilidades em relação às aulas remotas emergenciais dos sujeitos investigados no contexto da pandemia de Covid-19: “comunicação” (34%), “conhecimento e utilização de novas tecnologias” (22%), “utilização dos recursos tecnológicos a fim de tornar a aula atrativa” (12%), “motivação, interesse e aproximação dos alunos com a tecnologia” (8%), “interação professor-aluno, professor e responsáveis” (6%), “aprendizagem adquirida pelos alunos durante as aulas remotas” (10%), “praticidade” (8%).

Para Barros (2020), as principais possibilidades em relação às aulas remotas emergenciais no contexto da pandemia de Covid-19, ancoradas na “sociedade da informação”, é que têm trazido inovações, possibilidades de interatividade, de abrir espaços de autonomia e de autoria de pensamento, de produção e de partilha de conhecimento. Aliado a isso, a possibilidade de aproximar os sujeitos, mesmo em meio à “distância”, viabilizando o acesso à educação em locais de difícil alcance.

Schneider (2020) entende que as TDIC no contexto das aulas emergenciais da pandemia de Covid-19 são importantes ao processo de ensino, mas são uma parte, um meio/recurso de ensino, envolvido em um todo bem maior que inclui o planejamento para a formação intelectual humana, desde a elaboração dos currículos oficiais até o currículo real de sala de aula, que perpassa por toda a interação/relação entre professor-alunos e alunos-alunos em relação aos conteúdos, objetivos, metodologias e avaliação do processo. O autor reitera que as tecnologias digitais poderão contribuir também para o ensino presencial no momento “pós-pandemia”, em



que o uso das tecnologias será fundamental as adequações para a volta das instituições escolares no formato “antigo normal”.

### Considerações finais

Inferimos, com a realização deste estudo, que as práticas de letramento digital de professores da rede municipal de ensino do universo estudado podem ter sido desenvolvidas a partir de desafios e possibilidades durante às aulas remotas emergenciais no contexto mais crítico da pandemia. Entre as possibilidades, analisamos que os professores não só têm acesso às TDIC como parecem desenvolver práticas de letramento digital durante as aulas remotas em várias plataformas sociais digitais. E essa inferência nos leva ao entendimento inicial que há, aí, uma possibilidade de nas aulas remotas estarem sendo contemplados o “universo” da maioria das crianças e adolescentes que já estão “plugados” nas redes digitais muito antes de frequentarem as escolas. Ainda em relação às prováveis possibilidades nas práticas de letramento digital dos sujeitos investigados no contexto da pandemia, estão, por exemplo, a ampliação da comunicação das aulas online até a utilização dos recursos tecnológicos a fim de tornar as aulas mais atrativa visando motivação dos alunos.

Em relação aos desafios, analisamos que a formação dos professores parece ocorrer, neste período de pandemia, sem muito apoio institucional do principal órgão responsável pela educação na cidade. Nesse sentido, é importante, mais uma vez, alertar à sociedade para tal fato que, historicamente, se repete no Brasil. Outras dificuldades, em relação às práticas de letramento digital dos professores investigados no contexto da pandemia, foram questões relacionadas à problema de conexão da internet, o fato de alunos e seus pais, bem como os próprios professores, terem dificuldades em “manusear” as TDIC, além da dificuldade de adaptação às aulas remotas emergenciais.

O estudo aponta também que, a pandemia afetou, e ainda afeta, pois ainda estamos num contexto pandêmico, várias esferas da vida dos sujeitos. Logo, o desenvolvimento das práticas de letramento digital por meio das aulas remotas emergenciais no contexto pandêmico traz grandes desafios, já que houve, por exemplo,

falta de acesso ou acesso deficitário em relação às TDIC e outros aparatos tecnológicos. Isso evidencia a persistência de desigualdades sociais e a dificuldade na realização do processo formativo escolar.

## Referências

BARROS, Claudia Cristiane Andrade et al. Precarização do trabalho docente: reflexões em tempos de pandemia e pós pandemia. *Ensino em Perspectivas*, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2021. Disponível em:  
<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4975/4231>. Acesso em out. 2021.

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DUARTE, Newton. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov/Dez 2001 nº 18.

FREITAS, Luís Carlos. As plataformas híbridas na escola e o impacto na juventude. Campinas, 28 jun. 2021. **Avaliação educação – Blog do Freitas**. Disponível em:  
<https://avaliacaoeducacional.com/2021/06/28/as-plataformas-hibridas-na-escola-e-o-impacto-na-juventude/>. Acesso em 25 jun.2021.

KENSKI, Vani. M. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2011.

MERCADO, Luís Paulo. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. Maceió: UFA, 2017

RAMAL, Andrea Cecília. **Educação na cibercultura**: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2012.

RIVOLTELLA. Pier Cesare. Retrospectivas e tendências da pesquisa em mídia-educação no contexto internacional. In: RIVOLTELLA. Pier Cesare et al. **Cultura digital na escola**: pesquisa e formação de professores. Campinas: Papirus, 2015. 17-31p.

SANTOS, Oder José. Reestruturação capitalista: educação escolar. **Revista Trabalho e Educação**, vol.13, n.1-jan/jul 2004, pp. 79-89.

SILVA, Elson Marcolino. Perspectiva instrucionista e perspectiva dialógica do letramento digital na educação. In: TOSCHI, Mirza Seabra (org.). **Leitura na tela**: da mesmice à inovação. Goiânia: PUC Goiás, 2010, p. 83-94.



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior



Universidade Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

SCHNEIDER, Eduarda Maria et al. O uso das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC): possibilidades para o ensino (não) presencial durante a pandemia Covid-19. Revista Científica Educ@ção, v. 4, n. 8, p. 1071-1090, 2020. Disponível em: <https://periodicosrefoc.com.br/jornal/index.php/RCE/article/view/123/109>. Acesso em 20 dez.21.

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita:** letramento na cibercultura. In: *Educação e Sociedade*, vol. 23, Campinas: n. 81, dez, 2008, p. 143-160 p.

## Construções iniciais sobre reflexões do letramento digital no contexto da pandemia: o caso das práticas de letramento digital de discentes do curso de Pedagogia de uma universidade pública de Goiás

Elson M. da Silva<sup>14</sup>

**Resumo:** Trata-se da apresentação de parte de discussões e reflexões de um estudo qualitativo que se encontra em desenvolvimento desde agosto de 2021 em que se procura investigar as práticas de letramento digital de discentes de um curso de Pedagogia da UEG desenvolvidas por meio das aulas remotas emergenciais no momento mais crítico da pandemia da Covid 19 (2020). Realizou-se estudos bibliográficos, documentais e análise das respostas obtidas de noventa e um discentes de um curso de Pedagogia da UEG obtidas por meio da aplicação de um formulário eletrônico semiestruturado. A análise do *corpus* do estudo possibilitou a criação de três categorias: a) caracterização dos sujeitos da pesquisa e o letramento digital b) Sensibilidade e compreensão por parte dos/das professores/as do Curso em relação ao momento mais crítico da pandemia da Covid 19, e c) Recursos e técnicas mais utilizados durante o momento mais crítico da pandemia da Covid 19 nas aulas remotas emergenciais.

120

**Palavras-chave:** Letramento, educação, pandemia, educação.

### Introdução

O presente texto apresenta, como proposta, propor reflexões iniciais sobre as práticas de letramento digital desenvolvidas por alunos/alunas do curso de Pedagogia de uma Unidade Universitária da UEG, localizada no interior do estado de Goiás. Trata-se de parte de reflexões de um estudo que se encontra em desenvolvimento desde agosto de 2021.

Seguindo orientações de vários documentos internacionais, nacionais e estaduais, que tratam da questão de como conter a disseminação do novo Coronavírus durante a pandemia da Covid-19, em dezessete de março de 2020 a Universidade Estadual de Goiás publicou a Portaria n. 560/2020 – UEG que “Estabelece medidas a serem adotadas, no âmbito da Universidade Estadual de Goiás, a fim de prevenir contaminação pelo novo Coronavírus (Covid-19).” E institui, em seu primeiro artigo, a suspensão, a partir de dezesseis de março do mesmo ano e por quinze dias, de todas as atividades acadêmicas presenciais em todas as unidades universitárias e câmpus da Universidade Estadual de Goiás. Nesse mesmo artigo, ressalva-se que, a qualquer momento, o corpo discente poderia ser chamado para realização de atividades acadêmicas, como por exemplo, aulas, preleções, conferências, “entre outras atividades,

<sup>14</sup> Docente da UEG, UnU de Anápolis CSEH Nelson de Abreu Júnior. E-mail [elsonmarcolino@gmail.com](mailto:elsonmarcolino@gmail.com)



mediadas por tecnologias, com a realização de atividades de forma remota” (UEG, 2020a).

Oito dias após a publicação da Portaria n. 560/2020 – UEG, a Universidade Estadual de Goiás publicou, em vinte e cinco de março, a Instrução Normativa nº 80/2020 que estabelece o Plano Emergencial de Ensino e Aprendizagem (PEEA) para os cursos de graduação da Instituição (UEG, 2020b). Com a publicação dessa Instrução Normativa, todos os cursos de graduação que, até então, eram ofertados na modalidade presencial, passam a ser ofertados na modalidade remota apoiando-se em tecnologias síncronas e assíncronas. O documento institui, ainda, o retorno imediato às aulas na modalidade remota e os procedimentos e ações didático-pedagógicos que deverão nortear as atividades acadêmicas enquanto durar a pandemia da Covid-19.

Entretanto, alguns cursos de graduação da UEG entenderam que o retorno às aulas de forma imediata e orientados pelas ações didático-pedagógicas determinadas pela Instrução Normativa nº 80/2020 acarretaria sérios prejuízos na formação tanto dos alunos quanto dos docentes da Instituição. O curso de Pedagogia da Unidade Universitária escolhida como *locus* desta investigação foi um dos cursos que mais resistiram à implementação dessa Instrução Normativa.

No final de março de 2020, após a realização de um mapeamento dos trabalhos mediados por tecnologias (PEDAGOGIA, 2020), o curso de Pedagogia encaminhou ao, então, Reitor da Universidade Estadual de Goiás um memorando que apresentava os principais obstáculos que seriam enfrentados pelo curso caso fosse implementada, de imediato, a referida Instrução Normativa. Entre outros obstáculos, o documento aponta: a) falta de acesso à internet e a outras ferramentas digitais, condições emocionais, falta de habilidade com as TICs. Ainda segundo o documento: “Esse quantitativo alcançaria em torno de 30% dos nossos alunos, o que é um percentual inadmissível para os professores” E, ainda,

Para além disso ainda temos a situação de professores que, apesar de terem toda capacitação para trabalhar com a tecnologia, não dispõem em suas residências de equipamentos e nem de suporte de internet para desenvolver as aulas remotas. (PEDAGOGIA, 2020, p. 1).

Diante desse quadro, que retratava a dura realidade de uma parcela significativa de alunos do curso de Pedagogia em relação à tecnologia digital, já se sinalizava que eles enfrentariam muitos desafios em relação ao desenvolvimento das suas práticas de letramento digital caso as aulas, de fato, fossem reiniciadas naquele período na modalidade remota, conforme determinava Instrução Normativa da UEG de nº 80/2020.

Entretanto, como a Reitoria não mostrava alternativas para superar os desafios, apresentados no Memorando, o curso de Pedagogia deliberou que as aulas seriam reiniciadas na modalidade remota somente quando fosse apresentada uma proposta que atendesse aos desafios relatados no Memorando, que fora encaminhado no final de março. O impasse entre o curso de Pedagogia, que envolvia também outros cursos de graduação da Instituição, e a Reitoria perdurou por mais de quatro meses e na segunda semana de agosto de 2020 as aulas desse curso foram reiniciadas na modalidade remota. A partir dessas reflexões incipientes sobre o contexto, resumidamente delineado acima, é que surgiu a necessidade de realização desta investigação que busca compreender o processo de desenvolvimento em relação às práticas de letramento digital de acadêmicos/acadêmicas do curso de Pedagogia de uma Unidade Universitária da UEG, localizada no interior de Goiás. Para alcançar esse objetivo, formulou-se o seguinte problema: Quais são as possibilidades vislumbradas e os desafios enfrentados pelos/pelas discentes do curso no desenvolvimento das suas práticas de letramento digital durante as aulas remotas no contexto da pandemia da Covid-19?

Partimos do pressuposto de que as discussões, aqui, apresentadas, são consideradas relevantes na medida em que todo e qualquer tema que envolva a questão das Tics na educação é considerado atual, pois as tecnologias digitais estão constantemente em pleno desenvolvimento na sociedade e os estudiosos da educação necessitam investigar como elas interferem no processo educativo. Ademais, a temática “práticas de letramento digital no contexto da pandemia da Covid-19 em contexto universitário” é considerada relevante na medida em que esse campo ainda se apresenta como muito fecundo para estudos, debates e produções científicas na área da educação, sobretudo por ser considerada uma temática atual.

## O Letramento Digital

O termo “letramento digital” começa a fazer parte dos discursos e práticas educacionais brasileiras a partir dos anos dois mil, principalmente com a publicação das obras de Buzato (2001), Soares (2002), Coscarelli e Ribeiro (2005) e Duran (2010). Para Buzato (2001), o letramento digital é entendido como “Um conjunto de conhecimentos que permite às pessoas participarem das práticas letradas mediadas por computadores e outros dispositivos eletrônicos no mundo contemporâneo” (p. 13). Para Soares (2002), o termo letramento que, até então, era concebido apenas na “cultura do papel” passa a ser reconceituado em função do advento da “cultura digital” e passa a ser entendido como um “[...] certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e escrita na tela, diferente do estado ou condição – do letramento – dos que exercem práticas de leitura e de escrita do papel” (p.151).

De acordo com Coscarelli e Ribeiro (2005), o conceito de letramento digital é a designação que se dá à ampliação do leque de possibilidades de contato com a leitura e a escrita também em ambiente digital. Duran (2010) amplia o conceito de letramento digital apresentado por Coscarelli e Ribeiro (2005) e o define como “[...] o processo de configuração de indivíduos ou grupos que se apropriam da linguagem digital nas diferentes práticas sociais relacionadas direta ou indiretamente à leitura e a escrita mediadas pelas TIC” (DURAN, 2010, p. 83).

Ainda que esses autores apresentem conceitos de letramento digital diferentes, todos convergem, em suas teorizações sobre esse fenômeno, que as práticas de letramento digital surgem e se desenvolvem em função dos usos e da presença das TDIC na sociedade contemporânea.

Para Kenski (2018), com o desenvolvimento acirrado das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) surge um novo tipo de linguagem denominada de linguagem digital. De acordo com a autora, essa linguagem é considerada, após o surgimento da oralidade e a da escrita, a terceira linguagem que surge e desenvolve em articulação com as TDIC. As práticas decorrentes dos usos que as pessoas fazem da linguagem digital, mediada pelo computador, internet e outras tecnologias digitais é o que se denomina de práticas de letramento digital.



Na área da educação escolar, os usos das TDIC durante as aulas remotas no contexto da pandemia da Covid-19 podem promover práticas de letramento digital que contribuam, ou não, para a formação do aluno, desde que sejam dadas as condições “mínimas” para a realização das atividades “online”.

Sem intencionarmos, aqui, o esgotamento dessas condições “mínimas”, necessárias para o desenvolvimento de práticas de letramento digital que promovam a formação dos alunos e alunas, destacamos: a) maior investimento, por parte da esfera pública e privada, em formação continuada técnica e pedagógica do professor, incluindo, também, os usos das tecnologias digitais em sala de aula; b) melhorias nas condições de trabalho docente, como disponibilização de suportes tecnológicos atuais para a realização das aulas remotas; c) maior investimento nos planos de carreira do magistério, inclusive com melhoria salarial, pois, assim, o docente poderá se sentir mais incentivado em prosseguir na carreira docente e, também, adquirir “tecnologias” que possam contribuir com sua vida pessoal e profissional. Cardoso e Santos também concordam com essa questão quando afirmam que:

Educação pública brasileira ainda carece de adequada infraestrutura física básica, tais como acesso à banda larga de internet, etc., além de projetos de formação de professores que propiciem a interação com os estudantes e a utilização das TDIC no processo de ensino e aprendizagem (CARDOSO E SANTOS, 2020, p. 84).

Concomitantemente a essas ações, é de fundamental importância que o Estado e a sociedade civil ampliem as políticas públicas que promovam práticas de letramento digital da população de um modo geral.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação, no final de 2018 cerca de 25% da população brasileira ainda não tinha acesso à internet no Brasil. Esse percentual representa algo em torno de 46 milhões de brasileiros excluídos “digitalmente”. A pesquisa apontou, ainda, que, desse total de excluídos do mundo “digital”, quase 42% disseram que o motivo para não acessar a “rede” reside no fato de não saber usá-la. Esse quadro, sem dúvida alguma, nos chama atenção para o quanto são importantes as políticas públicas para os usos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), especialmente para a classe menos favorecida economicamente.

A educação escolar pública, que é um reflexo da situação socioeconômica, também enfrenta desafios em relação à democratização do letramento digital. E a pandemia da Covid-19 só veio escancarar, com mais nitidez, o apartheid digital que historicamente assola a educação pública brasileira. Para aquela população estudantil que consegue se manter nos cursos superiores no contexto da pandemia da Covid-19, suas práticas de letramento digital podem estar sendo desenvolvidas a partir de teorias instrumentalistas ou teorias críticas do letramento digital.

Nas teorias instrumentalistas do letramento digital, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) são consideradas neutras e utilitaristas, “[...] segundo a qual a tecnologia é simplesmente uma ferramenta ou instrumento com que a espécie humana satisfaz suas necessidades”. (FENNBERG, 2019, p. 58). No contexto da educação superior, os ambientes de aprendizagem virtual (classroom, moodle LMS Estúdio, Teleduc, AulaNet, E-Proinfo etc) também são considerados “neutros” e que servem apenas como depósito e transmissão de conteúdos curriculares enfadonhos, repetitivos, mecânicos.

Nessas teorias, os alunos são concebidos como “objetos” e predomina a desvalorização, ou até mesmo a recusa, da ideia de que, antes mesmo do início das aulas *online*, os alunos já são portadores de capacidades, competências e habilidades digitais sociais, frutos das práticas de letramento digital desenvolvidas em outros espaços digitais (redes sociais, Websites variados, celular etc.). Ainda, e de acordo com teorias instrumentalistas do letramento digital, as relações sociais nos espaços “digitais” são monolíticas, hierárquicas, cabendo apenas ao professor definir o “que”, “quando” e “como” a “aprendizagem” dos alunos deve ocorrer. Nesse contexto, a formação do professor também é instrumentalista na medida em que ela ocorre como mera capacitação para os usos de aplicativos, plataformas e gêneros digitais, descontextualizada de reflexões críticas sobre seu papel no processo de ensino e aprendizagem.

Como alternativa às teorias instrumentalistas do letramento digital, é possível hipotetizar que as práticas de letramento digital dos sujeitos em processo de formação em nível superior podem estar sendo desenvolvidas a partir de pressupostos das teorias

críticas do letramento digital. Nessas teorias, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) são consideradas a partir de uma perspectiva histórica, permeadas por questões socioideológicas em que “[...] a tecnologia não é vista como ferramenta, mas como estrutura para etilos de vida” (FENNBERG, 2019, p. 63).

Os ambientes de aprendizagem virtual possuem “tecnologias” que podem tornar as aulas dinâmicas, flexíveis, criativas, sendo considerados como espaços “digitais” para busca, produção e socialização de informações e conhecimentos. As práticas de letramento digital desenvolvidas durante as aulas remotas são contextualizadas, levando em consideração as realidades, necessidades e a cultura “digital” dos sujeitos em processo de formação. Diálogos, debates e encaminhamentos das ideias e conhecimentos dos sujeitos em processo de formação inicial constituem pressupostos didáticos que poderão ajudar na sua formação crítico-emancipadora, segundo as teorias críticas do letramento digital.

### **Caracterização dos sujeitos da pesquisa e o letramento digital**

Trata-se de 91 discentes do curso de Pedagogia de uma Unidade Universitária da UEG, localizada no interior do estado do Goiás, sendo que 90,1 do gênero feminino. A idade predominante é de até 30 anos (75%) e mais de sessenta e cinco por cento disseram desenvolver algum tipo de atividade profissional, além da realização dos estudos em nível superior. Destes, quarenta por cento desenvolvem suas atividades laborais na iniciativa privada. A maioria, mais de setenta por cento, disseram se manter, financeiramente, com até dois salários mínimos. Partimos do pressuposto inicial de que a análise desse dado é importante, uma vez que evidencia elementos da realidade socioeconômica dos sujeitos estudados, marcado por um contexto “atípico” que demandaria maiores investimentos econômicos por parte do Estado. Por se tratar de sujeitos pertencentes à população de baixa renda, nos chama bastante atenção nesses dados o desafio que enfrentam os sujeitos da pesquisa no sentido de custear, por exemplo, uma universidade, ainda que pública, onde não pagam matrícula e nem mensalidades, sobretudo no momento de pandemia da Covid-19 em que acaba por exigir maiores gastos e investimentos como contratação de pacotes de dados móveis de



internet, assim como de rede de internet residencial, manutenção de aparatos tecnológicos, empréstimos e aquisições de aparatos tecnológicos mais atuais, para assistir as aulas remotas emergenciais e exercer a prática de estágio por meio das aulas remotas.

Esse desafio parece ser ainda maior se observarmos que o cenário pandêmico afetou diversos setores da economia nacional. O ano de 2021 sofreu um aumento de 10,6% de inflação no preço de bens e serviços, conforme o disposto pelo censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022). Esse é um fator imprescindível para a análise da renda familiar dos sujeitos da pesquisa, pois afeta diretamente o poder de compra de bens e aquisição de serviços, inclusive aqueles que são direcionados à realização da prática educacional.

Em relação ao letramento digital, a maioria dos sujeitos da pesquisa disseram que as desenvolvem diariamente por meio de aparelhos celulares e notebooks (51,6%); somente aparelhos celulares (26,4%) e aparelhos celulares, notebooks e computadores de mesa (18,7%). Nenhum sujeito da pesquisa disse não possuir nenhuma tecnologia digital.

Qual ou quais tecnologias digitais você possui e faz usos diariamente?

91 respostas

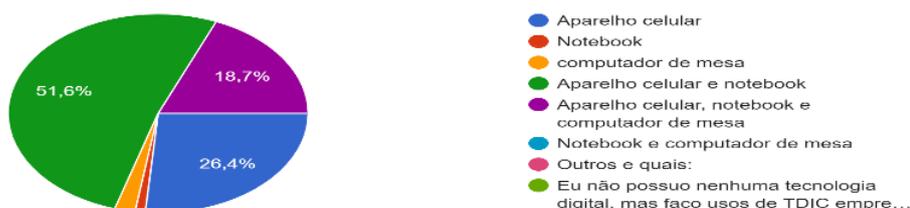


Figura 1 - Fonte próprio autor do trabalho

O tempo, em termos de horas diárias, que os sujeitos da pesquisa desenvolvem práticas de letramento nos suportes tecnológicos descritos acima varia de 1 a 5 horas (44%); de 6 a 10 horas por dia (38,5); acima de 10 horas por dia 15,4%. Somente 2,1 %



dos sujeitos da pesquisa disseram desenvolver práticas de letramento digital em menos de 1 hora por dia.

Em média, quantas horas por dia você fica "conectado" a Internet?  
91 respostas



Figura 2 Fonte próprio autor do trabalho

Os dados mencionados só reafirmam a hegemonia das tecnologias digitais de informação e comunicação na medida em que os sujeitos estudados parecem ter desenvolvido práticas de letramento digital por meio de diversos aparatos tecnológicos digitais durante o contexto mais crítico da pandemia da Covid 19.

### **Sensibilidade e compreensão por parte dos/das professores/as do Curso em relação ao momento mais crítico da pandemia da Covid 19**

A análise do *corpus* da pesquisa nos possibilitou a criação desta categoria de análise e a julgamos de fundamental importância para nossas reflexões na medida em que, sensibilidade e compreensão, foram citadas por mais de 95% dos sujeitos da pesquisa quando relatavam sobre quais sentimentos os professores mais demonstravam diante das principais dificuldades que sentiam no desenvolvimento de suas práticas de letramento digital durante às aulas remotas emergenciais no momento mais crítico da pandemia da Covid 19. No momento mais crítico da pandemia, tivemos que repensar nossas atitudes e comportamentos, também em relação ao processo de educação escolar. Naquele momento, nos deparamos com situações reveladores e desafiadoras ligadas às questões socioeconômicas e técnicas. Alunos e professores se viram durante do “novo normal” marcado por muitas dúvidas e angústias e que capacidades, como sensibilidade e compreensão, poderiam contemplar a mediação pedagógica no processo educativo.

Isto no remete às reflexões de Freire (2005), principalmente quando seus ensinamentos nos mostram que a função de toda e qualquer educação não é, apenas, a de transmissão de conteúdos e informações aos alunos. Educação é, antes de tudo,

processo de formação real e concreta, em que professores e alunos se apoiam, mutuamente, em sensibilidade e compreensão para busca de formação crítica dialética e libertadora da consciência.

### **Recursos e técnicas mais utilizados durante o momento mais crítico da pandemia da Covid 19 nas aulas remotas emergenciais**

Indiscutivelmente, o contexto mais crítico da pandemia da Covid 19 obrigou às escolas a reinventarem suas práticas pedagógicas durante às aulas remotas emergenciais modificando, principalmente, as técnicas e os “métodos” de ensino. Se, no “antigo normal” as escolas, em sua maioria, apresentavam um certo descaso em relação aos usos pedagógicos das tecnologias digitais nas aulas “tradicionais”; no “novo normal”, marcado pelo isolamento social, as TDIC “entram” quase que, compulsoriamente, nas “salas” de aulas “virtuais”. No momento mais crítico da pandemia da Covid 19, ou seja, em 2020, já não fazia mais sentido o professor valer-se, apenas, de “tecnologias” “tradicionais” de ensino, como o lápis preto, a caneta esferográfica, o caderno e o livro impressos, o giz e o quadro branco para desenvolver práticas de letramento na “cultura do papel”. A “cultura digital” inundou as “salas” de aula virtuais e “tecnologias” digitais mais contemporâneas, como classroom, meet, forms, Youtube, WhatsApp, Zoom, aos poucos passaram a fazer parte da cultura organizacional das escolas “online”.

Entretanto, a cultura digital não impôs às aulas remotas apenas mudanças nas técnicas e métodos de ensino. Exigiu, também, professores mais sensíveis e compreensivos em relação a toda uma situação de insegurança, incertezas, angústias enfrentadas não, somente, pelos alunos e alunas, mas, também, pelos próprios professores. Para Moran (2015), nesta jornada de orientação, mediação e encaminhamento dos alunos na construção de conhecimentos por meio das TDIC é importante, também, o reconhecimento e a utilização das tecnologias híbridas. Assim é que o professor, ao combinar as TIC e as TDIC, promove a integração entre a sala de aula com atividades digitais ou virtuais a distância. As TDIC, associadas à prática pedagógica, favorecem uma ampla gama de possibilidades metodológicas para as práticas pedagógicas no ensino híbrido. Dessa forma, o hibridismo no ensino se reforça

com o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação, uma vez que essa tecnologia propicia uma flexibilização nas práticas pedagógicas.

### Considerações finais

Ainda que as reflexões, aqui, apresentadas encontram-se numa fase inicial, uma vez que a investigação ainda se encontra em desenvolvimento, podemos hipotetizar que as práticas de letramento digital dos/das discentes desenvolvidas durante às aulas remotas emergenciais nas disciplinas do Curso de Pedagogia em estudo são diversificadas e respaldadas em desafios de diversas ordens, como a econômica. Entretanto, parecem-nos que, os professores propuseram aos seus alunos/as práticas de letramento digital orientadas também por princípios solidários como sensibilidade e compreensão, considerados fundamentais sobretudo no momento mais crítico da pandemia marcado por angustias e incertezas de diversas naturezas.

### Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP N. 5/2020. Dispõe sobre a reorganização do calendário escolar e sobre a possibilidade de cômputo de atividades pedagógicas não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da Covid-19. Disponível [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso 10 jun.2020.

BUZATO, Marcelo E. K. Sobre a necessidade de letramento eletrônico na formação de professores: o caso Teresa. In: Cabral, L.G; Souza, P.; Lopes, R.E.V.; Pagotto, E.G. (Org.). **Linguística e ensino: novas tecnologias**. Blumenau: Nova Letra, 2001, v., p. 229-267.

CARDOSO, Ariston; SANTO, Eniel. Literacia digital: um mosaico de experiências no contexto da formação docente. In: Dias-Trindade, Sara et al. **Pedagogias digitais no ensino superior**. Coimbra, CINEP/IPC, 2020, p. 83-104.

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DURAN, Débora. **Letramento digital & desenvolvimento: das afirmações às interrogações**. São Paulo: FUCITEC, 2010.

FEENBERG, Andrew. **Racionalização democrática, poder e tecnologia**. Brasília: UnB, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=resultados>. Acesso em 26 abr. 2021.

KENSKI, Vani. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2018.

**PEDAGOGIA. Universidade Estadual de Goiás. Memorando sobre “situação dos discentes do Curso de Pedagogia” em relação ao início das aulas orientado pela Instrução Normativa da UEG de nº 80/2020. Anápolis, 2020.**

MORAN, J. M. **Educação híbrida: um conceito chave para a educação, hoje**. Disponível em: [http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2021/01/educa%C3%A7%C3%A3o\\_h%C3%ADbrida.pdf](http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2021/01/educa%C3%A7%C3%A3o_h%C3%ADbrida.pdf).

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura**. In: *Educação e Sociedade*, vol. 23, Campinas: n. 81, dez, 2002, p. 143-160 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Instrução Normativa nº 80/2020** “Estabelece o Plano Emergencial de Ensino e Aprendizagem (PEEA) para os cursos de graduação da Instituição. Disponível em: [http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta\\_tipo\\_doc\\_legislacao/?funcao=lista\\_tipo\\_do\\_c\\_legislacao&variavel=24&ano=2020](http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=lista_tipo_do_c_legislacao&variavel=24&ano=2020). Acesso em: 20 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Portaria n. 560/2020 - UEG** “Estabelece medidas a serem adotadas, no âmbito da Universidade Estadual de Goiás, a fim de prevenir contaminação pelo novo Coronavírus (Covid-19).” Disponível em: [http://cdn.ueg.edu.br/source/universidade\\_estadual\\_de\\_goias\\_306/noticias/52386/Portaria\\_560\\_2020\\_medidas\\_internas\\_a\\_fim\\_de\\_prevenir\\_contaminacao\\_pelo\\_novo\\_Coronavirus.pdf](http://cdn.ueg.edu.br/source/universidade_estadual_de_goias_306/noticias/52386/Portaria_560_2020_medidas_internas_a_fim_de_prevenir_contaminacao_pelo_novo_Coronavirus.pdf). Acesso em: 20 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Memorando Circular nº: 18/2020 - PRGRAD- 06590**. Orientações e sugestões didático-pedagógicas para as atividades acadêmicas presenciais mediadas por tecnologia no Semestre 2020/2. Disponível em



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior



Universidade Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

[http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?ação=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?ação=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador 000017126991 e o código CRC 56BAEC07. Acesso em: 28 abr. 2020.

## POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS-GO

Cleonice Bicudo da Rocha Ferreira<sup>15</sup>  
Marlene Barbosa de Freitas Reis<sup>16</sup>

### Introdução

A motivação para pesquisar sobre esta temática justifica-se a partir do interesse pessoal, profissional, e pela convivência com a comunidade surda. Isto porque, há alguns anos atuo como tradutora intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Por meio dessa experiência observamos limitações na escolarização dos estudantes com surdez dentro da sala de aula regular. Na cidade de Anápolis, de acordo com o site da prefeitura, existem 106 unidades escolares as quais ofertam um ensino que vai desde a Educação Infantil até segunda fase do Ensino Fundamental. Um levantamento divulgado na página oficial da Secretaria Municipal de Educação, mostra que as unidades escolares atendem um quantitativo de 19 estudantes com surdez matriculados desde a Educação Infantil ao 7º ano do Ensino Fundamental.

O aprofundamento sobre a escolarização dos surdos se tornou emergente nos últimos anos graças à visibilidade dos movimentos, das lutas por reconhecimento em relação às pessoas com surdez no que se refere à sua língua, cultura, identidade, e, ainda, no que se refere ao entendimento do fato inegável da diversidade humana. Nesse viés, tornam-se urgente e necessários estudos e pesquisas que abordem de forma relevante as políticas públicas educacionais como meios de garantir acesso uma educação inclusiva, que respeite as especificidades de cada estudante.

Embora as políticas públicas sejam uma garantia de direitos alcançados, há barreiras para acesso igualitário à escolarização destes estudantes. De acordo com Lopes, Amaral e Caldas (2008), políticas públicas são um conjunto de metas, planos,

<sup>15</sup> Graduação em Pedagogia-Universidade Estadual de Goiás-UEG. Pós-graduação em Inclusão pela Universidade de Brasília-UNB. Mestrando em Educação, Linguagem e Tecnologias-PPG-IELT. Email: cleonicebrf@gmail.com.

<sup>16</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT/Anápolis), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/Inhumas) e no curso de Pedagogia da UEG. Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e desenvolvimento pela UFRJ, Pós-Doutora em Gestão da Informação e Conhecimento pela Universidade do Porto, Portugal. E-mail: marlenebfreis@hotmail.com.



decisões e ações governamentais, seja em nível nacional, estadual ou municipal, que visam à promoção do bem estar da sociedade por meio de soluções nas mais diversas áreas, tais como saúde, educação, trabalho, lazer, cultura, transporte - sempre de interesse público.

Este projeto tem como objetivo geral analisar as políticas públicas educacionais e a escolarização dos estudantes surdos em uma escola municipal de Anápolis-GO. A pesquisa parte da compreensão de que a função das políticas públicas de educação está em prover e promover programas e ações que assegurem o direito de estudantes surdos no ambiente escolar. Como objetivos específicos: verificar se os documentos legais garantem e respeitam os direitos desses estudantes, assegurando uma escolarização que atenda suas especificidades em condições de equidade; realizar o levantamento das propostas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula de estudante surdo, sob uma perspectiva inclusiva; e, conhecer a proposta de formação continuada da rede municipal de ensino para os profissionais que atuam com estudante surdo, na perspectiva de um ensino bilíngue.

Assim o problema a ser explorado nesta pesquisa será: como as políticas públicas educacionais vigentes garantem aos estudantes surdos em uma escola municipal de Anápolis uma escolarização efetiva, promovendo um desenvolvimento social, cultural, político e pedagógico? O presente projeto se constitui em estudo qualitativo bibliográfico, documental e empírico, delineado mediante referencial teórico, Freire (1996), Reis (2013), Capovila (2011), Mantoan (2003), Quadros (2006); Souza e Góes (1999).

## **Desenvolvimento**

Estima-se que 5% da população brasileira é composta por pessoas com surdez. O Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) aponta que esta parcela corresponde a mais de 10 milhões de cidadãos, dos quais, 2,7 milhões possuem surdez profunda e cerca de 9,7 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva, o que representa 5,1% da população do país. No que se refere à idade, quase 1 milhão são crianças e jovens. A surdez atinge 54% de homens e 46% de mulheres.

As dificuldades presentes no ambiente educacional, sejam elas físicas ou sociais, não são as limitações dos indivíduos, portanto, o que compromete o processo é o comportamento e as atitudes daqueles que fazem e pensam a educação. Segundo Reis (2013),

[...] a educação que inclui reforça o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas, ao mesmo tempo que contribui para o exercício dos direitos humanos, princípio básico do reconhecimento e valorização da diversidade. Ser, estar e conviver com o outro são direitos constituídos que garantem ao ser humano o exercício de sua condição humana e, portanto, de sua diversidade, de suas diferenças. Por isso, não se constrói a diversidade por uma via de mão única; ao contrário, vislumbrar uma sociedade mais inclusiva requer do Estado, da educação, da sociedade civil e da família envolvimento contínuo na defesa da diversidade humana (REIS, 2013, p. 68).

Assim, as políticas públicas educacionais podem interferir diretamente no desenvolvimento das competências linguísticas e escolares das crianças surdas. De acordo com Capovila (2011, p.78) “as políticas erram ao tratar as crianças ouvintes como se fossem surdas; na educação especial, ao tratar as crianças surdas como se fossem ouvintes”.

O decreto 5626/05 traz em seu texto prerrogativas essenciais para assegurar a educação dos surdos de forma qualitativa nas instituições educacionais; e, esta regulamenta a lei 10.436 /02 que legitima em sua normativa a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como o meio de comunicação e expressão dos surdos. Nesse sentido, a escola tem uma função social, garantir aos estudantes, surdos ou não o desenvolvimento, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania.

A inclusão de um estudante surdo não é definida apenas pela presença de um intérprete de Libras. Sob a concepção de atendimento aos estudantes surdos, a presença do intérprete desvinculado de uma disseminação da língua de sinais no ambiente da escolar não assegura uma efetiva prática educacional inclusiva desses alunos em questão.

Para desenvolver esta pesquisa optamos por uma abordagem qualitativa, compreendendo que esta é a mais adequada à proposta apresentada, pois se aproxima do método da pesquisa fenomenológica, uma vez que buscará descrever e interpretar os fenômenos que são perceptíveis. Tal abordagem parte do conhecimento dos homens



como sujeitos históricos, datados, concretos, delineados por uma cultura, na qual criam e recriam, produzem e reproduzem a realidade social, sendo constituintes e constituídos dessa realidade (TRIVINOS, 1987, p.57).

Com relação aos objetivos, esta pesquisa será exploratória, pois segundo Gil (2002, p. 41) pesquisa exploratória tem como objetivo propor maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, inclui levantamento bibliográfico e entrevistas, conexo à perspectiva da escolarização do estudante com surdez na sala de aula regular, percorrendo a história da educação inclusiva no Brasil. Nesse sentido, o estudo vai ao encontro de afirmações de Yin (2001, p.18), em que o autor destaca que o estudo de caso representa a estratégia quando se alocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

A coleta do material empírico se dará através de relatos dos participantes, norteadas por perguntas gerativas, elaboradas pelo pesquisador. Nessa pesquisa, utilizaremos os documentos, entrevistas e observação direta para coletar os dados do caso em estudo. O trabalho pautará na liberdade destes participantes falarem de suas práticas pedagógicas, experiências com estudante surdo.

### **Considerações finais**

Para escolarizar é fundamental que a escola dê atenção ao modo, ao lugar, às razões, tendo em vista a atribuição de significados e as expectativas quanto à aquisição bilíngue. Torna-se mais relevante que essa temática seja discutida, pois diz respeito a assuntos/pessoas que outrora foram esquecidos, deixados do lado de fora dos diversos espaços sociais.

Assim, ressaltamos que a educação inclusiva é um movimento que envolve aspectos culturais, sociais e éticos, exige adequações dos profissionais envolvidos neste processo visando respeitar a pluralidade de cada estudante com ou sem limitação. Espera-se que as unidades escolares não desenvolvam condutas classificatórias, com o objetivo de conceder lugares centrais e/ou conceitos de melhor/pior, bom/ruim, suficien-

te/insuficiente, deficiente/normal. Espera-se um espaço que olhe para os estudantes além das diferenças, dos estereótipos

## Referências

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a **Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em 24 de set de 2022

CAPOVILLA, Fernando C. **Carta aberta ao ministro da educação sobre a especificidade linguística da criança surda e o essencial de suas necessidades educacionais especiais**. In: SÁ, Nídia de. *Surdos: qual escola?* Manaus: Editora Valer e Edua, 2011.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população**, religião e pessoas com surdez e deficiência auditiva. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529\\_ref\\_glossario\\_equipetec.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_ref_glossario_equipetec.pdf). Acesso em: 10 de set 2022

GI, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª. ed. São Paulo: Atlas S/A. 2002.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jeferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff, (Coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas** Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003. p. 14-30.

QUADROS, R. M. (2006). **Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações**. *Cadernos Cedes*, 26(69), 141-161.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Política pública, diversidade e formação docente: uma interface possível**. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento- Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SOUZA, Regina Maria; GÓES, Maria Cecília Rafael. O ensino para surdos em escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In: SKLIAR, Carlos. **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. V. 1. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

TRIVINOS, A. N. S. (1992) **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus  
Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior

Universidade  
Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

## Implementação da Política Nacional de Alfabetização e a (des) valorização do professor alfabetizador

Keilla Karinna G. Filgueira<sup>17</sup>  
Eliane Gonçalves C. Anderi<sup>18</sup>

**Resumo:** Por meio do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, foi instituída a Política Nacional de Alfabetização (PNA), e publicada no caderno “Política Nacional de Alfabetização”, divulgado pelo Ministério da Educação, no dia 15 de agosto de 2019. O lançamento dessa política se deu em um momento de efervescência política no país, e, recebeu, por parte de pesquisadores da área de alfabetização, críticas relacionadas aos seus aspectos políticos, científicos, teóricos e metodológicos. A efetivação dessa política coincide com o avanço da pandemia de Covid-19 que colocou o país diante de um número grande de mortes, obrigando as escolas a realizarem suas atividades de modo remoto e que acabou por acarretar, para muitos estudantes, problemas em acessar as aulas nesse modo, provocando além dos problemas de saúde, as dificuldades de aprendizagem. Este trabalho tem por objetivo compreender como ocorreu a implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA) no período da pandemia Covid-19 sob o recorte da formação e valorização de professores. Trata-se de um projeto de pesquisa de conclusão de curso que utilizará os aportes teóricos pautados nos estudos de política pública de alfabetização e que lançará mão da pesquisa documental como fonte dos dados.

139

**Palavras-chave:** Política de alfabetização, professor alfabetizador, formação de professores, valorização docente.

### Introdução

A implantação da Política Nacional de Alfabetização (PNA) ocorre no momento em que o país é atingido pela pandemia de Covid-19. Marcada pelos seus efeitos e pelos impactos que provocou em diversos âmbitos da sociedade, que abalou e agravou as problemáticas sociais, inclusive na educação. A proposta deste estudo é investigar as ações e os efeitos da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e dos seus programas no contexto da pandemia e identificando quais foram os processos e ações, da política, que foram concretizadas/efetivadas no município de Anápolis-GO, no que se refere a formação e valorização do professor alfabetizador.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) instituída pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Alfabetização (SEALF) no Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, disponibiliza orientações apresentadas em um caderno da

<sup>17</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia E-mail: karinnakfilgueira260@gmail.com

<sup>18</sup> Orientadora deste trabalho. Docente do Curso de Pedagogia Doutora em Programa de Pós Graduação em Educação pela Universidade Católica de Goiás E-mail: eliane.anderi@ueg.br.



PNA, lançado em 15/08/2019, que propõe programas e ações, cuja finalidade prevista no documento é a de melhorar os processos e os resultados de alfabetização no Brasil.

O lançamento desta política gerou críticas e polêmicas entre pesquisadores, especialistas e professores, que apontaram algumas questões tais como: a defesa e discussão de um determinado método de alfabetização; a definição de um tempo previamente determinado para aprendizagem; públicos-alvo do programa; o uso no documento de alguns termos e conceitos controversos, que em muitas análises são questionáveis e contraditórias; pautam a política em pesquisas estrangeiras, desconsiderando as pesquisas e produções científicas sobre alfabetização que já foram realizadas no Brasil e a própria realidade do país.

### Referencial Teórico

Para fundamentar a pesquisa conceituar alguns termos como políticas públicas, políticas públicas sociais e políticas educacionais são necessários para compreender o processo de implementação da Política Nacional de Alfabetização.

Conforme Gobert, Muller (1987), “política pública é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (apud HÖFLING, 2001, p. 31). Ou seja, as políticas públicas estão relacionadas à “ação do Estado”, são atos e iniciativas realizadas pelo Estado com o objetivo de atender as necessidades da sociedade.

Nesse mesmo sentido, Teixeira (2002, p.2) afirma que as políticas públicas são “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público”, são os mecanismos de relação entre o que é do poder público e a sociedade, o povo.

Diante disso, podemos entender que as políticas públicas são as estratégias e os procedimentos realizados pelo Estado, para regular as questões de interesse público. O autor supracitado também elucida que as políticas públicas consistem no seu “processo de elaboração e implantação”, e ao desenvolver uma política pública, isso significa determinar quem decide o quê, quando, com quem e para quem. É importante ressaltar que tais políticas não são neutras, pois mostram as intenções, os conceitos, os princípios e as concepções daqueles que estão no poder em um determinado momento. Além de

considerar nas políticas públicas as ações, devem ser consideradas também as “não-ações”, ou seja, a falta de política é também uma decisão importante.

Portanto, as políticas públicas são responsabilidade do Estado, é quem realiza as ações de acordo com as demandas da sociedade ou problemas a serem solucionados, é por meio do conjunto de ações e decisões que se constitui a política de um determinado governo. Desse modo, seus objetivos:

Visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social. Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente. Outras políticas objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico (econômicas) (TEIXEIRA, 2002, p.3).

No entanto, as ações e seus objetivos são de alguma maneira intencionais, possuem uma orientação valorativa e exprimem as visões de mundo e as preferências daqueles que controlam e estão no poder, exercem influências e também são influenciadas por um “jogo de forças” e relações de poder, ou seja, as necessidades de quem, naquele momento histórico, tem mais voz, força e poder, que terão suas demandas atendidas pelas ações do Estado.

No que se refere às políticas sociais, são as intervenções do Estado para estabelecer um padrão de proteção social. Segundo Höfling (2001, p. 31), as políticas sociais “determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”.

Dessa maneira, podemos entender a educação com uma política social, “uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado.” (HÖFLING, 2001, p. 31). Que se configuram na atuação do Estado, objetivando a manutenção das relações sociais e são fundamentais para assegurar o mínimo de bem-estar para a população.

No Decreto de nº 9.765, que institui a Política Nacional de Alfabetização (PNA), assinado pelo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, e pelo Ministro de

Estado da Educação Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub<sup>19</sup>, em 11 de abril de 2019 divulgado por meio do Caderno de Apresentação da PNA publicado em 15 de agosto, ambos elaborados pela Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação.

Essa política foi lançada em um cenário político problemático e com alguns pontos polêmicos relacionados às questões políticas, epistemológicas, disputas conceituais, perspectivas pedagógicas e metodológicas, que envolvem intenções questionáveis, alguns equívocos e omissões. Elaborada por um governo que assume uma ideologia neoliberal, com discurso conservador e autoritário.

Os pontos problemáticos da PNA são discutidos por muitos pesquisadores e professores, que manifestaram suas críticas e objeções. Como a negação e invalidação de políticas e estudos produzidos anteriormente; a acentuada discussão de um método de alfabetização, a “instrução fônica sistemática”; as crianças da Educação Infantil como público-alvo da Política de Alfabetização; as definições vagas sobre alfabetização, literacia e numeracia, entre outras.

No que se refere à formação e valorização do professor alfabetizador no texto do Decreto, pouco se fala sobre tal questão. Nas Diretrizes estabelecidas pelo Decreto 9.765/2019, em seu artigo 5º, item VIII, faz uma menção a “valorização do professor da educação infantil e do professor alfabetizador”, portanto é um elemento constitutivo da Política.

Já nos artigos 3º e 4º que definem os princípios e os objetivos da Política Nacional de Alfabetização. Observa-se que dentre os (10) dez princípios definidos chama a atenção o item X do art. 3º que reconhece a “família como um dos agentes do processo de alfabetização”, mas em nenhum dos princípios aparece a palavra professor, ou seja, o trabalho pedagógico do professor não é considerado como sendo um dos principais e fundamentais agentes desse processo.

---

<sup>19</sup> Graduado em ciências econômicas pela Universidade de São Paulo (USP) em 1994, MBA Executivo Internacional e mestrado em administração (área de finanças) na Fundação Getúlio Vargas (FGV). É professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Foi nomeado pelo presidente Jair Bolsonaro para o cargo de ministro da Educação em 8 de abril de 2019 até 20 de junho de 2020.

No art. 4º foram definidos (5) cinco objetivos em nenhum deles consta em algo relacionado ao trabalho do professor, a sua formação ou as suas condições trabalho. Como podemos constatar:

- I - elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas;
- II - contribuir para a consecução das Metas 5 e 9 do Plano Nacional de Educação de que trata o Anexo à Lei nº 13.00 art. 55, de 25 de junho de 2014;
- III - assegurar o direito à alfabetização a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País;
- IV - impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional, em suas diferentes etapas e níveis; e
- V - promover o estudo, a divulgação e a aplicação do conhecimento científico sobre literacia, alfabetização e numeracia. (Art. 4º)

Nas ações previstas para a implementação da PNA direcionada a formação e valorização do professor alfabetizador, observa-se que as ações de modo geral, estão voltadas para a orientação curricular (que deve consequentemente ser seguida pelo professor), outra para o desenvolvimento de materiais didáticos e uma terceira voltada para a formação de professores.

Conforme o documento no Art. 8º, item VII que prevê ações voltadas para a formação inicial e continuada de professores da educação infantil e dos anos iniciais, mas também lança mão da certificação enquanto elemento que ateste uma qualificação profissional.

- VII- “estímulo para que as etapas de formação inicial e continuada de professores da educação infantil e de professores dos anos iniciais do ensino fundamental contemplem o ensino de ciências cognitivas e suas aplicações nos processos de ensino e de aprendizagem”; VIII - ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e de metodologia de ensino de língua portuguesa e matemática nos currículos de formação de professores da educação infantil e de professores dos anos iniciais do ensino fundamental; e IX - promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores e de livros e materiais didáticos de alfabetização e de matemática básica. (Art. 8º Decreto 9.765/2019)

A partir da análise do texto é possível verificar, que a valorização do professor assumida é muito mais uma desvalorização, pois associa o conteúdo formativo as

questões vinculadas aos conteúdos que destinados às crianças. Há uma falta de clareza no que se refere a formação, pois estabelece a certificação como uma estratégia de qualificação profissional e não faz qualquer menção a uma sólida formação teórico/prática como vem sendo reivindicado pelos educadores como no caso dos vinculados a Associação Nacional de Formação de Professores (Anfop). O texto não traz uma concepção de valorização, não deixando claro com quais ações essa valorização do professor vai ser concretizada.

Na operacionalização do PNA, as orientações teórico/práticas são baseadas, segundo afirmação do próprio documento, em evidências científicas. Em 19 de fevereiro de 2020, o MEC publica a Portaria nº 280 instituindo o Programa Tempo de Aprender<sup>20</sup> que assume os seguintes objetivos:

I - elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas; II - contribuir para a consecução da Meta 5 do Plano Nacional de Educação, de que trata o Anexo à Lei nº 13.005, de 2014; III - assegurar o direito à alfabetização a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País; IV - impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional, em seus diferentes níveis e etapas.

O Programa é organizado em 4 eixos e 10 ações. Os eixos são: Formação continuada de profissionais da alfabetização; Apoio pedagógico e gerencial para a alfabetização; Aprimoramento das avaliações da alfabetização e Valorização dos profissionais da alfabetização.

Em virtude do objetivo desse estudo a análise dos documentos recai sobre os objetivos e as ações relacionados a valorização dos professores previstos pela Programa instituída pelas Portarias 280/2020, 544/2021 2 a 546/2021. De acordo com informações obtidas no site do MEC o Programa busca:

[...] capacitar e aperfeiçoar os conhecimentos dos professores e gestores educacionais, com o oferecimento de cursos em modalidade *on-line* e presencial, com formação prática para professores alfabetizadores, para gestores educacionais da alfabetização, intercâmbio de professores alfabetizadores e desenvolvimento profissional cooperativo.

<sup>20</sup> [alfabetizacao.mec.gov.br](http://alfabetizacao.mec.gov.br).



Esta última ação ainda não está disponível, conforme informa o site do MEC.

Vale ressaltar que as ações voltadas para a valorização do professor alfabetizador são inconclusas. Como se pode observar no que está exibido pelo portal do MEC:

- Valorização dos profissionais de alfabetização<sup>21</sup>: o MEC vai valorizar os professores que conquistarem bons resultados. O Tempo de Aprender vai premiar o desempenho de professores, diretores e coordenadores pedagógicos do 1º e 2º ano do ensino fundamental com boas práticas e atividades na área. A medida será realizada, de forma experimental, em 2020, e será expandida em 2021. (MEC 24/08/22<sup>22</sup>).

No *site* o MEC, ao apresentar o programa define o eixo Valorização dos profissionais da alfabetização, com dois subcapítulos: a) Prêmio por desempenho para professores, diretores e coordenadores pedagógicos b) Promoção do bem-estar, motivação e engajamento profissional. No primeiro subcapítulo fica evidente que eles entendem que a valorização do trabalho do professor como premiação, ou seja, só receberá prêmio aqueles professores que atingirem os resultados que eles determinaram. No segundo subcapítulo, não define as ações para a sua realização, assim, no próprio *site* aparece a informação de que isto será lançado em breve.

Tais ações ou não ações revelam a concepção de formação docente que sustenta o Programa. Formar professores é o mesmo que treinar, o salário digno é visto como premiação.

A partir da defesa de que o professor seja formado para desenvolver um trabalho pedagógico fundamentado em valores democráticos e éticos comprometidos com a formação humana, ele precisa então ter autonomia didático pedagógica para decidir sobre os processos pedagógicos o que exige sólida formação teórica e não, uma formação que dá ênfase nos domínios das competências e habilidades, que segue currículos, como declara Curado Silva (2020, p. 108) “o professor torna-se um instrumento de transmissão do conteúdo e o aluno tem sua formação voltada para o mundo do trabalho, centrada pelas aprendizagens essenciais”.

<sup>21</sup> Grifo do autor.

<sup>22</sup> Texto disponível no *site* do MEC: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/51841>.



Dessa forma, é necessário pensar em uma formação inicial e continuada como ação essencial para a profissionalização, e um ponto importante é a relação teoria e prática:

Para tanto, há que se refletir sobre duas dimensões que se apresentam como inseparáveis na prática docente: a formação do professor inicial e continuada e as condições concretas nas quais ele atua. Concebendo-se a formação como um dos componentes do desenvolvimento profissional, entender-se-á um conjunto de questões, que historicamente tem permeado a profissão docente: salário, jornada de trabalho, estatuto, carreira, condições de trabalho (CURADO SILVA, 2020, p. 115).

Conjunto de questões, que estão diretamente relacionadas também a valorização do professor e que devem ser reconhecidas, para pautar as políticas públicas educacionais e sua implementação e que se forme uma unidade entre formação inicial, continuada, valorização e condições de trabalho, e se tornem indissociáveis ao se tratar do trabalho docente.

## Metodologia

Este projeto apoia-se em uma pesquisa qualitativa, de caráter documental que lança mão da análise de documentos como fonte de dados e na pesquisa empírica que auxiliará na busca de respostas à problemática desta investigação.

Utiliza-se também uma pesquisa bibliográfica com identificação de fontes já elaboradas, como livros, artigos de periódicos, entre outros trabalhos acadêmicos e produções sobre as Políticas Públicas de Alfabetização e a Política Nacional de Alfabetização, que sustentam teoricamente a pesquisa. As fontes de pesquisa são leis, projetos de leis, documentos e sites oficiais disponibilizados pelo governo que oferecem as informações necessárias para analisar os textos e os discursos explícitos e implícitos nos documentos.

Para analisar e decifrar dados oficiais sobre política, e neste caso políticas públicas educacionais lança-se um olhar mais aguçado sobre os conceitos, conteúdos e discursos, que nesses documentos políticos, pois eles são carregados de intenções e que mudam de acordo com o contexto e o objetivo que se quer alcançar e que por muitas vezes são apresentados em contextos contraditórios e ambíguos. O que se coloca como

elemento a ser considerado na análise dos documentos oficiais: “os textos da política dão margem a interpretações e reinterpretações, gerando, como consequência, atribuição de significados e de sentidos diversos a um mesmo termo” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 431).

De acordo com as autoras mencionadas anteriormente, a análise de textos oficiais deve levar em conta que eles não são neutros, e por isso exige do pesquisador que identifique quais os interesses que eles expressam e quais são os conflitos travados em cada época. Ao analisar em que contexto se dá a produção do documento é necessário dar atenção a linguagem, palavras, termos e discursos utilizados que podem ser divergentes e confusos. Assim, “vale observar, contudo, que as intenções políticas podem conter ambiguidades, contradições e omissões que fornecem oportunidades particulares para serem debatidas no processo de implementação” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 433).

A pesquisa também lança mão de entrevista como procedimento de coleta de dados, por ser um procedimento metodológico importante para aprofundar as análises e as interpretações, ligadas à execução da PNA em esfera municipal. A entrevista será realizada na Secretaria Municipal de Educação, com a secretária de educação do Município de Anápolis-GO ou alguém designado por ela. Para a análise da entrevista será usado a análise de conteúdo de acordo na perspectiva de Bardin.

## Resultados e Discussões

Os resultados são parciais, pois a pesquisa ainda está em andamento.

A partir da análise do documento que instituí a PNA de 2019 foi possível observar alguns elementos importantes no que se refere à formação e valorização do professor alfabetizador.

No texto das Diretrizes estabelecidas pelo Decreto 9. 765/2019, Art. 5º item VIII, menciona de forma vaga a questão da valorização do professor, no Art. 3º define os princípios e Objetivos da Política. São apresentados 10 (dez) princípios e em nenhum deles a palavra professor é mencionada, mas chama a atenção o item X: “reconhecimento da família como um dos agentes do processo de alfabetização”, que nos leva a intuir

que a forma como essa política está organizada e os atores que dela participam abre para a possibilidade de se entregar a alfabetização das crianças para ser executada pela família, o *homeschooling* ou seja, uma guinada na direção da desescolarização da alfabetização.

Na análise dos objetivos declarados no texto do Decreto é possível verificar que a questão da valorização do professor no que se refere a sua formação e as condições de trabalho não é tratada, não consta nenhum objetivo relacionado ao trabalho do professor, a sua formação ou as condições em que o trabalho do professor se realiza.

Observa-se a ausência, a omissão e a incompletude com as questões relacionadas com a valorização do professor, ou seja, ao definir os objetivos da PNA não apresenta coisa alguma sobre a formação dos professores (inicial ou continuada), sobre as condições de trabalho dos professores, a remuneração ou a carreira. O que permite inferir que, do ponto de vista dos elaboradores dessa política, a valorização do professor não se coloca como elemento importante, um fator de interesse, pois a falta de clareza nas ações, ou a omissão do tema no texto da política é também uma forma de dizer a não importância que isto tem na elaboração da política. A ausência de um objetivo voltado a valorização do professor é uma política.

Analisando os itens VII, VIII e IX do Art. 8º verifica-se a adoção dos preceitos da psicologia cognitivista como algo oficial, e, que a formação inicial e continuada de professores deverá ocorrer sustentada por essa perspectiva, o que se coloca de forma contraditória no que se refere a autonomia didático pedagógica dos cursos de formação de professores, esvaziando o currículo na medida que impõe uma corrente teórica que conecta esta formação aos mecanismos de certificação. Certificação essa que caminha na direção da desprofissionalização da carreira, pois para ser professor não precisa necessariamente fazer um curso de formação de professores, mas passar por um exame e receber uma certificação.

### Considerações finais

O resultado até aqui obtidos são provisórios, pois o estudo ainda está em andamento. O que se pode observar a partir da análise documental, é que está em curso

um projeto de esvaziamento da formação do professor na medida em que se estabelece que o conteúdo da formação do professor seja o mesmo conteúdo a ser repassado aos estudantes em processo de alfabetização, mas não se pode admitir valorização do professor secundarizando a formação docente desse professor.

Há elementos que apontam para um processo de alienação da autonomia didática do professor na medida em que os procedimentos de ensino são definidos *a priori*, desconsiderando os sujeitos do processo, tanto os professores quanto os estudantes assim como o contexto sociolinguístico de que faz parte esse sujeito, questão importante a ser considerada no processo de aquisição da linguagem escrita.

A remuneração do professor alfabetizador fica condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas pela BNCC, o professor que obtiver o desempenho previsto pelos elaboradores da política serão premiados, os que não obtiverem não serão premiados numa relação clássica de estímulo resposta ao gosto do pensamento behaviorista, mas se declaram cognitivistas.

Apesar disso, espera-se que ao final dessa pesquisa se consiga compreender em que medida a implementação dessa política trouxe de contribuições para a solução dos problemas históricos que o Brasil enfrenta em relação a escolarização da alfabetização e como se operacionalizou as questões voltadas para a formação e valorização docente.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 9.765**, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm). Acesso em: 15/08/2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria 280, de 19 de fevereiro de 2020. Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização escolar no âmbito do Governo Federal. Disponível no endereço: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/normativos-e-legislacao>. Acesso em 15/08/2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria nº 544, de 20 de julho de 2021. Dispõe sobre as ações de formação continuada presencial para docentes e gestores, no âmbito do Programa Tempo de Aprender. Disponível no endereço: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/normativos-e-legislacao>. Acesso em 15/08/2020.

CURADO SILVA, A. Formação de Professores na Base Nacional Comum Curricular. **Diálogos críticos**, v. 2, p. 102-122, 2020. de Alfabetização. v.1, n.10 (jul./dez. 2019) – Belo Horizonte: ABAIf., 2019 - Decifrar textos para compreender a política: subsídios teóricos-metodológicos para análise de documentos. Editorial / Dossiê – Políticas públicas e educação no contexto da globalização. Edição Especial.

HÖFLING, Eloisa de. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, p. 30-41, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>. Capturado em: 28 jun. 2022.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Decifrar textos para compreender a política**: subsídios teóricos-metodológicos para análise de documentos. Editorial / Dossiê – Políticas públicas e educação no contexto da globalização. **Perspectiva**, Florianópolis, v.23.n. 2, p. 427 – 446, 2005. Disponível em: <https://gepeto.paginas.ufsc.br/files/2015/03/Decifrar-textos-para-compreender-a-pol%C3%ADtica-subs%C3%ADdios-te%C3%B3rico-metodol%C3%B3gicos-para-an%C3%A1lise-de-documentos.pdf>. Capturado em: 15 jun. 2022.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, 2002. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>. Capturado em: 19 jul. 2022.

## PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO COMO POLÍTICA EDUCACIONAL

Geovanna Gonçalves de Sousa<sup>23</sup>

### Introdução

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi criado em 21 de dezembro de 1937 com o intuito de promover a avaliação e distribuição de livros didáticos para as escolas da rede pública brasileira de forma gratuita. Se tornou alvo de interesse por se tratar de um dos programas dentro do governo federal mais antigo (com mais de 80 anos) e também o de maior abrangência, incluindo toda a educação básica. Em decorrência disto, a sua presença nas escolas públicas brasileiras foi normalizada, de acordo com Silva (1996) “[...] o livro didático é uma tradição tão forte dentro da educação brasileira que o seu acolhimento independe da vontade e da decisão dos professores.” (p. 08), por isso, é comum que ao chegar a uma escola, tanto alunos quanto professores, recebam os livros didáticos para uso em sala de aula por meio de textos, exercícios e até mesmo cópias do conteúdo que está contido no livro. Portanto, este trabalho objetiva contextualizar o programa de distribuição do livro didático enquanto uma política educacional, haja vista que vem sendo garantido pelo governo há tantos anos e apesar das mudanças nos marcos regulatórios que ocorreram no decorrer do tempo.

### Metodologia

O presente trabalho fez uso da abordagem qualitativa, que é uma proposta de investigação usada nas ciências sociais com base nos fenômenos, ou seja, nas ocorrências diárias que são passíveis de observação. Segundo Neves (1996) a pesquisa qualitativa:

---

<sup>23</sup> Graduada do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás – UnUCSEH – Nelson de Abreu Junior. E-mail: gege-39@hotmail.com



Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN, 1979, p.520 apud NEVES, 1996, p. 01).

Sendo assim, a pesquisa qualitativa busca nos fundamentos teóricos compreender os fatos da realidade, obtendo análises mais profundas e contribuindo com a qualidade da pesquisa. Segundo Neves (1996), na pesquisa qualitativa existem ao menos três possibilidades de abordagem de pesquisa, a saber: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. No presente trabalho, foi usada a abordagem da pesquisa documental, que para o autor Vieira (2010), trata-se da análise de documentos considerados oficiais, que são os de domínio público resguardado por lei, que transportam elementos históricos da sociedade daquele período, além de dar ao pesquisador a oportunidade de explorar e buscar novidades dentro do tema.

Desta maneira, a coleta de dados foi obtida exclusivamente por meio dos documentos oficiais selecionados e de literatura acadêmica que favorecessem a cientificidade dos resultados. Shiroma *et. al.* (2005) alertam para a necessária atenção por parte do pesquisador para compreender alguns destaques importantes para que a pesquisa documental seja bem-sucedida, assim, sendo necessário entender que os documentos oficiais são:

Portanto, é importante que o pesquisador mantenha a criticidade perante os documentos, entendendo que cada um deles reflete sua época e as ideologias presentes nas pessoas daquele determinado período, que, por vez usam esses meios para “ênfatizar determinados objetos e certos conceitos, (e) omite outros” (SHIROMA *et. al.*, 2005, p. 439), ou seja, não existe neutralidade por parte dos documentos.

Como solução, Shiroma *et. al.* (2005) afirma que “textos devem ser lidos *com e contra* outros” (p. 432), ou seja, observando a existência de intertextualidades e/ou rompimentos de conceitos muito utilizados. Por isso, a importância que se deve ter em buscar entender, em que contexto histórico surge o objeto que está sendo pesquisado, na medida em que esse contexto apresenta quais eram os problemas e as demandas do momento que condiciona as decisões que estavam sendo tomadas. Pretende-se,



portanto, por meio da pesquisa documental, sistematizar informações de maneira a compreender o Programa enquanto uma política educacional.

## Resultados e discussões

Em meados do século XVIII, tendo como pontapé inicial a Revolução Industrial, o sistema Capitalista começa a se expandir fortemente pelo mundo, tendo como uma das suas características marcantes o trabalho assalariado, em que o trabalhador vende sua força de trabalho para o dono dos meios de produção (o capitalista), que explorará e expropriará a mão-de-obra do trabalhador como a forma privilegiada de obtenção de lucro e de acumulação. Assim, segundo Albornoz (2004), a propriedade privada dos meios de produção é um dos elementos do capitalismo que produz a desigualdade social, ou seja, a divisão do trabalho, em que o trabalhador tem consciência apenas de uma parte do todo da produção, em condição de alienação, isto é, o trabalhador alienado do seu trabalho não se vê como sendo responsável pela produção da riqueza. Por este motivo, o capitalista aproveitando da condição do trabalhador amplia a carga horária de trabalho, rebaixa os salários e reduz o tempo livre (ócio) como forma de gerar crescimento da riqueza capitalista, mas também de exercer controle sobre o trabalhador.

É nesse contexto do capitalismo que se coloca este estudo como um condicionante da política educacional brasileira, entendendo-se, primeiramente, que existe uma divisão desigual da riqueza material e cultural na sociedade. Assim, as políticas sociais foram criadas para tentar minimizar os efeitos que essa desigualdade provoca, como explica Hofling (2001):

E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (HOFLING, 2001, p. 31).



As políticas sociais são aquelas que visam o atendimento da área da saúde, da previdência, da habitação, do saneamento, dentre outros, mas também da Educação. Sendo assim, a Educação é considerada uma área social em que ocorrem as políticas públicas, desse modo, as leis provenientes do Estado são o que deveria assegurar os direitos desses grupos. Para Nanni e Santos Filho, (2016):

Pode-se dizer, então, que as políticas públicas educacionais dizem respeito às ações ou inações do Estado, ou seja, prioridades de ações que venham a incidir no ambiente onde ocorre a educação formal com o objetivo de melhorar o ensino-aprendizagem, através de ações como: planos educacionais, programas de formação docente, construção de prédios adequados, contratação de profissionais qualificados, programa de gestores escolares, planos de valorização do magistério, entre outras. (NANNI, e SANTOS FILHO, 2016, p. 127).

Partindo desses pressupostos, é importante refletir se de fato esses atos têm por objetivo reduzir as desigualdades sociais ou é uma forma de apenas arrefecer os seus efeitos para continuar perpetuando essas desigualdades? Afinal, a ação ou inação do Estado favorece alguns grupos e desfavorece outros. O que suas ações demonstram? E as suas inações?

Voltando a atenção especificamente para o PNLD, pode-se considerar esse programa como uma política pública educacional, pois, é promovida pelo Estado e em seu discurso visa garantir e beneficiar a educação brasileira com livros e materiais didáticos de qualidade. Mas é importante compreender o que o Programa Nacional do Livro Didático entende como benefício para a população, afinal, em seus discursos muito se fala sobre materiais de qualidade, mas não se deixa claro o que seria essa qualidade e como isso beneficiaria a população, inclusive a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que tem o intuito de promover uma igualdade de conhecimentos entre a população, influenciando na organização curricular (conteúdos) do livro didático. Mas é importante compreender o que o Programa Nacional do Livro Didático entende como benefício para a população, afinal, em seus discursos muito se fala sobre materiais de qualidade, mas não se deixa claro o que seria essa qualidade e como isso beneficiaria a população, já que muitas crianças, em suma das classes populares, têm acesso unicamente ao livro didático como meio de apropriação dos bens culturais

produzidos e ao conhecimento científico e a classe alta pode ocupar outras esferas culturais como museus, teatro, cinema, bibliotecas, jornais e afins.

Também, é preciso refletir sobre as condições de formação do professor que utiliza o livro didático diariamente, pois, quando o livro chega à escola e não se conta com um professor com uma sólida formação teórica, mas sim com um profissional formado/treinado (mesmo que inconscientemente) para repetir tudo o que está no livro didático como se fossem verdades inquestionáveis, sem refletir sobre as situações, esse livro não terá relevância para o desenvolvimento na formação de estruturas superiores de pensamento, apenas servirá para perpetuar a alienação do próprio professor e do estudante. Por isso, é necessário defender que o professor receba uma sólida formação teórica, visto que quando ele for usar qualquer livro didático será capaz de fazer a crítica ao que é apresentado no livro, tendo clareza de como este material interfere no currículo/conteúdos, e assim poder mediar e enriquecer conhecimento junto ao aluno, de modo a levá-lo a ter uma visão crítica diante daquilo que lhe é apresentado, buscando meios para alavancar os conteúdos.

### **Considerações finais**

Em linhas gerais, para compreender o PNLD enquanto uma política educacional, é necessário entendê-lo como um programa efetivo na tradição escolar e enxergar a luz da sociedade capitalista ao qual está inserido, sendo reprodutora de desigualdades. Finalizamos, portanto, provocando a reflexão se de fato o PNLD, enquanto política educacional, têm por objetivo reduzir as desigualdades sociais ou são apenas uma forma de arrefecer os seus efeitos para continuar perpetuando essas desigualdades, haja vista que a classe popular tem acesso a um livro único como apropriação dos bens historicamente acumulados em detrimento às oportunidades destinadas a classe alta burguesa. Além disso, também não se investe em uma formação integral e continuada de professores que leve ao pensamento crítico, contribuindo o livro didático, portanto, para a conversação e reprodução da alienação.

## Referências

- ALBORNOZ, Suzane. **O que é trabalho**. São Paulo: Braziliense, 2004, p. 7 - 42.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937**. Cria o Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1937, 116 da Independência e 49º da República. Disponível no endereço: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm). Acesso em: 06/09/2021.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível no endereço: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE\\_CP222DE\\_DEZEMBRODE2017.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DE_DEZEMBRODE2017.pdf). Acesso em: 23/05/2021.
- HOFLING, Eloisa de Mattos. “Estado e políticas (públicas) sociais”. In: HOFLING, Eloisa de Mattos; RODRIGUEZ, Vicente. **Políticas Públicas e Educação**. Cadernos Cedes, Campinas, v. 21, n. 55. nov./2001. Disponível no endereço: <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/educacao/275>. Acesso em: 19/01/2022.
- NANNI, Giovanni. SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Importância da avaliação das políticas públicas educacionais**. *Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.*, Juiz de fora, v. 18, n. 1, 2016. Disponível no endereço: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18966>. Acesso em: 19/01/2022.
- NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades**. *Caderno de pesquisas em administração*, São Paulo, v.1, n. 3, 1996, 5 p. Disponível no endereço: [http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa\\_Qualitativa.pdf](http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf). Acesso em: 06/09/2021.
- SHIROMA, Eneida Oto. CAMPOS, Roselane Fátima. GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Decifrar textos para compreender a política: subsídios teóricos-metodológicos para análise de documentos**. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 02, 2005, p. 427 – 446. Disponível no endereço: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>. Acesso em: 30/06/2021.
- SILVA, Ezequiel Theodoro. “Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem”. In:  
LAJOLO, Marisa. SILVA, Ezequiel. ZILBERMAN, Regina. *et al.* **Livro didático e qualidade do ensino**. Em aberto, Brasília – DF, v. 16, n. 69, 1996, 86 p. Disponível no endereço: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/210>. Acesso em: 22/08/2021.



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus  
Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior



Universidade  
Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

VIEIRA, José Guilherme Silva. **Metodologia de Pesquisa Científica na Prática.**

Curitiba: Editora Fael, 2010, 152 p. Disponível no endereço:

[https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/230334/mod\\_resource/content/1/LIVRO-Metodologia%20de%20Pesquisa%20Cient%3%ADfca%20na%20pr%3%A1tica.pdf](https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/230334/mod_resource/content/1/LIVRO-Metodologia%20de%20Pesquisa%20Cient%3%ADfca%20na%20pr%3%A1tica.pdf)

f. Acesso em: 29/06/2021.

## Latinidades e educação libertária: Proposições para o ensino de Geografia no projeto “Nós Propomos! Goiás”

Rafaela de Paula Oliveira<sup>24</sup>

### RESUMO

A relação pré-estabelecida para professores e alunos com o ensino nas escolas tende, muitas das vezes, a perpassar pela mediocridade da educação mecânica. Educação mecânica essa que, na Geografia, repercute a ausência da vivência do aluno enquanto agente ativo, baseia-se em decorar e desenhar. Trabalhar Geografia é, por outro lado, uma ótima oportunidade para que professores possam inserir os alunos em ambientes ativos de conhecimento social, cultural e científico. É fundamental a constante reavaliação dos acadêmicos de docentes sobre os métodos utilizados em sala de aula e sua eficácia na produção do conhecimento junto ao aluno. Torna-se então a importância de pautar a forma como o estudo da ciência geográfica está sendo transmitido no meio do ensino. Cabe ressaltar que existe uma profunda necessidade de reformar o ensino de maneira geral, contudo, enfatizando também reformas dentro do ensino da própria Geografia. Nas atuais circunstâncias, também é pautado uma nova reforma na educação brasileira. Há alguns anos houve um pesado investimento em propagandas e em espaços de mídias para disseminar que o ensino daria maior liberdade para os alunos do Ensino Médio, quando, na verdade, na aplicabilidade do Novo Ensino Médio, não aconteceu, pois continua-se reproduzindo os métodos tradicionais de estrutura e de conhecimento educacional nas escolas do país, métodos esses que foram massivamente criticados durante todo o processo de elaboração da nova proposta de ensino. No entanto, é o estudo e leitura das práticas libertárias que se mostra então fundamental para visualizar o autoritarismo e a imposição estatal no controle educacional que, desta forma, tem objetivo de eliminar qualquer possibilidade de crítica a realidade e a imposição do poder, o que só é possível a partir dos preceitos libertários. O método das ciências naturais em escolas dogmáticas é fechado e distancia o aluno e sua realidade do objeto estudado. Peca também ao passo em que não valoriza a imaginação infantil e as inquietudes jovens, esquecendo que o pensamento científico nasce de um profundo estado imaginativo e de inquietação. Como atenta Kropotkin sobre nada interessar tanto às crianças como as viagens, e ser mais chato e menos atrativo na maioria das escolas do que aquilo que ali se batiza como Geografia, pois os estudantes não são grandes admiradoras da natureza enquanto esse estudo não possui vínculo algum com a realidade do homem enquanto indivíduo, afirma. Para isso a educação libertária dentro da Geografia se faz importante, pois é ela quem dá um novo sentido, é a interação do aluno com o mundo e suas novas percepções a partir do estudo crítico que o atrai. Nesse momento, ela desperta não só o gosto pela ciência geográfica, mas todo um leque de ciências naturais e sociais que são defasadas pelos métodos e práticas

<sup>24</sup> Professora de Geografia do Centro de Ensino em Período de Tempo Integral Gomes de Souza Ramos, município de Anápolis. Pós-Graduada em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: rafaeldepaula03@gmail.com

de ensino que afastam o aluno e sua vontade de compreender. Trata-se também de apreender, não decorar, mas compreender e se sentir parte do processo ativo. Na educação libertária, a Geografia é mais do que uma ciência, é quem desperta o pensamento crítico e científico, a visão de mundo e quem une todos em um mesmo sentimento fraterno, independente de nação. Por essas razões o projeto Nós Propomos! Goiás! surge com a intenção de fazer do aluno o protagonista da sala de aula e um cidadão ativo na sociedade; projeto este que alcançou mais do que o público escolar brasileiro, tendo relatos de experiência em outros países falantes da língua portuguesa, principalmente Portugal. Nessa perspectiva de projeto, o estudante pode experimentar uma sala de aula ativa e flexível, a qual ele mesmo é responsável por levar temas a serem debatidos e estudados dentro da holística geográfica e analisados de acordo com suas vivências. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar a articulação entre os princípios da educação libertária e o projeto Nós Propomos! Goiás e suas aplicabilidades científicas e acadêmicas face ao ensino remoto no Brasil, ocasionado pela Pandemia que assola todo o mundo desde 2020. Para isso, será feito um estudo bibliográfico, juntamente com o estudo ativo da aplicação do projeto no Colégio Estadual de Período Integral Gomes de Souza Ramos em Anápolis, Goiás, para as séries finais do Ensino Fundamental (9º ano). Acerca da problemática que tange o tema, concebe-se que a educação, segundo os preceitos libertários, contribui para que o ensino possa ser, de certa forma, mais amplo e menos arraigado em tradicionalismos e métodos conservadores em que os alunos são apenas depósitos de informações, e é justamente essa abordagem que o projeto Nós Propomos! Goiás visa trazer para seus alunos participantes. Em tese, a concepção libertária atrelada ao Projeto faria com que a escola, o conhecimento e as próprias aulas pudessem ser compreendidas de forma menos autoritária e mais humanizada, o aluno se encontraria em espaço de deixar de ser um banco de dados e a escola uma mercadoria. Além de estabelecer forte vínculo com a relação aluno-professor, em que ambos estariam em condições de aprender e ensinar, fazendo com que, dessa forma, o ensino fosse mútuo e não seletivo. Visa, assim, a inclusão, a racionalização e desprendimento de formas que não contribuía para a formação do cidadão social, mas do cidadão operacional. E é a partir desses fundamentos que diversas outras correntes vêm surgindo dentro da educação e tornando da escola um ambiente mais amplo e democrático.

**Palavras-chave:** Geografia, Educação Libertária, Ludificação, Projeto de ensino.

## CERES: DE UM PROJETO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, A UMA CIDADE SEGREGADA

Leandro Borges Teixeira<sup>25</sup>  
Roseli Martins Tristão Maciel<sup>26</sup>

**Resumo:** Este artigo é resultado parcial de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é realizar uma reflexão crítica para demonstrar o processo de desenvolvimento desordenado da urbanização da cidade de Ceres-GO. Município historicamente conhecido por ter sido uma Colônia Agrícola Nacional, tendo engendrado a política estatal de ocupação do Centro-Oeste brasileiro. Atualmente, destaca-se na rede urbana goiana como um polo de serviços na microrregião do Vale do São Patrício. Neste sentido, discorre-se brevemente sobre a história da cidade e suas características econômicas atuais, afim produzir uma análise focal, que esboce os problemas urbanos desenvolvidos e atrelados a segregação socioespacial na cidade, além de evidenciar a responsabilidade do poder público e o caráter segregador do modo de produção capitalista do espaço. Trata-se no momento de uma revisão bibliográfica, e as análises contidas no texto demonstraram os aspectos da segmentação social no território de Ceres.

160

**Palavras-chave:** Cidade – planejamento – desordem – segregação – moradia.

### Introdução

Ceres é o recorte espacial desta abordagem crítica. Dimensionada na Região Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia, pertencente à Região Intermediária de Porangatu-Uruaçu, a cidade está localizada a 177 km de sua capital, Goiânia.

Apresenta-se, aqui, à revisão bibliográfica, parte importante da pesquisa, e uma breve discussão sobre o surgimento, a estruturação urbana e econômica da cidade. Além disto, o texto também faz uma sucinta reflexão a respeito da gestão e do planejamento do espaço urbano na produção capitalista. Ademais, o resumo demonstrará a dificuldade de mensurar as desigualdades na cidade e a precariedade no qual os bairros de interesse

<sup>25</sup> Pós-Graduando Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Territorialidades e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER). E-mail: leandrobgeo@hotmail.com

<sup>26</sup> Orientador deste trabalho. Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Territórios e Expressões Culturais do Cerrado pela Universidade Estadual de Goiás. E-mail: roselitristaomaciel@gmail.com

social foram devolvidos em Ceres, negligenciando assim, as necessidades dos moradores.

### **Ceres: o processo de formação e atuais características econômicas da cidade**

Ceres surge por intermédio de um processo de ocupação direcionado, à margem ocidental do Rio das Almas, dentro do projeto de integração nacional – A Marcha para o Oeste. Castro (2004) ao discorrer sobre A Marcha para o Oeste, salienta que o projeto objetivava a integração e ocupação do Planalto Central e, a posteriori, avançaria para a Amazônia, pois havia um imenso vazio demográfico no território brasileiro.

A Colônia Nacional Agrícola de Goiás formou, inicialmente, o município de Ceres, com sua emancipação em 1953 (Lei nº 767), depois se fragmentou em três municípios, com a emancipação política de Nova Glória, em 1980, e Ipiranga de Goiás em 2001. A “vocação” econômica de Ceres, evidenciada nos primeiros anos, ocorreu com uma relevante produção agrícola, no entanto, segundo Castilho (2012), o município perdeu grande parte do seu território agrícola, com a emancipação de Nova Glória. Porém, no momento em que Ipiranga de Goiás se emancipa, apesar de uma relevante redução territorial (a metade do município naquele momento), a economia de Ceres já havia se consolidado como um polo de serviç os urbanos, em especial, nas áreas da saúde, processo que se intensifica até os dias atuais. Na tabela 1   possível identificar o tamanho da redução territorial do município.

Tabela 1 - Dimensão territorial dos municípios que formavam a CANG

Município	Tamanho do território
Ceres	213,070
Nova Glória	411,753
Ipiranga de Goiás	244,299

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

Ceres sofreu grandes oscilações populacionais ao longo de seu desenvolvimento histórico, o principal fator foi o processo emancipatório de seus distritos, como também sua incapacidade de conter sua população jovem, em razão da falta de oportunidades de emprego, melhor remuneração, formação técnica e acadêmica nos anos 90 e na primeira década de 2000, como podemos verificar na tabela 2.

Tabela 1 - População de Ceres entre 1970-2021

Município	1970	1980	1991	2001	2010	2021 (estimada)
Ceres	11.288	31.943	22.209	19.026	20.722	22.407

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

### **Gestão, planejamento e a (re)produção desigual do capital no território da cidade**

Visto que a questão da gestão e do planejamento está entrelaçada a produção do espaço, é oportuno recorrer ao entendimento do mecanismo burocrático e suas contradições dentro do aparelho estatal. Maricato (2014) enfatiza que após a Constituição de 1988, com a reforma da competência pública sobre a gestão das cidades, com a descentralização governamental, questões como o saneamento básico, coleta e destinação do lixo, transporte coletivo intraurbano, o ordenamento fundiário (usos e ocupação do solo), desde que não envolva questões ambientais, ensejam competências municipais. Mais adiante será analisado o imbróglio burocrático da gestão ambiental.

O planejamento pode ser entendido, nessa perspectiva, por um conjunto de premissas legais e normativas em âmbito federal, estadual e municipal, exequíveis em suas respectivas jurisdições territoriais. No entanto, Maricato (2014) sobrealça que a gestão pública está permeada por ideologias políticas, interesses diversos e distintos do gestor que exerce seu mandato em um dado momento histórico, e que ao mesmo tempo que executa, elabora as políticas públicas ambientais e o ordenamento urbano, sofre a pressão das demandas dos atores sociais locais, onde há prevalência dos interesses dos capitalistas. Corrêa (2020) subsidia o contexto das intervenções dos atores sociais na

gestão e no planejamento urbano, quando salienta que o espaço é produto concreto dos atores sociais que sediam naquele território.

Assim, convém lembrar que há uma certa confusão no que tange a competência sobre a regulamentação do território urbano, relacionada as questões ambientais. (MARICATO, 2014, p. 53) afirma que: “Esse quadro se completa com a falta de definição clara sobre a competência legal quando se trata de matéria relacionada ao meio ambiente, pois todos os níveis da Federação têm direito de intervir obedecendo alguma hierarquia”. Maricato (2014) enaltece que o poder executivo federal sobre o uso e ocupação do solo é muito pequeno, sendo está a questão central da problemática urbana (uso e ocupação do solo); mas como realiza obras no território das cidades, pode exigir planos urbanísticos municipais para liberar as verbas –podendo exercer alguma regulamentação na produção do espaço das cidades – forçando a administração executiva municipal seguir algumas diretrizes e metas ambientais do governo federal.

Segundo Santos (2021) a construção das cidades se dá, inevitavelmente, pela supressão do meio natural, metamorfoseando em paisagem artificial, dotando o espaço de um meio técnico, ao meio técnico-científico e informacional. Desta forma, os problemas se consubstanciam e se agravam na supressão da natureza, quando se dá em Áreas de Preservação Permanente (APP).

Sobretudo, a segregação espacial urbana brasileira – frequentemente está associada a ocupação indevida das APP, não por escolha de quem as ocupa, mas sim, como possibilidade, por serem áreas desvalorizadas e de difícil ocupação, então são relegadas aos excluídos ou a pessoas de baixo poder aquisitivo (mesmo em desacordo com a legislação), agravando o contexto de exclusão social, adicionando ao problema da segregação espacial, os riscos inerentes da ocupação das APP, Miyazaki (2014).

Contudo a urbanização de Ceres, encontrou seus desafios naturais – a topografia muito acidentada da cidade, recortada por inúmeros canais fluviais e o planejamento inadequado do parcelamento do solo – materializou muitos problemas urbanos. O bairro Vila Pedrosa, ilustra muito bem a relação da segregação socioespacial, ligados aos problemas ambientais e a ocupação das APP, como demonstra a fotografia 1.

### Fotografia 1: Vila Pedrosa: Ceres-Go



Fonte: Registro do próprio autor, realizado no dia: 13/08/2022.

Ademais Monteiro e Veras (2017) sublinham que o preço da habitação está ligado a diversos fatores – localização, acessibilidade, mobilidade, infraestrutura, a presença de serviços essenciais, a qualidade ambiental, a vizinhança, a questão da segurança pública, entre outros.

O Bairro Vila Pedrosa surge de forma ilegal, fruto de um processo de invasão da área na década de 1980, mediante a um processo de exclusão social, lugar que ainda nos dias atuais apresenta graves problemas sociais. Além do mais o terreno sofre com esporádicas inundações provocadas pela cheia do Rio das Almas. No entanto, a situação de ilegalidade ambiental e fundiária, foi regulamentada, medida legislativa municipal fundamentada na Lei de Reurb nº 13.465/2017. Segundo Menegaz (2022) se trata de um instrumento legal criado para regularizar o grande problema fundiário e de inconformidade ambiental que se encontra disseminados no território das cidades brasileiras. Embora a burocracia estatal através da Lei de Reurb venha instituir a legalização dessas áreas, tal medida não muda a situação de precariedade dos moradores que vivem segregados e marginalizados na cidade.

### **A cidade segregada e a complexidade de mensurar o processo**

O estudo do espaço urbano de Ceres, discutindo e identificando a dinâmica histórica que (re)produziu a segregação socioespacial da cidade, esbarra na complexidade dos levantamentos estatísticos, e a concepção teórica das respectivas

classificações – utilizadas pelos órgãos censitários – que se debruçam na temática de compreender as características socioeconômicas estabelecidas no território. Santos (2013, p. 14) afirma que: “o peso das ideias feitas, a lei do mínimo esforço, o prestígio do exemplo, tudo contribui para manter um instrumento de pesquisa baseado em ideias preconcebidas”.

A saber, o rendimento médio dos trabalhadores de Ceres, em 2020, correspondia a 216,54% do salário mínimo, que era R\$1.100,00, segundo o Instituto Mauro Borges. Ceres apresenta uma renda média mensal superior à média do Estado de Goiás. A capital Goiânia apresenta uma média muito superior, entretanto, Ceres possui uma renda média mensal maior do que o município de Aparecida de Goiânia. Como se pode constatar na tabela 3.

Tabela 3 – Renda média mensal comparada entre os municípios (2000-2020) e população estimada em 2021

Município	2000	2010	2020	População total estimada: 2021.
Ceres	394,22	1.117,07	2.381,95	22.407
Goiânia	664,37	996,47	3.358,31	1.555.626
Aparecida de Goiânia	363,36	996,47	2.137,07	601.844
Anápolis	428,77	1.257,22	2.623,07	396.526
Goiás	524,77	1.330,82	2.266,96	7.206.589

Fonte: Instituto Mauro Borges e IBGE. Dados: Ministério do Trabalho e Emprego –TEM Relação Anual das Informações Sociais – RAIS e do IBGE (2022).

Como destacado na tabela 3, a renda média mensal do município de Ceres, se encontra acima da média do Estado de Goiás, no entanto, isso não revela concentração de renda entre os trabalhadores, não podendo, portanto, denunciar a desigualdade econômica existente na cidade.

A questão não é abandonar e nem rechaçar as relevantes informações estatísticas, seria leviano e sem nenhuma fundamentação científica contrapô-las, sem um devido estudo apurado e balizado e um novo sistema de classificação, no entanto, não é o objetivo e nem a pretensão da pesquisa resolver a complexidade da questão. Porém, é preciso apontar algumas generalizações já conhecidas, mesmo que de forma superficial, como o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em consideração três variáveis, sendo: renda per capita, nível de escolaridade, e expectativa de vida, chegando a uma média, mensurada de 0-1, quando mais próximo de 1, maior o IDH do país, região, estado ou município.

O IDH de Ceres em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era 0,775 (considerado alto, 2º no ranking do Estado de Goiás, apenas atrás de Goiânia), ainda assim, a média geral do IDH, apresentada no estudo estatístico, não revela as mazelas disseminadas no espaço da cidade, e nem ajuda na compreensão do problema da segregação socioespacial. Contudo, o Índice de Gini (IG)<sup>27</sup>, já denuncia um pouco desse quadro de desigualdade em Ceres, pois o IG do município em 2010 era de: 0,5312, segundo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)

### **A moradia social como espaço segregador na cidade**

A fim de minimizar o *déficit* habitacional na cidade Ceres, o poder executivo municipal conta historicamente com inúmeras iniciativas, e que foram apoiadas por verbas estaduais e federais, na implantação de bairros e casas populares. Os projetos sobrevieram ao longo do processo de urbanização da cidade, dando origem aos bairros: Vila Mutirão (1978), Conjunto Morada Verde (1989), Conjunto Bernardo Sayão (2012), Vila São Patrício “As Populares” (1978), Vila Lions (1980), Nova Esperança (1987), Boa Vista (1994) e Jardim Primavera (2012).

No entanto, esses bairros se estruturam como aglomerados de casas sem a presença de estruturas urbanas essenciais (áreas de convivência, praças arborizadas,

---

<sup>27</sup>O Índice de Gini – instrumento para aferir a desigualdade social de um determinado grupo. A verificação do IG segue uma escala – de 0 (quando não há desigualdade) a 1 (com desigualdade máxima).



posto de saúde, pré-escola, áreas de lazer, entre outros), permaneceram sem pavimentação asfáltica por muitos anos, e as obras de melhorias na infraestrutura desses lugares e a instalação de equipamentos comunitários públicos ocorreram em tempos distintos, (embora até este momento há ausência de muitos desses equipamentos), contudo, ainda são espaços da cidade que apresentam péssima infraestrutura, marcados pela insegurança e rotineiramente é veiculado na mídia local, os diversos ilícitos (roubos, furtos, tráfico de drogas, entre outros) ocorridas nessas localidades da cidade.

Esse tipo de diferenciação no espaço urbano se configura pela falta de investimentos públicos – que geralmente se condicionam aos investimentos privados – consequentemente valorizando porções distintas da cidade. Maricato (2014, p. 23) salienta que: “Os capitais que ganham com a produção e exploração do espaço urbano agem em função do seu valor de troca. Para eles a cidade é mercadoria”.

Além disso, Carlos (2017, p. 35) entende que “[...] não se pode evitar o conflito entre a lógica imposta da realização do capital e as necessidades da sociedade (conflito entre a lógica do capital imposta pelo uso e pela troca)”. Carlos (2017) destaca que a contradição o uso/troca culmina em diversas maneiras de precarização para realização da vida em sociedade no espaço urbano.

Desse modo, as casas projetadas, construídas, o planejamento dos bairros e o recorte dos lotes destinados a moradia social em Ceres, caso esse em especial verificado na pesquisa, e no Brasil de modo geral, contexto no qual é demonstrado por uma vasta literatura especializada, seguiu um modelo de racionalização do espaço da casa, na qual haveria grandes mudanças da dinâmica social no interior da residência, modelo arquitetônico idealizado na Europa nos anos de 1920 – vanguarda da moderna habitação social. Uma vez que na Europa essa nova arquitetura estava associada aos ideais socialistas, porém no Brasil, ela se cingiu ao desenvolvimentismo, que teve início após a revolução de 1930, conforme apontou Bonduki (2017).

Segundo Rubin e Bolfe (2014) os primeiros projetos habitacionais destinados a moradia social no Brasil, efetuou-se com as edificações verticalizadas, isto é, com a construção de edifícios – financiados por meio de instituições públicas, como os IAPs, Institutos de Aposentadoria e Pensões, ligados à distintas categorias profissionais, como

operários fabris, bancários e comerciantes, aos Departamentos de Habitação Popular de diversos estados, e a Fundação da Casa Popular, órgão criado em 1946, tornando-se o primeiro de alcance nacional, instituído com a competência de providenciar habitação para a população de baixa renda.

Sobre o padrão arquitetônico da moradia social, Bonduki (2017) notabiliza que há dois elementos básicos, o primeiro foi tornar simples os afazeres domésticos, mediante a racionalização da cozinha e de outras partes de trabalho da casa, adequando-os ao uso coletivo, e segundo, a mudança do mobiliário, de tal forma que não imitasse os móveis da burguesia, adaptando-os à residência de menor tamanho possível, facilitando assim a manutenção e, além de tudo, podendo ser fabricado a baixo custo.

Todavia, o desenvolvimento dos bairros habitacionais de interesse social em Ceres, não foram estruturalmente modelados seguindo o padrão descrito por Bonduki (2017), já que os conjuntos habitacionais da cidade, não contam com equipamentos urbanos de uso coletivo, como lavanderias, salas de reunião, áreas de recreação, entre outros. Embora, os arquitetos europeus da vanguarda moderna na habitacional social, tenha fortemente orientado o padrão da moradia social no Brasil. Ocorreu uma importante descaracterização do modelo arquitetônico europeu. Sendo assim, o aspecto preponderante na construção da habitação social – seguiu apenas a redução do espaço residencial, inclusive ignorando e negligenciado as necessidades espaciais das famílias que morariam nesses lugares. Outra questão, não menos importante é a precariedade ambiental de alguns desses bairros.

Embora, a cidade Ceres tenha sido beneficiária de muitos projetos sociais de cunho habitacional ao longo do seu processo de desenvolvimento, no qual o poder público realizou a doação de lotes e casas, o padrão habitacional dessas residências, não atendia as necessidades das famílias, e com isso os moradores de maneira improvisada, incumbiram-se da tarefa de ampliá-las, se dedicando a autoconstrução. Sobre a questão Maricato (2014, p. 26) enfatiza que “essa construção se dá aos poucos, durante seus horários de folga, ao longo de muitos anos, ignorando toda e qualquer legislação urbanística [...]”.



Maricato (2014) ainda destaca que a autoconstrução residencial é uma estratégia de barateamento *modus operandi* da produção capitalista da periferia da cidade, lançando o custo da produção da casa na conta do próprio trabalhador, uma forma de reduzir o custo da mão de obra na reprodução da riqueza no território da cidade.

Em específico, outro fator que possibilitou ampliação das habitações doadas via poder público, por meio da autoconstrução no caso de Ceres, foi o padrão dos projetos da moradia social, que difere de tantos outros desenvolvidos em diversas cidades brasileiras, efetivou-se com a edificação de casas, construções horizontais, diferente dos conjuntos habitacionais, com a construção de edifícios, que não possibilita nem mesmo de forma precária a ampliação das residências pelos beneficiários.

Monteiro e Veras (2017) discorrendo sobre a importância da moradia, observa que a habitação permite ao homem realizar suas atividades diárias, se refugiar e estabelecer suas intimidades, lugar de descanso e convívio familiar, que proporcionam bem-estar e sentimento de segurança, onde as pessoas podem desenvolver suas capacidades e criatividade. No entanto, o modelo habitacional das casas populares e a qualidade ambiental dos bairros estruturados para essa finalidade, não consideram as múltiplas funções da moradia para o indivíduo.

De forma que os bairros transformaram em depósitos de gentes. Bonduki (2017) em uma reflexão marxista da produção do espaço capitalista, defende que as habitações se reproduziram, replicando a nossa vida em sociedade – o nosso crescente individualismo social e econômico. Idem (2017) destaca que a comercialização da moradia e do solo urbano – transformam a habitação em um produto do capital, e a economia de mercado, dita as regras da organização e reprodução dos espaços na cidade – condicionando a um ordenamento excludente das classes sociais no território.

### Considerações finais

A desordem no processo de urbanização ocorreu ao longo do desenvolvimento da cidade, seguindo a lógica da produção capitalista do espaço urbano. A desordem materializada no território da cidade Ceres se apresenta como um ordenamento, não

racionalmente pensado ou desejado, mas como consequência da ação desigual do capital que, ao se reproduzir na cidade – exclui e desagrega – ao mesmo tempo que constrói espaços fluídos, bem equipados e planejados –, porém acessíveis apenas para quem pode pagar pela “ordem”, sobrando diferentes níveis de desordem para quem não pode pagar pelos espaços “adequados” ou mais favoráveis a realização da vida.

Em virtude dos fatos mencionados e analisados no texto, não se pode incorrer no erro de acreditar que a segregação socioespacial está restrita aos bairros criados e destinados a moradia social. A segregação na cidade de Ceres se apresenta em uma conjuntura muito mais ampla e estruturada na dinâmica espacial da cidade. Não cabe a uma só análise compreender e discutir toda essa totalidade, portanto a pesquisa dá início a uma reflexão crítica, sobre uma questão muito complexa em Ceres/GO, abrindo caminho para futuras e oportunas análises.

## Referências

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da Casa Própria.** Rio de Janeiro: FAPESP, 2017.

CARLOS, A. **A privação do urbano e o “direito a cidade” em Henri Lefebvre.** In: CARLOS, A; PADUA, R (org.). **Justiça espacial e o direito a cidade.** São Paulo: Contexto, 2017.

CASTRO, J. O Estado e a apropriação do território de Goiás. In: NETO, A. *et al.* GOMES, H (org.). **O espaço goiano: abordagens geográficas.** Goiânia: Associação Geógrafos do Brasil, 2004.

CORRÊA, R. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A; SOUZA, M; SPOSITO, M (org.). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2020.

GOIÁS. **Lei n.º 767, de 04 de setembro de 1953.** Disponível em: <<https://legisla.casacivil.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/90337/pdf>> Acesso em 28/07/20022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Humano de Ceres.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/ceres/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>> Acesso em: 04/07/2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dimensão territorial dos municípios de: Ceres, Nova Glória e Ipiranga de Goiás.** Disponível em: Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>> Acesso em: 30/06/2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População estimada em 2021: Ceres, Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis e do Estado de Goiás.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>> Acesso em: 03 /07/2022.

Instituto Mauro Borges. **Renda média mensal entre 2000-2020.** Disponível em: <https://www.imb.gov.br/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MENEGAZ, D. **A Lei Federal de Reurb nº 13.465/2017 e seus instrumentos de efetivação.** jus.com.br, 2022. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/96340/a-lei-federal-de-reurb-n-13-465-2017-e-seus-instrumentos-de-efetivacao>> Acesso em: 14/08/2022.

MONTEIRO, A; VERAS, A. **A questão habitacional no Brasil.** Mercator, Fortaleza, v. 16, maio, 2017. ISSN 1984-2201.

Rubin, G; Bolfe, S. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. *Ciência e Natura*, Santa Maria, v. 36 n. 2 mai-ago. 2014, p. 201–213.

SANTOS, M. **A pobreza urbana.** São Paulo: Edusp, 2013.

SANEAMENTO DE GOIÁS S/A. **Quantitativo de ligações águas ativas por bairros em Ceres.** Relatório emitido pela agência de Ceres/Distrito: T0056: Dia: 01/07/2022.



## A tragédia do Césio-137 e a Formação do Grafite Nas Ruas de Goiânia.

João Gabriel Ferré. Estudante (IC)

Joao\_gf@outlook.com

Anápolis UnUCSEH - NELSON DE ABREU JÚNIOR

172

**Resumo:** A turbulência no Estado de Goiás no final da década de 1980 desencadeada pela urgência sanitária causada pelo rompimento de uma cápsula de Césio-137, resultou em uma outra emergência social por artistas goianos na tentativa de ressignificar o espaço público de Goiânia, que estava estereotipado como radioativo e tóxico pela sociedade brasileira. Dessa maneira, deu-se início ao “Grafite”, uma nova forma de expressão e arte que já eram vistos em outras capitais do país, e que surge no cerrado goiano com o grupo “Pincel Atômico” formado por Edney Antunes e Nonatto Coelho que criaram ilustrações por diversos pontos turísticos em Goiânia dotadas de humor, críticas sociais, morais, políticas e radioativas que assolavam o povo brasileiro no final da década de 1980.

Palavras-chave: Césio-137. Pincel Atômico. Grafite.

### Introdução

A história do grafite em Goiânia se remete aos finais da década de 1980 ao paralelo do acidente radioativo do Césio-137, quando o grupo “Pincel Atômico” nome proposital para tocar na “ferida radioativa” da cidade, trouxe para as ruas a ironia, humor e polêmica de uma população fragilizada que ainda sofria bastante preconceitos e segregações sociais advindas de outras regiões do país. Goiânia até o acidente radiológico detinha a imagem de uma capital moderna e civilizada, que juntos com estilo de artes visuais, arquitetura e design apresentados pela arte déco, mostrava apreço e admiração por outras regiões brasileiras e internacionais. Contudo, o descarte e manuseio indevido de um aparelho de radioterapia ofuscou o caminho de progresso da capital levando isolamentos e obscuridades sobre o futuro da jovem Goiânia:

Os historiadores não eram ingênuos em desconhecer os inúmeros problemas estruturais que afetavam o Estado de Goiás, mas reconheciam – com certa razão – que, depois de Goiânia e Brasília, ele não podia ser colocado mais entre os últimos do país. No entanto toda essa imagem de progresso,



modernidade, civilização e desenvolvimento foi comprometida pelo acidente radioativo em 1987. (OLIVEIRA, 2006, p. 232-233)

Não obstante disso, buscando a arte para auxiliar a vida e levantar a autoestima fragilizada da sociedade goiana, os primeiros grafiteiros de Goiânia, Edney Antunes e Nonatto Coelho buscavam através de ilustrações irônicas como coxinhas, sapos amarelos e baratas mutantes, satirizar e aliviar o peso do acidente na população goianiense levando cor e voz a uma cidade doente.

## Material e Métodos

Nesse estudo referente à arte urbana goianiense a análise documental de fontes primárias como fotografias, documentos jurídicos, juntamente com auxílio audiovisual de documentários e dissertações sobre o tema, jornais e livros foi essencial e esclarecedora para a fundação e argumentação do resumo.

Em síntese, a proposta metodológica do projeto compreendeu de qual forma a arte urbana, em especial o grafite, está inserida no conceito de “memória” e “identidade”, bem como seu papel no centro urbano goianiense de recuperação visual da cidade fragilizada pelo acidente radiológico césio-137. Dessa maneira, outras formas e métodos como análise imagética de fotos, filmes e documentários, mas também um diálogo entre pensadores e autores que debatem a temática corroboraram para a análise e método do resumo. Se destaca como material necessário para formação dessa síntese, a dissertação da Mestre pela UFG, Nathália de Freitas, que evidenciou o grupo “Pincel Atômico” e sua representação visual na década de 1980, avigorando para o brilho teórico presente nesse resumo.

Somado a isso, a presente súmula também dialogará com as obras “As Representações do Medo e das Catástrofes em Goiás (2006)” e “A Imagem e Mudança Cultural em Goiânia (1999)” evidenciadas pela narrativa do Doutor em Sociologia (UnB) e Mestre em História (UFG) Eliezer Cardoso de Oliveira que guiou com riqueza teórica a construção desse projeto.



## Resultados e Discussão

O resultado proposto nesse ensaio foi a busca e detalhamento do movimento “Pincel Atômico” de intervenção artística da cidade Goiânia em 1987, atuante como fonte histórica da arte urbana e de suma importância para a ressignificação da identidade e memória do espaço urbano goianiense. Dessa forma, procurou-se discutir as formas de intervenção artística mostradas pelo grupo “Pincel Atômico” e a influência do grafite goianiense pelo cenário goiano do final da década de 1980. Ilustrações de figuras mutantes trazendo uma alusão ao que o ser humano poderia se tornar foi uma forma de chamar atenção da sociedade goiana e tentar resgatar a autoestima do povo goianiense com humor, logo outros desenhos buscavam atrair a mente coletiva para questões morais e sociais polêmicas como o a AIDS e a geração rock. É a partir dessa análise, que se aponta a importância de estimular a criação de políticas públicas de incentivo a arte urbana pelo país, pois só ela é capaz de mudar a imagem de uma cidade acinzentada e sem cor.

## Considerações Finais

Ao analisar o fenômeno da escrita urbana o grafite, que é mais “bem comportado” como outras formas de intervenções urbanas como a “pixação”, evidencia-se na arte urbana contemporânea o caráter de reflexão e não de apropriação. Sua apresentação é mantida por seu valor efêmero, pois, por não estarem em locais fechados como museus/galerias, acabam por sofrer as intempéries do tempo, como chuvas, ventos e calor. Logo, é necessário a utilização da fotografia para immortalizar os grafites. Logo, os desenhos que ressignificaram o espaço goianiense pelo grupo “Pincel Atômico” se apagaram no espaço físico, mas se mantiveram na memória goiana, ocasionando em um cenário de grafite goianiense sólido e prestigiados nacionalmente e internacionalmente, como os grafites de Wes Gama presentes nos prédios do centro e de vários outros nomes importantes no cenário e que estão, ou não, presentes nas galerias abertas pelas veias da



cidade de Goiânia, como é o exemplo do museu a céu aberto “Beco da codorna” novo ponto turístico da cidade.

[...] A rua grita.

A rua grita e não é escutada pelos juízes,

advogados, teóricos do Direito, professores [...]

temos que reaprender a escutar a rua

enquanto produtora do novo. (Warat ,p. 53)

## Agradecimentos

Gostaria de agradecer e dedicar esse resumo expandido às seguintes pessoas: Minha família, minha mãe maria, meu pai Declieux, meu Irmão Junior e a minha companheira de vida Natália Júlia que sempre me deu forças e incentivo a continuar a graduação. Agradeço também aos meus professores que me auxiliaram nas pesquisas e buscas e a todos meus amigos da graduação.

## Referências

FREITAS, Nathália. **A representação visual do pincel atômico em Goiás na década de 1980.** Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. **Imagens e Mudança Cultural em Goiânia.** 1999. 254 f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior

Universidade Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.



## Um Retrato de Goiás/Tocantins na Literatura de Eli Brasiense

Maria de Fátima Oliveira<sup>28</sup>

177

### Resumo

Esta reflexão é resultante do projeto de pesquisa *Fronteiras e Diálogos entre a História e a Literatura na obra de Eli Brasiense* que busca analisar a obra ficcional do escritor goiano/tocantinense Eli Brasiense, relacionando-a com a história. Pela sua narrativa é possível conhecer aspectos econômicos, políticos e socioculturais do território que hoje engloba os estados de Goiás e Tocantins.

Palavras-chave: História. Literatura. Região. Sensibilidades.

### Introdução

Este estudo tem como foco central compreender a relação entre as duas áreas do conhecimento, tendo como principal fonte a obra do escritor natural de Porto Nacional (TO), antigo norte goiano em 1915 e faleceu em Goiânia (GO) em 1998. Buscou-se, como objetivos, contribuir para o conhecimento sobre uma região ainda pouco explorada pela literatura e pela história; conhecer as possibilidades de diálogo entre as duas áreas do conhecimento, explorando o uso da literatura como fonte histórica; e destacar a importância da obra de Brasiense para a compreensão do processo histórico deste vasto território no qual o autor viveu e conheceu tão profundamente.

Já é considerável o número de historiadores que se destacam nos estudos interdisciplinares sobre a relação da história com a literatura, e isso muito tem contribuído para

---

<sup>28</sup> Docente do Curso de História e do Mestrado Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), da Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas (UEG). E-mail: proffatima@hotmail.com



o debate, para o avanço nas pesquisas, e consequentemente, para o aumento de publicações voltadas para a temática. Como exemplo, podemos destacar nomes relevantes como os de Roger Chartier (1994), Hayden White (1995), Sandra Jatay Pesavento (2003; 1999), Nicolau Sevcenko (2003), Rafael Ruiz (2003), para citar apenas alguns pesquisadores que se dedicam aos estudos que investigam esse campo temático do conhecimento.

Apesar da obra de Brasiliense já ter sido tema de diversos estudos acadêmicos, o problema principal investigado nesse artigo é de certo modo inédito, pois a questão que se coloca é a seguinte: como a Literatura se entrecruza com a História na obra de Eli Brasiliense, e quais aspectos históricos e culturais de Goiás e Tocantins podem ser revelados a partir da interdisciplinaridade entre as duas áreas do conhecimento?

Assim, nos tópicos seguintes detalhamos a metodologia utilizada, os referenciais teóricos nos quais a pesquisa se baseia, os resultados alcançados, e por último, as considerações finais sobre o estudo.

## Material e Método

O principal material para a pesquisa foi a obra do autor, e os procedimentos metodológicos foram: de um levantamento biográfico e bibliográfico sobre o autor; primeiramente, buscou-se informações sobre a vida e a obra do escritor Eli Brasiliense, para se conhecer melhor sua biografia e seu lugar de fala. Em seguida, elaborou-se um levantamento de autores que escreveram sobre a região para compreender o contexto histórico no qual ele viveu. Concomitantemente, procedeu-se a investigações por meio de jornais *onlines* e artigos, inteirando-se da produção sobre o autor e a crítica à sua obra.

O intuito foi conhecer sua obra, conhecer a história da região à qual ele pertencia – e que era cenário para seus romances – e familiarizar com a fundamentação teórica sobre os estudos que valorizam a relação da história com a literatura e a vê como profícua. Nesse sentido, o procedimento seguinte foi o de catalogar e ler sua obra, buscando na ficção elementos que correspondiam, de certo modo, a aspectos históricos relacionados em seus romances, pois a maior parte da obra de Brasiliense são romances históricos, ou seja, a narrativa de Eli Brasiliense é repleta do conhecimento que o autor



tinha da região e de sua vivência tanto no antigo norte de Goiás (hoje Tocantins), como em Goiânia, a nova capital de Goiás.

Até momento, pode-se constatar que sua obra é bastante significativa, podendo destacar os seguintes: o romance *Pium*, que foi seu primeiro livro, lançado em 1949, com muito sucesso na época; em 1954 publicou *Bom Jesus do Pontal*, e em seguida *Chão Vermelho* (1956); *Rio Turuna* lhe rendeu o prêmio do 1º Concurso Literário da Universidade Federal de Goiás, em 1964; na década de 1970, Brasiliense publicou mais dois livros, *Uma Sombra no Fundo do Rio* e *O Pereca*.

## Resultados e Discussão

Como assinalado acima, os referenciais teóricos sobre esse campo de estudo já são significativos e têm mostrado que as duas áreas do conhecimento vêm se beneficiando com o diálogo travado entre elas. Buscou-se, nesta investigação, tecer algumas reflexões acerca da relação entre a história, enquanto disciplina e processo social, e a literatura, enquanto uma expressão artística que possui historicidade, e como uma importante fonte para a produção do conhecimento histórico.

Embora a produção literária goiana seja bastante relevante quantitativa e qualitativamente, com muitos autores reconhecidos e admirados nacional e internacionalmente, a obra de Eli Brasiliense carece de maior divulgação e reconhecimento, pois oferece um campo profícuo e instigante de investigação.

Pesavento (1999), em seu texto *Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura* discute a relação entre a obra do historiador Capistrano de Abreu com a obra de ficção de José de Alencar, mostrando que tanto é possível encontrar uma espécie ficção controlada no texto histórico quanto uma verdade ou forma de aproximação com o real no texto literário.

Assim, a autora mostra que a questão da veracidade e ficcionalidade do texto histórico presentes na contemporaneidade faz dialogar a história e a literatura num processo que dilui e abre portas para a interdisciplinaridade. Em outra análise sobre a mesma temática, ou seja, sobre a relação da história com a literatura, Pesavento (2003, p. 32), afirma que,



Trata-se, pois, de partir das aproximações e distanciamentos que se estabelecem entre os domínios de Clio e Caliope que, como musas, criam aquilo que cantam, tal como nos ensina a mitologia antiga. Ora, História e Literatura são formas distintas, porém próximas, de dizer a realidade e de lhe atribuir/desvelar sentidos, e hoje se pode dizer que estão mais próximas do que nunca (PESAVENTO, 2003, p.32).

A autora ressalta que enquanto a tarefa do historiador é controlada pelos vestígios que chegam até o presente – pois ele não cria vestígios do passado (no sentido de invenção absoluta), mas os descobre ou lhes atribui sentido, conferindo-lhes estatuto de fonte – o literato se cerca de garantias do real, de elementos de veracidade para dar autenticidade ao seu texto, apelando tanto para crônicas quanto para obras de caráter histórico.

Desse modo, na representação do real, uma espécie de ficção controlada, o historiador busca um nível de verdade possível, não mais aquela verdade inquestionável, única e definitiva, pois os historiadores reconhecem hoje que o fato puro não existe na história, pois esta recorta, escolhe e compõe narrativas de acontecimentos e até de desejos, pensamentos e sensibilidades. Pesavento (1999) mostra que a obra de Capistrano pode assumir, às vezes, um ritmo poético com estrutura de um romance, pois há um processo de montagem que implica usos e recursos fictícios, mas que é diferente dos ficcionistas que são mais livres e não precisam de álibi. A autora argumenta que,

Se o texto histórico busca produzir uma versão do passado convincente e próxima o mais possível do acontecido um dia, o texto literário não deixa de levar em conta esta aproximação. Embora a trama seja, em si, criação absoluta do autor, busca atingir este efeito de apresentar uma versão também plausível e convincente (PESAVENTO, 1999, p. 830).

Se por um lado está comprovado o crescente interesse por parte dos historiadores pela literatura, por outro, pode-se encontrar também o interesse dos literatos pela história, principalmente pela produção dos denominados, romances históricos. Dentre eles, um escritor que chama a atenção é o peruano Mario Vargas Llosa<sup>29</sup>. Em seu livro *A verdade das Mentiras*,

<sup>29</sup> Mario Vargas Llosa nasceu em Arequipa (Peru) em 1936. Escritor, jornalista, ensaísta e político peruano. Fez doutorado em Filosofia e Letras. Trabalhou em Paris como jornalista e redator da revista France Press. Foi agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura em 2010.

ele afirma que há muitas armadilhas entre os caminhos da verdade e da mentira, pois a ficção é uma forma de aplacar o inconformismo dos homens, que geralmente não estão contentes com seus destinos, e no embrião de toda ficção pulsa um desejo insatisfeito.

O autor acrescenta que não se escrevem romances para contar a vida, mas para transformá-la, acrescentando-lhe algo. A noção de verdade ou mentira funciona de maneira distinta em cada caso: para a história, a verdade depende da comparação entre o escrito e a realidade que o inspira (vestígios, documentos); para a ficção, a verdade depende da capacidade de persuasão, da força comunicativa, da habilidade da magia.

Assim, Llosa conclui que todo bom romance diz a verdade, e todo mau mente, pois “dizer a verdade” para um romance significa fazer o leitor viver uma ilusão, e por mais delirante que seja a ficção, ela afunda suas raízes na experiência humana, da qual se nutre e à qual alimenta. As mentiras dos romances nunca são gratuitas: preenchem as insuficiências da vida. Assim, fica evidente que o interesse na relação entre as duas áreas do conhecimento é mútuo e tem sido colocado em prática pelos dois lados com ótimos resultados.

Sobre a metodologia, pode-se dizer que para a execução da pesquisa, de caráter exploratório em um primeiro momento, procedeu-se à coleta de informações sobre a vida e obra do escritor Eli brasileiro, de modo a buscar maior familiaridade com sua história de vida e conhecer melhor sua produção literária.

A revisão bibliográfica permitiu, além de aprofundamento no conhecimento da temática, o diálogo com outros autores que já pesquisaram sobre o tema, ou sobre temas correlatos. Como o projeto refere-se a uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso, a metodologia adotada se baseia nos seguintes passos, não necessariamente nessa ordem: investigação sobre a biografia do autor, buscando compreender sua trajetória de vida; leitura e catalogação dos romances do escritor Eli Brasileiro; leituras sobre a História dos lugares habitados pelo escritor para compreender o espaço e contexto histórico no qual ele está inserido; leituras de textos teóricos para compreender o estado da arte sobre a relação da História com a Literatura; leituras e fichamento da produção literária de Brasileiro sob o viés da História, buscando elementos da realidade na ficção; organização e sistematização de todo o material compilado; e a elaboração de textos para divulgação do conhecimento produzido por meio do projeto.

Como a obra de Brasileiro é bastante extensa, até o momento, a ênfase maior foi em dois de seus livros, *Pium: nos garimpos de Goiás* e *Chão Vermelho*. Pela análise ficou evidente que o romance *Pium*, retrata de modo muito convincente a realidade de um garimpo na primeira

metade do século XX. A leitura do romance permite adentrar aos garimpos de Pium, dando a conhecer as mazelas e pequenas alegrias dos moradores em um ambiente rude e de difíceis condições econômico sociais. O drama das personagens é peça fundamental para o enredo do romance, e através delas, é possível compreender as sensibilidades de uma época e de um local. Brasiliense narra a vida de personagens típicos da região mostrando que embora cada uma tenha suas particularidades, suas histórias estão interligadas.

O cenário no qual é construído o romance é descrito com ricos detalhes. Fica bem visível o cotidiano de um garimpo, (des) organizado de maneira precária, sem uma infraestrutura básica, pois o principal foco naquele instante era o ideário de uma riqueza fácil. Os moradores residiam em singelas palhoças, geralmente baixas e de chão batido, em que as portas eram improvisadas com panos. Percebe-se na trama as muitas doenças que vitimavam os moradores: malária, tuberculose, verminoses, dentre outras. A principal atividade no lugar era a da extração dos cristais, com pouca atenção ao cultivo de produtos alimentícios.

São muitas as temáticas que podem ser percebidas e analisadas a partir do romance *Pium*: a vida dos garimpeiros com suas inúmeras dificuldades, mas ainda assim com seus sonhos de riqueza, a pobreza e carestia alimentar, a representação da mulher, as relações sociais, a carência de boas vias de comunicação etc. Nesse último quesito é importante ressaltar a importância que adquiriam os motoristas de caminhões transportando mercadorias e informações para a região do garimpo. O romance *Pium*, capta muito bem a estética, a linguagem, o cotidiano e a mentalidade do Pium real, ora se confundindo, ora se afastando no jogo entre a ficção e a realidade.

É possível traçar paralelos evidentes entre a História – o período que Pium passou por transformações decorrentes da valorização do cristal, período da Segunda Guerra Mundial – e a Literatura, na narrativa de Eli Brasiliense, acerca da representação de pessoas e acontecimentos da cidade nesse mesmo período da década de 1940, nos garimpos de cristais na localidade denominada *Pium* no romance.

Por outro lado, em *Chão Vermelho*, o leitor tem a chance de conhecer por meio da ficção, aspectos relativos aos primeiros tempos da nova capital, Goiânia. Neste romance, escrito em 1950, com sua primeira edição em 1956, o autor representa com maestria a realidade da capital goiana. Não há apenas um protagonista na obra, e como bem afirma Nely Almeida (2002, p. 33), “A maior personagem é a cidade nascente, que reúne, em torno de seu



surgimento, toda a vida que levanta e agita.” O fio condutor da trama é o cotidiano do trabalhador Joviano, com sua família, vizinhos e amigos, todos operários da construção civil, assim como ele. A maior parte da trama se passa na década de 1950, mas retoma, a partir da memória dos personagens, a década de 1930, período do início da construção da nova capital.

O historiador Clarismar Gomes de Abreu (2015), destaca de modo brilhante a coexistência e o estranhamento entre tradição e modernidade neste romance, destacando elementos como os primeiros automóveis, a proliferação de rodovias e automóveis, o uso do cigarro, que passava a substituir o tradicional “pito”, a chegada da ferrovia, a água filtrada, as inovações na arquitetura, a energia elétrica, entre outros. Os inúmeros novos hábitos que passavam a vigorar naquele espaço e a reação dos goianienses a tantas novidades. Assim, pode-se inferir que nos dois romances, *Pium* e *Chão Vermelho*, ficam visíveis a transição do tradicional com o moderno em diversos exemplos ao longo dos romances.

Enfim, por meio da análise da obra de Brasiliense ficou evidente que, quando a história se entrecruza com a literatura, as fronteiras entre elas, em parte se diluem, pois os textos históricos podem comportar recursos ficcionais e os textos literários podem cercar-se de estratégias documentais de veracidade.

## Considerações Finais

Além de escritor, Brasiliense exerceu a profissão de professor e jornalista, foi presidente da União Brasileira de Escritores (UBE), seção Goiás, presidente da Academia Goiana de Letras e integrou a Academia Tocantinense de Letras. Ressalta-se que embora o autor tenha nascido e vivido parte de sua vida no antigo norte de Goiás (hoje Tocantins) e conhecesse muito bem toda a região norte – com mais profundidade as cidades de Porto Nacional (TO) e Pedro Afonso (TO), onde foi diretor de uma escola – mais tarde saiu em viagens pelo antigo sul de Goiás, onde negociava a compra de café em Corumbá (GO), mudando-se para Goiânia, onde viveu até a morte, em 1998. Como destacado acima, Brasiliense deixou significativa obra.

Em seus primeiros romances, é possível perceber que a ficção está entrelaçada com aspectos de sua vivência no Tocantins; e *Chão Vermelho*, já é um romance no qual o autor tem como pano de fundo eventos que retratam os primeiros tempos da nova capital, Goiânia (GO),



da qual o autor também conheceu muito bem e soube representá-la na ficção por meio da elaboração de uma narrativa em que História e ficção se misturam.

Apesar da obra de Eli Brasiense já ter sido tema de diversos estudos acadêmicos, o objetivo principal que direcionou o referido projeto foi o de entender como a Literatura se entrecruza com a História na obra de Eli Brasiense, e quais aspectos históricos e culturais de Goiás e Tocantins podem ser revelados a partir da interdisciplinaridade entre as duas áreas do conhecimento.

Portanto, o estudo evidenciou que embora a obra de Eli Brasiense seja uma construção ficcional, é possível perceber em seu bojo elementos históricos e culturais próprios de uma época e região. E esses elementos contribuem de modo ímpar para se conhecer aspectos relevantes da sociedade da região de origem e mais tarde, de vivência do autor, pois a obra é repleta de uma narrativa instigante que, ao mesmo tempo que envolve o leitor nas tramas muito bem construídas, oferece subsídios para a compreensão do processo histórico de uma vasta região, no contexto específico abordado por Brasiense. O diálogo entre a história e a literatura é possível e profícuo na obra de Brasiense.

O estudo mostrou ainda que a obra de Eli Brasiense pode e deve ser suporte para a construção do conhecimento histórico. Desse modo, na medida em que o historiador entra em contato com a obra literária, absorve suas possibilidades enquanto fonte histórica e pode acessar e reconstruir as sensibilidades de outrora. Nesse ofício, é importante ressaltar que as possibilidades não estão livres de regras metodológicas, mas se fundamentam e estão embasadas em propostas que refletem e permitem aproximações e distanciamentos entre a literatura e a história. Concordamos com Sandra Jatay Pesavento (2003), que quando o historiador estiver em busca de captar representações, sensibilidades, valores e sentimentos de uma época, a literatura torna-se uma fonte privilegiada.

Assim, mesmo havendo certas fronteiras entre as duas áreas do conhecimento, o diálogo entre elas pode acontecer, mostrando que a diluição entre as suas fronteiras favorece tanto a história quanto a literatura. No caso estudado, a história da região ganhou muito com a ficção de Brasiense, pois o autor fez aflorar elementos do imaginário e das sensibilidades, que muitas das vezes os historiadores não conseguem perceber nos documentos oficiais.

## Referências



ABREU, Clarismar Gomes de. Chão Vermelho, de Eli Brasiliense: Moderno, Progresso e seus contrários na cidade de Goiânia. In: SILVA A. L.; OLIVEIRA E. C. (Org.). **Goiânia em Mosaico**. Goiânia: Editora da PUC-GO, 2015. p. 255-277.

ALMEIDA, Nelly Alves. Opiniões Críticas sobre Chão Vermelho. In: BRASILIENSE, Eli. **Chão Vermelho**. 3ª edição. Goiânia. Instituto Goiano do Livro, 2002.

BRASILIENSE, Eli. **Pium: nos garimpos de Goiás**. Goiânia: Editora Cultura, 1987.

BRASILIENSE, Eli. **Bom Jesus do Pontal**. São Paulo: Martins Editora, 1954.

BRASILIENSE, Eli. **Rio Turuna**. Goiânia: UFG, 1964.

BRASILIENSE, Eli. **Uma Sombra no Fundo do Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

BRASILIENSE, Eli. **Chão Vermelho**. São Paulo: Estação Liberdade, 2 ed., 1993.

BRASILIENSE, Eli. **O Perereca**. Goiânia: Editora P.D. Araújo Livraria e Editora, 1973.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. In: **Revista História da Educação**. Vol. 22 n. 14. Pelotas: Universidade de Pelotas, 2003, p. 31-45.



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior



Universidade  
Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30220/pdf>. Acesso em: 27/10/2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. In: **Anais do XX Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: ANPUH, 1999.

RUIZ, Rafael. Literatura: Novas formas de abordar o ensino de História. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2003. .

VARGAS LLOSA, Mário. **A Verdade das Mentiras**. Tradução: Cordelia Magalhães. São Paulo: Arx, 2004.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1995.



## O Irmão da Noite: encontros da Literatura com a História em Eli Brasiense

Brunno Soares da Cruz Barbosa<sup>30</sup>

Maria de Fátima Oliveira<sup>31</sup>

**Resumo:** O presente artigo se propõe a analisar a relação entre a história e a literatura, usando-se da literatura de Eli Brasiense, mais especificamente, o livro *Irmão da Noite*, um livro de contos cujo demonstra amplos aspectos do território goiano. Tendo como referência as teorias de Hayden White e Paul Ricoeur, buscamos demonstrar que as narrativas históricas de Eli Brasiense têm amplas contribuições para as análise históricas. Buscaremos demonstrar que a Literatura possui características que a aproximam da História e por isso, tem uma utilidade histórica relevante para a História. Os discursos históricos, em seus amplos enredos apresentados por Hayden White, demonstram que a narratividade histórica tem uma perspectiva literária que a trabalha com os elementos da realidade.

187

**Palavras-chave:** História, Literatura, Eli Brasiense, Contos

### Introdução

A História e a Literatura – segundo a teoria da história pós-moderna, baseada em autores como Hayden White – têm uma proximidade muito importante. José D’assunção Barros afirma que

A História, ainda que postule ser uma ciência, é ainda um gênero literário; a Literatura, ainda que postule ser uma arte, está diretamente mergulhada na História: é a história que a constitui enquanto gênero produzido pelo homem e incontornavelmente inserido na temporalidade; e é ainda da história que a Literatura extrai boa parte de seus materiais – seja da história dos historiadores ou da história vivida, mesmo que esta seja a história anônima, vivida diariamente através dos dramas pessoais que não se tornam públicos. (BARROS, 2010, p. 2)

Dessa maneira, podemos afirmar que a História está repleta de elementos literários assim como a Literatura possui base histórica em diversas vezes. E podemos denotar isso através da literatura goiana de Eli Brasiense

Eli Brasiense é um escritor goiano de amplo renome para a literatura goiana. Autor de obras como *Pium* e *Irmão da Noite*, se demonstra um mestre do regionalismo

<sup>30</sup> Graduando do Curso de História pela Universidade Estadual de Goiás. E-mail: brunnocentauro29@gmail.com

<sup>31</sup> Orientador deste trabalho. Docente do Curso de História e Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás



em suas falas. Interpretando de maneira sucinta a linguagem goiana. Nascido em Porto Real, no dia 18 de abril de 1915, no Norte de Goiás, teve uma formação católica no colégio São Tomás de Aquino, cujo era dirigido pelos Dominicanos. Obteve formação de Humanidades, o equivalente ao curso de Letras de hoje. Tem como característica principal de sua obra o regionalismo, cujo se trata de ressaltar aspectos lexicais e linguísticos de uma determinada região. Ao contrário dos autores de sua época, Eli brasileiro não busca retratar a linguagem de uma forma formal e culta, mas da maneira informal e original do povo goiano.

Isso torna Eli um dos grandes escritores de Goiás. Ele busca demonstrar aspectos da realidade goiana nas suas obras, o que as tornam um documento histórico imprescindível para o estudo de goiás, visto que traz à tona elementos históricos de sua época. Desse modo, podemos observar que aqui, a literatura interage diretamente na história com um discurso do “possível”. Abordaremos então a obra *o Irmão da Noite*, obra de suma importância na perspectiva histórica.

## Desenvolvimento

Antes de entrarmos na abordagem da obra em si, faz-se necessário expor brevemente a respeito da teoria do discurso de Hayden White. O autor afirma que

Há, porém, um problema que nem os filósofos nem os historiadores encaram com muita seriedade e ao qual os teóricos da literatura só tem concedido uma atenção momentânea. Essa questão diz respeito ao *status* da narrativa histórica, considerada exclusivamente um artefato verbal que pretende ser um modelo de estruturas e processos há muito decorridos e, portanto, não-sujeitos a controles experimentais e observacionais (WHITE, 1994, p. 113)

Deste modo, podemos afirmar que existe uma ideia de aproximação da história às ciências humanas. Porém em nossa abordagem, devemos demonstrar que a história possui muito mais proximidade com a literatura do que com a ciência. Conforme afirma Barros (2010), existe uma relação de mutualismo entre a história e a literatura, sendo que a história extrai a narratividade da literatura e a literatura absorve seu conteúdo da história. A história, em sua manifestação mais pura, é uma narrativa ficcional que busca ampliar a sua proximidade com a realidade. Deste modo, Hayden White afirma que



de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas tem mais em comum com os seus equivalentes na literatura que com seus correspondentes nas ciências. (WHITE, 1994, p. 113)

Deste modo, podemos encontrar a história na literatura e literatura na história. Todo discurso literário tem um processo de elaboração e, após isso, um processo de reinterpretação. O processo de reinterpretação do discurso literário é o processo da tríplice mimese de Paul Ricoeur, no qual a reinterpretação se encontra na mimese 3. Segundo Barros:

O momento em que se dá esta convocação do leitor, na tríade Ricoeuriana é a “mimese 3”. Um papel importante para o leitor afirma-se aqui. A narrativa histórica apresenta um elemento do controle do seu potencial ficcional não apenas através da documentação que serve de base ao trabalho do historiador, mas também através do leitor que permite que a história retorne ao vivido – aspecto fundamental nas proposições ricoeurianas. A refiguração – reinvenção da intriga – é assim produzida pelo receptor da obra historiográfica, que se vê elevado a uma posição de co-autor. Através da apropriação da intriga, o leitor constrói a sua identidade de outros, estabelece reconhecimentos, compara situações com a sua própria experiência vivida, elabora uma visão de si mesmo, do mundo e do outro, de suas relações recíprocas (BARROS, 2010, p. 9)

É importante compreender que as narrativas passam por reinterpretações, pois isso cria os discursos narrativos diferentes relacionados a dada narrativa.

Hayden White é sucinto ao afirmar que “Se há elemento do histórico em toda poesia, há um elemento da poesia em cada relato histórico do mundo” (WHITE, 1994, p. 125). A história é nada mais que uma narrativa que delimita ao real, que busca demonstrar, através da mesma forma narrativa da literatura, uma interpretação do real. Hayden White resume de maneira sucinta a respeito de como funciona a narrativa histórica:

O modo como uma determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica de enredo com o conjunto de acontecimentos históricos aos quais deseja conferir sentido particular. Trata-se essencialmente de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção. E chama-la assim não deprecia de forma alguma o *status* das narrativas históricas como fornecedoras de um tipo de conhecimento. Pois não só as estruturas de enredo pré-genericas, mediante as quais os conjuntos de eventos se podem constituir em histórias de um tipo particular, são limitadas em número, como Frye e outros críticos arquetípicos sugerem; como também a codificação dos eventos em função de tais



estruturas de enredo é uma das maneiras de que a cultura dispõe para tornar inteligíveis tanto o passado pessoal quanto o passado público (WHITE, 1994, p. 116)

Ao chamar a História de “operação literária”, White caracteriza como a história possui uma estrutura narrativa próxima da literatura, o que demonstra que ambas tem uma estrutura narrativa que busca demonstrar alguns elementos importantes. Hayden White também analisa que as narrativas são imbuídas de ideologia. Isso significa que os discursos não são neutros, mas possuem uma intenção.

Porem devemos deixar claro que a literatura também está imbuída de elementos históricos. A história está a um passo da literatura e a cinco passos das ciências humanas, na perspectiva pós-moderna de história. A ausência de um vocabulário específico dificulta uma maior especialização da história como ciência. A História conta com um vocabulário figurativo, assim como a literatura.

Devemos compreender que por meio da literatura, é possível absolver elementos da realidade. Usando de outro exemplo, a obra de Shakespeare, *Júlio César*, é um exemplo de obra de literatura imbuída de elementos da realidade.

“A História, qualquer que ela seja, irmana-se à literatura pelo viés da narratividade” (BARROS, 2010, p. 9). Essa fala de Barros é o ponto essencial no tocante a aproximação da História e Literatura. Elas se aproximam pela forma narrativa e a linguagem da qual utilizam. O viés narrativo e o uso dos elementos narrativos da literatura na história são muito comuns. Isso não significa que a história é ficcional, mas que tem um discurso figurativo, como observado anteriormente. “Assim como o poeta que constrói a sua intriga, o papel do historiador é também o de incluir o discordante no concordante” (BARROS, 2010, p. 7). O historiador é um mediador entre o discordante e concordante. É o historiador que tem o papel de elaborar o enredo referente ao período histórico cujo ele se refere. Hayden White

Nos contos, Eli Brasiense não deixa explícito qual o momento histórico que busca retratar. Porém, podemos ter algumas pistas. A representação de uma população bastante rural, em contos como o que dá título ao livro (*Irmão da Noite*) descarta que seja um momento de ampla industrialização. Talvez os contos se passem em momentos

diferentes, porém é mais provável que se passem em um único momento. A presença de personagens armados como se fossem os coronéis passa a ideia de ser provavelmente na república velha, porém com algumas incertezas. Outro motivo que leva a crer não ser em um período posterior é o fato de Goiânia, sua construção ou sequer a ideia de sua existência é mencionada no decorrer dos contos. O máximo que temos são citações de municípios como Natividade e Arraial de Ipueiras, cujo são parte do Norte. A economia citada nos contos não tem como sua base a mineração, o que reforça a ideia de um período posterior a mineração, ou até mesmo posterior a sua decadência no final do século XVIII. O período da República Velha tem como principais características o período do coronelismo. E personagens como o Cabo Palmatoria, cujo estão presentes no livro, aparentam ser uma sátira desse coronelismo e desse período de dominação de homens armados como os coronéis. Foi um momento muito predominado por algumas famílias, como a família Fleury e a família Caiado.

Ao interpretar os discursos, temos diferentes tipos de enredo, na perspectiva de Hayden White. Ao analisar o livro *Irmão da Noite* de Eli Brasiense, é possível perceber a persistência sobre os discursos trágicos e satíricos. White (1992) diz que na tragédia não há momento fiéis de felicidade, apenas ilusões. Mas no fim da tragédia existe uma lição. Podemos quase que a comparar com uma fábula. Na tragédia, a lição que o personagem tem é que o mundo é de labuta e ele deve se adaptar. Não é o típico final feliz que todos adaptam e mudam o mundo, mas o mundo que muda a pessoa. Um exemplo de história desse tipo é um conto do livro de Eli Brasiense intitulado, *Vitorino Deus-louvido*. Nesse conto, é narrada a história de Vito, um rapaz extremamente pão-duro e que certo dia se encontra com um amigo que o chama para a beber e depois o leva a um bordel, sendo tudo pago por esse amigo. Então ele dorme com uma mulher bela, mas quando acorda a mulher havia sumido com sua carteira. Deste modo o mundo o ensinou a não confiar em mulheres de bordel. É a adequação do personagem ao mundo de forma trágica, reconhecendo que o mundo é uma labuta.

Eli Brasiense demonstra elementos interessantes relacionados a sociedade goiana que ele busca representar. O elemento da morte é bastante presente ao longo dos contos. Desse modo, Eli deixa claro a predominância do enredo trágico, onde ele relata



em demasiados contos essa violência. o conto *O Empreendedor de Caixão* tem uma dinâmica interessante a respeito dessa ideia. Nessa história, existia um senhor, chamado Seu Libânio, que sempre comprava um caixão para a hora de sua morte, porém sempre tinha de emprestar seu caixão a alguém, e então, um dia, o vendedor de caixões, chamado Leleco, morre e Seu Libânio se recusa a emprestar o caixão. Podemos observar duas hipóteses para esse conto. A primeira é de que seria uma crítica de Eli para o que seria a uma ideia de serem mesquinhos os povos antigos, que até mesmo na hora da morte, se recusavam a ser empáticos. A segunda hipótese, a mais provável, é que significava que a morte era tão comum e tão passível de normal que as pessoas já buscavam estar preparadas para a hora da morte, comprando o caixão previamente, muito embora outras fossem desleixadas e não se preparassem. Seu Libânio seria a conformação com a ideia da morte, enquanto os desleixados seriam aqueles que negam essa realidade tão comum.

Um conto de suma importância para nossa análise é o conto cujo dá título ao livro, intitulado *O Irmão da Noite*. A história narra a vida de Santo Capivara. Era um menino de difícil temperamento, cujo não se dava bem na escola, e certo dia dá uma bordoadada em seu pai e se vê obrigado a fugir de casa, indo morar com a sua tia. No demasiado vai e vem da vida, conheceu Rita, por quem se apaixona. Esse conto tem um final trágico, cujo tem a morte de Santo Capivara. A vida de Santo Capivara é um típico enredo histórico trágico de Hayden White, onde o mundo é maior do que o homem, e por isso você tem de se acostumar com as atribulações. Esse conto é interessante também no ponto que aborda muito da festividade dos povos da época, como por exemplo a ideia da fogueira e da bebedeira de cachaça. Nesse conto, também é abordada a região de Natividade quando Eli diz que Santo Capivara “foi na romaria de senhor do Bonfim, para as terras de Natividade” (BRASILIENSE, 1968, p. 21)

No conto *O Tucano*, Eli Brasiliense busca dar uma descrição, como um tipo ideal weberiano, do homem rural. “Teodomirão, um homem sistemático demais da conta. Tudo para ele era pesado, contado, medido” (BRASILIENSE, 1968, p. 33).



Teodomirão é a expressão do homem rico do campo, o dono de terras, com dinheiro no banco e carro na porta. Desse modo, Eli Brasiliense apresenta uma generalização do homem abastado do campo.

A narrativa de Eli brasiliense é o que podemos chamar de uma ficção autobiográfica. Eli representa a realidade da sua região, o norte de Goiás. Através de um grande regionalismo linguístico, ele demonstra elementos de uma região bastante rural, com forte interferência do sobrenatural, da religião. No conto *O Pedido de Casamento* podemos perceber uma narrativa que pode ser interpretada com uma parte da vida de Eli Brasiliense. Eli teve sua educação em uma escola de educação católica, e no conto *O Pedido de Casamento*, ele narra a história de Malacazinho, cujo pai é obrigado a estudar para ser padre em um mosteiro, porém acaba sendo expulso por ser muito herético. Provavelmente foi um conto autobiográfico, talvez satírico, da vida de Eli.

Algumas representações culturais também acontecem. Um dos contos, intitulado *Uma Facadinha* narra a história de um homem com ciúmes que pretende dar uma facada em outro homem cujo está dançando com uma mulher. O interessante desse conto é que se passa durante a festa do divino, no Arraial de ipueiras, Município de Tocantins, parte do antigo Norte goiano.

A cadeia do período é representada quando Eli diz “A cadeia era de paredões de taipa entremeados de vigas de aroeira, com grossas grades de ferro, e nenhum preso havia tentado escapular dali” (BRASILIENSE, 1968, p.51). A descrição dada no conto *cabo palmatória* é pavorosa, de uma prisão com cheiro terrível e com os presos em situações deploráveis.

Eli Brasiliense demonstra um pouco de como a comunidade era religiosa. No Conto *Simpatia*, uma mulher que tem um filho com demência o leva pra benzer, e então lhe é dito que o seu menino precisa de uma mulher para lhe curar da demência. Desse modo podemos mostrar como antigamente se resolvi as coisas em ideias míticas, e o científico tinha pouca influência. O imaginário da população era totalmente diferente. Isso fica ainda mais evidente no conto *O Lobisomem*, onde acreditando que um homem vira lobisomem, Neco Paraense se compromete a mata-lo. Esse conto demonstra uma



possível crítica do Eli Brasiliense ao imaginário mítico da época, ou apenas uma demonstração do imaginário coletivo

### Considerações finais

Depreende-se, em vista disso, como o livro de contos *Irmão da Noite* do autor goiano Eli Brasiliense está repleto de elementos históricos, no que pode ser concebido, até certo ponto, como uma narrativa autobiográfica. Demonstra-se, desse modo, a importância do diálogo entre História e Literatura, sendo de suma importância que compreendamos esse forte elo entre essas duas formas de narrativa, destrinchando a respeito das suas formas de organização de discurso e suas diferenças e equivalências.

Os discursos de Eli Brasiliense possuem um tom de nostalgia ao mesmo tempo que, em determinados momentos, demonstra um tom de crítica ao funcionamento da sociedade da época. O autor buscou retratar um panorama de uma dada sociedade, usando do elemento do regionalismo, como expressões extremamente características da linguagem do povo goiano para que o leitor se sentisse realmente na sociedade goiana da época.

Através do uso das teorias pós-modernas de Hayden White e Paul Ricoeur, foi possível realizar uma análise da maneira como os discursos históricos e literários possuem uma proximidade. Hayden White, através da sua teoria dos enredos, nos permitiu enxergar a aproximação das narrativas de Eli Brasiliense como os enredos de tipo trágico e satírico. Paul Ricoeur, através da sua teoria da Mimese, nos permite enxergar a reinterpretação do discurso literário, quando nós, através do processo mimético, interpretamos o discurso do Eli Brasiliense, fazendo uma assimilação entre passado, ficção e realidade.

### Referências

ASSIS, Wilson Rocha Fernandes. **Estudos de História de Goiás**. Goiânia: Palavrear Livros, 2018.

BARROS, José D'Assunção. **HISTÓRIA E LITERATURA: novas relações para os novos tempos**. Revista de artes e humanidades, V. 6, p. 1-27, Mai-Out 2010.



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior



Universidade Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

BRASILIANSE, Eli. **O Irmão da Noite**. Rio de Janeiro: Edições Correio da Manhã, 1968.

ROSA, Denilson Pereira. **Arte, educação e literatura : O regionalismo universal de Eli Brasiliense e Frei Confaloni**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiás, p. 115, 2012.

WHITE, Hayden. **Meta-historia: A imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Editora USP, 1992

WHITE, Hayden. **O Texto Histórico como Artefato Literário**. IN: \_\_\_\_\_. **Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

## Iniciação à docência: emoções, desafios e (re)construções de identidade profissional de professores/as de línguas

Eloisa Terezinha Teles Curado<sup>32</sup>

Viviane Pires Viana Silvestre<sup>33</sup>

**Resumo:** Huberman (1995) considera que o professor na entrada da carreira adentra em um processo de “sobrevivência”, que seria o “choque do real”, e a “descoberta”, que é um tipo de identificação com a profissão docente. E nesse período o/a jovem professor/a precisa de um certo tipo de apoio, pois muitas vezes são “lançados às feras”, como menciona Nóvoa (2006). Além disso, essa fase é uma “caixa de surpresas”, como argumenta Ferreira, Calil, Pinto e Souza (2017), podendo ser palco para medos inseguranças, frustrações, assim como alegrias, entusiasmos e motivações. Sendo assim, tendo em vista que a “docência é construída, desconstruída e reconstruída mediante as experiências com os outros” (FRANK, 2017, p. 127), o presente artigo tem como objetivo apresentar um projeto em desenvolvimento, o qual está em fase inicial, tendo como foco as emoções, os desafios, as superações e as (re)construções da identidade docente de professores/as de línguas no processo de inserção profissional.

**Palavras-chave:** Inserção Profissional, Identidade Docente, Sentimentos.

### Introdução

O presente artigo se refere a um projeto que está sendo desenvolvido a nível de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias, da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Anápolis (PPG-IELT/UEG), no qual ainda está em fase inicial. Consideramos importante refletir sobre o contexto de inserção profissional de professores/as de línguas, pois é um processo vivido, e sentido, por muitos egressos, o qual é um dos recortes temáticos aqui explorados.

O período de iniciação à docência é uma fase complexa e intensa de aprendizagens e descobertas, como argumentam Ferreira, Calil, Pinto e Souza (2017), pois o/a professor/a que acaba de sair da graduação adentra em contexto escolar em uma perspectiva diferente, agora como regente. Levando em conta esse processo delicado de inserção profissional docente, este estudo tem como temática tratar das emoções, dos sentimentos e dos desafios presentes na fase de iniciação à docência e, também, como esse percurso inicial, que, obviamente, não é igual para todos os sujeitos devido a subjetividade do ser, tem influência na (re)construção identitária docente.

<sup>32</sup> Pós-Graduanda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias. E-mail: eloisatelescurado@hotmail.com.

<sup>33</sup> Orientadora deste trabalho. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias. Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: vivianepvs@gmail.com.

Alguns autores que abordam a temática relacionada às áreas de iniciação à docência, como Marli Eliza Dalmazo Afonso de André (2018); Ferreira, Calil, Pinto e Souza (2017) e Souza, Marquezan, Nunes, Bolzan e Isaia (2016), compactuam com a ideia de que esse caminho inicial é um percurso de “sobrevivência” e “descoberta”.

Huberman (1995) constitui o desenvolvimento da carreira em cinco fases, sendo elas a de entrada, de estabilização, de diversificação, de serenidade e desinvestimento. Neste estudo nos interessa a de entrada, que de acordo com o estudioso se refere aos dois/três primeiros anos de ensino. E é nesse período, segundo o pesquisador, que há o contato do/a professor/a com esse processo de sobrevivência e descoberta, em que a “sobrevivência” se refere ao “choque do real”, de maneira simplificada, às dificuldades da realidade do ambiente escolar, em específico da sala de aula. Já em relação à “descoberta” é o momento em que existe uma identificação com a profissão, e de certa forma, ainda de acordo com o estudioso, uma sensação de entusiasmo inicial.

Ao adentrar nesse percurso de “sobreviver” e “descobrir” o/a professor/a pode encontrar muitos desafios, como argumenta Nóvoa (2006), em que evidencia que um dos desafios da profissão docente se refere aos/às jovens professores/as, no que se refere ao tempo de profissão, que, nas palavras do estudioso, são “lançados às feras”, sem nenhum tipo de apoio. Essa falta de apoio pode trazer consequências ao/à professor/a nesse período tão decisivo de sua trajetória, como desenvolve Alarcão e Roldão (2014), apoiadas em outros autores da área (MARCELO, 1999; ALVES, 2001; PONTE, GALVÃO, TRIGO-SANTOS e OLIVEIRA, 2001). Levando em conta esses aspectos, esse momento é considerado decisivo pelo fato de ser um marco determinante para a construção da identidade e do profissionalismo docente, continuam as estudosas Alarcão e Roldão (2014), e quando o percurso inicial é negativo pode ser que o desfecho seja o abandono desse caminho.

É possível que muitos fatores influenciem na (re)construção da identidade docente. Vale ressaltar que essa construção é reconstruída a todo instante, pois, como argumenta Alves (2007, p. 283) “a constituição das identidades está sempre em movimento”, isto é, não se refere a uma formação sólida e acabada. Nesse mesmo viés, Frank (2017, p.127) argumenta que “é possível verificar que a docência é construída,



desconstruída e reconstruída mediante as experiências com os outros”, o que nos reforça a ideia de que esse processo de construção abarca influências externas ao sujeito, sem um caráter egocentrista, como também argumenta Cruz (2021) em relação à interação dos indivíduos nesse processo identitário. Da mesma forma, a formação do/a professor/a não se resume apenas à academia, pois experiências informais e formais se misturam, ainda de acordo com o pensamento de Frank (2017), sendo essas as anteriores à graduação, no caso do estudo do pesquisador, e as experienciadas durante o processo formativo. No caso do trabalho aqui apresentado teremos como foco o período formativo que sucede à formação acadêmica, ou seja, o ingresso na vida profissional enquanto egressos/as.

Nesse início de atuação profissional docente repleto de construções, (re)construções e (des)construções há também sentimentos e emoções. E, podemos dizer que a rima não se manifestou somente na escrita, mas também no ambiente que o docente iniciante habita. Diferentes sentimentos e emoções podem se fazer presentes nesse percurso, como desenvolvido no texto de Ferreira, Calil, Pinto e Souza (2017), esse período é uma “caixa de surpresas”, e ali pode ser que se dê de frente com medos, inseguranças, frustrações, assim como alegrias, entusiasmos e motivações.

E falando em motivações, o estímulo para este estudo surgiu por meio de uma experiência pessoal enquanto jovem professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa, em que emergiram inquietações por conta de situações e comentários que foram sentidos tanto por conta de ter pouca idade quanto pelo fato do curto tempo de atuação profissional. Nunca havia entrado em sala de aula de forma remunerada antes de terminar a graduação em Letras, minhas experiências se detinham no âmbito do Estágio Supervisionado e de um Projeto Voluntário de Língua Inglesa para crianças.

Nesse sentido, considero importante ressaltar que tais vivências foram, e são, fundamentais no meu processo de (re)construção identitária profissional, pois, considerando o período de estágio como “o momento ímpar de ‘sentir a pele’ o trabalho e o perfil profissional na licenciatura” (FRANK, 2017, p.139), entendo de forma metafórica que esse caminho foi como uma tatuagem de fato “sentida na pele”, pois carrego marcas que influenciam, e acredito que influenciarão, na constante formação

enquanto professora. Uma dessas marcas se refere ao autoquestionamento da práxis, que de acordo com Silvestre (2017) é o questionamento do próprio trabalho, no qual faz parte do projeto crítico.

Dessa forma, no momento em que comecei a minha carreira profissional como professora, após o término do curso, ainda não conseguia me sentir como tal, a minha identidade estava, e ainda está, sendo (re)construída a cada circunstância experienciada. Como Frank (2017) cita o contexto de ser ou estar professor, eu apenas estava como professora, mas não me enxergava como tal. Rodrigo Mohn (2018) argumenta, apoiado nos conceitos de Huberman (1992), em sua tese de doutorado sobre professores/as iniciantes e ingressantes no município de Goiânia, que nessa transição de aluno à professor/a é comum que haja o sentimento de insegurança, de medo e de despreparo profissional. De fato, muitos sentimentos como esses transpassaram meu processo de inserção profissional docente, e acredito que foram fundamentais nesse processo contínuo de (trans)formação identitária.

Tive a oportunidade de viver intensos 12 meses em sala de aula, os quais me renderam vivências que deram vida à motivação para esta pesquisa. E, assim como na “vida real”, na “vida escolar” existem momentos considerados bons e não tão bons - escolhi não usar o termo “ruins” pois o que não é bom pode ser ressignificado - que são carregados de sentimentos que podem influenciar no nosso “eu” futuro. Sendo assim, é preciso olhar para esses/as professores/as que estão chegando na comunidade escolar “de primeira viagem”, pois a jornada é longa e os primeiros passos são importantes, e muitas vezes a organização da escola não está preparada para receber o jovem docente, como menciona Nóvoa (2006).

Marli de André (2018), em um estudo sobre egressos/as de programas de iniciação à docência, após pontuar sobre mapeamentos realizados por estudiosos acerca de estudos sobre professores/as iniciantes, conclui, ao chegar no posicionamento de Gonçalves (2016), que o tema merece maior atenção. Rodrigo Mohn (2018) menciona que a temática da inserção à carreira docente tem feito parte de várias pesquisas como objeto de estudo, mas quando nos referimos a esse período relacionado às emoções, aos sentimentos, aos desafios e à influência na (re)construção identitária de professores/as



de Línguas, não se encontram muitos estudos. E ainda que tivessem várias pesquisas sobre o assunto, o ser é individual e as experiências são únicas.

Ainda, o recorte temático escolhido para este estudo é relevante para o curso e a instituição no qual será desenvolvido, pois são raros os trabalhos que têm como foco os/as egressos/as. Além disso, considero ser de importância, também, aos participantes da pesquisa, pois será um espaço, de certa forma, de religamento à universidade, visto que ao ingressarmos na graduação passamos a ser o “micro” de um “macro”, ou seja, um membro de um corpo. Da mesma forma que a academia afeta nossa identidade docente, nós podemos, de alguma forma, afetar a comunidade acadêmica, o que ansiamos que será feito por meio deste trabalho.

## Referencial Teórico

Para ingressar na jornada de inserção profissional à docência utilizaremos os conceitos de Hurberman (1995) ao se tratar do desenvolvimento profissional da carreira docente, firmando-nos apenas na entrada desse percurso, levando em conta os conceitos de “sobrevivência” e “descoberta” nessa trajetória. Ferreira, Calil, Pinto e Souza (2017) também trarão concepções relevantes acerca desse período primeiro em que, além do olhar dos jovens professores/as, apresentam sugestões dos participantes de pesquisa para auxiliar outros docentes no início da carreira. Ademais, Marli Eliza Dalmazo Afonso de André (2018) nos conduzirá a reflexões que nos levarão até mesmo ao questionamento que professores/as iniciantes egressos/as de programas de iniciação à docência talvez não sintam tanta dificuldade em alguns aspectos em relação a sentimentos e emoções como outros docentes que não tenham participado desse tipo de atividade.

No que se refere a essas emoções e sentimentos, nos firmaremos nos estudos de Mastrella-de-Andrade (2011) ao se tratar de situações de ansiedade, por exemplo, no contexto de Língua Estrangeira. E, Nogaro, Fussinger e Wisniewski (2021) contribuirão com argumentações acerca das emoções e sentimentos que permeiam a iniciação à docência, nas quais, segundo os estudiosos contribuem para a constituição da identidade do sujeito. Nesse mesmo caminho de construção identitária, Frank (2017) trará



contribuições acerca da formação da identidade docente na universidade, mas não reduzida a ela, assim como alguns pontos no que tange às emoções nesse processo.

Ainda ao se tratar de identidade docente, recorreremos aos conceitos de Cruz (2021), que nos traz fatores que auxiliam nesse processo de construção identitária, como interação entre sujeitos. Assim como a Lima, Santos, Póvoa e Pinha (2020), que argumentam que a identidade do/a professor/a na sua essência é constituída além da academia e da prática pedagógica, mas toda a sua história de vida é levada em conta. Além de Pimenta (1999), que explica que a identidade profissional não é algo imutável ou externo ao indivíduo, mas é algo construído pelo sujeito historicamente situado.

Ao falarmos dessa perspectiva do ser situado, recorreremos à Silvestre (2017) no que tange ao engajamento identitário, no qual requer um envolvimento com um olhar sensível ao local em que se está inserido. Além do mais, a pesquisadora auxiliará nas reflexões acerca do autoquestionamento, que é um ponto importante ao se recorrer a uma perspectiva crítica, assim como no que se refere ao processo de (re)construção da identidade docente.

## Metodologia

De forma um tanto poética e também esclarecedora, Oliveira e Paraíso (2012) definem o ato de pesquisar como uma ida para dentro da chuva, do oceano, sem ao menos um guarda-chuva ou um barco. É não só experimentar, arriscar, mas também deixar-se perder, continuam os autores. E, neste estudo não nos arriscaremos tanto ao ponto de expormos o método utilizado, pois ao o exibirmos nos colocamos em obrigação de traçarmos criteriosamente seus requisitos.

Já a abordagem aqui escolhida é qualitativa, pois os dados estatísticos são colocados de lado e a maior importância é dada à subjetividade do indivíduo, e, como menciona Ferreira (2015, p. 117), essa perspectiva “possibilita ao pesquisador desvelar e interpretar a fala dos entrevistados”, sendo assim, será de cunho interpretativista. Como mencionam Marconi e Lakatos (2003, p.168), a interpretação “é a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a



outros conhecimentos.”. Moita Lopes (1994) argumenta que esse tipo de pesquisa de interpretação abre portas para várias possibilidades e pluralidade de sentidos.

A geração do material empírico da pesquisa se dará por meio de entrevistas-narrativas com professores/as egressos/as do curso de Letras de cada turma dos anos de 2017 a 2021 da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Anápolis. A escolha será realizada mediante o interesse dos/as professores/as em participar do estudo, que serão contactados via e-mail. Vale ressaltar que as entrevistas serão feitas de acordo com a disponibilidade do participante, ou presencialmente ou de forma virtual.

### Considerações finais

Quando falamos nos conceitos de Huberman (1995) referidos à inserção profissional não nos referimos a dois extremos de “sobrevivência” e “descoberta”, não são lados opostos. Sabendo que cada história, cada carreira profissional, é única, cada uma terá suas especificidades. E, o estudioso se refere a esse tempo inicial como um período destinado a situações de dificuldade, que o docente pode ser levado a apenas sobreviver, assim como de entusiasmo, em que é capaz de descobrir o novo.

Atrelada a esta fase, e não somente nela, a identidade do docente vai sendo constantemente (re)construída. Muitas emoções, muitas memórias, muitas influencias de vivências passadas e presentes fazem parte dessa constante (trans)formação, influencias essas influencias essas informais ou formais, como menciona Frank (2017), ou seja, anteriores à graduação ou a partir desse processo.

Assim, o olhar atento deste estudo, que está em fase “embrionária”, se faz no ato de refletir, de sentir-pensar, sobre as emoções, os desafios, as superações e a (re)construção da identidade docente de professores/as de línguas no período de inserção profissional.

### Referências

ALARCÃO, Isabel; ROLDÃO, Maria do Céu. Um passo importante no desenvolvimento profissional dos professores: o ano de indução. *Formação Docente*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 109-126, ago/dez, 2014.

ALVES, Clauade. da S. et al. Identidade profissional de professores: um referencial para pesquisa. *Educação & linguagem*, ano 10, n. 15, p. 269-283, jan.-jun.2007.

ANDRE, Marli. E. D. A. de. Professores iniciantes: egressos de programas de iniciação à docência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, 2018.

CRUZ, Clériston Jesus da Cruz. Um estudo sobre a construção da identidade docente. *Cadernos de Aplicação*. Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2021.

FERREIRA, Andreia Dias Pires. et al. *A inserção profissional sob o olhar dos professores iniciantes*: possibilidades de implantação de políticas públicas. *Educação*, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 431-439, 2017.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. *Revista Mosaico*, v. 8, n. 2, p. 173-182, jul./dez. 2015.

HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA. A. (Org.). *Vidas de professores*. Portugal: Porto Editora, 1995. p.31-61.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. Editora Atlas S.A: São Paulo, 2003.

MASTRELLA-DE-ANDRADE, Mariana Rosa. Falar, fazer, sentir, vir a ser: ansiedade e identidade no processo de aprendizagem de LE. *Afetividade e emoções no ensino/aprendizagem de línguas*: múltiplos olhares. Campinas: Pontes Editores, 2011.

MOHN, Rodrigo Fideles Fernandes. *Professores iniciantes e ingressantes*: dificuldades e descobertas na inserção na carreira docente no município de Goiânia. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação, da Faculdade de Educação de Educação da Universidade de Brasília, 2018.

MOITA LOPES, Luiz P. Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. *Delta*, v. 10, n. 2, p. 329-338, 1994.

NOGARO, Arnaldo; FUSSINGER, Luana; WISNIEWSKI, Miriam Salete Wilk A iniciação profissional docente e sua relação com a dimensão emocional. *Acta Scientiarum. Education*, v. 43, e48750, 2021.

NÓVOA, Antônio. *Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo*. Nada substitui o bom professor. Palestra proferida no Sindicato dos Professores de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVESTRE, Viviane Pires Viana. *Colaboração e crítica na formação de professores/as de línguas*: Teorizações construídas em uma experiência com o PIBID. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior  
Universidade Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

PIMENTA, Selma. Formação de professores: Saberes e identidade da docência. In: PIMENTA, Selma G. (org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, Ana Maria Freitas Dias. et al. Identidade docente: Da subjetividade à complexidade/Teachind identity: From subjectivity to complexity. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 6, p. 33078-33092, 2020.

FRANK, Hέλvio. *Esculpindo a profissão docente*. São Leopoldo: Oikos; Anápolis: Editora UEG, 2017.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira de; PARAÍSO, Marlucy Alves. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. *Pro-Posições*. v. 23, n. 3 (69), P. 159-178 set./dez. 2012

## A institucionalização das mostras de teatro em Anápolis: um olhar a partir dos periódicos jornalísticos

Moisés de Oliveira Melo<sup>34</sup>

Rita Castorina Gonçalves Gundim Lemes<sup>35</sup>

### Resumo:

O presente trabalho constitui o início de um estudo sobre as mostras teatrais que ocorreram em meados da década de 1980 em Anápolis Goiás a partir da análise do periódico jornalístico *Gazeta Popular* que está armazenado no museu Histórico da Cidade de Anápolis Alderico Borges de Carvalho e dos livros *A História do Teatro em Anápolis* de Natalina Fernandes (2011) e *Memória do teatro Goiano: a cena no interior* de Hugo Zorzetti (2014). Nesse sentido, o recorte da pesquisa corresponde a um período de redescobrimto do teatro na cidade, uma vez que as mostras passaram a acontecer quase que anualmente, tem-se a inauguração do teatro municipal de Anápolis em 1985, ocorrendo também a institucionalização das mostras de teatro na cidade e a criação de diversos grupos teatrais. Sendo que, no período de 1984 a 1986 foram realizadas três mostras de teatro na cidade. Bem como, esse estudo ressalta também o contexto social e político de Goiás e do Brasil, marcado, sobretudo pelo fim da Ditadura civil militar Brasileira. De modo que, esta análise visa ressaltar também a importância do teatro na cidade de Anápolis e as versatilidades inerentes às fontes históricas, isto é, neste estudo os periódicos jornalísticos.

**Palavras Chave:** Teatro, Mostras, Anápolis.

### Introdução

Esta pesquisa consiste no início de uma análise sobre as mostras teatrais que ocorreram em Anápolis em meados de 1980. De modo que, o estudo procura ressaltar o papel dos periódicos jornalísticos enquanto fontes de pesquisa em História para análise e investigação do tema proposto, bem como, a importância do estudo do teatro enquanto expressão artística e manifestação cultural em uma cidade como Anápolis durante o período que corresponde ao final da ditadura civil militar brasileira, comumente conhecido como um momento de “transição democrática”. O recorte temático da pesquisa tem um enfoque em meados de 1980 dado que é nesse período as mostras de teatros começam a acontecer quase que anualmente. De modo, que em julho de 1984 acontece a II Mostra de Teatro após 5 anos desde a realização da 1 Mostra de Teatro em 1979.

Além do mais, esta análise visa ressaltar que longe dos Grandes centros do Brasil como o estado São Paulo marcado, sobretudo pelo esplendor do Teatro de

---

<sup>34</sup>Licenciado em História – Mestrando em ciências Sociais e Humanidades PPG – Teccer UEG CSHE Anápolis. Email: moisesccsurf@hotmail.com

<sup>35</sup>Licenciada em História – Mestranda em ciências Sociais e Humanidades PPG – Teccer UEG CSHE Anápolis. Email:rita.gundim@hotmail.com



Arena<sup>36</sup> e do Teatro Oficina<sup>37</sup> também era realizado um teatro de renome que ainda hoje têm suas marcas refletidas na cultura e na política da sociedade Anapolina. Assim, como este estudo ressalta que é possível a realização de uma análise sobre um tema que detém poucas pesquisas dentro das Universidades em Goiás a partir das fontes históricas, isto é, os periódicos jornalísticos.

Nesse sentido, as obras *História do Teatro em Anápolis* de Natalina Fernandes (2007) e *Memória do Teatro Goiano: a cena no interior* de Hugo Zorzetti (2014) têm um papel notório neste estudo, uma vez, que são os únicos estudos realizados sobre o teatro na cidade de Anápolis e no interior do estado de Goiás como um todo. Dessa forma, a pesquisa em periódicos jornalísticos é essencial, tendo em vista a escassez de um referencial teórico<sup>38</sup> abrangente sobre o tema.

## Desenvolvimento

A utilização de periódicos jornalísticos como fontes primárias em uma pesquisa em História é um caminho novo, traçado com ênfase somente após a 3ª geração dos Annales<sup>39</sup>. Para Lapuente “(...) desde o advento dos Annales vão ocorrer mudanças na concepção daquilo que é fonte documental, com uma ampliação significativa da fonte de pesquisa histórica. Nesse alargamento, eram aceitos desde objetos de cultura material a obras literárias, séries de dados estatísticos, até imagens iconográficas, de canções aos testamentos, de diários particulares anônimos aos jornais que poderiam ser, agora, usados pelo historiador, sendo essa “revolução documental” e a nova definição daquilo que é fonte histórica uma das grandes novidades trazidas pelas primeiras gerações dos

36 Para saber mais ver o estudo de escrito por Izaías Almada *Teatro de Arena: uma estética de resistência* publicado em 2004 editora Boitempo Editorial.

37 Para saber mais ver o estudo de Armando Sérgio da Silva *Oficina: do teatro ao te-ato* publicado pela editora perspectiva em 2008.

38 As obras sobre a História da cidade de Anápolis, como o livro de Haydée Jayme Ferreira Anápolis, sua vida, seu povo (2011) não destacam com o devido empenho e crédito a História do teatro na cidade.

39 Para saber mais ver o livro *A escola dos Annales (1929 – 1989): A Revolução Francesa da Historiografia* de Peter Burke.



Annales”.(2016,p.15) De forma que, o uso de periódicos para a produção de pesquisas em História acompanhou a renovação das temáticas e dos mecanismos metodológicos, o surgimento de novos problemas, objetos de pesquisa e abordagens na construção do conhecimento histórico. Como destaca (PINSKY,2014,p.112):

Pode-se ressaltar também, que neste estudo os periódicos jornalísticos são tomados como um instrumento de ingerência e manipulação do ímpeto e da realidade social. De modo que, durante o processo de investigação, os jornais não foram analisados como instrumentos de comunicação neutros e imparciais da sociedade. Nesse sentido, ao utilizar os jornais como fonte de pesquisa este estudo buscar elucidar o papel da imprensa e sua relevância como um instrumento de intervenção da vida social, de manifestação de interesses, de divulgação da produção literária e teatral.

## Contexto Histórico

O contexto Histórico Brasileiro de meados da década de 1980 reflete o fim da ditadura civil militar no país e o início de um processo de redescobrimto da democracia e de abertura política que culmina na promulgação da constituição Brasileira de 1988<sup>40</sup>. Esse é período faz parte do momento de “transição democrática” que vai de 1979 a 1988.

Nesse sentido, no mesmo ano em que era realizado em Anápolis a II Mostra de Teatro ocorria também o fim da campanha das *Diretas Já* que durante os meses de novembro de 1983 a abril de 1984 reuniu diversas pessoas pelo país em protesto pelo restabelecimento das eleições diretas para a presidência da república.

Ou seja, era um momento de forte efervescência política bem como de forte crise econômica e social, marcado, sobretudo por uma inflação anual em 1985 de 218,24%, pelo estabelecimento de planos econômicos como o Plano Cruzado criado no

---

40A nova constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Sendo nomeada como uma constituição cidadã. Com a promulgação da nova constituição ocorre o encerramento do período de transição democrática.



governo do Presidente José Sarney<sup>41</sup> que acabou por dar origem a uma nova moeda, o Cruzado.

Os anos de 1986 e 1987 têm como marcas principais o estabelecimento de planos econômicos para combater a inflação gritante no País, como o Pano Cruzado I e II em 1986 e o Plano Bresser em 1987. O ano de 1989 é marcado pelas eleições diretas para presidência da república e o lançamento do plano Verão para combater a inflação. O candidato eleito foi Fernando Collor de Melo. Collor foi eleito com pouco mais de 4 milhões de votos. Como um político jovem bem visto pela elite econômica do país inaugurou um período marcado, sobretudo pela desestatização de diversos setores da sociedade brasileira e pela abertura econômica do país ao mercado internacional.

### **As mostras de teatro em Anápolis: 1984 a 1986.**

Buscando um rigor maior na análise do periódico jornalístico *Gazeta Popular* será utilizado neste estudo um contraponto a partir da investigação de outras obras que permeiam o tema, com o estudo de Natalina Fernandes *História do Teatro em Anápolis* (2011) e o livro de Hugo Zorzetti *Memória do Teatro Goiano: a cena no interior* (2014).

### **A II Mostra de Teatro de Anápolis**

A II Mostra de Teatro de Anápolis foi realizada entre os dias 04 a 15 de Julho de 1984. De modo que, durante a análise do Periódico Jornalístico *Gazeta Popular* foram encontradas três matérias sobre a mostra.

A 1º Matéria sobre o título “Grupos Teatrais em movimentação” foi publicada em 17 de junho de 1984 e descreve a abertura das comemorações do aniversário da cidade por meio da realização da II Mostra de Teatro que naquele momento foi organizada pela Secretaria Municipal de esportes e Cultura. Essa notícia foi escrita em apenas dois parágrafos e pode ser lida no início da página no lado direito. A mostra

---

<sup>41</sup>Em 15 de Janeiro de 1985 ocorreu a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney para a presidência e vice-presidência da República. Com a morte precoce de Tancredo Neves em 21 de abril de 1985 José Sarney assumiu plenamente a presidência do país.

reuniu no total 15 Grupos de Teatro, sendo 11 de Anápolis, 03 de Goiânia e 1 de Quirinópolis, havendo ainda um destaque as peças que seriam apresentadas na mostra. Como Destaca a Notícia:

Estarão em apresentação no auditório do centro administrativo, as seguintes peças: Bola de Cristal (Teatro Urgente), A pata do Elefante (Teatral Zero), È Vivendo que se aprende (Pé no chão), Carrossel Azul (Infantil), Os Deuses Riem (T.E.Q), O Quarto (Teatro Bandeirantes), Alienação (Grupo Apocalipse), Flor do Sertão (Teatro Gauss), Amar a oito mãos (T.E.M.A), Nó cego (Pessoal do abre porta), Romão e Julinha (Infantil), A beata Maria do Egito (Gloriarte), O Doutor Latifúndio (Teatral Esperança); e finalmente As criadas (Urano Teatro Experimental) (GAZETA POPULAR, Ano I, N° 24, 1984,p.2)

A 2 matéria intitulada “A segunda mostra de Anápolis Aberta nesta 4<sup>o</sup>” publicada no dia 07 de Julho de 1984 têm um espaço maior para a divulgação da mostra, contendo 4 parágrafos e uma explicação em detalhes sobre o dia da apresentação de cada peça, o horário, da direção dos atores e o origem dos grupos teatrais. Sendo possível perceber uma escrita comemorativa uma vez que a II Mostra de teatro ocorreu em virtude do 77<sup>o</sup> Aniversário da Cidade de Anápolis.

A II Mostra de Teatro de Anápolis – promoção comemorativa do 77<sup>o</sup> aniversário de emancipação política do município (31 de Julho) – será aberta na noite desta quarta feira, as 20 horas, no anfiteatro do centro administrativo com a peça BOLA DE CRISTAL, criação coletiva, encenada pelo Teatro Urgente, sob a direção de Jonathas Tavares (GAZETA POPULAR, Ano I, N° 25, 1984,p.2)

A 3 matéria sobre o “Mostra de Teatro realizada com êxito” foi publicada em 15 de Julho de 1984 e contém 5 parágrafos, trazendo um relato sobre a realização da mostra com uma foto da apresentação do grupo teatral esperança. A reportagem faz críticas e elogios a montagem, direção e atuação dos atores de algumas peças, enfatizando por fim a constante profissionalização do teatro em Anápolis. O autor ressalta também a forte presença do público durante a apresentação das peças, como segue o relato abaixo:

Para a alegria dos organizadores – e principalmente dos atores – a II mostra de teatro vem conseguindo atingir o principal dos seus objetivos, que é o de movimentar a cidade, no plano cultural. O

esforço realizado vem sendo recompensado pela presença do público (Jovem sobretudo) e pela nova mentalidade que vai se formando entre os administradores municipais (GAZETA POPULAR, Ano I, N° 27, 1984,p.2)

O Jornal Gazeta Popular era editado semanalmente, de modo que, o destaque dado a II mostra traz notícias antes da realização das mostras, durante e após a final destas, sendo possível notar o nível de crítica e entusiasmo do editor quanto a realização da mostra e a apresentação das peças, uma vez, que a realização do evento proporcionava uma movimentação da cena cultural em Anápolis, contando nessa edição com a participação de grupos teatrais de outras cidades, como Goiânia e Quirinópolis.

Segundo Cunha (2011, p.87) “ A II Mostra foi realizada entre os dias 04 a 15 de julho de 1984 no anfiteatro do centro administrativo. Foi com essa mostra que o Anfiteatro foi inaugurado (...)”. Ou seja, para além da realização da mostra, ocorre também a inauguração do anfiteatro da cidade e o início de um período em que as mostras teatrais passam a ocorrer anualmente, sempre em decorrência do aniversário da cidade de Anápolis (31 de Julho).

### **A III Mostra de Teatro de Anápolis**

A III mostra de teatro de Anápolis ocorreu entre os dias 12 a 25 de julho de 1985. Durante a análise do periódico jornalístico Gazeta popular foram encontradas duas notícias sobre a mostra, com um intervalo de uma semana entre elas. A primeira notícia com o título “III Mostra do teatro tem sequência hoje” foi publicada na edição N°78, pagina 7 de Goiânia e corresponde a semana do dia 19 a 25 de julho de 1985. Nessa notícia, o autor descreve em apenas 3 parágrafos a programação da mostra para aquela semana, dando espaço ao horário, local onde iria ser realizado as apresentações e nome de cada uma das peças, bem como, quais peças eram direcionadas as crianças.

Com a encenação da peça Fício de artes e fogos, de Vitor Prada, pelo Grupo Start Teatro, a III Mostra de teatro de Anápolis terá prosseguimento hoje a noite, às 20 horas, no anfiteatro do centro administrativo Municipal. Para amanhã, no mesmo horário e local, será apresentado o espetáculo: Heroína, de autoria de Rondon de

Castro e trabalho do grupo “Como você”, de Pesquisa músico teatrais  
(GAZETA POPULAR, Ano II, N° 78, 1985,p.7).

A segunda notícia com o título “Mostra no Teatro foi sucesso” publicada na edição número 79, página 6, de 26 a 28 de Julho de 1985 de Goiânia. Na notícia, é apresentando um balanço geral da mostra, tanto em relação ao público que estava presente, a opinião dos organizadores da mostra e a peça que naquele momento encerrava a mostra. A notícia apresenta um título em caixa alta e contém 3 parágrafos, que em linguagem simples apresenta a relevância da realização da mostra naquele momento para a cidade de Anápolis, uma vez que na visão da coordenadora do evento, o qual o escrito dá amplo destaque é otimista, como pode ser vista abaixo:

Para a coordenadora, as encenações foram excelentes com os grupos teatrais realizando um trabalho memorável. Em virtude disso, as pessoas assimilaram e viveram nos espetáculos e os elogios foram intensos. Maria Amélia revelou ainda que em todas as noites o Teatro Municipal teve sua capacidade esgotada, com o público superlotando a casa (GAZETA POPULAR, Ano II, N° 79, 1985,p.6).

A Realização da III Mostra de teatro marca a reinauguração do anfiteatro da cidade, que a partir daquele momento seria Chamado de Teatro municipal de Anápolis. Nesta mostra foram apresentada um total de 18 peças. Contando com a participação de muitos grupos teatrais e diretores formados na cidade, como o grupo T.E.MA e os diretores Tauny Mendes, José Olímpio e Jarbas Oliveira. Nesse sentido, destaca Cunha (2011, p.90 ) “Foi significativo a participação dos Grupos de Anápolis. Vários grupos foram criados, atores colaboraram participando em outros grupos, como Jonathass Tavares e Natalina Fernandes que atuaram em três peças diferentes. Foi uma mostra que deixou saudades”.

#### **A IV Mostra de Teatro de Anápolis**

A IV Mostra de Teatro de Anápolis foi realizada entre os dias 03 a 17 de julho de 1986. No decorrer da análise sobre esse evento foram encontradas três notícias no jornal Gazeta popular sobre a mostra, de forma que, entre a primeira e a segunda notícia têm-se um intervalo de 2 semanas e entre a segunda e a terceira um intervalo de uma semana, sendo todas publicadas na edição do ano III e de número 126, 129 e 130 respectivamente.

A primeira notícia com o título “Teatro Vem aí a IV Mostra” foi publicada na semana do dia 20 a 26 de junho de 1986, duas semanas antes do início da mostra, tendo como objetivo portando realizar uma divulgação do evento. Dessarte, o texto está dividido em quatro parágrafos e apresenta um título em caixa alta, visando chamar a atenção do leitor. Quanto ao conteúdo, o autor faz menção a expectativa dos organizadores do evento quanto a realização da mostra, a origem dos grupos teatrais inscritos (Anápolis, Goiânia, Gurupi e Brasília), o turno, o horário e o número recortes das peças que seriam apresentadas. É possível perceber também, o destaque dado pelo redator a única alteração na programação da mostra.

Com o espetáculo adulto “Máscaras”, previsto para o próximo 3 de julho, terá início a IV mostra de Teatro de Anápolis que se estenderá até o dia 17 daquele mesmo mês. Nos anos anteriores a mostra obteve extraordinário sucesso e os organizadores para IV mostra esperam superar todo êxito anteriormente obtido. Serão 19 peças, adulto e infantil, exibidas ao longo de 14 dias em horários diurnos e noturnos e traduzindo a evolução do teatro em Anápolis e em Goiás (GAZETA POPULAR, Ano III, N° 126, 1986,p.8).

A segunda notícia de nome “IV Mostra Lota Teatro” está em grande destaque no jornal, apresentando cinco parágrafos e uma imagem da peça “Caxuxa” que naquela ocasião foi montada pelo grupo de teatro Popularte. A notícia foi publicada na semana de 11 a 17 de julho de 1986 na edição do jornal em Goiânia. Em relação a escrita, esta faz uma menção impactante sobre o amadurecimento do teatro em Anápolis, juntamente com a profissionalização dos atores e diretores. A notícia destaca também o número de peças que seriam e foram apresentadas até aquele momento, as lições apreendidas



quanto as mostras anteriores e críticas a organização das cadeiras no teatro da cidade. Pode-se ressaltar ainda, que a notícia apresenta uma linguagem clara e simples, buscando trazer o leitor para o debate sobre a cena cultural de Anápolis, como é destacado abaixo:

Os 17 grupos participantes, entre os de Anápolis e de outras cidades, têm demonstrado que fazem teatro por um grande amor a arte e que não se deixam abater pelas dificuldades. Trocam energia entre si, uma vez que a plateia ainda se encontra em estado de desenvolvimento e falha na troca de energia, tão necessária ao artista que está no palco. É um processo lento, mas vocês grupos de teatro, serão os responsáveis pela formação da plateia anapolina e receberam os louros da vitória (GAZETA POPULAR, Ano III, N° 129, 1986,p.10).

A última notícia, publicada na semana do dia 18 a 24 de julho de 1986 na edição de número 130 e ano III, sobre o nome “Os destaques da IV Mostra” apresenta um título em grande destaque, bem como uma imagem com os atores Sérgio Souza e Erivaldo Nerý na peça “A mãe” que voltaria a ser apresentada naquela semana no teatro do Sesc em Anápolis. Sobre a mostra, a notícia faz um balanço geral do evento em apenas 2 parágrafos, dando relevância as peças que tiveram destaque naquele mostra, como a Peça a Navalha na Carne de Plínio Marcos, a origem dos grupos teatrais que participaram (Anápolis, Goiânia, Brasília, Gurupi e Cuiabá), os percalços e lições aprendidas durante a realização da mostra e as expectativas dos organizadores e do público participante no que diz respeito a realização da próxima mostra no ano de 1987.

Como é Natural em toda mostra amadora a IV mostra de teatro teve altos e baixos, trouxe novas experiências aos grupos participantes e atraiu a atenção, inclusive de atores e autores de outras cidades como Goiânia, Brasília, Gurupi e Cuiabá (GAZETA POPULAR, Ano III, N° 130, 1986,p.10).

Sobre a IV Mostra de Teatro Cunha (2011, p.93-94) faz um contraponto diferente daquele mostrado em cada notícia acima. De modo que, a autora para além de trazer informações sobre a mostra, como o nome dos grupos teatrais que participaram da



mostra, o nome das peças, dos atores e diretores, da uma ênfase a decepção dos atores da cidade em relação a organização da mostra, ao financiamento tardio liberado pelo Instituto Nacional de Artes cênicas (INACEN), a falta de divulgação e a recepção e discriminação do público direcionada aos atores, Ou seja, nesse caso é possível perceber uma visão mais realista sobre a realização da IV Mostra de teatro em Anápolis, muito diferente daquele divulgada pelo Jornal Gazeta popular durante e após o evento em 1986.

### **Considerações Finais**

Pode-se ressaltar que, neste estudo foi necessária a priori uma readequação da problemática e delimitação do tema, visando uma delimitação mais precisa do objeto de estudo. Por outro lado, pode-se afirmar também que havia um destaque positivo em relação ao amadurecimento dos grupos teatrais da cidade de Anápolis, a profissionalização dos atores e diretores e a receptividade do público anapolino, bem como o entusiasmo dos participantes. No entanto, é importante sublinhar que em algumas edições a opinião do redator refletia muitas vezes a expectativa do jornal e da sociedade quanto a realização e os resultados previstos e/ou alcançados para cada mostra, de modo que, em contraponto Cunha (2011) apresentava uma visão diferente, uma vez que como atora vivenciou e participou das motas e como escritora, escreveu a obra História do teatro em Anápolis (2011 a partir entrevistas com participantes e de um acervo de documentos das mostras. Quanto a qualidade do arquivo encontrados no museu, pode-se afirmar que estavam em boa condição e qualidade, sendo necessário apenas um melhor local para armazenamento destes.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

#### **I - Fontes documentais:**



GRUPOS TEATRAIS EM MOVIMENTAÇÃO. *Gazeta Popular*. Anápolis, 17 de Junho de 1984. Página 4, Ano 1º, N° 24.

A SEGUNDA MOSTRA DO TEATRO DE ANÁPOLIS ABERTA NESTA 4º. *GAZETA POPULAR*. Anápolis, 15 de Julho de 1984. Página 2, Ano 1, N° 25.

MOSTRA DE TEATRO REALIZADA COM ÊXITO. *Gazeta Popular*. Anápolis, 15 de Julho de 1984. Página 2, Ano I, N° 27.

III MOSTRA DO TEATRO TEM SEQUÊNCIA HOJE. *Gazeta Popular*. Goiânia, 19 a 21 de Julho de 1985. Página 7, Ano II, N°78.

MOSTRA DE TEATRO FOI UM SUCESSO. *Gazeta Popular*. Goiânia, 26 a 28 de julho de 1985. Página 6. Ano II, N° 79.

TEATRO - VEM AÍ A IV MOSTRA. *Gazeta Popular*. Goiânia, 20 a 26 de Junho de 1986. Página 8. Ano III, N° 126.

IV MOSTRA LOTA TEATRO. *Gazeta Popular*. Goiânia, 11 a 17 de Julho de 1986. Página 10, Ano III, N° 129.

OS DESTAQUES DA IV MOSTRA. *Gazeta Popular*. Goiânia. 18 a 24 de Julho de 1986. Página 10. Ano III, N° 130.

TEATRO EM JULHO. *Gazeta Popular*. Anápolis, 26 de junho a 02 de Julho de 1987. Página 10. Ano IV, N° 176.

## II – Obras:

ALMADA, Izaías. **Teatro de Arena: uma estética de Resistência**. - 1.ed. - São Paulo:Boitempo, 2004.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886 – 1944. **Apologia da História, ou, O ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2001.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Tradução Sérgio Goes de Paula; [ tradução das atualizações Maria Luiza x. de A. Borges]. - 3º ed. rev. Ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.



\_\_\_\_\_. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da Historiografia.** -2.ed. - São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

GARCIA, Miliandre. **Censura, resistência e teatro na ditadura militar.** Revista Concinntas, v. 19, n. 33, p. 144-177, 2018.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de Pesquisa em História.** - São Paulo: Contexto, 2020.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica.** Revista de História Bilros: História (s), Sociedade (s) e Cultura (s), v. 4, n. 06, 2016.

MAGALDI, Sábado. **Panorama do Teatro Brasileiro.** 3 edição, Difusão Europeia do livro, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro.** - 1. ed., 8 reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** 3.ed., 1º reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2014, 302p.

REIS, Daniel Arão - coordenador. **Modernização, ditadura e democracia: 1964 – 2010,** volume 5. - 1º ed.- Rio de Janeiro: Obetiva 2014. (História do Brasil nação: 1808 – 2010;5)

SILVA, Armando Sérgio da. **Oficina: do teatro ao te-ato.** - 2.ed. - São Paulo: Perspectiva, 2008.

ZORZETTI, Hugo. **Memória do Teatro goiano: A cena do interior.** Goiânia: Kelps, 2008.



## A Ressignificação da vida através da morte: Etnoterapia no luto durante os rituais fúnebres entre os Boe Bororo

Thais Aparecida B. dos Santos<sup>42</sup>  
Poliene S. dos Santos Bicalho<sup>243</sup>

217

### Introdução

A presente pesquisa busca analisar, sob o viés da Antropologia Indígena, as diferentes percepções que os povos Boe Bororos (assim se autodenominam), situados em seis Terras Indígenas distritais no Estado do Mato Grosso; possuem a respeito da morte, dos fenômenos mágicos-biológicos que a envolve e o processo de enfrentamento do luto pautados num conjunto de terapias tradicionais do etnoconhecimento ancestral. Apesar da extensa literatura antropológica sobre esses povos, pouco se fala de como os Bororos lidam com a morte e a posterior ausência de seus membros.

Partindo de subsequentes rituais criteriosamente ordenados, praticam as cerimônias fúnebres mais longas entre os povos indígenas. Logo, seguindo de maneira elementar uma hetero dinâmica própria e multifatorial na execução dos rituais Bororo, a análise se abre no cerne da exteriorização da dor que a morte física provoca naqueles que ficam e as alternativas das quais se ocupam para enfrentá-la.

### Desenvolvimento

Detendo atualmente seis Terras Indígenas demarcadas de maneira dispersa e desconfigurada no Estado do Mato Grosso, os Boe Bororo (assim se autodenominam) estão concentrados nas TIs de Meruri, Perigara, Sangradouro/Volta Grande e

---

<sup>42</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Email: [taisueg@gmail.com](mailto:taisueg@gmail.com)

<sup>43</sup> Doutora em História Social Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER). Email: [poliene.bicalho@ueg.br](mailto:poliene.bicalho@ueg.br)

Tandamarina<sup>44</sup>. Pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, dados demográficos mais recentes (2014) revelaram um contingente populacional de 1817 pessoas. Tamanho é o simbolismo e influência da cosmologia na sociedade Bororo, que este leciona os andamentos das esferas políticas, sociais, econômicas e, sobretudo, culturais de maior exemplo a organização e execução dos rituais. Entretanto, o que expressa sumariamente suas expressões e materiais culturais, são as espetaculares Cerimônias Fúnebres, um dos eventos mais estudados pela etnologia entre os povos indígenas do Cerrado.

O ser humano sempre ritualizou seus mortos como parte do próprio processo de luto. Entre os Boe Bororo, a complexidade e exteriorização do sentimento de perda se faz ainda mais abrangente. Seguida de uma sequência de rituais criteriosamente ordenados, as grandes cerimônias fúnebres dos Bororo podem durar de 30 a 90 dias, a depender de circunstâncias multifatoriais (como a reputação social do falecido, causa da morte e etc), além de alterar ou interromper temporariamente a rotina política, social, econômica e doméstica da sociedade Bororo. Aqui, a morte<sup>45</sup> evoca a alteridade do morto e atua como fio condutor da constituição de identidades socioculturais dos vivos. Segundo Sylvia Caiuby Novaes,

Exatamente por ser um momento em que a sociedade se vê desfalcada de um de seus membros é que se pode, a meu ver, buscar nos ritos funerários os mecanismos sociais acionados para que a sociedade se recomponha. E neste sentido é possível encontrar neste momento social elementos que contribuem para a compreensão do processo de constituição da identidade do homem Bororo (NOVAES, 1981, p. 25).

<sup>44</sup> A TI Teresa Cristina está passa por processos e trâmites judiciais referente a resolução de questões fundiárias (PIB). Ver: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>. Acesso em: 15/07/2022.

<sup>45</sup> Antes de subir ao céu, Meri era um, velho que, de tanta fraqueza, acabou quebrando uma enorme panela, o que enfureceu muito aos seus filhos que cometeram o grande erro de expulsá-lo para o céu em troca de pesadíssimos tributos alimentares oferecidos aos Baire. A origem da Morte explica-se pois pela fúria irrefletida dos mais jovens contra os mais velhos, que fracos, aleijados e doentes, conseguem dominar os mais jovens rogando-lhes pragas pelo mau comportamento. Também Ciri Wore, o espírito do Jatobá, rogou pragas aos filhos da mulher Araruga Paru que haviam desrespeitado a sua propriedade e que acabaram morrendo pela infração (ALBISETTI e VENTURELLI 1969:, p. 1139, 865 Apud VIERTLER, 1987, p. 211).



Paralelo a sua atuação como componente constitutivo de identidades, os Bororo não remetem a ideia de morte a uma cosmovisão de seres limitados a finitude de uma vida terrena, já que a conexão com o sobrenatural ampliam as correspondências entre dois mundos: o dos vivos e o dos mortos, definindo o ordenamento dos vários segmentos da sociedade Bororo. O falecimento de um membro é sentido e ritualizado coletivamente, dado ao fato de que os laços sociais são construídos para além do sangue e parentesco.

Se a perda impacta de maneira expressiva a sociedade, seus membros incorrem às alternativas baseadas em crenças e saberes ancestrais enraizados na vida cotidiana para lidar com a exteriorização do sofrimento: o luto. As práticas etnoterapêuticas baseadas em conhecimentos ancestrais e inscritas na medicina tradicional Bororo, auxiliam no enfrentamento desse processo entre os entes queridos e no restabelecimento e atribuição de novos sentidos, sentimentos e valores às relações coletivas que comportam as estruturas da sociedade.

Contudo, mesmo na extensa literatura da Antropologia Indígena, são quase escassos os trabalhos dispostos a definir o conceito de Etnoterapia, aplicando-o apenas à margem hermenêutica de temáticas que envolvem os mundos indígenas. Nesse sentido, de maneira paralela, a presente pesquisa buscará desenvolver melhor o conceito, como categoria histórica, no cerne das tradições das práticas socioculturais e vivências dos povos indígenas. Usarei de autores que possuem como objeto de estudo a construção e operacionalização de conceitos na materialidade histórica, junto àqueles que buscam compreender a dinâmica das manifestações dos objetos culturais nas sociedades nativas. Logo, o que define as práticas etnoterapêuticas é, antes de tudo, o “Etnoconhecimento”. Para Miranda (2007):

Denominamos “conhecimentos tradicionais” ou “etnoconhecimentos” aqueles conhecimentos produzidos por povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais de etnias específicas transmitidos de geração em geração, ordinariamente de maneira oral e desenvolvidos à margem do sistema social formal. São conhecimentos dinâmicos que se encontram em constante processo de adaptação, com base numa estrutura sólida de valores, formas de vida e crenças míticas, profundamente enraizados na vida cotidiana dos povos. Podemos, então, considerar etnoconhecimento o conhecimento



produzido por diferentes etnias em diferentes locais no globo terrestre a partir do saber popular (MIRANDA, 2007, p. 01).

Previamente, entendemos que a Etnoterapia, é a operacionalização desses saberes, colocados em prática com objetivos de promoção e manutenção de saúde e bem-estar físico/emocional para os membros de determinada sociedade e/ou grupos étnicos. Sejam elas atreladas a mitos e crenças, ou não.

### Considerações finais

A pesquisa encontra-se em fase inicial, porém podemos verificar que as noções de morte e enfrentamento do luto para os Bororo nos permite compreender, para além das acepções ocidentais culturalmente enraizadas, os fenômenos mágico-biológicos que a envolvem e as diferentes maneiras de lidar com o falecimento de um ente querido, bem como reconhecer significativamente o potencial da medicina popular e de seus recursos etnobotânicos. Podemos também considerar o fato de que tais práticas tradicionais são utilizadas na ornamentação dos participantes rituais, em várias etapas da cerimônia e no preparo e sepultamento do corpo do falecido. O luto como primeiro estágio da perda é também, entre os Bororo, o aval representativo para a continuidade das vivências cotidianas da sua sociedade.

### Referências

- ALBISETTI, Cesare; RAVAGNANI, Oswaldo Martins. A Aldeia Bororo. **Perspectivas**, São Paulo, 15: 145-157, 1992. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:albisetti-1992-aldeia>. Acesso em: 05/06/2022.
- ALMEIDA, Arthur José Medeiros de. **Rituais Indígenas na contemporaneidade brasileira: a (re) significação de práticas corporais do povo Bororo**. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília. Brasília, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/13806>. Acesso em: 10/07/2022.

CROCKER, J. CHRISTOPHER. Reciprocidade e hierarquia entre os Bororo Orientais. In: Leituras de Etnologia brasileira. Egon Schaden (org). **Leituras de etnologia brasileira**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

DEMARCHI, A. pinturas terapêuticas: corpos e tintas em alguns grupos Jê. In: BICALHO,

P.S.S; MACHADO, M (Org.). **Artes indígenas no Cerrado: saberes, educação e museus**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2018, p.51-81.

MIRANDA, M. L. C. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na cdd. , . **VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 28 a 31 de outubro de 2007. Salvador, Bahia, Brasil.** Disponível

em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/174042>. Acesso em: 06/09/2022.

NOVAES, S. C. Tranças, cabeças e couros no funeral Bororo (A propósito de um processo de constituição de identidade). **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 24, p. 25-36, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/110962>. Acesso em: 20/07/2022.

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos**. Trad Markus Hediger. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.

KOZÁK, Vladimir. **Ritual de um funeral bororo**. Trad. de Maria da Graça Simão. Curitiba, Museu Paranaense/ Biblioteca Pública do Paraná, 1983.

## UM PROJETO SISTEMATIZADO: O “ESQUECIMENTO” DO POVO INDÍGENA *INY-KARAJÁ* NA CONSCIÊNCIA GOIANA DURANTE A DITADURA CIVIL- MILITAR (1964-1985)

222

Maria Eduarda Oliveira<sup>46</sup>

Poliene Soares dos Santos Bicalho<sup>47</sup>

Roseli Martins Tristão Maciel<sup>48</sup>

**Palavras-chave:** Povos Indígenas; Consciência Goiana; *Iny-Karajá*; Ditadura Civil-Militar; Projeto Sistematizado.

### Introdução

Pensar a questão indígena no Brasil é permear um campo repleto de contradições e paradoxos, no que tange à imagem histórica e socialmente concebida sobre esses povos a partir da perspectiva do não-indígena desde o Período Colonial. Dessa forma, o pesquisador que se aprofunda nessa área se esbarra em inúmeras inverdades, não somente acerca das visões sobre essas populações, como também sobre suas histórias e suas culturas, que contadas a partir da perspectiva do não-indígena, negligenciam inúmeros elementos relacionados à sua pluralidade étnica e cultural, bem como à sua própria existência.

---

<sup>46</sup> Bolsista do Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais do Cerrado. E-mail: [me.oliveira1@hotmail.com](mailto:me.oliveira1@hotmail.com).

<sup>47</sup> Orientadora deste trabalho. Docente do PPG-TECCER/UEG. Doutora em História Social pela Universidade de Brasília. E-mail: [poliene.bicalho@ueg.com](mailto:poliene.bicalho@ueg.com).

<sup>48</sup> Coorientadora deste trabalho. Docente do PPG-TECCER/UEG. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: [roselitristaomaciel@gmail.com](mailto:roselitristaomaciel@gmail.com).

Ao tratar desse “esquecimento” não pretende-se reproduzir a visão equivocada de que as populações indígenas não protagonizaram sua própria história, mas sim demonstrar como o capitalismo predatório implementou um projeto de nulificação da existência indígena no presente histórico e na consciência social, destacando como as populações indígenas lutaram e continuam resistindo aos obstáculos à sua existência. Como apontam Bicalho e Silva (2020, p. 29), o apagamento das contribuições indígenas para a formação da sociedade brasileira tem como principal fator a marginalização destes povos no processo de constituição da nacionalidade, “pois, se nos atentarmos aos fatos históricos, perceberemos que a existência indígena em terras brasileiras tende sempre a ser obliterada, isto quando não são tratados como entraves ao desenvolvimento a ser superado.”

Entende-se como um dos principais fatores que contribuíram para a construção de uma imagem estereotipada o avanço da lógica capitalista pela economia nacional, em suas diversas fases dentro das condições específicas logradas pelos processos históricos de construção do Brasil. Nesse sentido, o presente projeto visa analisar a inserção da economia capitalista em Goiás, no contexto da Ditadura Civil-Militar, e seus impactos à cultura e existência indígena, fortemente ligadas à terra. Como afirma Ailton Krenak (2020), não há separação do ser para com o organismo vivo em que coexistimos, tudo é natureza, e tudo se interliga, e esse é um dos elementos essenciais da cosmovisão das populações indígenas. Sendo assim, a existência indígena, no que tange sua cosmovisão e práticas culturais, é visualizada como um óbice ao desenvolvimento econômico, sendo que, como lembra Foucault (1987), a sociedade de mercado só considera o ser humano útil quando está produzindo.

Posto isto, o objetivo geral da presente pesquisa é investigar como as políticas da Ditadura Civil-Militar vinculada aos interesses capitalistas levaram a uma cultura do esquecimento do povo indígena *Iny-Karajá* na consciência goiana.

## Referencial Teórico-Methodológico

De acordo com Marx (2017), em sua célebre obra *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, a história e seus grandes fatos ocorrem duas vezes, na primeira como tragédia, e na outra como farsa. Ao olhar com uma postura crítica a história indígena, é possível visualizar repetições e continuidades a respeito das políticas nacionais sobre essas populações. Em um momento inicial, a história nos conta como o colonizador, ao longo da ocupação do território brasileiro, se empreendeu em uma gradual expansão do colonialismo sobre outras regiões, sem respeitar as populações nelas existentes. Essa foi a grande tragédia inicial acometida aos povos indígenas do Brasil, que se manteve constante mesmo com o fim da colonização portuguesa, ao passo em que o "progresso" conquistava novas terras.

Assim, a história continua se repetindo para as populações indígenas no que se refere às suas terras, sendo que o que se modifica é o pano de fundo sobre o qual ocorre a violência à sua existência. Como destaca Krenak (2019, p. 21), o dilema político que restou às populações que sobreviveram até hoje, é ainda atualmente, a necessidade de lutar pelas últimas terras onde a natureza ainda é próspera, “onde podem suprir as suas necessidades alimentares e de moradia, e onde sobrevivem os modos que cada uma dessas pequenas sociedades têm de se manter no tempo, dando conta de si mesmas sem criar uma dependência excessiva do Estado.”

Se a história se repete como farsa, no contexto da Ditadura Civil-Militar esta farsa se acentua, pois o inimigo da existência indígena continua vinculado aos interesses estrangeiros, porém travestidos com as cores nacionais. E a farsa da Ditadura, tendo colaborado para a conquista e dominação de novos territórios no interior do Brasil, do Cerrado à Amazônia, conseguiu ofuscar, porém não silenciar, as vozes indígenas que sobreviveram aos séculos de exploração.

As características da produtividade brasileira são fortemente ligadas à terra. Entretanto, esses territórios estavam repletos de uma grande diversidade ambiental e de populações nativas, que deveriam ser superadas em prol do progresso econômico, pois estes ocupam um dos fatores primordiais para a acumulação e desenvolvimento capitalista, isto é, a terra (MARX, 1968). Para os indígenas, por sua vez, a terra possui um significado que excede às questões de subsistência que esta proporciona, em que ambos



representam uma união reforçada pelas crenças e saberes, sendo a base de sua vida social, ao mesmo tempo um recurso natural e sociocultural (RAMOS, 1986). Como aponta Carvalho (2013), a territorialidade indígena vincula-se a uma relação sociocultural que estes povos mantêm há séculos, moldando suas técnicas de trabalho, suas formas de sobrevivência e suas estruturas social e cultural. Sendo assim, retirá-los de seus territórios, não apenas mitiga suas formas de sobrevivência, como também negligencia suas formas de existência.

Esse fator levou a construção de um imaginário de inferioridade e de atraso sobre estes povos, sobretudo no que se refere a um desconhecimento profundo na consciência social sobre as lutas e resistências dos indígenas em face a esses processos. Como destaca Ferreira Neto (1997), não faltaram esforços ao longo do século XIX e XX para evidenciar essa diferenciação, demonstrando o “atraso” histórico das culturas tradicionais. Assim, mesmo com toda luta e resistência, a história dos indígenas fora forjada através desse imaginário estabelecido pelos não-indígenas, o que levou a representações genéricas das populações nativas, o que na perspectiva de Walter Benjamin (1987) se configura em uma continuidade da dominação, que estrutura a História a partir dos interesses dos vencedores.

Nesse sentido, a presente pesquisa, componente de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento, partindo de uma investigação crítica acerca do povo indígena *Iny-Karajá* no período da Ditadura Militar, em face às políticas expansionistas do capitalismo, pode ser definida como teórica. Para tal, será adotado uma abordagem qualitativa, não se baseando, portanto, em números para alcançar os resultados, pois esse tipo de pesquisa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com um universo de significações e um espaço de relações que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2018).

Com isso, inicialmente parte-se de uma revisão bibliográfica acerca das condições dos *Iny-Karajá* em Goiás, sendo necessária uma contextualização dos desdobramentos históricos que levaram à estruturação das terras e etnias indígenas no estado. Para alcançar os objetivos propostos, fundamenta-se em uma exploração teórica para uma



aplicação prática, empregando entrevistas a serem realizadas com indivíduos pertencentes à esta etnia, buscando, com isso, trazer seu protagonismo e suas perspectivas acerca de suas próprias histórias e realidades. Segundo Minayo (2018) a entrevista é um importante instrumento de coleta de informações, tendo em vista que se refere diretamente ao indivíduo em face à realidade que vivencia, e sobre sua própria existência.

Assim, este projeto será submetido e avaliado pelo Comitê de Ética, seguindo todos os procedimentos indispensáveis à sua aprovação e aplicação dentro das condições éticas e humanas, com respeito à diversidade e às particularidades desse povo indígena, bem como dentro das condições sanitárias necessárias, tendo em vista a realidade pandêmica ainda vigente no Brasil. Por fim, para a análise das informações obtidas por meio da revisão bibliográfica e das entrevistas recorreu-se a uma abordagem que parte da concepção do materialismo histórico-dialético, visualizando a sociedade em questão dentro de uma totalidade complexa, fruto de desdobramentos históricos e sociais que têm como condicionante central os modos de produção e a luta de classes (VIANA, 2007).

### **Considerações finais**

A presente investigação se desdobra de uma pesquisa de mestrado, que analisa como as políticas da Ditadura Civil-Militar, enquanto vinculadas aos interesses capitalistas, levaram a formação de uma cultura no imaginário goiano de esquecimento do povo indígena *Iny-Karajá*. Este texto se insere, portanto, em uma etapa inicial da pesquisa, voltada sumariamente à investigação teórica por meio da revisão bibliográfica. Deste modo, classifica-se como um texto crítico e reflexivo que norteia as próximas etapas da pesquisa para a construção da dissertação, e, com isso, fornecer os subsídios teóricos e documentais para a análise do objeto proposto, e para alcançar os objetivos traçados.

### **Referências**

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. *In: Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BICALHO, Poliene S. S.; SILVA, Keyde Taisa da. As manifestações artísticas dos indígenas nos museus. *In: SOUZA, A. L. N.; BICALHO, P. S. S.; PEREIRA, R. M. (orgs.). Povos e Saberes Indígenas e Afrodiaspóricos: Educação, cultura e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Gramma, 2020. Coleção Tessituras do Cerrado - Volume 9.

CARVALHO, Maria Lucia Brant de. **Das Terras do Índios a Índios sem terras: o Estado e os Guarani do Oco'y: violência, silêncio e luta**. Tese (Doutorado) – FFLCH, USP, São Paulo, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. tradução: Karina Jannini - 1ª ed. - São Paulo: Edipro, 2017.

MARX, Karl. **O Capital: crítica e economia política**. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Vol. II. Trad.: Reginaldo Sant'Anna.- 8º ed. - São Paulo: Difusão Editorial S.A, b1968.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, Antônio Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, 40, 2018.

NETO, Edgar Ferreira. História e Etnia. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). Domínios da história: Ensaios de Teoria e Metodologia* Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades Indígenas**. São Paulo: Ática, 1986.

VIANA, Nildo. **A consciência da História: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.



## RUÍNAS DE IGREJAS:

### AS REPRESENTAÇÕES ESTÉTICAS E CULTURAIS NO CERRADO GOIANO

Mayara Monteiro Guimarães (PG) PPGTECCER-UEG

mmguimamonteiro@gmail.com

228

Eliézer Cardoso de Oliveira PPGTECCER-UEG

Universidade Estadual de Goiás Campus Avenida Juscelino Kubitschek, 146, Jundiá Anápolis, Goiás, 75  
110 39.

**Resumo:** As ruínas de templos religiosos constituem um importante campo de experimentações estéticas e de possibilidades acadêmicas. Esta pesquisa buscou apresentar o quão as ruínas em Goiás estão imbuídas de estética, história e cultura. O objetivo principal da pesquisa será analisar as representações estéticas e culturais das ruínas de igrejas em Goiás, destacando as transformações históricas e culturais, e as transformações das ruínas de “símbolo da decadência” em objeto de valorização estética, buscando analisar as igrejas do ponto de vista do seu valor religioso, patrimonial e estético. . O problema central da pesquisa consiste na análise de uma importante mudança cultural que teve lugar em épocas contemporâneas: por que as ruínas de igrejas em Goiás eram consideradas símbolo da decadência, no século XIX, mas passaram a ser valorizadas como patrimônio histórico e artefatos estéticos a partir do século XX? As ruínas eram vistas como símbolo da decadência porque reforçavam a representação de uma sociedade em declínio civilizatório; mas a partir do século XX, as ruínas foram valorizadas culturalmente como patrimônio histórico e esteticamente como expressão do sublime. Com o aparecimento da noção de patrimônio histórico e artístico, o antigo passou a ser valorizado, o que foi possibilitado também pelo surgimento de um contexto pós-moderno de valorização estética e cultural das coisas do passado.

Palavras-chave: Patrimônio. Estética. Cultura. História.

As mudanças dentro do campo historiográfico possibilitaram que os historiadores tecessem suas narrativas históricas por meio da interdisciplinaridade que ampliou os conhecimentos sociais e possibilitou que as pesquisas históricas se tornassem diversas, assim como as perspectivas das fontes são diversas e passíveis de



diálogo com outras áreas do saber humano refletindo e adaptando conceitos e acrescentando novas teorias.

Levando em consideração as novas possibilidades de estudo, decidimos apresentar as potencialidades do estudo cultural e estético das ruínas de templos religiosos no Cerrado goiano, considerando-os fontes históricas e de inspiração estética para artistas e pesquisadores das humanidades e ciências sociais. Portanto, nesta dissertação, concentrar-nos-emos em objetos que possibilitam um diálogo interdisciplinar. Patrimônios específicos que foram tombados por diferentes instituições de preservação da cultura material (e imaterial) são as ruínas de igrejas que foram construídas em diferentes períodos da história, o que possibilita, por meio deste estudo, revisitar temas importantes da historiografia goiana.

A pesquisa tem como eixo principal a análise cultural de capelas coloniais que foram patrimonializadas em diferentes períodos do século XX e XXI. Atualmente, a maioria dessas construções passa por um relativo abandono por parte das instituições públicas, com exceção das ruínas da antiga igreja Nossa Senhora do Pilar, que está passando por uma intervenção para conservação. Contudo, mesmo em estado precário e em relativo abandono, as ruínas de igrejas despertam um fascínio em pessoas que exploram esses locais abandonados.

Do ponto de vista geográfico, as ruínas selecionadas encontram-se em diferentes localizações do estado, em duas cidades e três distritos goianos, onde a ocupação e o povoamento se deram pela mineração do século XVIII. São elas: os distritos de Traíras (situado na região Norte do estado de Goiás); Ouro Fino de Goiás (situado na região Centro-Oeste de Goiás); e a cidade Três Ranchos (situada na região Sudeste do estado). Aureliópolis de Goiás (situada na região Centro Sudeste do estado) é a única exceção deste trabalho, já que o povoado não foi fundado no período da mineração.

Os patrimônios selecionados foram as seguintes igrejas: Nossa Senhora do Rosário, localizada em Traíras (atual distrito de Tupiraçaba), construída em 1735; Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Fino de Goiás (atual distrito de Itaiú), construída em 1727; Nossa Senhora D'Abadia, em Três Ranchos, construída em 1775; São Sebastião,



em Aureliópolis de Goiás (distrito de Bela Vista de Goiás), construída em 1924. Por causa da diversidade de objetos de pesquisa, o recorte temporal possui diversas camadas temporais (séculos XVIII, XIX, XX e XXI), mas isso não significa que abordar-se-ão os séculos em toda as suas densidades históricas. O que se pretende é analisar o contexto em que cada uma dessas igrejas foi transformada em ruína patrimonializada.

Por se tratar de um trabalho interdisciplinar, que envolve discussões nas áreas da História, Arte, Geografia e Patrimônio, a metodologia foi dividida em quatro partes. A primeira parte consistiu em selecionar as ruínas de igrejas existentes em Goiás e que foram tombadas pelos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais. A segunda parte da pesquisa consistiu numa revisão conceitual que dialoga com a temática e com os principais conceitos da análise, assim, delimitando e enfatizando as bases teórico-conceituais a serem adotadas, como: Ruínas; Sublime; Patrimônio Cultural e Histórico; Memória e Decadência. A intencionalidade dessa parte é conduzir para um entendimento das transformações socioculturais e uma observação voltada para a estética do sublime e para compreender as atribuições de conceitos ou estigmas nas ruínas de construções de pequenas igrejas que se encontram presentes no Cerrado goiano, ao passo que muitas dessas reminiscências foram tombadas como patrimônio pelos departamentos institucionais responsáveis por tombar e salvaguardar, no século XX e XXI. A terceira parte da metodologia consistiu no levantamento de fontes escritas e iconográficas, tais como: imagens, jornais, revistas e manuscritos. A quarta parte foi a organização de modelos de mapas dos locais para a produção da cartografia digital.

Os objetos em análise para a pesquisa estão situados em diferentes locais e regiões do estado de Goiás que passaram por transformações advindas com a modernidade. Portanto, a dissertação terá como proposta apresentar as ruínas de igrejas como heranças de um passado, nas quais se conservou elementos materiais que possibilitam recuperar aspectos da memória coletiva. O fato de esses artefatos serem patrimonializados demonstra que eles possuem um interesse social, seja pelo fato de terem sido objetos de devoção, seja pelo fato de serem objetos patrimoniais. É importante enfatizar que o interesse por espaços em ruínas (desabitados) como um local de apreciação estética ganha maior intensidade e visibilidade com o Romantismo. Isso

porque esse movimento tinha como base valores ligados à imaginação, ao culto às emoções, ao subjetivismo, à natureza e ao passado e que estão inseridos em espaços de características pitorescas e sublimes. A partir disso, os fragmentos arquitetônicos passaram a gerar interesses para que o indivíduo explorasse esses espaços.

A justificativa acadêmica para esta dissertação encontra-se no fato de que o estudo das ruínas de igrejas utiliza uma importante fonte documental por diversos motivos. O primeiro é para a pesquisa estética, sendo esta pouquíssima abordada. Até o momento, não é de meu conhecimento a existência de trabalhos a nível estadual que pesquisaram a temática. Porém, existem diversas reflexões acadêmicas que dialogam com a pesquisa, tais como a dissertação de mestrado de Bruno Amarante (2013); o Livro de Carlos Fortuna (2013); a dissertação de Laura Ludovico de Melo (2009); e a tese de Angela Rodrigues (2017). Mas nenhum desses trabalhos enfatiza a estética das ruínas de templos religiosos em Goiás. Além disso, a análise possibilita novas conexões, comparações e releituras de acontecimentos e transformações de uma sociedade, possibilitando o aparecimento de novos pontos de vistas e “teorias”, ou de novas formas de trabalhar com a documentação material.

O estudo proposto a partir da estética e do patrimônio viabiliza questões importantes como a identidade cultural, o lugar de memória e a história (em seus diversos campos de estudo) de diversas cidades que foram importantes para a formação da região. É importante frisar que o caráter interdisciplinar da pesquisa visa ampliar o estudo do tema “estética das ruínas”, priorizando diálogos entre História, Geografia, História da Arte e Patrimônio, atendendo os propósitos da linha de pesquisa “Saberes e Expressões Culturais do Cerrado”.

O problema central da pesquisa consiste na análise de uma importante mudança cultural que teve lugar em épocas contemporâneas: por que as ruínas de igrejas em Goiás eram consideradas símbolo da decadência, no século XIX, mas passaram a ser valorizadas como patrimônio histórico e artefatos estéticos a partir do século XX? As ruínas eram vistas como símbolo da decadência, porque reforçavam a representação de uma sociedade em declínio civilizatório; mas a partir do século XX, as ruínas foram

valorizadas culturalmente como patrimônio histórico e esteticamente como expressão do sublime. Com o aparecimento da noção de patrimônio histórico e artístico, o antigo passou a ser valorizado, o que foi possibilitado também pelo surgimento de um contexto pós-moderno de valorização estética e cultural das coisas do passado.

Em alguns casos, as fontes incompletas nos arquivos digitalizados dificultaram o preenchimento de lacunas sobre o início das construções das igrejas que hoje estão em ruínas. Mesmo assim, a partir do que foi analisado no primeiro capítulo, concluímos que esses locais sagrados eram importantes para reforçar os vínculos sociais através das festividades religiosas. Percebemos também como os núcleos urbanos localizados nas mais diversas regiões de Goiás possuíam em comum uma identidade construída a partir da forte influência da religião católica, mas que sofreram visivelmente com o abandono do governo (como é o caso do antigo arraial de Traíras) e com as transformações econômicas e sociais ao longo dos séculos.

#### Agradecimentos

Agradeço as dedicadas orientações do professor Eliézer Cardoso.

Aos meus familiares e amigos que me apoiaram durante esse processo.

Á CAPES pelo apoio financeiro para o desenvolvimento da pesquisa

#### Referencias

FORTUNA, Carlos. GEORG SIMMEL: AS CIDADES, A RUÍNA E AS NOVÍSSIMAS METRÓPOLES . *Philosophica*, Lisboa, ano 2013, n. 42, p. 107-123, Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24708/1/Carlos%20Fortuna.pdf>. Acesso em: 6 mai. 2021.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior de Brasil**. Tradução Milton Amado. Editora Itatiaia -. Belo Horizonte, 1976.



Anais do SEPE – Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH (VIII EDIÇÃO)

60 ANOS DA NOSSA HISTÓRIA: DA FACEA A UEG  
De 21 a 26 de novembro de 2022

Câmpus  
Central  
UnU - Anápolis - CSEH  
Nelson de Abreu Júnior

Universidade  
Estadual de Goiás

ISSN 2447-9357

RODRIGUES, AngelaRosch. **Ruína e patrimônio cultural no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: Ruína e patrimônio cultural no Brasil (usp.br). Acesso em: 6 jun. 2021.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem a Província de Goiás**. 2ed.- Belo Horizonte. Editora Garnier, 2020

233